

INACIA RODRIGUES DOS SANTOS CUNHA

S E R V I Ç O S D E I N F O R M A Ç Ã O
P A R A O P O D E R L E G I S L A T I V O

estudo comparativo entre os
Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá

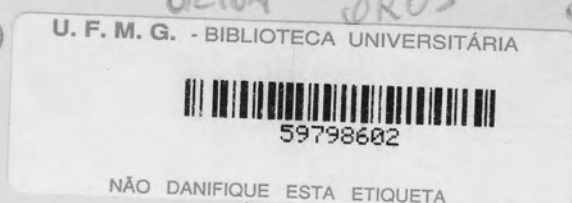
02:34
C 970.5
T
V.1

Dissertação de mestrado apresentado
como requisito parcial para obten-
ção do grau de mestre no Curso de
Pós-Graduação em Biblioteconomia da
Escola de Biblioteconomia da UFMG

V.I

Orientadora - Professora Cordélia Robalinho Cavalcanti

24373
OK/13



Belo Horizonte
1985

OK/20

INACIA RODRIGUES DOS SANTOS CUNHA

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
PARA O PODER LEGISLATIVO

estudo comparativo entre os
Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá

Dissertação de mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do grau
de mestre no Curso de Pós-Graduação em
Biblioteconomia da Escola de Biblioteconomia da UFMG

V. I

Orientadora - Professora Cordélia Robalinho Cavalcanti

Belo Horizonte

1985



BT-5569-2

Cunha, Inácia Rodrigues dos Santos.

Serviços de informação para o Poder Legislativo: estudo comparativo entre os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá / Inácia Rodrigues dos Santos Cunha.
-- Belo Horizonte : s. ed., 1985.
675 f.: il.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Biblioteconomia; sob a orientação da Prof.ª Cordélia Robalinho Cavalcanti.

Texto datilografado, em dois volumes - v.1, p.1/308; v.2, p.309-675.

1. Poder Legislativo - Serviço de informação - Estados Unidos. 2. Poder Legislativo - Serviço de informação - Grã-Bretanha. 3. Poder Legislativo - Serviço de informação - Canadá. I. Cavalcanti, Cordélia Robalinho. II. Título.

CDU 342.52:002.6

SECRET

DECLARATÓRIA

"Todo limite pode existir quanto a tempo e tranqüilidade mas nenhum limite pode existir quanto ao desafio de aplicação de inteligência e saber aos problemas do mundo de hoje" (Annual report of the Librarian of Congress, 1973. 1974, p. 49)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Murilo, pela sua imbatível compreensão, além do absoluto apoio, como companheiro tanto na vida pessoal como na profissional. Dotado de qualidades como capacidade e modéstia, honestidade e capacidade, tem sido um extraordinário exemplo no meu cotidiano.

Aos meus filhos, Bruno, Anna Lúcia e Carolina, pela inúmeras horas que me cederam de nosso já exíguo convívio íntimo.

Aos meus dois sobrinhos cujo nascimento coincidiu com a fase mais árdua deste empreendimento, Davi e Simone.

Ao Rafael pedindo desculpas pela continuada ausência.

Aos meus pais e demais familiares em cuja compreensão e estímulo encontrei suporte para chegar ao fim de tão exaustiva tarefa.

A Geni e à Edite, pelo carinho e confiança que sempre depositaram em meu futuro profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma tenham participado deste trabalho. Agradeço particularmente:

- à Escola de Biblioteconomia da UFMG, e a todo o seu corpo docente, pela oportunidade que me proporcionaram de concluir esta dissertação;
- à professora Cordélia Robalinho Cavalcanti que me acompanha desde o curso de graduação, sendo para mim, e para toda uma geração de bibliotecários, um exemplo modelar de competência e ação. Sua qualificada orientação constituiu-se o alicerce primordial para a consecução desta tarefa;
- à professora Anna da Soledade Vieira que desde 1976 tem me servido de estímulo e encorajamento através do profissionalismo de que é portadora;
- ao Dr. Aristeu Gonçalves de Mello, Diretor do Centro de Documentação da Câmara dos Deputados, pelo apoio indispensável que me concedeu durante todo o tempo de realização desta pesquisa;
- à bibliotecária Zilah Ferreira Mottinha e à advogada Maria Liz da Silva Braga que, como minhas chefes mais imediatas, também concordaram com a realização deste trabalho;
- ao professor Max Broome pelo valioso auxílio na reunião da documentação britânica. Amigo pessoal a quem devo muito deste empreendimento;
- aos senhores Dermot Enfield, Robert Chartrand e Erik Spicer, bibliotecários e pesquisadores com cujo interesse e atenção sempre conteí durante todo o tempo em que precisei contactar as bibliotecas objeto deste estudo;
- ao professor Antonio Miranda pela orientação inicial do trabalho, mormente no que concerne às peculiaridades da biblioteconomia comparada;
- ao professor Cavan MacCarthy pelas críticas e sugestões valiosas.

Agradeço, finalmente, a todos os colegas do Centro de Documentação pelo incentivo a mim dispensado neste período. Agradeço, particularmente aos colegas do Serviço de Reprografia e Xerox e aos da Seção de Coord. Editorial.

S U M Á R I O

Biblioteca
de Biblioteconomia de U.F.M.G.

V O L U M E I

LISTA DAS PRINCIPAIS UNIDADES COMPONENTES DO CRS, HCL E LP	I
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	IV
LISTA DAS TABELAS	VI
LISTA DAS FIGURAS	VIII
RESUMO	IX
ABSTRACT	X
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - ASPECTOS METODOLÓGICOS	3
1.1 - HIPÓTESE	3
1.2 - METODOLOGIA	3
1.2.1 - O método comparado	3
1.2.2 - Definição do universo	5
1.2.2.1 - Escolha dos países	5
1.2.2.2 - As organizações objeto	10
1.2.3 - Definição do método	12
1.3 - REVISÃO DA LITERATURA	17
CAPÍTULO II - O PODER LEGISLATIVO	19
2.1 - ASPECTOS INTERNACIONAIS	19
2.1.1 - Introdução	19
2.1.2 - Parlamentarismo e Presidencialismo	21
2.1.3 - Legislaturas	28
2.1.3.1 - Funções	29
2.1.3.2 - Estrutura Cameral	33
2.1.3.3 - Organização geral	37
2.1.3.4 - Dimensões	40
2.2 - ASPECTOS NORTE-AMERICANOS, BRITÂNICOS E CANA- DENSES	42
2.2.1 - Estados Unidos da América	42
2.2.1.1 - Composição	42
2.2.1.2 - Funções	43

2.2.1.3 - O processo legislativo	43
2.2.1.4 - Relações entre o Congresso e o Poder Executivo ..	43
2.2.2 - Grã-Bretanha	44
2.2.2.1 - Composição	45
2.2.2.2 - Funções	46
2.2.2.3 - O processo legislativo	47
2.2.2.4 - Relações entre o Parlamento e o Gabinete	48
2.2.3 - Canadá	49
2.2.3.1 - Composição	49
2.2.3.2 - Funções	50
2.2.3.3 - O processo legislativo.....	51
2.2.3.4 - Relações entre o Parlamento e o Governo	52
CAPÍTULO III - A PRÁTICA LEGISLATIVA E A NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO..	54
3.1 - INTRODUÇÃO	54
3.2 - AMBIENTE PARLAMENTAR	56
3.3 - FUNÇÕES	59
3.3.1 - Função legislativa	59
3.3.2 - Fiscalização do Executivo e Debate Nacional	62
3.4 - RECURSOS DE INFORMAÇÃO NO LEGISLATIVO E NO EXECUTIVO..	64
3.5 - CONCLUSÃO	66
CAPÍTULO IV - BIBLIOTECAS PARLAMENTARES	68
4.1 - INTRODUÇÃO	68
4.2 - HISTÓRICO	69
4.2.1 - Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS)	70
4.2.1.1 - Cronologia	70
4.2.1.2 - Medidas administrativas	77
4.2.2.2 - Bibliotecas das Câmaras Legislativas da Grã-Bretanha	80
4.2.2.1 - Cronologia	80
4.2.2.2 - Medidas administrativas	82
4.2.3 - Biblioteca do Parlamento do Canadá	89
4.2.3.1 - Cronologia	89
4.2.3.2 - Medidas administrativas	93
4.2.4 - Relação entre Biblioteca Parlamentar e Bibl.Nacional	95
4.2.5 - Conclusões	100

4.3 - OBJETIVOS	105
4.4 - CLIENTELA	113
4.4.1 - Categorias de usuários	114
4.4.1.1 - O Parlamento	116
4.4.1.2 - Eleitores e público geral	125
4.4.1.3 - Executivo e Judiciário	126
4.4.1.4 - Pesquisadores	126
4.4.1.5 - Outras	127
4.4.2 - Interesses	129
4.4.2.1 - Rotina parlamentar	133
4.4.2.2 - Demanda	135
4.4.3 - Conclusões	157
4.5 - ESTRUTURA FORMAL	160
4.5.1 - Organograma e funções	162
4.5.1.1 - Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS)	162
4.5.1.2 - Biblioteca da Câmara dos Comuns (HCL)	182
4.5.1.3 - Biblioteca do Parlamento do Canadá (LP)	193
4.5.2 - Hierarquia de autoridade	199
4.5.2.1 - Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS).....	199
4.5.2.2 - Biblioteca da Câmara dos Comuns (HCL)	203
4.5.2.3 - Biblioteca do Parlamento do Canadá (LP)	205
4.5.3 - Conclusões	206
4.6 - RECURSOS	212
4.6.1 - Orçamento	218
4.6.2 - Instalações físicas	222
4.6.3 - Pessoal	232
4.6.3.1 - Gerentes	237
4.6.3.2 - Pesquisadores	241
4.6.3.3 - Bibliotecários	252
4.6.3.4 - Pesquisadores do Parlamento	259
4.6.3.5 - Consultores externos	262
4.6.3.6 - Contingente do quadro de pessoal	264
4.6.3.7 - Administração de pessoal	267
4.6.4 - Coleção	273
4.6.4.1 - Categorias	274
4.6.4.2 - Volume	299
4.6.4.3 - Características	301
4.6.5 - Conclusões	303

VOLUME I I

4.7 - PRODUTOS	309
4.7.1 - Referência <u>versus</u> pesquisa	315
4.7.1.1 - Política geral de trabalho	318
4.7.1.2 - Fluxo de trabalho	322
4.7.1.3 - Antecipação da demanda	325
4.7.1.4 - Controle de qualidade	326
4.7.2 - Produtos intermediários	328
4.7.2.1 - Seleção e avaliação	333
4.7.2.2 - Aquisição	335
4.7.2.3 - Catalogação e classificação	338
4.7.2.4 - Indexação e resumo	339
4.7.2.5 - Preparação de publicações	352
4.7.2.6 - Encadernação	354
4.7.2.7 - Controles diversos	354
4.7.3 - Produtos intermediário-finais	355
4.7.3.1 - Catálogos	357
4.7.3.2 - Índices	359
4.7.3.3 - Bancos de dados	371
4.7.3.4 - Publicações	392
4.7.4 - Produtos finais	416
4.7.4.1 - Bens	419
4.7.4.2 - Serviços	439
4.7.5 - Conclusões	458
4.8 - AUTOMAÇÃO E OUTRAS TECNOLOGIAS	469
4.8.1 - Automação	473
4.8.1.1 - Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS).....	478
4.8.1.2 - Biblioteca da Câmara dos Comuns (HCL)	485
4.8.1.3 - Biblioteca do Parlamento do Canadá (LP)	490
4.8.2 - Outras tecnologias	492
4.8.2.1 - Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS)	492
4.8.2.2 - Biblioteca da Câmara dos Comuns (HCL) e Biblioteca do Parlamento Canadense (LP)	497
4.8.3 - Conclusões	498
4.9 - COOPERAÇÃO	502
4.9.1 - O fator tempo	503

4.9.2 - Cooperação interna	503
4.9.3 - Cooperação a nível de parlamento	505
4.9.3.1 - Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS)	505
4.9.3.2 - Biblioteca da Câmara dos Comuns (HCL)	509
4.9.4 - Cooperação externa	509
4.9.4.1 - Organizações de pesquisa (CRS).....	509
4.9.4.2 - Escolas de segundo grau e faculdades (CRS e HCL) ...	510
4.9.4.3 - Outras bibliotecas	511
4.9.5 - Cooperação internacional	511
4.9.5.1 - Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS)	511
4.9.5.2 - Biblioteca da Câmara dos Comuns (HCL)	512
4.9.5.3 - Biblioteca do Parlamento Canadense (LP)	512
4.9.6 - Participação em redes	513
4.9.7 - Conclusões	515
4.10 - TREINAMENTO	
4.10.1 - Treinamento de pessoal	520
4.10.1.1 - Estágio e intercâmbio	520
4.10.1.2 - Consultoria	521
4.10.1.3 - Rotatividade no trabalho	522
4.10.1.4 - Reciclagem	523
4.10.1.5 - Outros métodos	526
4.10.2 - Treinamento de usuário	527
4.10.2.1 - Seminários	528
4.10.2.2 - Cursos em universidades	532
4.10.2.3 - Visitas aos gabinetes parlamentares	533
4.10.2.4 - Programas de televisão em circuito fechado	533
4.10.3 - Treinamento sobre automação (pessoal e usuário).....	534
4.10.4 - Conclusões	537
CAPÍTULO V - OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO PARA OS PARLAMENTARES	540
5.1-- INTRODUÇÃO	540
5.2 - FONTES	544
5.2.1 - Fontes comuns aos parlamentares norte-americanos, britânicos e canadenses	544
5.2.1.1 - Funcionários do Legislativo	544
5.2.1.2 - Órgãos e funcionários do Executivo	544

5.2.1.3 - Comissões	545
5.2.1.4 - Grupos "lobistas"	546
5.2.1.5 - Meios de comunicação de massa	547
5.2.2 - Fontes comuns aos parlamentares britânicos e canadenses: partidos políticos	548
5.2.3 - Fontes norte-americanas	549
5.2.3.1 - Library of Congress	549
5.2.3.2 - General Accounting Office	550
5.2.3.3 - Office of Technology Assessment	551
5.2.3.4 - Congressional Budget Office	551
5.2.3.5 - Sistema de Informações da Comissão de Administração da Câmara	552
5.2.4 - Fontes britânicas	553
5.2.4.1 - National Council for Civil Liberties	553
5.2.4.2 - Correspondência privada do parlamentar	554
5.2.4.3 - Arquivo do Parlamento	554
5.2.4.4 - Outras	556
5.2.5 - Fontes canadenses	556
5.2.5.1 - Unidade de Relações Interparlamentares	556
5.2.5.2 - Centro Parlamentar para Assuntos Exteriores e Comércio Exterior	557
5.2.5.3 - Estagiários	557
5.3 - CONCLUSÕES	558
CAPÍTULO VI - CONCLUSÕES E SUGESTÕES GERAIS	560
6.1 - CONCLUSÕES	560
6.1.1 - Origens e inovações	561
6.1.2 - Objetivos	562
6.1.3 - Clientela	562
6.1.4 - Estrutura	565
6.1.5 - Recursos	566
6.1.6 - Produtos	571
6.1.6.1 - Diretrizes gerais	572
6.1.6.2 - Produtos intermediários	573
6.1.6.3 - Produtos intermediário-finais	574
6.1.6.4 - Produtos finais	576
6.1.7 - Automação e outras tecnologias	580

6.1.8 - Cooperação	583
6.1.9 - Treinamento	584
6.1.10 - Outras fontes de informação para parlamentares ...	586
6.1.11 - Conclusão final	587
6.2 SUGESTÕES DE NOVAS PESQUISAS	589
 BIBLIOGRAFIA	 591
 ANEXOS	 614
Anexo 1 - Distribuição geral da literatura referenciada e obtida, segundo país, língua e data de publicação..	615
Anexo 2 - Classificação atribuída à literatura-núcleo para fins de tabulação dos dados	621
Anexo 3 - Quadro geral de frequência das diversas variáveis detectadas na literatura-núcleo	625
Anexo 4/6-Distribuição da literatura segundo as variáveis relacionadas com o Poder Legislativo e suas necessidades de informação	631/3
Anexo 7 - Distribuição da literatura segundo as variáveis relacionadas com histórico	634
Anexo 8 - Distribuição literatur , variáveis Objetivo	635
Anexo 9 - Quadro geral comparativo de objetivos BPAR	636
Anexo 10/2 - Distr. Literatura segundo variáveis Características e interesses da clientela	640/2
Anexo 13/5 - Distr. Literatura variáveis relativas com categorias de clientela	643/5
Anexo 16 - Distr.Lit. segundo variáveis característ.demanda	646
Anexo 17 - Distr. Lit. segundo variáveis relativas "estrutura	647
Anexo 18/20 - Distr. Lit. variáveis relativas a "Recursos" ..	648/50
Anexo 21/3 - Distr. Lit.variáveis relacionadas cat.coleções	651/3
Anexo 24/6 - Distr. Lit. var. relativas a "Produtos"	654/6
Anexo 27/9 - Distr. Lit. var. "Produtos interm.(serv.téc.)".	657/9
Anexo 30/2 - Distr. Lit. var. "Produtos interm-finais	660/2
Anexo 33/5 - Distr. Lite.var. "Produtos finais".....	663/5
Anexo 36/8- Distr. Lit. var. "Automação e outras tecnol.". 666/8	
Anexo 39 - Distr. lit. segundo"cooperação"	669
Anexo 40/22Distr. Lit. var. relacionadas "Treinamento"....	670/2
Anexo 43/5 = Distr. Liter. var. "Outras fontes informação para parlamentares".	673/5

LISTA DAS PRINCIPAIS UNIDADESCOMPONENTES DO CRS, HCL E LP

- Administration and Personnel Branch (LP)
Unidade de Administração e Pessoal
- American Law Division (CRS)
Divisão de Direito Americano
- Collections Division (LP)
Divisão de Coleções
- Computer and Technical Services Section (HCL)
Seção de Computador e Serviços Técnicos
- Congressional Reference Division (CRS)
Divisão de Referência do Congresso
- Economic Affairs Section (HCL)
Seção de Assuntos Econômicos
- Economics Division (CRS e LP)
Divisão de Economia
- Education and Public Welfare Division (CRS)
Divisão de Educação e Bem-Estar Público
- Education and Social Services Section (HCL)
Seção de Educação e Serviços Sociais
- Environment and Natural Resources Policy Division (CRS)
Divisão de Política Ambiental e Recursos Naturais
- Foreign Affairs and National Defense Division (CRS)
Divisão de Assuntos Exteriores e Defesa Nacional
- Government Division (CRS)
Divisão de Governo

- Home and Parliamentary Affairs Section (HCL)
Seção de Assuntos Internos e Parlamentares
- Information and Reference Branch (LP)
Unidade de Informação e Referência
- Information Dissemination Division (LP)
Divisão de Disseminação da Informação
- International Affairs and European Communities Section (HCL)
Seção de Assuntos Internacionais e da Comunidade Européa
- Law and Government Division (LP)
Divisão de Direito e Governo
- Library Services Division (CRS)
Divisão de Serviços Bibliotecários
- Office of Assignment, Reference and Special Services (CRS)
Escritório de Distribuição, Referência e Serviços Especiais
- Office of Automated Information Services (CRS)
Escritório de Serviços de Informação Automatizados
- Office of Management and Administrative Services (CRS)
Escritório de Gerência e Serviços Administrativos
- Office of Member and Committee Relations (CRS)
Escritório de Relações com Parlamentares e Comissões
- Office of Policy, Planning and Review (CRS)
Escritório de Política, Planejamento e Revisão
- Science Policy Research Division (CRS)
Divisão de Política Científica
- Office of Research, Analysis and Multidisciplinary Programs (CRS)
Escritório de Pesquisa, Análise e Programas Multidisciplinares
- Office of Senior Specialists (CRS)
Escritório de Especialistas Seniores

- Parliamentary Division (Main Library Division) (HCL)
Divisão Parlamentar (Divisão da Biblioteca Principal)
- Parliamentary Section (HCL)
Seção Parlamentar
- Political and Social Affairs Division (LP)
Divisão de Assuntos Políticos e Sociais
- Public Information Section (HCL)
Seção de Informação ao Público
- Public Services Division (LP)
Divisão de Serviços ao Público
- Reference Room (HCL)
Sala de Referência
- Science and Technology Division (LP)
Divisão de Ciência e Tecnologia
- Science and Technology Section (HCL)
Seção de Ciência e Tecnologia
- Research Branch (LP)
Unidade de Pesquisa
- Research Division (HCL)
Divisão de Pesquisa
- Senior Specialists Division (CRS)
Divisão de Especialistas Seniores
- Statistics Section (HCL)
Seção de Estatística
- Technical Services Branch (LP)
Unidade de Serviços Técnicos

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AACR - Anglo American Cataloging Rules
- AIS - Office of Automated Information Services
- ATS - Administrative Terminal System
- BBC - British Broadcasting Corporation
- BD - Banco de Dados (Bancos de Dados)
- BLAISE - British Library Automated Information Service
- BNAC - Biblioteca Nacional
- SPAR - Biblioteca Parlamentar
- CAN - Canadá
- CAT - Catálogo
- CBO - Congressional Budget Office
- CCTA - Central Computer Telecommunications Agency
- CDC - Control Data Corporation
- CDU - Classificação Decimal Universal
- CIS - Congressional Information Service
- COM - Computer Output Microfilm
- CREA - Congress Research Employees Association
- CRS - Congressional Research Service
- EOA - Estados Unidos da América
- EURONET - European Online Network
- FLITE - Federal Legal Information Through Electronics
- GAO - General Accounting Office
- GPO - Government Printing Office
- GBB - Grã-Bretanha
- HC - House of Commons
- HCL - House of Commons Library
- HL - House of Lords
- HLL - House of Lords Library
- HMSO - Her Majesty Stationary Office
- HR - House of Representatives
- ICPSC - Interuniversity Consortium for Political and Science
Research
- IFLA - International Federation of Library Associations
- IND - Índice
- ITA - Independent Television Authority

JURIS _ Justice Retrieval and Inquiry System
KWIC - Keyword in Context
LASER - London and South Eastern Region
LC - Library of Congress
LIDS - Legislative Information Display System
LITE - Legal Information Through Electronics
LIV - Legislative Indexing Vocabulary
LP - Library of Parliament
LRS - Legislative Reference Service
MARC - Machine Readable Cataloging
MEDHOC- Macroeconomic Data for the House of Commons
MEDLINE- Medlars Online
MP - Membros do Parlamento
NCCL - National Council for Civil Liberties
NTIS - National Technical Information Service
OCLC - Online Computer Library Center
OECD - Organization for Economic Cooperation and Development
ONU - Organização das Nações Unidas
OSTI - Office for Scientific and Technical Information
OTA - Office of Tecnology Assessment
POLIS - Parliamentary Online Information System
PUB - publicações
SCORPIO- Subject Content Oriented Retriever for Processing In-
formation Online
SDC - System Development Corporation
SDI - Serviço de disseminação da Informação
SN - Senado
U.K. - United Kingdom
UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural
Organization
UNIDAS- Univac Document Accessing System
U.N. - United Nations
U.S. - United States
WPOM - Word Processing Output Microfilm

LISTA DAS TABELAS

<u>Tabela</u>	pág:
1 - Distribuição da literatura referenciada e obtida segundo os países	8
2 - Distribuição da literatura referenciada e obtida segundo a língua	9
3 - Distribuição da literatura referenciada e obtida segundo da ta das publicações	9
4 - Literatura em línguas inacessíveis para o estudo	10
5 - Distribuição dos vários países segundo sua estrutura cameral..	35
6 - Distribuição das Câmaras Altas e Baixas segundo o número de parlamentares	41
7 - Dados gerais sobre o Poder Legislativo - EUA,GRB,CAN	53
8 - Incidência, na literatura, de variáveis relacionadas com a atuação parlamentar e conseqüente necessidade de informação	55
9 - Projetos tramitados na Câmara dos Comuns da GRB - Sessão de 1968/1969	57
10 - Incidência, na literatura, das variáveis analisadas em relação ao histórico das bibliotecas parlamentares	70
11 - Matriz de objetivos das bibliotecas parlamentares	108
12 - Distribuição percentual da documentação que cita os objetivos segundo a matriz de Groos	109
13 - Categorias de usuários citadas na documentação-núcleo.....	117
14 - Incidência, na literatura, das variáveis consideradas para verificação de características dos usuários e de seus interesses	132
15 - Variáveis consideradas no estudo da estrutura formal	162
16 - Distribuição das funções de gerência e execução nas bibliotecas parlamentares	207
17 - Distribuição das unidades de execução do CRS, HCL e LP.....	210
18 - Frequência das variáveis relativas a recursos (materiais, ex cetuando-se coleções - e humanos) na literatura-núcleo.....	217
19 - Distribuição das variáveis relativas a pessoal, segundo da literatura-núcleo	235
20 - Distribuição do número de funcionários segundo data e categorias a que pertencem	265

21 -	Categorias de coleções citadas na literatura	276
22 -	Classificação das categorias específicas e gerais da coleção pelas bibliotecas parlamentares	277
23 -	Volume das coleções	300
24 -	Variáveis gerais que orientam a elaboração ou fornecimento de produtos nas bibliotecas parlamentares	314
25 -	Produtos intermediários - variáveis analisadas em função dos serviços técnicos	329
26 -	Frequência das variáveis correspondentes aos principais produtos intermediário-finais citados pela literatura.....	356
27 -	Variáveis que contribuíram para a análise relativa aos produtos finais (bens e serviços) e respectivas frequências na literatura-núcleo	418
28 -	Variáveis consideradas para o estudo da tecnologia em uso pelas bibliotecas parlamentares	470
29 -	Frequência das variáveis relacionadas com treinamento na literatura-núcleo.....	519
30 -	Frequência das variáveis relativas a outras fontes de informação para o parlamentar na literatura-núcleo.....	543

LISTA DAS FIGURAS

Fig. 1 - Diagrama ilustrativo do fluxo de metodologia seguida na presente pesquisa	13
Fig. 2 - Estrutura organizacional do CRS	168
Fig. 3 - Estrutura organizacional da HCL	184
Fig. 4 - Estrutura organizacional da LP	196
Fig. 5 - Distribuição e correspondência entre as Seções e/ou Divisões das bibliotecas parlamentares - área de pesquisa	213
Fig. 6 - Distribuição e correspondência entre as Seções e/ou Divisões das bibliotecas parlamentares - área de ref./informação	213
Fig. 7 - Gráfico ilustrativo da evolução das concessões orçamentárias do CRS, HCL e LP	220
Fig. 8 - Diagramas representando os tipos de produtos e as áreas em que são desenvolvidos dentro dos serviços de informação parlamentares	313
Fig. 9 - Diagrama ilustrativo da correspondência entre os produtos intermediário-finais nas três organizações estudadas (exclusive publicações)	456
Fig. 10- Diagrama ilustrativo da correspondência entre as publicações das três organizações estudadas	457

R E S U M O

Levantamento de características gerais que possam indicar um modelo de biblioteca parlamentar a partir da análise do Serviço de Pesquisa do Congresso (Estados Unidos), da Biblioteca da Câmara dos Comuns (Grã-Bretanha) e da Biblioteca do Parlamento (Canadá). Análise minuciosa de 137 documentos relativos a essas três organizações, de acordo com o método comparado e adoção de uma abordagem organizacional e sistêmica. Exame das características do Poder Legislativo e da atuação dos parlamentos, bem como de outras entidades destinadas a apoiar o parlamento em suas necessidades de informação. As conclusões indicam que a biblioteca parlamentar-padrão, no momento atual, apresentaria, entre outras, as seguintes características: a) clientela especial e heterogênea, com interesses tão diversificados quanto os da sociedade; b) estrutura baseada em duas eixos: pesquisa e referência/informação; c) recursos financeiros escassos; d) instalações físicas, em geral, deficientes; e) número de funcionários relativamente elevado; f) coleção multidisciplinar, registrada em suportes diversos, voltada principalmente para a informação atual, mas também procurando preservar a memória parlamentar; g) variedade de produtos, classificados em três categorias principais: intermediários (serviços, em forma de atividades técnicas), intermediário-finais (bens em forma de catálogos, bancos de dados, índices e publicações) e finais (bens e serviços em forma de pesquisa escrita e oral e ainda outros bens como traduções, cópias, gráficos, etc); h) uso crescente de técnicas automatizadas, que permitem a recuperação rápida da informação, em formatos disponíveis para consulta imediata; i) intercâmbio de pessoal com outras instituições congêneres, para fins de aperfeiçoamento e treinamento; j) incentivo constante aos funcionários com vistas à sua especialização em grandes áreas de assuntos e atualização quanto aos temas em debate no parlamento. A análise mostrou que a biblioteca parlamentar adota, atualmente, uma postura mais de transferência de informação e menos de armazenamento e guarda dessa mesma informação. Foi também observada uma tendência que parece levar a biblioteca parlamentar a assumir, cada vez mais, um papel dinâmico e catalisador no processo de geração da informação no ambiente parlamentar.

A B S T R A C T

Detection of general characteristics that could indicate a standard parliamentary library based on the analysis of the Congressional Research Service (United States), the House of Commons Library (Great Britain) and the Library of Parliament (Canada). Using the comparative method and an organizational and systemic approach, a detailed analysis of the three libraries was developed. The study also explores some characteristics of the Legislative Power and the action of parliaments, as well as some other supporting bodies for the parliaments of the three countries. Conclusions suggest that a standard parliamentary library would present the following characteristics: a) a special and heterogeneous clientele with as many diversified interests as those of the whole society; b) a structure based on two points: research and reference/information; c) scarce resources relating to finance; d) deficient physical areas; e) a relatively high number of personnel; f) a multidisciplinary collection in a variety of supports, concentrated on up-to-date information but also aiming to preserve the parliamentary history; g) a wide variety of products - these classified into three main categories: intermediate (activities in form of technical services); end/intermediate (goods such as catalogs, data bases, indexes, and publications), and end products (goods and services like written and oral research, as well as translations, copies, and others); h) an increasing use of automation techniques that allow the immediate retrieval of information, registered in formats ready to be used; i) current use of personnel exchange with other similar organizations in order to improve training; j) continuing stimulation for the personnel toward specialization in broad subject areas and toward up-to-dateness with the important questions being debated in parliament. Finally it was found that the present parliamentary library acts under a philosophical approach of information transference rather than the one of information storage and protection. It was also observed that a parliamentary library tends to adopt a dynamic and catalyst attitude according to which it will increasingly create new information in the parliamentary environment.

INTRODUÇÃO

O estudo das organizações permite o uso de abordagens diversas como, por exemplo, a histórica, a administrativa, e organizacional.

A histórica desenvolve-se através do esquema geral do organismo, ao longo de um determinado período. A administrativa procura dissecar a instituição tornando-se um útil instrumento gerencial. A organizacional é o tratamento da instituição como um organismo em que se mostram as necessidades (interesses), os meios para atendê-las (recursos materiais e de pessoal, e, sua organização), e, finalmente o resultado (bens e serviços).

A abordagem seguida neste trabalho pode ser considerada mista. Antes mesmo de penetrar nas organizações propriamente objeto do estudo, é feita uma incursão naquilo que poderia ser considerado o seu supra-sistema: o Poder Legislativo, em escala geral e, depois, sua estruturação nos países selecionados para a análise - Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá.

Segue-se um estágio intermediário em que é feita uma ponte entre o Poder Legislativo e a biblioteca parlamentar (Capítulo 3). Esta parte aborda o Poder Legislativo em ação e em que situações surge a demanda de informações que supostamente deve ser atendida pela biblioteca ou serviço de informação; isto é, a prática legislativa e a necessidade de informação no seu desempenho. Só então dá-se a abordagem dos sistemas especificamente objeto da pesquisa (Capítulo 4).

Este capítulo tenta seguir um esquema complexo de estudo organizacional, tomando por base, principalmente, o esquema geral do livro de Bertram M. Gross⁽⁷³⁾ procurando tanto quanto possível enquadrar-se nos conceitos expostos nessa obra. Assim a seqüência geral é a seguinte: histórico; caracteriza-

ção da clientela; organização interna da entidade no que concerne a seus objetivos, estrutura, pessoal e instalações físicas; finalmente, chega-se aos resultados representados pelos produtos, estes em forma de bens ou serviços.

Da mesma forma que se desenvolveu uma parte complementar inicial — onde se procura abordar o supra-sistema — foi incluída uma parte final que procura explorar, embora superficialmente, os sistemas complementares das organizações analisadas (Capítulo 5). Estes estão representados pelas demais fontes de informação existentes a serviço dos parlamentares e que foram exploradas pela literatura-núcleo. Finalmente são apresentadas as conclusões e as recomendações de novas pesquisas.

No tratamento interno dos itens em que se subdividem as seções gerais do trabalho, não houve preocupação de uniformidade; foi adotada a forma mais apropriada para o desenvolvimento de cada tópico específico. Assim, muitos dos tópicos relativamente complexos ou amplos foram tratados segundo um arranjo por órgãos (CRS, HCL, LP — sempre nesta ordem); outros mais específicos foram, de imediato, tratados nos três países. No primeiro caso, encontra-se por exemplo, o tópico "histórico", no segundo, o tópico "objetivo".

CAPÍTULO I

ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.1 - HIPÓTESE

A presente pesquisa se orienta pela seguinte hipótese de trabalho: o fenômeno "biblioteca parlamentar", consideradas apenas as bibliotecas dos parlamentos federais, guarda relações de semelhança e de diferença entre os diversos países. Sua comparação e explicação possibilitarão: a) formular e aprofundar a conceituação de biblioteca parlamentar; b) traçar um núcleo geral de características que possam indicar a composição de um modelo de biblioteca parlamentar.

1.2 - METODOLOGIA

1.2.1 - O método comparado

O presente estudo pode ser classificado como uma "pesquisa completa" e transcultural ou transnacional.

Pesquisa completa é aquela que objetiva resolver um ou mais problemas e apresentar generalizações após uma busca geral dos fatos pertinentes, uma análise e uma classificação lógica de toda evidência encontrada, e o desenvolvimento de padrões razoáveis de suporte para as conclusões elaboradas(82:106). Um estudo transcultural, em Biblioteconomia, é aquele que se desenvolve em dois ou mais países, ou em situações diferentes de um mesmo país, considerando, nos mesmos, um tipo de biblioteca ou um problema técnico específico de biblioteca (35:949).

O significado destas duas definições está implícito no conceito de Biblioteconomia Comparada, como pode ser visto a seguir:

1º) "Biblioteconomia Comparada é a análise de bibliotecas, de sistemas de bibliotecas, de alguns aspectos da Biblioteconomia, ou de problemas bibliotecômicos, em dois ou mais ambientes nacionais, sociais ou culturais, em termos de contextos sócio-políticos, econômicos, culturais, ideológicos e históricos, sendo essa análise feita com o propósito de entender as similaridades e diferenças implícitas, assim como de encontrar explicações para as diferenças, com a intenção principal de chegar a generalizações e princípios válidos" (47:52).

2º) É o ramo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no qual um número de sistemas — sua estrutura, funções e técnicas — é examinado com a intenção de colocar suas características dentro de um marco de referência aplicável aos mesmos; estudar o papel que cada um desses aspectos desempenha no desenvolvimento do sistema, e avaliar sua significação em relação tanto a diferentes aspectos do mesmo sistema como aos outros sistemas, tendo como objetivo avaliar as causas e os efeitos e, a partir daí, formular hipóteses que, quando apropriadas, são o melhor meio para desenvolvimento posterior de um ou mais sistemas (59:4).

A parte as divergências entre os vários autores quanto ao significado e emprego dos termos "transnacional", "transcultural", e "intercultural", e "internacional", divergências estas quase sempre ligadas a limitações geográficas do estudo, a presente pesquisa representa uma tentativa de análise minuciosa, através da documentação disponível sobre bibliotecas parlamentares a nível federal, de três países: Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá. A meta é chegar a generalizações que possam caracterizar os parâmetros gerais de uma biblioteca parlamentar — através de análise de dados reincidentes, regulares, repetitivos e uniformes, detectados na literatura disponível sobre o assunto.

O estudo procura ainda se ajustar, da melhor forma possível, ao esquema básico de estudo comparado, apresentado

por Simsova e Mackee (157:22-60) que, por sua vez, procura resumir as várias definições de Biblioteconomia Comparada com base nos renomados estudiosos do assunto. Pretende ser apenas um exercício de comparação, porquanto há fatores que, certamente, o limitam enquanto pesquisa comparada, como por exemplo, o fato de a coleta de dados se basear unicamente na literatura disponível, e o escopo do trabalho ser bem mais modesto do que o inserido nas duas definições de Biblioteconomia Comparada vistas há pouco.

1.2.2 - Definição do Universo

1.2.2.1 - Escolha dos países

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico exaustivo nos vários sistemas de informação disponíveis no País e no exterior, aos quais foi possível ter acesso. Desse levantamento resultou uma lista de referências bibliográficas relativas a 345 documentos publicados. A seguir procedeu-se aos seguintes estágios:

1. Tabulação do total de referências levantadas segundo país, língua e data. Os dados resultantes desse passo, estão registrados nas tabelas 1, 2, 3 e 4, sob a denominação de "literatura referenciada".

Este procedimento assegurava uma visão geral da documentação publicada, permitindo inferências sobre:

a) possível limitação lingüística para realização em estudo, caso o material apresentasse concentração muito acentuada em línguas diferentes do inglês, francês, espanhol e italiano;

* Entre outras fontes foi consultado o Library and Information Science Abstract (LISA), em sua forma on-line e impressa, até agosto de 1983.

b) países que mais divulgavam suas bibliotecas parlamentares federais, e que, portanto, seriam escolhidos como objeto do presente estudo;

c) datas ou períodos em que a documentação se concentrava, o que facilitaria uma delimitação da pesquisa no tempo, caso o volume final de literatura obtido o exigisse.

O resultado desse passo demonstrou uma grande concentração de literatura em língua inglesa, originada, principalmente nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália e Canadá (todos países de língua inglesa, sendo que o último usa as línguas inglesa e francesa), como demonstram as tabelas 1 a 4, e o anexo 1.

A incidência de material em língua desconhecida pela autora foi bastante baixa e se distribuiu entre o alemão, norueguês, sueco, polonês, finlandês, dinamarquês e húngaro, como pode ser comprovado pela tabela nº 4.

Uma vez conhecida a documentação disponível no mercado, fez-se, a seguir, um esforço para a obtenção de todos os itens arrolados, mesmo prevendo-se que os países com um número muito pequeno de documentos não constituiriam objeto do trabalho. Bibliotecas de Brasília e do País foram consultadas, assim como bibliotecas e serviços de intercâmbio, e/ou redes de bibliotecas no exterior — principalmente nos quatro países onde a produção literária mostrou-se maior.

Dos vários esforços empreendidos para reunião desse material, ao longo da pesquisa, resultaram os dados sobre a documentação finalmente reunida e que podem ser analisados através das tabelas 1 a 4 e do anexo 1. Aí os documentos estão arrolados sob a expressão "literatura obtida".

Os países dos quais maior número de documentos foi obtido foram os Estados Unidos, Austrália, Grã-Bretanha e Canadá, com um total de 67, 48, 37, 37 e 33 peças, respectivamente.

Através de uma rápida análise do material fisicamente obtido, foi concluído que o mesmo se concentrava em apenas três países — esses deveriam ser eleitos como objeto de estudo. Os demais ficariam prejudicados, tanto pela pequena quantidade de produção como pela dificuldade de reunião dos documentos em tempo hábil. O universo a ser estudado ficou finalmente determinado, tomando por base a documentação obtida, compondo-se dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha e do Canadá.

A opção pelo "número de documentos reunidos" como critério para a escolha definitiva dos países levou à seleção do Canadá, em detrimento da Austrália,* apesar dos inúmeros contatos com aquela Nação, quer através de cartas, quer através de intermediários.

A documentação dos três países selecionados foi considerada como fontes-núcleo do estudo — destinada a uma análise minuciosa, com o intuito de obtenção de parâmetros característicos de uma biblioteca parlamentar. Parte dos demais documentos internacionais ou referentes a outros países serviu de embasamento geral, ao lado de outras tantas fontes consultadas.

O universo assim definido apresenta uma série de características relevantes para um estudo comparativo. Dentre elas é possível assinalar as seguintes:

- a. são todos países de língua inglesa;
- b. historicamente, apresentam raízes comuns, já que tanto o Canadá como os Estados Unidos foram colonizados pela Inglaterra, apesar das atuais diferenças das três sociedades;
- c. são países tradicionalmente democráticos;
- d. econômica e culturalmente, são todos países desenvolvidos.

* A data limite para recebimento de material, cujos dados seriam coletados para fins de análise, foi 15 de dezembro de 1984. Posteriormente, em fins de janeiro de 1985, e após a definição do universo, foram recebidos vários documentos enviados pelo Sr. Maclean, Diretor da Biblioteca Parlamentar de Canberra. Não fora este atraso muito grande, essa teria sido provavelmente mais uma instituição incluída no estudo. No cômputo final, de todos os países, está em segundo lugar, quanto ao volume de material obtido.

TABELA Nº 1

Distribuição da literatura referenciada e obtida segundo a incidência por países

Países	Situação das Publicações	
	Referenciadas	Obtidas
Estados Unidos	70 (1n/legível)**	67
Austrália*	49	48
Grã-Bretanha	48	37
Canadá	59	33
Alemanha Federal	15 (8 n/legível)	13 (6 n/legível)
Brasil	12	12
Nova Zelândia	8	7
Índia	6	6
Japão	4	4
Itália	3	3
Finlândia	4 (3n/legível)	2 (1 n/legível)
Suécia	4(2 n/legível)	2
França	2	2
Dinamarca	2	2
África do Sul	1	1
Áustria	1	1
Chile	1	1
Coréia	1	1
Filipinas	1	1
Holanda	1	1
Irlanda	1	1
Iugoslávia	1	1
Jamaica	1	1
Nigéria	1	1
Suíça	1	1
Trinidad & Tobago	1	1
Hungria	1(n/legível)	-
Noruega	1(n/legível)	-
Polônia	1(n/legível)	-
Outros (documentos que estudam várias bibliotecas ao mesmo tempo, e órgãos internacionais)	44	38
Total	345	288

* Observação: até a data de 15 de dezembro de 1984 apenas 19 documentos da Austrália estavam reunidos; os 29 restantes só foram obtidos em final de fevereiro de 1985.

**A expressão "n/legível" indica que o documento está escrito em língua inacessível à autora deste trabalho.

TABELA Nº 2

Distribuição da literatura segundo a língua

Língua	Referenciadas	Obtidas
Inglês	313	264
Português	12	12
Alemão	8	6
Espanhol	2	2
Italiano	2	2
Francês	1	1
Sueco	1	1
Dinamarquês	1	1
Húngaro	1	-
Finlandês	2	-
Norueguês	1	-
Polonês	1	-
Total	345	288

TABELA Nº 3

Distribuição da literatura referenciada e obtida segundo a data de publicações

Países		Total			
Documentos		Referenciada		Obtida	
Datas	Clas.	L	N	L	N
Até 1959			27		15
1960/1964			9		8
1965			15		14
1966			3		2
1967			8		7
1968			7		6
1969			16		13
1970			24		22
1971			14		10
1972			19		15
1973			32		31
1974			31		23
1975			16		12
1976			23		20
1977			21		16
1978			17		15
1979			14		11
1980			17		15
1981			9		8
1982			13		13
1983			4		4
1984			5		5
Sd			1		1
Total			345		288
Inacessíveis			17		7
Total Útil			328		281

Resultados: 1) Referenciados Úteis (Total referenciado, menos total em língua inacessíveis) = 328

2) Obtidos Úteis (total obtido, menos obtido em línguas inacessíveis) = 281

3) Obtidos Úteis dos 3 países em estudo: (ref. menos n/obtidos: 168-31 = 137) = EUA = 67
GRB = 37
CAN = 33
Total = 137

Material em línguas não acessíveis para o estudo

Países	Número de documentos referenciados	Línguas	Número de documentos obtidos	Línguas
Alemanha	8	Alemão	6	Alemão
Estados Unidos	1	Dinamarquês	-	-
Finlândia	3	2 finlandês 1 sueco	- 1	- Sueco
Noruega	1	Norueguês	-	-
Polônia	1	Polonês	-	-
Suécia	2	Sueco	-	-
Hungria	1	Húngaro	-	-

1.2.2.2 - As organizações objeto

Havia ainda uma dificuldade a resolver. Embora os países já estivessem definidos, foi constatada, de pronto, uma diferença entre as organizações a serem comparadas, pelo menos em termos de terminologia. Assim se configurava o panorama:

- Estados Unidos - Library of Congress e seu Congressional Research Service (CRS);
- Grã-Bretanha - House of Commons Library (HCL) e House of Lords Library (HLL);
- Canadá Library of Parliament (LP).

Os primeiros documentos obtidos sobre o assunto nos Estados Unidos se concentravam sobre o Congressional Research Service (Serviço de Pesquisa do Congresso). É do conhe-

cimento geral que este é o órgão, no Congresso norte-americano, diretamente responsável pelo suprimento de informação aos parlamentares. Parecia racional que apenas essa parte da LC fosse eleita para a análise. Leituras posteriores indicaram que a escolha conseguia respaldo em outros trabalhos sobre instituições de informação nos parlamentos, onde este é o órgão abordado, e não a Library of Congress, da qual é, oficialmente, um departamento. Apesar desta vinculação oficial, o CRS apresenta características de verdadeira biblioteca independente, em termos administrativos, e este vínculo se mantém, como será visto em ocasião oportuna, quase que por uma tradição ou conveniência para o próprio CRS, uma vez que isto lhe assegura o livre trânsito dentro da organização-mãe, o que significa disponibilidade de uma fabulosa coleção e maior facilidade para comunicação e negociação com o Congresso, em determinadas situações especiais. O Congressional Research Service (CRS) serve às duas Casas do Congresso.

Quanto à Grã-Bretanha, verificou-se, desde o início, a existência de uma biblioteca em cada uma das Câmaras. A busca da literatura, todavia, revelou que havia muito pouca publicação sobre a House of Lords Library (HLL). Apesar deste fato, foi decidido considerar ambas as instituições, nos tópicos onde isso fosse possível — o que raramente se viabilizou.

Em relação ao Canadá, a questão foi facilmente definida pela existência da Library of Parliament, que serve às duas Casas.

Apesar da concentração do estudo nessas três instituições, outros órgãos e serviços foram também abordados, bastando, para isto, que houvessem sido parte integrante da documentação-núcleo analisada.

1.2.3 - Definição do método

É possível que um estudo que se proponha a analisar organizações, eleitas sob um critério baseado na disponibilidade de documentação sobre as mesmas, deixe de incluir informações relevantes pelo fato de não estarem cobertas por tal literatura. Pensou-se na possibilidade de elaboração de um questionário que contribuisse para diminuir esse risco, mas uma rápida consulta à documentação sugeriu divergências de terminologia entre as três organizações, e contornar essa dificuldade acarretaria um grande consumo de tempo. Optou-se, pois, pela coleta de dados baseada apenas nos documentos — que, embora secundários em sua maioria, incluíam vários documentos primários, como alguns dos relatórios das bibliotecas em questão (58:131). Procedeu-se, para essa coleta de dados, a uma indexação minuciosa dos mesmos. Esta se constituiu numa fase de trabalho exaustivo e lento. Porém, era a única forma de assegurar credibilidade para a escolha final de variáveis. A idéia era que se chegasse a um resultado o mais objetivo possível, livre de qualquer postura preestabelecida. Essa fase exigiu também muita disciplina e método próprio. Inicialmente foi feito um teste piloto analisando três documentos de cada país, escolhidos aleatoriamente. Com isto pretendia-se obter uma amostra do que viria a ser o resultado final dessa etapa. Após esse teste, procedeu-se à indexação da documentação-núcleo, em ordem cronológica, relativa a cada um dos países: Canadá, Estados Unidos e Inglaterra, nesta ordem. Para cada país foi montado um quadro que refletia os tópicos debatidos, ou variáveis, e o número de ocorrência da mesma nesse subgrupo. Dessa etapa, seguramente a mais longa de todo o processo, resultou a reunião de 210 variáveis diferentes, e o número de ocorrências das mesmas em relação a cada um dos três países em análise.

Decidiu-se pela análise de todas as variáveis detectadas (anexo 3)*, embora uma simples observação de sua

*O anexo 3, nesta fase, estava constituído de todas as variáveis detectadas. Posteriormente estas variáveis foram agrupadas em duas partes, uma vez que o esquema geral de análise dificultava o uso de algumas variáveis como item básico. O material referente às mesmas foi analisado e, tanto quanto possível encaixado como complemento dos itens básicos.

metodologia sugerisse a possibilidade de análise de um ou mais dos três seguintes subgrupos:

- a) as variáveis de frequência maciça na documentação-núcleo, provavelmente ocorridas nos três países;
- b) as variáveis de frequência mediana na documentação-núcleo, provavelmente ocorridas em dois, e às vezes três países;
- c) as variáveis de frequência esporádica na literatura-núcleo, provavelmente ocorridas em um só país, às vezes em dois, e muito raramente em três.

Desta forma, o procedimento escolhido, pode ser representado pelo esquema que se segue:

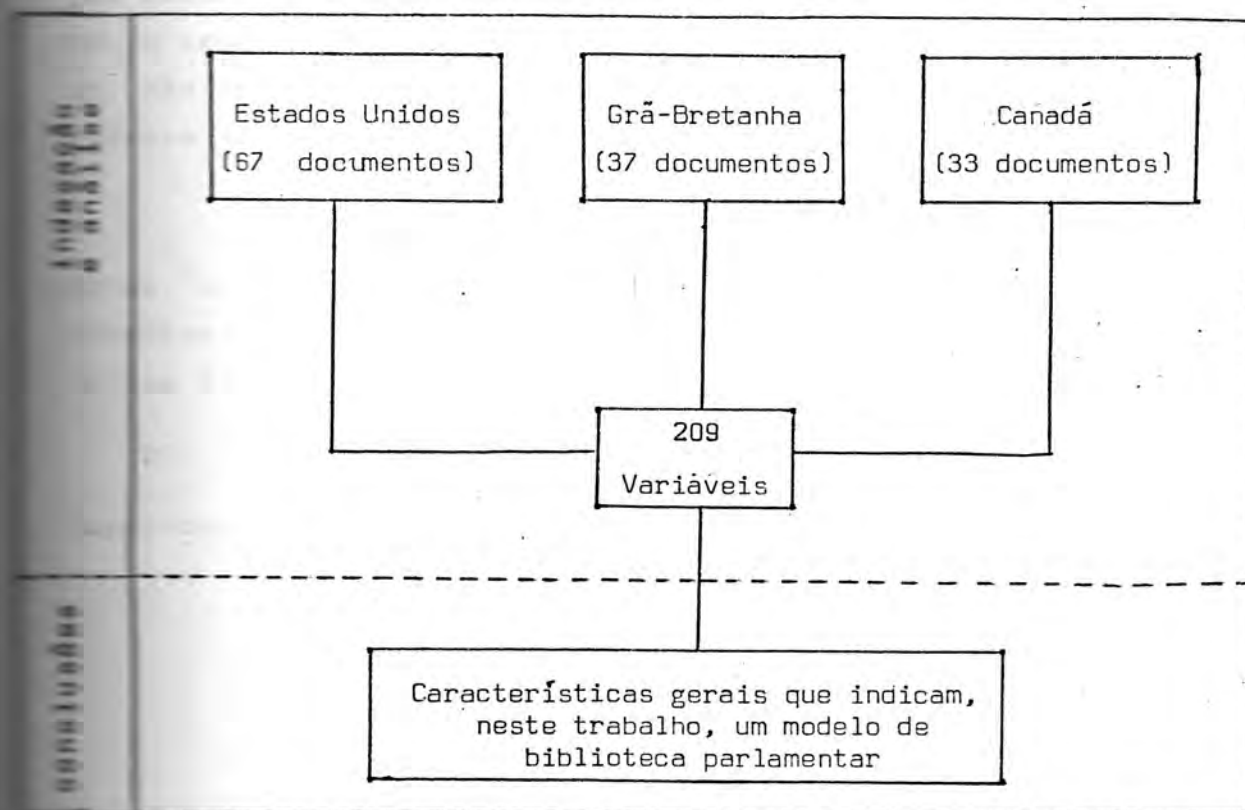


Figura 1 - Diagrama ilustrativo do fluxo da metodologia seguida na pesquisa

Com esse quadro de variáveis, estava estabelecida a configuração geral ("pattern") de que falam Simsova e Mckee (157). O próximo passo seria a classificação das variáveis segundo um

esquema geral que propiciasse a análise comparativa de tópicos mais amplos. Esse esquema foi estabelecido com base na estrutura adotada por Bertrand M. Gross⁽⁷³⁾, em sua obra Organizations and their manageng. Assim, tanto quanto possível os tópicos gerais desta pesquisa, principalmente os de sua parte central — as bibliotecas parlamentares vistas sob o enfoque organizacional — foram arranjados na mesma seqüência da publicação citada. Uma vez estabelecido o esquema, passou-se à seleção das variáveis que deveriam ser incluídas em cada item. O resultado desse estágio comprovou-se a base das tabelas utilizadas no capítulo 5 e da estrutura dos anexos correspondentes às mesmas. Algumas variáveis levantadas na fase da indexação comprovaram-se inadequadas para constituírem itens do esquema adotado. Desta forma, apesar de terem servido como embasamento geral e como complemento de outras variáveis no decorrer do estudo, não foram tabuladas nas tabelas e nem nos anexos. Estas variáveis foram incluídas na parte II do anexo 3 (28 variáveis).

No que diz respeito a essas tabelas, especificamente, uma vez que a freqüência de cada variável independe da freqüência das demais, de uma mesma tabela, parece útil proceder-se à explicação dos elementos que as compõem.

Tomando a tabela número 8 como exemplo tem-se o seguinte:

TABELA Nº 8

Variáveis sobre a atuação legislativa e conseqüente
necessidade de informação: incidência na literatura-núcleo

② Variáveis	① Países EUA F - %	GRB F - %	CAN F - %	Total F - %
Ambiente parlamentar	16 - 23,8	8 - 21,6	7 - 21,2	31 - 22,6
Explosão da informação	4 - 5,9	7 - 18,9	1 - 3,0	12 - 8,7
Mudanças sociais	12 - 17,9	6 - 16,2	1 - 3,0	19 - 13,8
③ Necessidades de informação	19 - 28,3	19 - 51,3	5 - 15,1	43 - 31,3
Poder Legislativo	12 - 17,9	10 - 27,0	4 - 12,1	26 - 18,9
Poder Legislativo <u>ver</u> <u>sus</u> Poder Executivo	4 - 5,9	8 - 21,6	3 - 9,0	15 - 10,9
Processo legislativo	-	1 - 2,7	-	1 - 0,7
④ Documentos com 1 ou mais variáveis	33 - 49,2	27 - 72,9	9 - 27,2	69 - 50,3
⑤ Total de documentos do país	67 - 100	37 - 100	33 - 100	137 - 100

Atribuindo um número a cada nível no sentido ho-
rizontal, encontram-se os seguintes elementos:

Nível 1 - países: correspondem a este elemento
quatro colunas, sendo que as três pri-
meiras incluem os países cujas biblio-

ses, o número de documentos do país que citou a variável indicada no nível 3, e o percentual que este número representa dentro do grupo de documentos do país. b) na coluna "total", a soma dos documentos indicados nas três colunas anteriores, e o percentual que esta soma representa em relação ao total de documentos da literatura-núcleo;

Nível 2 - Variáveis: esse termo indica que naquela coluna serão arroladas as variáveis consideradas para o item em análise;

Nível 3 - lista das variáveis, retiradas do anexo 3 para embasamento do tema presente;

Nível 4 - o conjunto de documentos que incluíram ou uma ou algumas ou todas as variáveis arroladas no nível 3. Deve-se atentar que um mesmo documento pode ter arrolado diversas variáveis, não correspondendo este campo a qualquer soma dos documentos indicados em cada variável. Os dados parciais de cada país apresentados nesse nível correspondem ao "total" dos anexos correspondentes à tabela; a coluna "total" corresponde à soma de documentos dos três países que incluíram as variáveis, e o respectivo percentual dessa soma na literatura-núcleo;

Nível 5 - a expressão "total de documentos do país" é auto explicável; o campo de encontro deste nível com a coluna "total" do nível 1, inclui o total de documentos dos três países que formaram a literatura-núcleo.

1.3 - REVISÃO DA LITERATURA

Pelo fato de o trabalho se basear integralmente na análise de conteúdo de documentos, não foi desenvolvido um capítulo propriamente dedicado à revisão da literatura, como geralmente se adota em trabalhos científicos.

Contudo, ênfase especial deve ser dada à quatro publicações que se constituíram em verdadeiros alicerces para o presente estudo. Todos são trabalhos elaborados segundo uma abordagem comparativa, mas nenhum deles se assemelha a esta pesquisa no que concerne ao arranjo e esquema geral adotado. Outrossim, todos incluem capítulos devotados às organizações aqui analisados. Esses capítulos estão incluídos na bibliografia consultada e citada. Por sua vez, os documentos como um todo constam da segunda parte da bibliografia, ou seja, as fontes apenas consultadas.*

O primeiro desses estudos, o de Laundry (1980), reúne capítulos sobre cinco bibliotecas parlamentares, incluindo o Serviço de Pesquisa do Congresso, CRS. Além destes, há também um capítulo sobre as bibliotecas parlamentares de nível estadual, da Austrália e do Canadá. A estrutura geral se divide em duas partes: a biblioteca parlamentar e suas funções; e, a função de pesquisa da biblioteca parlamentar.

* As referidas fontes são: LAUNDY, 1980, 154 p.; LIBRARY Services to the Legislature; a symposium, 1965, 117 p.; MORGAN, 1976, 90 p.; UNIÃO INTERPARLAMENTAR, 1973, 2 v. (cf. os itens 190, 191, 192 e 196 da bibliografia)

A segunda obra, Morgan (1976) inclui informações gerais sobre serviços e outros tipos de apoio material disponível para o parlamentar. Como tais são considerados os itens a) aspectos gerais da condição de parlamentar: salários, aluguéis, escritórios, viagens, assistência secretarial, assistência de pesquisa b) serviços de pesquisa e informação. O trabalho inclui capítulos sobre oito países (no caso de países bicamerais considera apenas uma das Câmaras), não estando entre os mesmos a Grã-Bretanha. Esta só é considerada no capítulo dedicado às conclusões.

O trabalho publicado pela União Interparlamentar (1973) inclui, no primeiro volume, pronunciamentos de representantes de cerca de 15 países a respeito de experiências desenvolvidas nas respectivas bibliotecas parlamentares; no segundo volume é apresentado um levantamento geral de dados sobre bibliotecas ou serviços de informação e pesquisa dos parlamentos de 39 países. Inclui este volume ainda um resumo sobre outras fontes de informação para parlamentares.

Finalmente, a quarta publicação deste grupo de compilações e levantamentos contém os artigos apresentados em seminário de 1965. A obra se estrutura em três partes básicas: a primeira contém artigos sobre bibliotecas parlamentares de cinco países; a segunda sobre o Serviço de Pesquisa do Congresso norte-americano e ainda algumas instituições equivalentes ao mesmo mas de nível estadual; a terceira explora o assunto na Austrália, também a nível federal e estadual.

CAPÍTULO II

O PODER LEGISLATIVO

2.1 - ASPECTOS INTERNACIONAIS

2.1.1 - Introdução

Teoricamente, a divisão de poderes atingiu seu auge com a obra de Montesquieu, De l'esprit des lois. Aí é proposto o exercício de três poderes: "o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou desavenças entre pessoas específicas (131:143).

Historicamente, o Poder Legislativo surgiu dentre os três poderes como o principal. Com o passar dos tempos, entretanto, o poder preponderante tem sido exercido ora pelo setor legislativo ora pelo setor executivo — o qual, se em grau exacerbado, pode propiciar a formação e expansão de regimes autoritários.

O momento atual se caracteriza por um lento declínio na detenção do poder pelo Legislativo. É um fenômeno mundial, embora em alguns países — diga-se, em grande parte deles — o Legislativo ainda se apresente como instituição de considerável força na conjuntura estatal. Caso especial parece ser o dos Estados Unidos, onde têm havido recentes aumentos e melhorias nas atividades do legislativo, possibilitando e "requerendo um relacionamento mais independente e igualitário com o Poder Executivo" (183:537).

Essa imagem de ascensão e queda dos parlamentos encontra reflexo na própria história da humanidade, que,

através dos séculos, tem se caracterizado por períodos de crise e de estabilidade. É natural que este fenômeno se faça presente, portanto, também nas organizações.

Devido ao esvaziamento paulatino que se tem notado nos parlamentos, em favor do Poder Executivo, suas funções básicas tendem também a se transformar. Assim é que, segundo alguns autores, o controle do Executivo tem crescido em grau de importância no rol das funções do Legislativo, em detrimento até mesmo da elaboração das leis; outros autores, porém, clamam a importância desta última e formam a corrente dos que lutam para que o processamento das leis volte a ser (nos países que perderam muito poder), ou não deixe de ser função quase exclusiva do Poder Legislativo.

A partir deste quadro geral e do nível de força ainda detido pelo Poder Legislativo em relação à tomada de decisões, que possam resultar em políticas mais amplas, Mezey (130:51) classifica os legislativos vigentes em quatro categorias, a saber:

- a) ativo - tem poderes (e os usa) para modificar proposições do Executivo;
- b) reativo - não pode rejeitar proposições do Executivo; apesar de não sofrer restrições constitucionais, falta-lhe a situação política para tanto;
- c) consultivo - os projetos de governo são aprovados sem debate, dominando todo o processo decisório;
- d) legitimador - o parlamento não rejeita, não emenda nem estabelece diretrizes para o Governo; apenas legitima os atos do Executivo.

Embora não se apresente neste estudo uma lista dos países que pudessem constituir cada categoria de par^lamentos, como teria sido desejável, uma rápida consulta à literatura especializada dá ao leitor condições de verificar que grande parte dos par^lamentos, como é o caso da América Latina (10:115), se classificaria nos níveis menos atuantes (categorias "c" e "d").

A recuperação do poder perdido, todavia, tem sido tema de amplos debates nacionais e internacionais e, por outro lado, preocupação constante dos órgãos legislativos em todo o mundo. Com isso, o Poder Legislativo tem conseguido manter sua relevância no panorama geral do estado, através do que tem se mantido atuante nas áreas que lhe restaram, numa tentativa de soerguimento e revitalização.

Há de se esperar que um refortalecimento venha a ocorrer, senão pode forças mais atuantes, pelo próprio decorrer do tempo, este, como já dito, caracterizado por períodos de crise e de estabilidade.

2.1.2 - Parlamentarismo e Presidencialismo

Acredita-se que o nível de atuação dos par^lamentos dependa, entre outros fatores, das formas de governo e de Estado adotados nos vários países (147:68-78).

A despeito da confusão que as divergências terminológicas entre os autores possam causar ao estudioso, adotaram-se neste trabalho as seguintes definições*

* Compilação e adaptação com base em: KIELORN, Ana Elizabeth. Dicionário de termos políticos. São Paulo, Iris, 1965. p. 145.

a) Estado federativo - Estados em que há vários governos regionais e um governo central. Ambos os níveis de governo têm poderes sobre questões específicas, que são delimitadas, quase sempre, por uma constituição escrita, também na constituição são previstos os métodos de solução de conflitos que porventura surjam entre os dois níveis de governo. Ambos, porém têm poderes quanto à tributação e à execução das leis. São exemplos de países federativos: Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Índia, Malásia, Estados Unidos.

b) Estado unitário — Estado em que os poderes do governo se concentram num grupo de autoridades centrais, ao contrário da divisão citada no item anterior. São unitários o Reino Unido e a França, dentre outros.

c) Parlamentarismo — Sistema de governo em que existe um Gabinete que decide coletivamente sobre a política a ser apresentada ao Legislativo, e perante o qual é responsável por essa política, além de responsável por sua execução através do controle e coordenação dos órgãos do Executivo. O Gabinete deve possuir o apoio da maioria do Legislativo, o qual, por sua vez, deve ser suficientemente estável para que o volume das proposições do Gabinete receba aprovação. O Parlamentarismo pressupõe a separação dos cargos de Chefe de Governo e Chefe de Estado. São exemplos de países parlamentaristas: Reino Unido, Austrália e Canadá.

d) Presidencialismo — Sistema de governo em que quase sempre o Chefe de Estado é também o Chefe de Governo, onde o Gabinete é que tem a função de corpo assessorial, mais do que a de corpo responsável. Exemplo de países presidencialistas: Estados Unidos, Brasil e países da América Latina em geral.

e) República — Forma de governo onde o Chefe de Estado é escolhido por eleição ou nomeação, direta ou in-

diretamente, através dos cidadãos ou de seus representantes. Não há, entretanto, implicação de que a forma de governo seja democrática numa república. Exemplos de repúblicas: Alemanha Federal e Brasil.

f) Monarquia — Forma de governo em que há um único Chefe de Estado, com um título (Rei, Rainha ou equivalentes) e em que tal cargo é hereditário. Através da história, este regime vem sendo substituído por oligarquias republicanas, democracias ou ditaduras totalitárias. São exemplos de monarquias: Reino Unido, Holanda, Espanha.

Tanto a participação dos cidadãos quanto a do Poder Legislativo que os representa sofrem de aberturas ou restrições que as próprias constituições nacionais, ao lado de outras normas jurídicas, lhes impõem. A elaboração da norma que delimita os poderes, por sua vez, obedece a dispositivos preestabelecidos em outras normas ou já consagrados por tradições no país, tendo, portanto, raízes com as formas de Governo e de Estado adotadas.

Aparentemente, entretanto, a atuação do Poder Legislativo, considerado principalmente em âmbito geográfico nacional, depende mais do regime de Governo em si (parlamentarismo, colegiado ou presidencialismo, para os países democráticos) do que da forma de governo (unitarismo e federalismo).

Interessam, neste estudo, principalmente o Parlamentarismo e o Presidencialismo. Uma análise rápida de suas características permitirá um melhor conhecimento dos países cujas instituições encarregadas da provisão de informação legislativa constituirão o objetivo desta pesquisa.

No sistema parlamentar os cidadãos não votam diretamente para a eleição do Chefe do Executivo. Votam nos seus representantes no Legislativo. Em si mesmo, portanto, o

Parlamentarismo não indica uma modalidade de governo democrática ou autoritária, mas todos os sistemas parlamentares têm em comum uma íntima relação institucional entre os ramos executivo e legislativo do governo.

As características gerais do Parlamentarismo, na sua forma clássica, são as seguintes*:

1. o Poder Executivo é exercido por um Conselho de Ministros, ou Gabinete, que é chefiado pelo Primeiro Ministro, que é também responsável perante o Parlamento;
2. o governo depende da confiança do Parlamento e deve se demitir ou remodelar-se quando lhe for retirada a confiança;
3. o Parlamento é eleito para vigir num período, mas pode ser dissolvido pelo governo antes do prazo previsto (caso passe a agir contrariamente aos interesses do povo);
4. as funções do Chefe de Estado (soberano, Presidente) são limitadas;
5. esse sistema se aplica tanto a monarquias quanto a repúblicas;
6. os cargos de Chefe de Governo e de Chefe de Estado não podem pertencer a uma mesma pessoa.

* Classificação baseada em: a) KIELHORN, Ana Elizabeth. Dicionário de termos políticos. São Paulo, Iris, 1965. p. 145; b) RUSSOMANO, Rosah. Dos Poderes Legislativo e Executivo. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1976. p. 184-5.

Nesse regime, as funções legislativas recebem grande peso devido à alta inter-relação entre Legislativo e Executivo. Se, por um lado, o Parlamento tem o poder de exonerar o governo de suas funções executivas, caso seu programa não seja aceito pela maioria dos legisladores, e substituí-lo por um outro que se comprometa com um novo programa de ação, por outro lado, numa situação de impasse entre as duas áreas aqui consideradas, é permitido ao Executivo dissolver o Parlamento e convocar novas eleições. Desta forma, parece existir uma estreita aproximação e interdependência entre legislativo e executivo, e quanto mais, sintonicamente atuarem o Parlamento e o Gabinete maior será a probabilidade de que os resultados atingidos sejam positivos.

No sistema presidencialista, mais encontrado nas repúblicas, os membros do parlamento são eleitos por determinado período e o Presidente não pode dissolver aquela organização. O governo não depende da confiança do Parlamento. O Presidente exerce suas funções executivas por sua própria autoridade. É eleito pelo povo, direta ou indiretamente, também por um período determinado.

As características gerais e tradicionais do Presidencialismo podem se resumir nas seguintes*:

1. o Chefe do Executivo — eleito pelo povo e por prazo certo — encarna o fulcro do regime;
2. os Ministros de Estado são nomeados e demitidos livremente pelo Presidente da República;

* Classificação baseada em: a) KIELORN, Ana Elizabeth. Dicionário de termos políticos. São Paulo, Iris, 1965. p. 145; b) RUSSOMANO, Rosah. Dos Poderes Legislativo e Executivo, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1976. p. 184-5.

3. essas autoridades não formam um todo orgânico (Ministério ou Gabinete), nem deixam o poder por desconfiança do Legislativo;
4. a Câmara Baixa é indissolúvel por pronunciamento do Executivo;
5. a mesma pessoa exerce as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo;
6. é um sistema só aplicável a repúblicas.

Uma das principais características do modelo é a independência bem definida entre o Executivo e o Legislativo. O Presidente escolhe seus Ministros sem interferência das Câmaras, e estas, por sua vez, são autônomas, não podendo ser dissolvidas por aquele.

O prazo dos mandatos é definido em ambos os casos (o que dá estabilidade a ambos os setores), e isto talvez explique tal independência. O lado negativo do regime, com frequência natural de tal independência é um trabalho mais individualista e concorrente do que grupal e cooperante entre os dois poderes. Isto leva a que um deles se sobreponha (o Executivo, na atualidade) diante das decisões nacionais, podendo conduzir o outro a um processo contínuo de desgastes e desestímulo.

Embora apresentando as estruturas básicas citadas, tanto o Parlamentarismo como o Presidencialismo vêm sofrendo alterações através dos tempos, um tem adotado, não raro, procedimentos, normas e princípios do outro. Mesmo assim, ainda não houve verdadeira metamorfose de nenhum deles. Há um consenso geral de que o Presidencialismo é um sistema peculiar ao novo mundo (Estados Unidos e América Latina), e o Parlamentarismo ao velho mundo (Europa, Ásia).

No que toca ao Poder Legislativo especificamente, cabe lembrar que ambos os regimes pressupõem o pleno

funcionamento do sistema representativo. O Legislativo deve se constituir de elementos eleitos pelo povo, e estar atento às necessidades legislativas da Nação; fazer críticas construtivas; elaborar estudos gerais de natureza jurídica, econômica, social e até técnica e científica, num esforço de demonstrar ao país o que lhe falta para ainda mais se desenvolver. É necessário que o parlamentar se acostume à idéia da não-obtenção de frutos imediatos, conforme proposto por Oliveira Filho (136:9-10). Seu papel básico é lançar idéias para mudanças futuras. Dessa atuação depende a dignidade e o fortalecimento do Poder Legislativo.

Uma conclusão a que se pode chegar a partir do que foi exposto é que no regime parlamentarista existe uma estreita cooperação entre o Legislativo e o Executivo. Aí a política é orientada para o parlamento, o que não ocorre no presidencialismo. Por outro lado, o sistema parlamentarista apresenta características de instabilidade para ambos os lados, vez que cada um tem poderes para dissolver ou reorganizar o outro. Acredita-se que este seja um fator que os leva tanto a um respeito mútuo maior como a uma equiparação visível, no que tange, por exemplo, a iniciativas de decisão. Enquanto isto, o regime presidencialista, onde a separação de poderes é muito mais nítida, permite ao ramo que detenha maior parcela de poder (atualmente o executivo) uma atitude de superioridade que, apesar de algumas vezes gerar efeito positivo, apresenta situações de verdadeiro desafio de sobrevivência ao outro, gerando, freqüentemente, situações de desestímulo e submissão do setor menos poderoso.

Daí acreditar-se válido inferir que o regime parlamentarista possa oferecer maior condição de participação do Poder Legislativo no processo decisório geral do país, o que há de se refletir na dinâmica interna dos parlamentos.

É lógico que tal conclusão poderá sofrer crí-

ticas se, além desta ótica mais simplista do comportamento do regime, forem considerados fatores macroeconômicos e marco-sociais, dentre outros. O Parlamentarismo então poderia ter a seu favor, como regime que permite uma maior participação política, fatores como:

- a) a maioria dos países parlamentaristas pertence a áreas econômica e culturalmente desenvolvidas: isto leva a crer que os parlamentos sejam dotados de maior autonomia;
- b) a influência do Parlamentarismo inglês — a forma mais clássica de Parlamentarismo, e hoje tida como a mais democrática — conduz ao raciocínio formulado.

2.1.3 - Legislaturas

O Poder Legislativo, em sua função política, é exercido por instituições ora denominadas Congresso, ora Parlamento, ou ainda Assembléia e Dietas. No entanto, não raro a literatura internacional adota o termo parlamento e seus derivados em substituição aos demais. Daí encontrar-se com frequência expressões como "parlamentares brasileiros", ao invés de "congressistas brasileiros"; "Parlamento japonês", ao invés de "Dieta japonesa".

O presente estudo procura seguir essa mesma linha de despreocupação terminológica.

Este tópico tem como fontes básicas duas pesquisas desenvolvidas no exterior. A primeira foi elaborada em 1964 para a Associação de Secretários-Gerais de Parlamen- tos (86:197-233), e publicada em 1966; a segunda foi elaborada em 1974, pela União Interparlamentar e publicada em 1976 (173). Nelas se baseia a análise que se segue sobre o Poder Legisla- tivo a nível de generalização, em relação às suas funções, estrutura cameral, estrutura organizacional e dimensões.

2.1.3.1 - Funções

As funções básicas dos legislativos atuais podem se classificar em três: elaboração ou aprovação de leis federais; controle das finanças do governo federal; e, con- trole ou fiscalização das ações do Executivo.

Difícil afirmar qual das funções é a mais im- portante. A elaboração das leis, entretanto, parece ser fe- nômeno inerente ao Legislativo, embora alguns autores consi- derem a partilha dessa função entre Executivo e Legislativo uma conquista, e não um retrocesso. No caso do Brasil, no dizer de Trein, isto fez com que o Legislativo se libertasse de "esquemas arcaicos, sem nenhuma diminuição do Poder Legis- lativo, por ser limitada pela Constituição e por serem inde- legáveis os atos de competência exclusiva do Congresso" (172:12).

A literatura sobre funções do Legislativo é bastante ampla. Grande parte dos trabalhos apresentados na obra editada por Mendes (121) trata do assunto, ora de forma mais superficial, ora mais profunda.

Inúmeras são as classificações das funções apresentadas pelos estudiosos*. Aparentemente qualquer função que o Legislativo desempenhe poderá estar enquadrada nas suas amplas atividades: a função legislativa propriamente dita; a função de supervisão e crítica ao governo; e, a função de fórum de debates de temas nacionais e de formação de opinião pública. Todavia, tomando por base o modelo proposto por Pyne, é possível obter um quadro mais detalhado das mesmas, como é demonstrado abaixo:

Funções - Atividades que indicam desempenho das funções.

a) de decisão:

- . elaboração da lei (iniciativa, modificação, veto);
- . supervisão do Executivo;
- . estudos sobre o eleitorado;
- . clientelismo - proteção e amparo;
- . articulação de interesses;
- . resolução de conflitos.

b) de legitimação e de deslegitimação

1. legitimação latente

- . as sessões freqüentes do congresso ou parlamento em si.

* Ver por exemplo: a) PYNE; Peter. Legislatures and development; the case of Ecuador, 1960-1961. Comparative political studies 9(1):69-92, Apr. 1976; b) ASTIZ, Carlos Alberto. The decay of Latin American Legislatures. IN: KORNBERG, Allan, ed. op. cit. p. 115; c) LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. Sobre as funções do Legislativo. R.Ci. pol. 6(2):115-29, abr./jun. 72; d) ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. O processo legislativo; conflito e conciliação na política brasileira. Brasília, UnB, 1973 (p. 15-16).

2. legitimação pública

- . produção legislativa em geral;
- . produção legislativa correspondente aos programas do governo;

3. deslegitimação

- . produção legislativa em declínio;
- . falha no desempenho em programas de reformas;
- . orçamentos deficitários;
- . ratificação de legislação em conflito com a política governamental;
- . regovação de legislação executiva;
- . interpelação de Ministros nas dependências do Parlamento;
- . debates e discursos antigovernamentais;
- . suporte e encorajamento oferecido aos grupos de processo pelos parlamentos.

c) Outras

1. recrutamento - de elites que possam dar vazão à sua ambição política;
2. socialização - condicionamento de comportamento e atitudes no eleitorado e nas elites;
3. integração - aumento de experiência na área política pode levar à redução de tendências regionais;

4. eleição - eleição em si; campanha contínua;
5. culturais - debates e desenvolvimento de pesquisas sobre temas relativos ao desenvolvimento das ciências, sobretudo da ciência política.

Cabe lembrar que, para Pyne, as funções de legitimação são aquelas que compreendem as atividades do legislativo que apóiam o governo, diga-se, seus programas e suas políticas; as de deslegitimação seriam, ao contrário, as que negam ou criticam negativamente tais elementos.

Apesar das freqüentes limitações que o momento histórico tem imposto às instituições legislativas, elas ocupam ainda lugar de suma importância em qualquer sistema institucionalizado de governo, tanto nos países desenvolvidos como nos demais. Os parlamentos continuam insubstituíveis em várias de suas funções básicas, como naquelas em que servem de agências para recrutamento de líderes políticos e para proteção dos direitos humanos, elementos de intermediação entre a clientela e a burocracia ou tecnocracia; e elementos de legitimação do sistema político, ou ainda, como fórum dos debates nacionais (21:38).

O novo papel dos parlamentos, já que a função legislativa se encontra, em grande parte, distanciada dos mesmos, ainda se acha relativamente indefinido. No caso no Brasil, há mesmo quem sugira sua transformação em uma instituição de pesquisa (11:27-30). Trata-se, naturalmente, de sugestão de um intelectual dedicado à profissão do magistério, mas que pode suscitar reflexões. A corrente dos profissionais da política tende, por seu lado, a defender a recuperação plena do poder de legislar, ou de, pelo menos, uma participação realmente ativa dos parlamentares no processo decisório do sistema político geral (18:70-2).

Reações têm sido detectadas nos principais parlamentos mundiais. Artigo datado de 1980 informa, por exemplo, que o Congresso americano tem reagido a essa situação e se tornado "cada vez mais importante, devido a reformas em sua própria organização e à decisão de recuperar o poder que perdera para a Casa Branca" (158:42). E ele está realmente recuperando seus poderes, conclui aquele documento.

2.1.3.2 - Estrutura Cameral

Os parlamentos se classificam em bicameralistas e unicameralistas, conforme o número de câmaras.

A adoção do sistema bicameralista, afirma Izaiga "deriva-se da idéia de Montêsquieu, segundo a qual todo poder único se transforma em tirânico e que, para refreá-lo é melhor dividi-lo" (87:442).

Russomano classifica os sistemas legislativos bicameralistas em quatro categorias, tomando como critério a natureza da Câmara Alta (149:62):

a) bicameralismo aristocrático - de origem inglesa, teve grande aplicação no século passado. Devido à configuração atual do Estado moderno, acha-se em desuso. Apenas a Inglaterra, tradicional por filosofia, ainda o adota em nossos dias. Neste tipo de parlamento, a Câmara Alta é constituída de pessoas consideradas nobres ou pertencentes a uma alta elite de classes profissionais e religiosa;

b) bicameralismo sistemático — é o sistema onde a Câmara Alta representa o elemento conservador da estrutura constitucional. Seu papel básico é refrear, conter e esmorecer o ímpeto da Câmara Baixa, procurando estabelecer o equilíbrio. Como exemplo de país que adota este sistema tem-se a Itália;

c) bicameralismo técnico — pressupõe a existência de uma segunda câmara, formada, por definição, de elementos técnicos especializados, a quem estão afetas funções de assessoria técnica;

d) bicameralismo federal — também por definição, é o sistema pertinente ao Estado federal. Aí a Câmara Alta congrega os representantes dos Estados-membros. Este tipo de bicameralismo apresenta, não raro, características específicas dos vários países no que concerne, por exemplo, à forma de eleição para uma e para a outra Casa; número de representantes por Estado-membro no Senado, etc.

A partir dessa classificação pode-se admitir que a adoção do bicameralismo nos vários países tenha sido efeito de diferentes causas.

Nos Estados Unidos partiu-se para uma abordagem de um bicameralismo divergente do da antiga metrópole (Inglaterra), por ter sido sentida a necessidade de se proporcionar, aos membros que se uniam na federação, um organismo nacional que velasse pela conservação de suas autonomias particulares. Este tipo de bicameralismo serviu de modelo aos novos países latino-americanos.

Na França, o bicameralismo surgiu como uma contestação da Revolução ao Governo convencional de uma só câmara.

A medida que os países novos iam sendo instalados, o bicameralismo foi se estendendo pela Europa.

Após a Segunda Guerra Mundial começou a aparecer nas constituições uma tendência unicameralista. A França substituiu seu Senado pelo Conselho da República, que exerce função consultiva, e não legislativa.

Todavia foi a Constituição russa de 1936 que, antes mesmo da Segunda Guerra, contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento do unicameralismo. Os países que sofrem influência direta da União Soviética são exemplos dos que aderiram a essa estrutura de parlamento.

A Tabela nº 5, reproduz a distribuição dos países estudados pelas duas pesquisas mencionadas no início deste tópico, segundo o número de câmaras dos parlamentos e segundo a estrutura de governo (federal ou unitário). A esses dados foram acrescentados outros relativos a 1984 (178), fornecidos pela União Interparlamentar, numa tentativa de, tanto quanto possível, atualizar os dados incluídos neste item.

TABELA Nº 5
Distribuição dos vários países segundo
sua estrutura cameral - 1964, 1974 e 1984

Pes- qui- sa de	Total países	Estrutura Federal		Estrutura Unitária		Estrutura não especificada		Dados in- completos
		Unicame- rais	Bicame- rais	Unica- merais	Bicame- rais	Unica- merais	Bica- merais	
1964	126	3	14	47	35	16	3	8
1974	56	1	13	30	12	-	-	-
1984	142	-	-	-	-	101	41	-

Na pesquisa de 1974 foram incluídos 56 países. Destes, 55% adotavam o sistema unicameral, incluindo nesta categoria apenas um país federativo.

Já a pesquisa de 1964 arrojava 126 parlamentos nacionais, dos quais 52,3% eram unicamerais, sendo 3 deles federativos. Finalmente, os dados de 1984 apresentam um percentual de 71% dos países estruturados em uma única câmara.

Nos dez anos que separam as pesquisas de 1964 e 1974, houve, considerando apenas aqueles países comuns a ambas, duas mudanças para o bicameralismo e uma para o unicameralismo.

Mudanças também foram encontradas entre os países comuns à pesquisa de 1974 e o diretório dos parlamentos de 1984: dois países passaram de bicamerais a unicamerais (Noruega e África do Sul), e 2 apresentaram movimento inverso (Esplanha e Tailândia).

Isto vem demonstrar que alguns parlamentos ainda se encontram sob estruturas camerais inadequadas à sua estrutura política e governamental. É difícil, entretanto, concluir qual das estruturadas seria a melhor ou qual deve ser a mais adotada futuramente.

Aparentemente as três fontes analisadas não conseguem demonstrar favoretismo de um tipo de estrutura. A diferença entre o número de países constantes das três fontes dificulta uma conclusão mais concreta. Algumas observações generalizadas sobre determinantes do mundo atual poderiam, todavia, conduzir o raciocínio lógico a favor do uso cada vez mais abrangente da estrutura unicameralista, como a seguir:

a) considerando os dados de 1984, 71% dos parlamentos atuais são unicamerais (em 1974 esse percentual era de 55%);

b) as sociedades têm adotado, cada vez mais, um comportamento economicista, onde o fator financeiro tem o principal peso. Transformar um parlamento unicameral em bicameral parece ação inviável;

c) isto é ainda mais válido para os países recém-independentes e para os de pequena extensão, onde as fontes de recursos são relativamente escassas;

d) ademais, nesses países, em geral, há um maior equilíbrio do poder político, o que justifica o unicameralismo;

e) pelos motivos acima expostos é justo concluir que transformar os sistemas bicamerais em unicamerais seria procedimento mais racional e mais aceitável nos respectivos países bicamerais do que procedimento oposto nos países unicamerais;

f) esta parece ser a tendência mais lógica de mudança, o que pode ser inferido a partir da observação de que todos os países escandinavos substituíram o sistema bicameral pelo unicameral, no decorrer do século atual.

Do ponto de vista político-legislativo, porém, acredita-se que o bicameralismo seja estrutura positiva, tanto no que se relaciona com a qualidade da lei quanto com o dinamismo do Poder Legislativo como um todo. A própria divisão de atribuições entre as Casas faz com que ocorra uma busca do aperfeiçoamento no desempenho dessas atribuições.

2.1.3.3 - Organização Geral

A composição dos parlamentos, quanto a seus membros, é feita através de eleição ou de nomeação. As Câma-

ras Altas são compostas quase invariavelmente através de mais de um critério. Entretanto, é visível o destaque assumido pelas nomeações indiretas. Isto revela o caráter conservador atribuído a essas Casas.

Tal não é o caso das Câmaras Baixas. Em 94,6% dos países estudados pela pesquisa de 1974, a composição das mesmas decorre de eleição popular, em sufrágio universal.

Internamente, no que concerne à área legislativa propriamente dita, na maioria dos parlamentos bicamerais os poderes de ambas as Casas são idênticos. Pequenas diferenças existem em alguns países, onde ora apenas uma das Casas pode iniciar a lei, ora uma delas pode apenas opinar, e ainda ora apenas uma das Casas tem poder de decidir definitivamente sobre o texto da nova lei.

Considerando as Casas do Parlamento como organizações individuais — e isto é válido tanto para os países bicamerais como para os unicamerais — é possível classificá-las, a grosso modo, em duas grandes áreas funcionais. De um lado tem-se uma área de apoio administrativo, e de outro uma de apoio e ação político-legislativos. Essas duas áreas seriam coordenadas pelos órgãos de cúpula, que na realidade compõem o colegiado que em geral preside os parlamentos.

Para os objetivos deste estudo interessa principalmente a área de apoio e ação político-legislativos. Aí se reúnem, dentre outros, as Comissões e os órgãos de informação em geral (centros de documentação, bibliotecas, arquivos, registros e controle de projetos, etc.).

A seguir será feita uma abordagem mais detalhada sobre as Comissões, tendo em vista que os outros servi-

ços deverão ser amplamente discutidos em outras partes deste estudo.

Comissões, em termos parlamentares, são "núcleos de trabalho em que se distribuem os membros das Câmaras legislativas para estudarem os projetos de leis e sobre eles emitirem os seus pareceres" (119:219). Sobre as comissões, órgãos técnicos, verdadeiros filtros entre a proposta de lei e a lei, repousa o processo legislativo.

Da pesquisa elaborada pela União Interparlamentar, em 1974, pode-se tirar a conclusão de que em todos os países grande parte da atividade parlamentar é exercida através de Comissões. Estas são classificadas basicamente segundo dois critérios: 1º) quanto à sua duração — permanentes e temporárias; 2º) quanto à sua função — legislativas e de inquérito. A primeira pode ser considerada mais didática e, por isso, costuma ser a mais encontrada na literatura.

Comissões permanentes são aquelas cuja existência é inerente ao funcionamento do Parlamento. Comissões temporárias são aquelas criadas em função de uma matéria específica. Sua existência cessa quando o estudo é concluído.

O número de Comissões permanentes em câmaras individuais varia enormemente de país para país, indo de 1 a 27, conforme as pesquisas em análise. Muitas vezes essas Comissões são classificadas segundo as grandes áreas ministeriais do Governo. Neste caso, para cada Ministério ou grupo de Ministérios afins, cria-se uma Comissão. Matérias de grande interesse para o desenvolvimento ou segurança nacional também podem justificar a existência de uma comissão, mesmo que não existam órgãos federais encarregados das mesmas.

Os critérios de seleção dos membros do Parlamento para a composição das Comissões são quase sempre baseadas na representação proporcional dos partidos políticos.

As obras consultadas nada informam sobre os pré-requisitos necessários para que um membro seja eleito para uma Comissão. Acredita-se, porém, que um procedimento natural seja aquele através do qual o parlamentar procure se candidatar a áreas sobre as quais possua alguma experiência profissional, ou pelo menos acadêmica.

Assim, nas Comissões residiria a possibilidade de especialização provavelmente almejada pelo parlamentar.

2.1.3.4 - Dimensões

A quantidade de membros por Câmara é outro dado amplamente variável. Os dados de 1984 (178) apresentam os seguintes resultados: a menor Câmara é constituída de 13 membros — representada por dois países de uma só câmara (Tuvalu e Saint Kitts Nevis). Os maiores contingentes são representados pela China: 2.978 membros em sua única Câmara; a Grã-Bretanha e União Soviética, com 1845 e 1500 membros, respectivamente, computadas as duas Câmaras.

A distribuição geral dos parlamentos quanto ao contingente de parlamentares está configurada na Tabela nº 5. Os dados de 1984 mostram que 70,7% das Câmaras Altas se classificam na faixa de até 100 parlamentares (contra 65,3% em 1974). As Câmaras Baixas apresentam em média um contingente mais numeroso — 73,9% delas estão na faixa de até 300 membros (em 1974, havia apenas 66% nesta faixa); 11,2% se encontram nas faixas de 351-400 e de 451-500. As demais frequências são bastante baixas. Apenas 3,4% das Câmaras Baixas possuem um contingente acima de 600 membros. Na mesma faixa se encontram 4,8% das Câmaras Altas.

É provável, a partir da análise dos dados, que: 1º) os novos parlamentos que estão surgindo estejam optan

do pela estrutura unitária; 2º) o número de parlamentares seja proporcionalmente menor para estes mesmos parlamentos.

Há dois fatores básicos que determinam a quantidade de membros de um parlamento. Um deles é o tamanho da população; o outro engloba as condições ambientais e geográficas — observados os tetos superiores e inferiores, a fim de que seja assegurado o efetivo funcionamento do Legislativo. Logo, um país de população e áreas muito pequenas precisa se situar num nível mínimo, senão será difícil a atuação de grupo tão reduzido; da mesma forma, o país de ampla extensão e população numerosa deve se situar num nível máximo, acima do qual a eficiência da instituição ficaria comprometida.

TABELA Nº 6
Distribuição das câmaras Altas e Baixas
segundo o nº de parlamentares que congregam

Número de Membros	Número de Países			
	1974		1984	
	Câmara Alta	Câmara Baixa*	C. Alta	C. Baixa*
1-50	5	2	18	31
51-100	12	10	11	28
101-150	2	8	3	15
151-200	1	10	1	21
201-250	2	5	3	10
251-300	2	2	1	7
301-350	1	3	2	4
351-400	-	2	-	8
401-450	-	3	-	1
451-500	-	5	-	8
501-550	-	2	-	4
551-600	-	1	-	-
601-650	-	2	-	3
651-700	-	-	-	-
701-750	1	-	1	1
751-800	-	1	-	-
Mais de 800	-	-	1	1
Total	26	56	41	142

Fontes: 1974 - UNIÃO INTERPARLAMENTAR. Parliaments of the world. 1976, p. 12-24

1984 - UNIÃO INTERPARLAMENTAR. World directory of Parliaments. 1984.

* Os países unicamerais estão computados em "Câmara Baixa"

2.2 - ASPECTOS NORTE-AMERICANOS, BRITÂNICOS E CANADENSES

A configuração anterior sobre o Poder Legislativo mundial é válida, naturalmente, para os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá. Neste ponto procura-se apenas localizar, de forma mais explícita, as características do Poder Legislativo nos três países, objetos específicos desta pesquisa*.

2.2.1 - Estados Unidos da América

A constituinte norte-americana, realizada em 1787, se preocupou em conferir ao Congresso os mais amplos poderes, e a própria constituição norte-americana, na seção 8 do artigo 1º, enumera em dezoito ítems os poderes em matéria de competência exclusiva do Congresso.

2.2.1.1 - Composição

O Congresso norte-americano é formado de duas Casas: o Senado e a Câmara dos Representantes.

O Senado é constituído de membros eleitos pelo povo nos estados da federação, na proporção de dois para cada estado. Até 1931 a eleição dos mesmos era feita pelas legislaturas estaduais. O mandato tem a duração de 6 anos.

Os membros da Câmara dos Representantes são eleitos pelo povo, em número proporcional à população do estado em que residem, para um mandato de dois anos.

* Ao analisar este tópico, as informações referentes aos Estados Unidos e Grã-Bretanha foram principalmente extraídas do artigo: SANTOS, Aricê Moacyr Amaral. Os poderes Legislativo e Executivo nas constituições da Inglaterra, dos Estados Unidos da América do Norte e do Brasil. Vox Legis, São Paulo 153:1-33, set. 1981.

2.2.1.2 - Funções

Três são as funções do Congresso norte-americano: legislativa, fiscalização do Executivo e fórum de debates da Nação. O Congresso é o titular exclusivo da elaboração da lei, segundo a Constituição do país e sua função de fiscalização sobre o Executivo é de natureza política e financeira, sendo válido proceder investigações que levem, por exemplo, ao início do processo de "impeachment". Como fórum da Nação, o Congresso ilustra e educa a população através de discussão de importantes questões para o País.

2.2.1.3 - O Processo Legislativo

O Executivo, por força da tradição, encaminha ao Congresso recomendações que são minutas de projetos de lei. Ao Congresso, titular de todos os poderes para legislar, cabe iniciar o processo legislativo propriamente dito, através de qualquer uma de suas Casas, exceto as de matéria financeira, cuja iniciativa é obrigatoriamente da Câmara dos Representantes.

O projeto tramita passando pelas Comissões das Casas, sendo finalmente discutido e aprovado pelo plenário das mesmas, ficando assim concluída a fase de discussão e deliberação. O projeto aprovado é então encaminhado ao Executivo para sanção, cabendo ao Presidente, sancioná-lo ou vetá-lo. Em caso de veto, o projeto volta ao Congresso para nova discussão. Aprovado no Congresso por pelo menos dois terços de seus membros, o projeto se converte em lei e é promulgado pela Mesa do Senado.

2.2.1.4 - Relações entre o Congresso e o Poder Executivo

O Poder Executivo é investido no Presidente

Chefe de Governo. Enquanto Chefe de Estado, é o Presidente quem representa o país perante os demais países, celebra tratados internacionais, nomeia embaixadores e concede indultos, sendo também o Chefe das Forças Armadas. Enquanto Chefe de Governo, dirige e comanda a política interna e externa, promovendo o desenvolvimento, o bem-estar social e a ordem. Isto é feito através da direção da Administração, executando e cumprindo a lei. O Presidente participa ainda da elaboração da lei através de remessa ao Congresso de recomendações, e da sanção ou veto e promulgação. Cabe ainda ao Chefe do Executivo a escolha de seu Secretariado e a respectiva nomeação, após aprovação do Congresso. Os Secretários não podem ser recrutados dentre os Congressistas. Portanto, como foi visto, uma das formas sob as quais o Executivo participa da elaboração da lei é através de recomendações, que são verdadeiros projetos de lei, recebidas e conhecidas pelo Legislativo. As recomendações são de caráter anual e pertencem a três categorias: duas são de natureza geral, referentes ao orçamento e à situação da União; a terceira, de natureza especial, é constituída de recomendações que versam sobre matérias específicas. Assim o Executivo participa indiretamente da iniciação das leis e diretamente da promulgação ou veto das mesmas.

2.2.2 - Grã-Bretanha

O Parlamento da Inglaterra se reuniu pela primeira vez em 1265, constituído de dois cidadãos (nobres) de cada cidade e de dois burgueses de cada burgo ou populares dos credados. Até que tomasse a forma atual, passou por vários períodos de aquisição e perda de poder de aprovar tributos, de legislar, e outros. Como o advento, em 1689, da Declaração dos Direitos ("Bill of Rights") foi conferido ao Parlamento o exercício pleno de suas funções, direitos e privilégios, legislação, aprovação de impostos, liberdade de expressão e imunidade.

2.2.2.1 - Composição

O Parlamento da Grã-Bretanha é composto de duas Câmaras: a dos Lordes e a dos Comuns — isto caracteriza seus bicameralismo como aristocrático. A Câmara dos Lordes é composta de 1.195 membros (178). Desses, 798 são provenientes da nobreza e com acesso à Câmara por direito hereditário; 372 se originam de classes populares e burguesas e são membros vitalícios nomeados pela Coroa; 25 são originários da classe religiosa: arcebispos (quase todos) e bispos (uns dois ou três). Dentre os lordes vitalícios são encontrados cerca de 6, denominados lordes jurídicos, que se tornam membros uma vez lordes ou barões.

A Presidência da Câmara Alta é exercida pelo Lorde Chanceler.

As atividades desta Câmara, embora tenham sido muito proeminentes no passado, têm sofrido muitas restrições legais ao longo da história. Hoje sua participação no processo legislativo é pequena e, um político se sente pouco estimulado a ocupar uma vaga dentre os lordes, pois isto o impede de presidir o Gabinete e ocupar outros cargos de importância.

A Câmara dos Comuns é composta de 650 membros eleitos pelo povo na proporção de 1 para cada distrito (excepcionalmente pode ocorrer a eleição de 2). Embora eleitos pelo povo, os deputados (ou Comuns) são, na realidade, representantes dos partidos políticos aos quais estão filiados e sob cujas legendas disputam o voto popular.

A Câmara Baixa, cujo Presidente é eleito por seus pares, compreende o verdadeiro núcleo central do poder político inglês. Funciona essa Casa através de seu Plenário.

rio e de suas Comissões Permanentes (em 1981, em número de oito) e de suas várias Comissões altamente especializadas (as "Select Committees").

A Câmara pode se reunir em caráter extra-parlamentar, com a ausência do presidente, para discutir matéria de sua responsabilidade, constituindo-se assim na Comissão da "Whole House".

2.2.2.2 - Funções

A participação de ambas as Casas (embora sempre mais enfaticamente a da Câmara dos Comuns) se faz presente em todas as esferas da ação do Legislativo citadas anteriormente neste trabalho, ou seja, no exercício da legislação, da função de fiscalização do Executivo, e da série missão de esclarecer e formar a opinião pública sobre os problemas da Nação — situação em que o Parlamento se transforma em fórum de debate nacional. Esta função decorre da total liberação de expressão e das imunidades as mais absolutas, asseguradas ao parlamentar.

A iniciativa do processo de elaboração da lei na Inglaterra cabe indistintamente tanto ao Gabinete como ao parlamento através da Câmara dos Comuns (e só raramente da Câmara Alta). A sanção do ato cabe ao Rei, e não ao Primeiro Ministro.

A introdução de uma proposta de lei ocorre, pois, quase na totalidade dos casos, na Câmara dos Comuns.

A função de fiscalização do Executivo ou do Gabinete resulta do poder de declaração de censura ao gabinete detido pelo parlamento, através do voto de desconfiança, o que implica na queda do Gabinete.

2.2.2.3 - O Processo Legislativo

A participação da Câmara dos Lordes no processo legislativo foi muito reduzida pelos "Atos do Parlamento" de 1911 e 1949.

Há dois tipos de leis que se processam no Parlamento:

1º) os projetos de leis privados — que são uma peculiaridade da legislação britânica e que tratam de matéria específica pertinente a uma região ou a interesses de entidades. Quando da tramitação desses projetos, as partes podem ser ouvidas por uma Comissão da Câmara dos Comuns;

2º) os projetos públicos — geralmente clas-
sificados em ordinários ou financeiros.

Os projetos ordinários passam por três etapas diferentes na Câmara Baixa, antes de irem para a Câmara Alta: conhecimento, exame geral, aprovação e encaminhamento a uma das comissões permanentes ou à "Whole Committee". Discutido e aprovado na comissão, o projeto é revisado e remetido ao Plenário; votação e encaminhamento à Câmara Alta, onde pode sofrer emendas (e neste caso voltar à Câmara dos Comuns) ou ser aprovado após um andamento semelhante ao da primeira Câmara. A próxima etapa será a sanção pela Coroa. Este processo de tramitação é detalhado por Englefield, através da seguinte seqüência:

"Câmara dos Comuns:

- Primeira leitura e pedido de publicação
- Segunda leitura: Comissão Permanente para emenda e relatório
- Terceira leitura

Câmara dos Lordes:

- Primeira leitura e pedido de publicação
- Segunda leitura Comissão para emendas;
Relatório; emendas ao relatório
- Terceira leitura
 - havendo emendas volta à Câmara dos Comuns;
 - não havendo, recebe a Sanção Real.

Câmara dos Comuns:

- Emendas dos Lordes.

Câmara dos Lordes:

- Motivos dos Comuns para discordância das
emendas dos Lordes
- Sanção Real" (55:60)

Quanto aos projetos financeiros, eles são propostos por um Ministro. A tramitação ocorre apenas na Câmara dos Comuns, através exclusivamente da "Whole Committee". A característica desses projetos é que não podem ser ampliados, podendo porém ser amputados. Exemplo desta categoria é a lei de orçamento.

2.2.2.4 - Relações entre o Parlamento e o Gabinete

A composição do Gabinete depende do resultado das eleições para a Câmara Baixa. O partido majoritário indica seu Líder como Primeiro Ministro e, através deste, indica os vinte ministros. O Chefe do Gabinete, ou do governo, ou seja, o Primeiro Ministro, será sempre membro da Câmara dos Comuns e Líder do partido majoritário. Portanto, os programas de governo e política de administração estarão sempre de acordo com a vontade da maioria parlamentar. Essa maioria impõe ao Gabinete as linhas e coordenadas do programa partidário.

Como se pode ver, os partidos políticos têm um peso especial na composição do Governo da Grã-Bretanha.

Quanto ao Gabinete (Executivo) propriamente dito, é constituído do Primeiro Ministro, de seus Ministros, em número de vinte, que podem ser escolhidos entre os membros da Câmara dos Comuns. O Colegiado formado pelo Gabinete é responsável pelos pronunciamentos e decisões aí tomadas, coletivamente.

2.2.3 - Canadá

O British North America Act de 1867 é o texto da Constituição canadense. Esse Ato ficou sob a custódia do Parlamento Britânico até 1981, sendo repatriado a pedido do Primeiro Ministro canadense em abril de 1982. Como na Grã-Bretanha, todavia, muitas das práticas legais e parlamentares do país baseiam-se em convenções não escritas*.

2.2.3.1 - Composição

Formalmente o British North America Act estabelecia que a Rainha (representada, no Canadá, pelo Governador-Geral) seria o Chefe do novo Estado, e que o Parlamento se comporia de duas Câmaras, correspondendo à Câmara dos Comuns e à dos Lordes, da Grã-Bretanha, e que cada uma das duas Casas deveria ter voz igual na legislação canadense, exceto em relação a medidas financeiras, que deveriam obrigato-

* Este item se baseia principalmente nas seguintes obras: 1) KOPKINS, E. H. Hussell. How Parliament works; an examination of the functioning of the Parliament of Canada. Ottawa, s.ed., 1973. 50;p. 2) UNIÃO INTER-PARLAMENTAR. World directory of Parliaments, 1984. Genebra, 1984. lv.

riamente ser iniciadas na Câmara dos Comuns (à semelhança da Inglaterra).

O Senado canadense é composto de 104 membros, como demonstra a Tabela nº 7, nomeados pelo Governador, conforme indicação do Primeiro Ministro. Os senadores são escolhidos com base nas unidades da Federação por mandato continuado até que atinjam 75 anos de idade. Um dos senadores é nomeado Presidente do Senado pelo Governador-Geral. O Presidente tem o mandato equivalente à duração de uma legislatura, e sucessivamente é nomeado ora um senador de língua inglesa, ora um de língua francesa.

A Câmara dos Comuns é formada de 282 membros eleitos pelo povo, proporcionalmente à população das províncias. Seu Presidente é nomeado pela maioria dos deputados no início de cada nova legislatura; como no Senado, o mandato do Presidente tem a duração de uma legislatura.

2.2.3.2 - Funções

Gradualmente, mais tempo do Parlamento tem sido usado na elaboração legislativa. Esta tem tomado maior vulto nos anos recentes. Todavia, o Parlamento funciona, ainda, como no caso da Inglaterra e dos Estados Unidos, como fórum de discussões de assuntos nacionais e internacionais, de declaração e crítica de ações governamentais e políticas em geral, e para a intermediação de queixas específicas. A terceira grande função do Parlamento é o exercício da supervisão e controle geral do Executivo. O Governo é responsável perante a Câmara dos Comuns por todos os aspectos da administração de questões públicas. Quando um governo perde a confiança da Câmara dos Comuns, ele é destituído e se forma um novo Governo ou se realizam novas eleições gerais.

Ambas as Casas exercem ainda a função de punir

aqueles que cometeram alguma transgressão à ética parlamentar. Diferentemente do que aconteceu na Inglaterra, no Canadá ainda não houve nenhuma tentativa séria de redução dos poderes do Senado na atuação legislativa — tradicionalmente órgão moderador da ação da Câmara Baixa. Todavia, no Senado as atividades se caracterizam pela ausência de "glamour", e até mesmo de contenção política, muito freqüente na Câmara dos Comuns. Os debates são objetivos e os discursos muito breves. Assim, durante uma Sessão Legislativa, o Senado se reúne menos que a Câmara dos Comuns. Nesta há sempre um assunto sob forte atenção e grande contenção política. Os políticos estão sempre em alerta, tanto sobre seus próprios projetos como sobre os de seus partidos, já que precisam buscar a reeleição.

2.2.3.3 - O Processo Legislativo

O Senado foi concebido como uma segunda Câmara, para a qual seguem os projetos iniciados na Câmara dos Comuns. As duas Casas, porém, detêm o mesmo poder de iniciativa das leis (exceto as financeiras) e de qualquer outra ação parlamentar.

Os projetos de leis são de duas categorias básicas: os públicos e os privados. Os públicos podem ser financeiros ou não-financeiros.

Projetos de leis financeiras — projetos envolvendo dotações de qualquer parte da renda pública ou imposição de um imposto — são da competência de iniciativa da Câmara dos Comuns, como no Reino Unido. O Senado pode, todavia, emendar esses projetos se as emendas reduzirem a dotação orçamentária ou o imposto determinado. Esses projetos são iniciados pelo Governador-Geral que os remete à Câmara sob a forma de recomendação.

Para os projetos de leis públicos, não-financeiros (equivalentes aos projetos ordinários da Inglaterra), o procedimento é o seguinte: é enviado à Câmara por um Ministro; tramita na Câmara e em suas Comissões; caso seja aprovado, é transmitido ao Senado; aprovado vai ao Governador-Geral, que, em nome da Rainha, apõe o Carinho Real (Royal Assent) ao projeto, transformando-o em lei.

Os projetos de leis privados versam sobre matérias variadas e são iniciados através de uma petição — pela qual é paga uma taxa, mais alta na Câmara dos Comuns do que no Senado.—. Todo projeto deve ser patrocinado por um parlamento em cada uma das Casas.

2.2.3.4 - Relações entre o Parlamento e o Governo

Após uma eleição geral, o líder do partido que venceu por maioria de votos normalmente é transformado (ou permanece) em Primeiro Ministro. Como tal, ele seleciona os membros de seu Gabinete. Esse grupo de pessoas constitui o ápice da pirâmide governamental no Canadá e exerce o poder executivo real. Os Ministros são geralmente colegas do Primeiro Ministro, Membros do Parlamento, pessoalmente selecionados por ele e nomeados pelo Governador-Geral para o Conselho Privado da Rainha, no Canadá.

Quando decisões políticas estão sendo tomadas, o Gabinete se reúne como um corpo de Ministros, e não como membros do Conselho. É neste papel informal que o Gabinete de

na Câmara, o projeto será patrocinado pelo Ministro que lhe deu origem; se no Senado, pelo Líder do Governo naquele órgão ou um senador do partido do Governo. O Gabinete, assim, tem a função de buscar sanção parlamentar para toda a legislação do Governo.

TABELA Nº 7

Dados Gerais sobre o Poder Legislativo nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá

Nome Oficial	Estrutura	Senado ou Câmara Alta			Câmara Baixa				Nº de Comissões Permanentes (Em 1976)	Total de Membros
		Nº Membros	Mandato	Últimas Eleições	Nome nº oficial	Nº de Membros		Últimas Eleições		
United States Congress	Bicameral	100	6 anos (a cada 2 é eleito 1/3 dos membros)	(Parciais) 2 nov. 82	House of Representatives	435 (Fora 5 membros n/ votantes)	2 anos	2 nov. 82	39	535
Parliament	Bicameral	1.195 (798 - heredit., 372 - vitalício 25 - religiosos)	Continuado	-	House of Commons	650	Máximo 5 anos	9 jun. 83	16	1.845
Parliament of Canada	Bicameral	104 (Nomeados pelo Governador Geral)	Continuado (até 75 anos)		House of Commons	282	Máximo 5 anos	18 fev. 80	27	386

UNIAO INTERPARLAMENTAR. World Directory, 1984. Repertoire mondial des parlements. Geneva, 1984. 1 v.
UNIAO INTERPARLAMENTAR. Parliaments of the world. Geneva, 1976. p. 474-86.

CAPÍTULO III

A PRÁTICA LEGISLATIVA E A NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO

3.1 - INTRODUÇÃO

A prática legislativa, da forma como aqui entendida, compreende a atuação da legislatura no seu funcionamento rotineiro.

Ao exercer qualquer uma das funções elencadas em itens anteriores — quer de decisão, quer de legitimação, ou ainda de outra categoria — a legislatura se defronta cada vez mais com vastas necessidades de informação e com grandes desafios. Worthley classifica este fenômeno em duas dimensões: "a primeira se refere às necessidades legislativas internas de informações; a outra é relativa às necessidades externas, isto é, a participação legislativa nos desafios de informações a nível governamental" (183:537) — situação esta em que o Parlamento deve julgar informações obtidas em sistemas de informação ao exercer suas funções de fiscalização e financeira. Neste caso, órgãos do Executivo deveriam seguir orientação do Legislativo em relação a demandas próprias e facilitar-lhe o acesso aos sistemas.

A necessidade interna está provavelmente vinculada à atuação da Casa Legislativa como tal, com todas as peculiaridades ambientais que a possam caracterizar e envolvendo todas as atividades que possa desempenhar.

A literatura-núcleo analisada para este estudo permitiu a extração do quadro de variáveis abaixo, que, de, alguma forma, estão relacionadas com o parlamento em ação e com a conseqüente demanda de informação.

TABELA N° 8

Variáveis sobre a atuação legislativa e conseqüente necessidade de informação incidência na literatura-núcleo

Países Variáveis	EUA	GRB	CAN	Total
	F - %	F - %	F - %	F - %
Ambiente parlamentar	16 - 23,8	8 - 21,6	7 - 21,2	31 - 22,6
Explosão da informação	4 - 5,9	7 - 18,9	1 - 3,0	12 - 8,7
Mudanças sociais	12 - 17,9	6 - 16,2	1 - 3,0	19 - 13,8
Necessidades de informação	19 - 28,3	19 - 51,3	5 - 15,1	43 - 31,3
Poder Legislativo	12 - 17,9	10 - 27,0	4 - 12,1	26 - 18,9
Poder Legislativo versus Executivo	4 - 5,9	8 - 21,6	3 - 9,0	15 - 10,9
Processo legislativo	-	1 - 2,7	-	1 - 0,7
Documentos c/1* ou + variáveis	33 - 49,2	27 - 72,9	9 - 27,2	69 - 50,3
Total de docs. do país	67 - 100	37 - 100	33 - 100	137 - 100

* Leia-se "documentos com uma ou mais variáveis".

Da observação deste quadro é possível deduzir o seguinte: a explosão da informação nos últimos anos, e as profundas mudanças pelas quais a sociedade — e os parlamentos, em particular — vêm passando têm conduzido o Poder Legislativo a uma atuação mais acelerada para fazer às pressões do Executivo. Como conseqüência, o Poder Legislativo tem apresentado padrões cada vez mais exigentes de necessidade de informação no desempenho de suas funções.

3.2 - AMBIENTE PARLAMENTAR

O ambiente parlamentar foi abordado resumidamente na documentação analisada, referente aos três países estudados, na proporção de 23,8% nos Estados Unidos, 21,6% na Grã-Bretanha e 21,2% no Canadá. Não há, porém, grande variação em relação ao conteúdo. Há uma caracterização geral de aumento progressivo na duração do ano legislativo, aumento no volume dos trabalhos, expansão de pessoal, aumento na complexidade das matérias debatidas e analisadas e aumento na rapidez com que a ação parlamentar deve se processar. Assim, parece que o declínio dos parlamentos em escala mundial, como citado na primeira parte do capítulo 2 deste estudo, está desaparecendo paulatinamente, dando lugar à sua revitalização nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá, dentre outros países, embora em níveis diferentes, destacando-se os Estados Unidos. É possível que a invasão da área, antes quase privativa do Legislativo, pelo Executivo, tenha surtido efeito multiplicador nas atividades do primeiro, numa espécie de competição. É possível, também, que as funções de análise de políticas e de representação e defesa da sociedade tenham adquirido maior vigor dentro deste novo quadro.

Documento editado pelo parlamento canadense, em 1968, afirma que "hoje as responsabilidades do governo se estendem virtualmente a todas as esferas da atividade pública; conseqüentemente, assuntos do governo consomem a maior parte do tempo do parlamento, e as sessões parlamentares se estendem pela maior parte do ano. Esta sempre crescente participação do governo na vida da nação aumentou e parece estar contribuindo para uma maior participação do Legislativo" (24:2).

Este fenômeno pode ser ilustrado, na Grã-Bretanha, pela Tabela nº 9 apresentada por Poole (143:15) e re-presentada a seguir:

TABELA Nº 9

Projetos tramitados na Câmara dos Comuns
da Grã-Bretanha - Sessão de 1968-1969

Projetos apresentados pelo Governo	- 55;	Foram aprovados	- 51
Projetos apresentados pe los Comuns	- 99;	Foram aprovados	- 10
Projetos apresentados pe los Lordes	- 14;	Foram aprovados	- 2
Total	168	Foram aprovados	- 63

Na Grã-Bretanha, como foi visto no capítulo anterior a atuação da Câmara dos Lordes no processo legislativo é muito pequena e é na Câmara dos Comuns que reside o foco verdadeiramente político da Nação. Considerando o número de membros dos três parlamentos será obtido o seguinte resultado: Estados Unidos: 535 (Senadores e Representantes ou deputados); Grã-Bretanha: 650 (Deputados*); Canadá: 386 (Senadores e Deputados). Os números são relativamente próximos. Todavia, o mesmo não pode ser dito em relação a outros dados dessas Legislaturas. Poole afirma que "em apenas cinco meses da 90^a Legislatura dos Estados Unidos foram introduzidos mais de 13.000 projetos e resoluções. Enquanto isto, durante toda a Sessão Legislativa de 1968/1969, na Grã-Bretanha, apenas 168

* Considerou-se apenas a Câmara Baixa por dois motivos:
a) é a parte do Parlamento enfocada nesta pesquisa;
b) a atuação política do Parlamento está aí concentrada.

propostas de legislação foram analisadas pela Câmara dos Comuns" (140:47-8). A atividade da Câmara nas chamadas "questões parlamentares", todavia, tem sido crescentemente mais dinâmica.

Por outro lado, dados como os extraídos de Gude ilustram esta evolução no Congresso norte-americano. In forma ele que "em 1966 havia cerca de 12 funcionários em cada gabinete parlamentar; em 1976, cerca de 18 — um aumento de 50% em 10 anos. No decurso de duas décadas a proliferação foi de 200% no Senado; 400% nas Comissões do Senado e da Câmara dos Representantes; e 500% na Câmara dos Representantes. Também os compromissos dos congressistas aumentaram. Da 80^a para a 90^a Legislatura o número de subcomissões cresceu de 49 para 109 — só no Senado. Em pouco mais de duas décadas o número de reuniões de Comissões cresceu drasticamente de 3.200 para 5.000 na Câmara dos Representantes, e de 2.600 para 4.000 no Senado (...). Além destes dados, houve ainda uma proliferação enorme dos chamados Grupos congressionais não-oficiais, como é o caso do Grupo dos Negros, Grupo Rural e outros" (74:56-7) que vêm surgindo principalmente a partir de 1973.

Os motivos pelos quais o Congresso norte-americano e outros parlamentos teriam começado a se expandir em tal velocidade não estão claros na literatura analisada. Acredita-se que vários fatores se combinaram ao longo do tempo e que a partir de uma certa época (sob um prisma mais remoto, o final da Segunda Guerra) passaram a resultar nesse dinamismo que caracteriza os vários segmentos da sociedade atual, e particularmente o Poder Legislativo. Dentre esses fatores podem ser citados:

- 1º) a crise econômica internacional iniciada em 1973, com o caso do petróleo, levando os países e seus segmentos sociais a se

movimentarem em direção a novas alternativas de energia, novas tecnologias e mesmo à autodefesa contra abusos dos países detentores das fontes energéticas. Essa crise parece ter gerado outras, que atingiram a sociedade mundial, como, por exemplo, a evolução da inflação, levando-a a pressionar o Legislativo para soluções de problemas, tanto gerais como específicos da sociedade;

- 2º) participação mais ativa do Executivo na elaboração da lei; levando o Legislativo a reagir competitivamente numa atitude de vigilância constante sobre o Executivo;
- 3º) reformas do Congresso dos Estados Unidos em 1970; do Parlamento britânico na década de 60 (123:331), e do canadense também em meados da década de 60.

3.3 - FUNÇÕES

Caracterizado o ambiente parlamentar em suas linhas gerais, torna-se necessária uma rerepresentação rápida de suas funções, e, como, ao serem desempenhadas, demandam informação.

3.3.1 - Função Legislativa propriamente dita

As leis iniciadas ou apenas tramitadas nas legislaturas incluem matéria de amplo interesse para a sociedade como um todo ou para um, ou mais, de seus segmentos. Através desta função cabe às Legislaturas, como já foi visto em itens anteriores:

- a) "legislar sobre amplas políticas pelas quais os cidadãos serão governados, em todos os campos de interesse da sociedade, como, por exemplo: agricultura, trabalho e educação" (1968: II);
- b) apreciar problemas de importância regional, estadual e local (30:27);
- c) legislar, legalizar e controlar a implantação de leis (48:154-6; 108:33; 134:73; 155:29).

Em relação à lei em si, ela é elaborada segundo um processo próprio, que envolve várias etapas, tanto do ponto de vista intelectual como do ponto de vista de ação.

O processo legislativo, visto sob uma abordagem ampla da lei, compreende a elaboração dos vários atos normativos da vida de um país, constando, dentre eles, as constituições, as emendas constitucionais, as leis complementares e ordinárias, os decretos, as portarias e os estatutos, avisos, atos de serviços e pareceres (151:87; 19:34).

Para Mezey (130:52), a elaboração de normas, tanto simples como complexas, mas principalmente estas últimas, constitui um processo de decisão, em cujas fases, salvo em casos especiais, ocorre uma maior ou menor participação do Poder Legislativo, demandando um uso de informação mais ou menos intenso. Tais fases são: a formulação, a decisão e a implementação.

A) Formulação - identificadas ou manifestadas, ou ainda percebidas as necessidades, o sistema político formula repostas adequadas às mesmas. A redação de propostas

preliminares, as pesquisas que produzem as informações pertinentes e as consultas aos diferentes públicos interessados, são elementos que compõem o processo de geração de alternativas a serem oferecidas àqueles que tomam as decisões finais. A fase de formulação culmina com a apresentação, pelo legislador, de um a proposição formal a essas pessoas.

A participação dos legisladores nesta fase, sob a forma de consulta, é de iniciativa. O produto final é uma proposta formal.

b) Decisão - Trata-se de um estágio deliberativo. Aí as opções já se encontram bem delimitadas. Grande quantidade de informações sobre a questão já se encontra reunida. Frequentemente, porém, buscas adicionais se fazem necessárias. Discute-se a proposta, sugerem-se mudanças e são tomadas decisões: aprovação, rejeição, ou adiamento da decisão final.

A participação dos legisladores nesta fase toma a forma de deliberação e ação.

c) Implementação - Encontro de decisões. Formulam-se normas que tornam as decisões gerais aplicáveis a casos particulares. As decisões são explicadas aos que deverão de cumpri-las, para que produzam efeito. Nesta fase deve ocorrer uma avaliação das decisões e, se for o caso, a decisão de modificá-las, revogá-las ou ampliá-las deverá ser tomada.

A participação dos legisladores toma a forma de fiscalização ou defesa da ação e/ou orientação governamental.

Observa-se o caráter do trabalho intelectual nas entrelinhas de todas as fases referidas. Em todas elas, conseqüentemente, estão implícitas novas informações.

Finalmente cabe uma observação ainda em relação a essas fases e o uso da informação. Apenas no primeiro estágio ocorre o ciclo completo do trabalho intelectual, o qual demanda informação em todas as suas fases, quais sejam: a fixação da idéia; a determinação do objetivo; o desenvolvimento e a conclusão.

Uma hipótese pode ser esboçada a partir dessa observação: quanto maior for o grau de iniciativa das leis pelo Parlamento, tanto mais dependente de seus setores de informação ele será.

A literatura analisada foi pouco pródiga em relação à descrição do processo legislativo nas três legislaturas estudadas. Apenas a Grã-Bretanha abordou o assunto explicitamente em um único de seus documentos (e o processo já exposto no item 2.2.2.3 deste trabalho).

Parte essencial do trabalho legislativo parlamentar é a ação das Comissões. Permanentes ou Especiais, elas consideram, debatem e relatam sucessivamente questões especificamente relacionadas com um tópico de cada vez, conforme as propostas em tramitação. É uma área onde a própria tarefa rotineira se desenvolve sobre um constante fluxo de novas informações.

3.3.2 - Fiscalização do Executivo e Debate Nacional

Além das discussões em torno de propostas legislativas propriamente ditas, a Legislatura desempenha, como já visto, muitas outras funções, que poderiam se aglutinar em

duas grandes áreas: fiscalização do Executivo e debate nacional. Nestas categorias, segundo Dechert (48:154-6) estariam tarefas como:

- a) atuação do Poder Legislativo como intermediário entre os indivíduos e o Governo, na defesa de seus interesses ou de grupos, e na retificação de abusos administrativos;
- b) gerar notícias, definir fatos e ocorrências, alertar a opinião pública em áreas-problema;
- c) questionar e debater a política do Governo;
- d) propor políticas alternativas na condução de assuntos públicos.

Em relação a estas categorias de funções, escrevem Barker & Rush que "o processo interno pelo qual a Câmara dos Comuns desenvolve sua compreensão de problemas é tão importante quanto o externo, de fiscalizar o Governo e fazer sugestões de aperfeiçoamento nas políticas adotadas ou na administração oficial. Esse processo educativo se repete toda vez que a Comissão inicia um novo trabalho" (12:337) .

Na prática, estas funções são desempenhadas através da atuação das Comissões, de reuniões e seminários, e de visitas pessoais a autoridades que representam o eleitor.

Ao realizar estas tarefas, muitas das informações de que o legislador necessita estarão disponíveis no âmbito do Executivo, ou pelo menos daí serão provenientes. Todavia, quase como consequência de suas funções à frente do Go

verno, os Ministros em geral tendem a dificultar o fornecimento de informação aos parlamentares, como ficou atestado por vários ex-Ministros na pesquisa de Barker & Rush (12:353).

Por outro lado, o parlamentar lida com questões sensíveis, como, por exemplo, uma situação de injustiça para com um de seus eleitores, e o Ministério poderá ficar reticente ao responder e até mesmo fornecer uma resposta inadequada, devido a normas de sigilo ou outras que poderiam reverter em restrição à informação. Em certas situações, sendo o legislador um membro da oposição, os funcionários podem mesmo esquivar-se das questões, uma vez que o Ministério é um órgão do Governo, e portanto a resposta poderia ser politicamente comprometedora. Isto conduz a uma dificuldade de confiabilidade em fontes de informação do Governo.

As "questões parlamentares" formuladas nas comissões são o recurso mais usado para obtenção de informação, diretamente dos Ministros, sobre novas políticas, eficiência de seus programas e outras ações de seu Ministério, definitivamente importante para o país. De outra forma, provavelmente seria quase impossível conseguir esse tipo de informação. Esta é uma atividade bastante enfatizada na documentação da Grã-Bretanha.

3.4 - RECURSOS DE INFORMAÇÃO NO LEGISLATIVO E NO EXECUTIVO

Tanto o enfoque da necessidade de informação na dimensão interna como o de dimensão externa são encontrados na documentação-núcleo desta pesquisa.

A comparação entre a disponibilidade de informação no Executivo e no Legislativo é questão bastante citada, embora não estudada de forma profunda. Os autores que mais se detiveram na análise desta questão (5,9% nos Estados

Unidos; 21,6% na Grã-Bretanha; 9,0% no Canadá) são unâmines em reconhecer a superioridade do Executivo em recursos de informação. Nos três países têm sido feitos esforços constantes no sentido de uma melhoria do Legislativo e de uma maior paridade entre os Poderes, inclusive na área da informação.

Os Estados Unidos evidenciam esta postura com bastante ênfase, como se pode sentir através da seguinte afirmação de Goodrum: "como qualquer outro órgão legislativo no mundo, o Congresso americano queixa-se de suas inabilidade de garantir a informação de que precisa para governar sabiamente. Seus membros conhecem o infortúnio de todo legislador em relação ao crescente número de decisões a serem tomadas, cada uma relativa a assuntos da maior complexidade e geralmente envolvendo cursos de ação altamente técnicos e intrinsecamente relacionados"(68:61) .

A separação dos poderes, por força da constituição americana, tem sido ciumentamente mantida por cada geração sucessiva de legisladores. O crescente volume de leis geradas pelo Executivo força o Congresso a rejeitar, a aprovar ou modificar, a aumentar ou reduzir milhares de peças de legislação, sem dispor, entretanto, da burocracia disponível para o Executivo —o que o impede de desafiar, eficazmente, as propostas deste. Por isso, o Congresso luta pela manutenção de algum tipo de paridade em relação às fontes de informação e competência técnica, sobre as quais seus julgamentos deverão ser construídos.

A preocupação com esta disparidade de informação disponível é partilhada por outros autores, como Cranton (46:2221) , Chartrand (26:230), e, os vários relatórios da Library of Congress, como por exemplo o de 1968 (107:30) e o de 1975 (41:39).

Também na Inglaterra e no Canadá há uma predisposição de combate a esta situação. Feita uma análise em relação a nove anos de atividade do parlamento canadense — 1965 a 1974 —, Wright concluiu que a assistência de serviços de pesquisa aos parlamentares teria contribuído para uma melhor preparação dos mesmos, mas que estariam ainda em "situação inferior àquela desfrutada pelos Ministros" (184:7).

É em decorrência desta situação geral de desigualdade de poder, de recursos e de infra-estrutura que os parlamentos têm procurado se organizar e se equipar em busca de uma paridade, sernão absoluta, pelo menos relativa. Faz parte dessas inovações uma série de medidas, como aumento de salários, disponibilidade de salas e materiais de escritórios, direitos a publicações e disponibilidade de serviços de informação. Estes últimos serão o tópico doravante central do presente estudo.

3.5 - CONCLUSÃO

Pode-se concluir, deste capítulo, que o contínuo crescimento do poder de legislar na área do Poder Executivo — pelo menos em relação aos três países analisados — conduziu o Legislativo a uma mudança em sua postura prática em busca do espaço perdido e de uma paridade, pelo menos relativa.

Hoje, as funções de fiscalização e de representação parecem se colocar lado a lado com a de legislação, em algum momento podem até se sobrepor a esta. O dinamismo exigido do Legislativo nessa "vigilância" se apresenta de tal forma crescente que o tem conduzido a uma exigência de mecanismo de informação projetados de maneira a corresponder a essa necessidade dinâmica de informação. A esse respeito a 3ª Conferência Parlamentar e Científica do Conselho da Europa se pronunciou com as seguintes palavras:

"As crescentes atividades do governo e a maquinaria cada dia mais especializada no complexo estado moderno têm resultado numa mudança de poder entre a Administração e o Parlamento, em detrimento deste último. O declínio da autoridade dos parlamentos deve ser controlado pelo fornecimento, aos mesmos, de meios para funcionarem independentemente do Poder Executivo pelo uso de sistemas de informação atualizada. A forma em que os parlamentares utilizam métodos modernos da ciência e tecnologia para assegurar a real compreensão das decisões que precisam tomar será decisiva para a democracia parlamentar"* (Grifo do original) (141:218) .

* Citado por Poole, 1973, p. 218 (Cf. item 141 da bibliografia consultada).

CAPÍTULO IV

BIBLIOTECAS PARLAMENTARES

4.1 - INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das bibliotecas parlamentares, assim como o de muitas outras organizações, e a natureza mutante de suas operações estão enraizados nas transformações mundiais dos séculos XIX e XX, e principalmente de acontecimentos que se sucederam à Segunda Guerra Mundial. Expressões como "explosão do conhecimento", "revolução tecnológica", "explosão populacional", "escassez de recursos", aliadas a outras tantas como "complexidade", "interdependência", "decisões alternativas", "necessidade de escolha informada", etc., têm sido definitivamente incorporadas ao vocabulário da sociedade como um todo, e em particular ao das organizações. Estas, particulares ou governamentais, ao mesmo tempo se obrigam a criar e a responder a perspectivas e realidades de mudanças dos tempos.

Para Englefield, de todas as mudanças a que talvez mais afete o Parlamento seja a denominada "revolução das comunicações" (55:1). Invenções relativamente recentes como o telefone, o avião, o carro, a televisão e, mais recentemente o computador, aí estão cada vez mais a possibilitar o fluxo mais rápido da informação.

Uma organização voltada para o ofício da informação parlamentar tem que ser especialmente sensível a es-

sas mundaças. As questões públicas enfrentadas pelo legislador têm apresentado, paulatinamente, maior complexidade e um movimento mais rápido dentro de sociedades, pelo menos nos casos aqui em estudo, das sociedades industrializadas.

Hoje essas bibliotecas têm procurado se adaptar ao novo mundo tecnológico. Um longo caminho vem sendo percorrido, pelas mesmas, desde que se instalaram entre a última década do século XVIII e a primeira do século XIX.

4.2 - HISTÓRICO

Das variáveis levantadas na documentação-núcleo, serviram de embasamento para o histórico geral das instituições em análise as seguintes: histórico, reforma, biblioteca parlamentar versus biblioteca nacional (BPAR x BNAC) e incêndio.

Como demonstram a Tabela nº 10 e anexo 7 a concentração de interesses de cada grupo de documentos se deu no seguinte parâmetro: LP - histórico e biblioteca parlamentar x nacional; HCL - histórico e reforma; CRS - histórico e reforma. A documentação do Canadá não apresentou preocupação maior com a questão de reforma, e a da Grã-Bretanha agiu igualmente no que concerne ao seu relacionamento com a Biblioteca Nacional.

Os resultados dos Estados Unidos apresentaram maior equilíbrio entre as três primeiras variáveis. Como seria de se esperar, entretanto, apresentaram grande interesse no item reforma, superando inclusive o do próprio histórico.

A variável "incêndio", embora importante no contexto histórico apareceu com menor ênfase em toda a documentação, havendo uma maior concentração no Canadá.

TABELA Nº 10

Variáveis usadas para a análise histórica
das bibliotecas parlamentares

Países Variáveis	EUA F - %	GRB F - %	CAN F - %	Total F - %
Histórico	22 - 32,8	14 - 37,8	16 - 48,4	52 - 38,1
Reforma	21 - 31,3	10 - 27,0	-	31 - 22,6
SPAR x BNAC	8 - 11,9	-	12 - 36,3	20 - 14,5
Incêndio	1 - 1,4	3 - 8,1	5 - 15,1	9 - 6,5
Documentos com 1 ou mais variáveis	36 - 53,7	19 - 51,3	19 - 57,5	74 - 54,0
Total de documentos do país	67 - 100	37 - 100	33 - 100	137 - 100

4.2.1 - Serviços de Pesquisa do Congresso dos Estados Unidos da América.

4.2.1.1 - Cronologia

O núcleo do Congressional Research Service (CRS, Serviço de Pesquisa do Congresso Americano) se encontra nas origens da própria Library of Congress.

Havia na Filadélfia (Pensilvânia) uma biblioteca que abriu suas portas ao uso do Congresso Federal, que aí se instalou em 1791. Essa era uma coleção privada e possuía um dos melhores acervos da América. Homens do porte de Benjamin Franklin eram usuários dessa coleção.

Da mesma forma, uma coleção menos completa sobre assuntos de governo ficava à disposição do Congresso em Nova York, no City Hall, onde ele se reunia. Tratava-se da New York Society Library.

Antes dessa época, algum esforço fora desenvolvido para formação de uma coleção própria. Em 1790 foi preparada uma lista de livros necessários para uso pelo Congresso. Tal lista ficou engavetada, em parte talvez pelo fato de já existir uma coleção à disposição do congresso, na cidade.

No entanto, em Washington, área de pântanos, não havia qualquer instituição interessada em emprestar livros aos congressistas para solução de problemas legislativos. E de livros, eles já sabiam, precisariam para agir.

Em abril de 1800 o Presidente John Adams baixou um ato sobre a mudança e instalação do governo dos Estados Unidos. Na quinta seção desse Ato mencionavam-se a aquisição de livros e montagem de uma área para armazená-los, e 5.000 dólares foram liberados para isto. O mobiliário seria fornecido por Comissão Mista de ambas as Casas do Congresso, a ser nomeada para este fim. Os livros seriam para uso de ambas as Casas e a primeira compra foi feita a uma firma de Londres.

Os homens do Congresso, desde o início, se interessaram em ajudar a citada Comissão Mista. O próprio Presidente Thomas Jefferson sugeriu, em abril de 1802, uma lista de obras para constar da coleção, concentrando-se nas áreas de história, leis da natureza e das nações e direitos; duas enciclopédias e dicionários de língua estrangeira. Em janeiro desse mesmo ano uma área foi aberta no Capitólio para abrigar a biblioteca, e foi concedida a possibilidade de admissão de um librarian para registrar os empréstimos. Para isto, foi nomeado por Jefferson, o Clerk of the House of Representatives, John Beckley.

Em março de 1814 a biblioteca tinha pouco mais de 3.000 volumes, quando ocorreu um incêndio, destruindo grande parte dos seus livros. No mês de setembro, Thomas Jefferson ofereceu sua biblioteca particular ao Congresso, e 6.487 de suas obras foram adquiridas, originárias da França, Holanda, Espanha, Inglaterra e Alemanha, relativas a todos os campos do conhecimento. Dois terços desta coleção foram queimados, por sua vez, no incêndio de 1851.

Em 1815 o Presidente Madison nomeou George Watterston como segundo bibliotecário, e o primeiro em tempo integral. Ele permaneceu no cargo por 14 anos, e enfrentou muitos problemas.

No ataque inglês de março de 1814, o prédio onde ficava a biblioteca foi seriamente danificado. Ela foi então levada para o sótão do edifício dos correios, ficando a meio caminho do Capitólio e da Casa Branca. Os livros adquiridos a Thomas Jefferson chegaram após efetivada essa mudança. Achavam-se arranjados por assunto e assim permaneceram por 75 anos, até que seu catálogo foi publicado pela Comissão Mista da Biblioteca.

O arranjo até então adotado foi considerado muito científico para o uso comum. Eliminaram-se as subdivisões dos grandes assuntos e adotou-se uma ordem alfabética destes para o catálogo.

Com Watterston a Biblioteca experimentou boa evolução. Já em 1815 convidou pintores, escultores e autores a depositarem ali cópias de suas obras, num esforço de reunir, na biblioteca os vários segmentos da cultura nacional.

Em 1818 a biblioteca foi transferida para outro sótão, agora na ala norte do edifício do Capitólio, e sem

qualquer chance de expansão. Esta sofreu um incêndio em 1821, mas a perda de material valioso foi pequena, segundo McBride [116:43].

Em 1824 efetuou-se a terceira mudança, desta feita para o 3º andar da parte central do Capitólio, com uma sala grande para a coleção e duas menores para leitura. A área fora projetada no mais elaborado estilo da época. A Biblioteca se tornou o lugar predileto dos líderes sociais e políticos de então, e era um setor do Congresso muito conhecido.

Em 1829, quando a biblioteca continha cerca de 15.000 volumes, Watterston foi substituído devido à mudança de governo. Seu substituto, Meehan, permaneceu no cargo até 1861, e ao sair deixou uma coleção de 63.000 volumes. De 1862 a 1864 foi bibliotecário John Stepherson, aumentando a coleção para 82.000 volumes. Nesse ano foi nomeado Spofford, que permaneceu no cargo até 1897.

Em 1832 o Congresso criou o Departamento de Direito da Biblioteca e passou sua supervisão técnica para a Suprema Corte. O resto da coleção crescia de forma muito heterogênea e se ampliava rapidamente, através da implementação de intercâmbio e depósito legal, recebendo todo tipo de publicação.

Em 1851 ocorreu o terceiro incêndio (os anteriores datam de 1814 e 1821), queimando, junto com outros documentos, grande parte da valiosa coleção adquirida a Thomas Jefferson. A reconstrução da Biblioteca foi aprovada e uma nova área, chamada pelos congressistas de "sala de ferro", foi obtida. A coleção continuou se expandindo, e em pouco tempo ocupava toda a sala [91:244].

Entre 1865 e 1897, o período de Spofford, a biblioteca ampliou seu acervo de 82.000 volumes para uma quantidade dez vezes maior: 788.000 volumes (sem contar as 218.000 peças de materiais especiais), ou seja, um crescimento de 22.062 volumes por ano, em média. Uma campanha para um novo prédio tornou-se necessária e foi levada adiante.

Em 1897 o prédio ficou pronto, após 10 anos de construção. No período de edificação o incremento da política de aquisição enciclopédica foi ainda maior. A coleção se avolumava assustadoramente, e o leitor desaparecia, paulatinamente, da Biblioteca. A sala de leitura inicial em pouco tempo foi invadida pelo acervo. Surgiu então uma avaliação sobre as necessidades dos congressistas. O objetivo da Biblioteca, de fornecer uma coleção de referência legislativa ao Congresso, foi superado por outro maior. A coleção cresceu, mas não na direção das necessidades do Congresso, e as peças de interesse para o mesmo se encontravam submersas no meio da confusão generalizada. Apenas o bibliotecário Spofford podia localizar as obras, devido à sua fantástica memória, e que por isso mesmo, aliás abandonara a idéia de usar catálogos. Para ele também não havia qualquer problema entre Biblioteca Nacional e Biblioteca do Congresso. A primeira poderia perfeitamente incorporar a segunda.

Em 1897 entrou Young em seu lugar, aí permanecendo apenas por dois anos. Spofford continuou no quadro como Bibliotecário-Chefe Assistente Young realizou uma seleção de excelentes funcionários e a mudança da desordenada coleção para o magnífico prédio que fica ao sul do Capitólio.

Só com o próximo bibliotecário, Putman (1899-1939), o Serviço de Referência recebeu atenção maior e deixou de depender da memória de Spofford. Putman procedeu de imediato a uma reorganização administrativa e, a casa seção,

destinou parte da grande coleção, mais ou menos como se encontra hoje: manuscritos, obras raras, mapas, músicas, orientá-lia, fundação hispânica, etc. O atual esquema de classificação usado pela LC, e conhecido mundialmente, foi iniciado também nesse período. Putnam trabalhou ainda em favor de uma biblioteca nacional mas procurou não sacrificar totalmente o objetivo específico que deu origem à LC.

Em 1900 apresentou um relatório onde defendia a criação de um novo serviço da biblioteca, de valor para o Congresso, e que, conforme afirmava, era na realidade a principal obrigação da LC. Relatava sobre novas aquisições e solicitava uma área dentro do próprio Congresso para abrigar uma "coleção de livros, catálogos e outros instrumentos bibliográficos, e a melhor assistência especializada que a LC pudesse oferecer" (115:58). Pessoal fora destacado para o trabalho mas ainda faltava espaço.

No relatório de 1901 Putnam informava que a "Biblioteca de Referência" estava pronta para uso. Uma tentativa de obtenção de verba foi empreendida pelo bibliotecário em 1904, com o fim de elaborar um índice comparado de leis, porém isto só foi concedido a partir de 1906. Até 1911 verbas anuais de U\$ 5.840 foram concedidas para este trabalho.

No ano seguinte (1912), o Congresso parece ter demonstrado maior interesse pela questão. Um serviço de referência legislativa de escopo maior fora proposto no ano anterior pelo então bibliotecário da LC, com base em outros já existentes em alguns Estados da União (168:3). A proposta oficial foi finalmente encaminhada ao Congresso pela Comissão de Biblioteca do Senado e amplamente debatida.

Em 1914 o Congresso concedia as primeiras dotações financeiras para o desenvolvimento de atividades de

"referência legislativa", assim chamadas porque deveriam se constituir de "pesquisas de embasamento relativas a ocorrências legislativas" (95:15). Naquele ano seria especificamente iniciada a indexação das leis federais. A seguir, no orçamento de 1914/1915, apareceu uma rubrica especialmente denominada "Referência Legislativa", acompanhada de uma observação de que o valor financeiro ali estipulado deveria ser usado em indexação de material legislativo e contratação de pessoal para tal finalidade. Essa é a data considerada pela maioria dos autores como o início formal do Congressional Research Service (CRS), embora tenha surgido primeiramente como um "bureau" de serviço ou uma atividade de referência dentro da biblioteca - "localizando nas coleções da LC informação para o Congresso" (113:2), e não como uma unidade com arcabouço físico próprio.

Afirma Goodrum (69:122) que, com o término da Segunda Guerra, o afluxo dos diversos estudiosos ao Departamento de Referência cresceu assustadoramente. Isto levou a Library of Congress (LC) à decisão de dividir racionalmente seus funcionários de referência em duas entidades formais: perduraria o Departamento de Referência - que atenderia ao público em geral - e seria criado o Serviço de Referência Legislativa, até então conhecido por esta denominação extra-oficialmente - que serviria especificamente aos Membros do Congresso.

Nascia assim, em 1946, formalmente, o Legislative Reference Service, conforme os termos do Legislative Reorganization Act, com nível estrutural equivalente a um departamento e com a "finalidade exclusiva de assistir o Congresso e suas Comissões não só quanto ao uso de serviços de referência legislativa, como também quanto ao atendimento de questões de referência geral" (89:178; 95:15).

Finalmente, em 1970 foi aprovado novo Ato de Reorganização Administrativa do Congresso, e em seu bojo a nova estrutura e denominação - Congressional Research Service (CRS), ou seja, Serviço de Pesquisa do Congresso. Foi-lhe concedida maior autonomia administrativa dentro da LC e passou a ser mais responsável perante o próprio Congresso. Suas funções também foram consideravelmente ampliadas.

4.2.1.2 - Medidas administrativas

Analisada sob o enfoque de modernização organizacional, a história do CRS pode apresentar fatos interessantes.

No período de administração de Putnam (1899-1939) houve iniciativas importantes rumo a uma dinamização na LC (91:245). Foi ele quem iniciou o sistema de classificação ainda usado atualmente pela Biblioteca; criou catálogos públicos em fichas, e já em 1911 o catálogo em fichas era impresso e colocado à venda para outras bibliotecas; incentivou o empréstimo-entre-bibliotecas; e criou programas de consultas e literários, que transformavam a LC em verdadeiro centro de aprendizagem. Iniciou o programa nacional de material de leitura para cegos, impulsionou a criação do Serviço de Referência Legislativa e acompanhou e dirigiu a construção do segundo edifício da LC.

De 1939 a 1944 — época de MacLeish —, a Biblioteca viveu os anos de guerra e estabeleceu o Departamento de Referência e o de Processamento Técnico. De 1945 a 1953, Luther Evans completou essas tarefas e desenvolveu programas de assistência a bibliotecas danificadas pela guerra. Com ele o campo de ação da Biblioteca foi expandido a âmbito internacional.

BIBLIOTECA
BIBLIOTECA DO CONGRESSO

Concomitantemente a estes desenvolvimentos, os serviços de referência legislativa, de 1914 a 1946, se constituíam especialmente, segundo Lindley, numa operação bibliotecária, com seus funcionários engajados no trabalho de referência, de localizar e transmitir para os escritórios do Congresso material que pudesse ser recuperado das coleções da LC ou de outras fontes de informação (113:2).

Com o Ato de 1946 houve mudanças básicas no caráter geral da organização e, entre elas, alterações no corpo de funcionários que, ao invés de ser constituído predominantemente de bibliotecários, passou a ser constituído de especialistas nas várias áreas de cada grande ramo do conhecimento. O número de funcionários passou a 79, ao invés dos 20 de 1916. Substanciais dotações financeiras lhe foram concedidas. Em 1953 as unidades constantes do CRS subiram do nível de seção para o de divisão, conforme o padrão dos outros departamentos da LC.

Em 1966 houve uma reforma na estrutura do Serviço, e este passou a englobar nove divisões maiores e duas menores, todas especializadas, sendo as duas últimas dedicadas a artes gráficas e tradução.

Entre 1965 e 1969 concentrou-se sobre o Congresso um grande interesse nacional, tanto em relação à organização como um todo como em relação a seus órgãos de informação.

Inúmeros escritos surgiram sobre o Poder Legislativo e a instituição foi analisada sob todos os aspectos possíveis, notando-se, porém, um enfoque maior sobre a questão da eficácia organizacional. O uso do computador como instrumento de trabalho no Congresso foi, nessa fase, também muito debatido. Seminários com parlamentares e funcionários foram desenvolvidos principalmente nos anos de 1968 e 1969.

O CRS é hoje uma organização de pesquisa de proporções impressionantes: ambicioso em sua concepção, se desenvolveu e constituiu um corpo de funcionários de alto nível que Charles Goodrum denomina máquinas de pensar ("think tanks") (30:1).

As respostas do Serviço no decorrer de um ano representam um enorme volume de produção, realizado, quase sempre, a velocidade bastante aceleradas.

O Ato de Reorganização Legislativa de 1970 manteve as funções, mas ampliou o campo de ação do Serviço; ênfase foi dada à assistência às Comissões. Há ali uma clara inferência de que, para o desenvolvimento dos serviços analíticos e de assessoramento refinado, como proposto, seria necessária uma melhor organização dos arquivos e melhores instrumentos, que permitissem a recuperação seletiva de dados necessários e o uso adequado de tecnologias avançadas (95:21).

A implantação do Ato gerou conseqüências sobre o Congresso na década de 70, tais como "a criação e o crescimento de novas agências de apoio legislativo; a triplicação do número de funcionários do Congresso e a sua reorganização geral (44:33) - que tiveram nítidos reflexos sobre a direção e operações do CRS. Tudo isto acrescido da sempre crescente explosão da informação, conduziu o CRS, como estava previsto, à mecanização de suas atividades, usando, cada vez mais, métodos sofisticados e aperfeiçoados que lhe deram uma dimensão excepcional em todas as suas áreas de atuação.

Esta dimensão pode ser ilustrada pelos dados extraídos de Lindley (113:3) :

- . 1914 - orçamento: US\$ 25,000.00; pessoal: cerca de 6;
- . 1970 - orçamento: US\$ 4,683.000,00; pessoal: 323;
- . 1984 - orçamento: US\$ 36,620,000.00; pessoal: 858.

4.2.2 - Bibliotecas das Câmaras Legislativas da Grã-Bretanha

4.2.2.1 - Cronologia

O Parlamento da Grã-Bretanha dispõe, tradicionalmente, de duas bibliotecas: uma para cada Câmara. Sugestões sobre a unificação de ambas têm sido apresentadas em reuniões internacionais de Biblioteconomia parlamentar. Oficialmente, porém, esta idéia não encontra qualquer apoio dentro do Parlamento. Assim, o suprimento de informação disponível por bibliotecas parlamentares tal como entendidas nesta pesquisa, se divide na Grã-Bretanha, entre a House of Lords Library (HLL), na Câmara Alta e a House of Commons Library (HCL) na Câmara Baixa.

A história da Biblioteca da Câmara dos Lordes, da mesma forma que quase todas as informações obtidas sobre ela, constitui parte mínima na literatura analisada.

Afirma Dobson que "até 1826 não há registro de qualquer ação de suprimento de uma biblioteca para o Senado (50:90). Nesse ano foi nomeado um bibliotecário, cuja função seria instalar uma sala para acomodação da biblioteca cujo acervo inicial foi composto por relatórios e documentos parlamentares provenientes do Parliament Office.

Em 1827 foi concedida uma verba de 900 libras para compra e encadernação. Essa coleção, de que hoje existe uma lista impressa, era basicamente de caráter legal. Ainda em 1827 a biblioteca recebeu doação do Conde de Rosslyn de parte de sua coleção particular dos "House of Lords Appeal Cases" e outra de "Writs of Error" desde 1702, que haviam pertencido, respectivamente, a seu pai e tio.

Em 1834 houve um incêndio que destruiu as duas Casas do Parlamento. Os livros dessa biblioteca de 8

anos de existência foram porém salvos, graças à perícia dos soldados que, por meio do transporte "mão-a-mão" os transferiram para a Igreja de Santa Margareth.

Ainda nesse ano a Câmara de Senadores, da França, fez uma doação de 1.700 volumes. O recebimento dessa doação estendeu-se por dois anos, período em que acomodações temporárias para a coleção iam sendo obtidas. Nessas instalações a biblioteca permaneceu de 1834 até 1851, quando, segundo Englefield (55:63), a coleção foi removida para as quatro grandes salas do edifício da Câmara dos Lordes, projetadas por Charles Barry, que até hoje abrigam a biblioteca.

De 1826 até 1851, a HLL funcionou precariamente e não foi encontrado na literatura registro de esforços de modernização ou de formação de grandes coleções e em 1851 a coleção existente, espalhada por áreas provisórias, foi reunida nas atuais instalações.

Em 1908 foi editado o primeiro catálogo de autor e assunto de toda a coleção, munido de dois apêndices em que se listavam coleções especiais.

Quanto à Câmara dos Comuns, até 1802 os registros da atividade parlamentar eram manuscritos e mantidos quase como propriedade particular do Clerk of the House.

Em 1802, com a eleição de Charles Abbot para a Presidência da Câmara, foi que se iniciaram as verdadeiras fundações de uma biblioteca. Ele tinha um interesse nato por controlesde registros, aliado a uma mania de preservação de arquivos nacionais, segundo afirma Gordon (71:94). Por isso, deu especial ênfase à formação da hoje conhecida "Abbot Collection" — uma coleção encadernada de documentos parlamentares impressos, do século XVIII e cobrindo o período de 1731

a 1800 — e de uma coleção de folhetos, muitos dos quais oficiais, datados de 1559 a 1740.

Em 1818 esses registros já se encontravam espalhados em vários setores do Parlamento. Foi então que Mammers-Sutton, Presidente da Câmara dos Comuns, inaugurou a primeira sala a ser usada como biblioteca, e para a sua administração foi nomeado o primeiro bibliotecário, Benjamin Spiller, que veio a falecer em 1832.

Em 1827 uma nova e maior biblioteca foi construída e posteriormente ampliada. Em 1833 a área era cerca de dez vezes maior que a sala de 1818.

Em 1834 houve um grande incêndio, que destruiu todo o velho Palácio de Westminster. A biblioteca perdeu metade de seus livros e quase toda a coleção de documentos e arquivos parlamentares.

Um projeto de reforma do palácio, já existente desde 1832 (52:38) ao lado da ocorrência daquele incêndio, constituíram uma nova era para os edifícios do parlamento. Incluído entre as novas edificações estava o atual, bonito e definitivo conjunto de salas que abriga a biblioteca. Esta foi, portanto, a terceira área ocupada pela biblioteca, e começou a funcionar pouco antes de 1852.

4.2.2.2 - Medidas administrativas

A Library of the House of Commons (HCL), em termos de organização interna e modernização, evoluiu lentamente.

A literatura sugere ter havido um período de crescimento mais dinâmico nos primeiros 15 anos que se seguí-

ram à sua inauguração em 1818, já que em 1833 a Biblioteca ocupava uma área dez vezes maior do que a inicial.

Apesar do incêndio que destruiu todos os edifícios do parlamento em 1834, é de 1835 a afirmação, durante depoimento em Comissão Especial, do então bibliotecário parlamentar Thomas Vardon de que não havia qualquer tópico de interesse para os parlamentares sobre o qual ele, como bibliotecário, não fosse convidado a fornecer informação instantânea e detalhada — ao contrário de uma dezena ou mais de livros e documentos localizados em recintos muitas vezes diversos (55:107-8) .

Esse depoimento, citado amplamente pela literatura consultada, demonstra já nessa época duas das principais características de uma biblioteca parlamentar. O tratamento detalhado e a recuperação rápida da informação, embora já então necessários, só foram realmente implementados quase um século e meio mais tarde, com o uso da automação.

Afirma Englefield que "durante os primeiros quarenta e cinco anos um grande número de catálogos e índices foi compilado e publicado" (55:23). Em 1856, e de novo em 1889 foram publicadas duas edições de catálogos de duas coleções especiais de documentos parlamentares da HCL. Outros catálogos e índices foram regularmente publicados de 1853 até o final da Segunda Guerra.

Ao contrário de Englefield, Menhennet acredita que "pouco foi feito, à medida que o Império e a Revolução Industrial se instalavam no Parlamento, para cumprir a declaração de Vardon sobre o potencial de uma biblioteca legislativa" (123:329) . Por muitos anos ainda a HCL continuou apresentando uma atmosfera de clube rural à moda antiga. O pessoal era reduzido, verbas escassas, e a abrangência de assuntos era superficial. Alguma razão política ou social impedia que a solicitação de Vardon sobre um serviço de informação se concretizasse. No virar do século, escrevem Barker e Rush, a HCL era claramente "de um lado o depósito de documentos oficiais e outros escritos, e de outro um local calmo para leitura" (12:291) .

Em 1930 o parlamentar George Benson afirmava estar consternado com a situação quase inalterada da HCL desde 1852. "A atmosfera era de uma biblioteca particular de um cavalheiro rural" (126:324).

Em 1937 Kitto tornou-se Bibliotecário Parlamentar, depois de haver sido Bibliotecário Assistente da HCL desde 1908. A biblioteca não apresentou, todavia, qualquer mudança enquanto durou a Segunda Guerra. Em dezembro de 1944 Kitto escreve um memorando ao Presidente da Câmara — que foi por este repassado, posteriormente, à Comissão Especial nomeada para estudar a reforma da biblioteca de 1945 a 1946. Nesse memorando reclamava contra a negligência da Câmara em relação a qualquer esforço de reorganização daquela biblioteca desde 1853.

No ano de 1945 a chegada de grande número de novos parlamentares, a ascensão do partido trabalhista ao poder, e ainda o surgimento de um programa legislativo inédito em termos de volume e complexidade, constituíram um clima mui

to apropriado para uma modernização da instituição.

Em 1945-1946 foi criada a Comissão Especial de Biblioteca, que, através de dois relatórios, defidiu as atuais atribuições da Biblioteca da Câmara dos Comuns. Nesse relatório foram feitas considerações sobre três aspectos da biblioteca: escassez de espaço (aquisição de novas áreas no Parlamento); reestocagem (rápida aquisição através de editores particulares); e problemas do pessoal (admissão de dois bibliotecários para pesquisa) (52:39) .

Seguiu-se, pois, uma reorganização e expansão radicais, inclusive o estabelecimento de uma Divisão de Pesquisa, dando à HCL a configuração de um, embora modesto, serviço de referência legislativa. A HCL deixava então de ser um mero repositório de livros e publicações oficiais a que os parlamentares se dirigiam para trabalhar em paz (52:39) .

Em 1946 H. Saunders, foi designado bibliotecário, servindo até 1950. Em sua administração depôs perante uma Comissão Especial e apresentou duas proposições que não deram nenhum resultado: provisão de fundos para viagens ao exterior do pessoal sênior da HCL; apoio semelhante para finciamento de projetos de pesquisas a serem empreendidos por especialistas estranhos ao Parlamento - a exemplo do que vira nos Estados Unidos. Uma terceira proposição foi apresentada defendendo a idéia de que a HCL deveria ter acesso a todo o conhecimento político disponível na época.

Seguindo esses relatórios, afirma Barker e Rush (12:293), o governo procurou fornecer o que se pode considerar uma boa quantia, para a época, a fim de modernizar a coleção e preparar uma mudança de abordagem da HCL para uma maior ênfase a serviços de informação, em detrimento da abordagem em vigor, de servir como mera biblioteca convencional.

Seguiu-se uma fase de arrumação interna através de novas aquisições de material concentrado no século XX (economia, ciência política, União Soviética, Comunidade Européia e história), de descartes e de aquisição de novas áreas espalhadas pelo Palácio de Westminster. Também o quadro de pessoal sênior sofreu acréscimo com a chegada de pessoal de pesquisa.

Para classificação do material da HCL foi adotado o sistema da Biblioteca de Londres.

Em 1954 um relatório do bibliotecário perante a Comissão Especial de Instalações e Administração da Câmara dos Comuns demonstrava progressos entre 1946 e 1953. Ali, além de dados estatísticos, tanto da área de referência geral como da de pesquisa, fazia-se menção a aumento de cooperação com bibliotecas externas, novas frentes de trabalho, como a elaboração de guia dos antigos debates e diários, informava que a elaboração de um índice dos documentos parlamentares de 1900 a 1950 estava para ser iniciada. Segundo aquela relatório, o pessoal deveria se especializar em assuntos das diferentes áreas parlamentares (12:294-5) .

Os anos 50 se caracterizaram, pois, pela evolução da HCL no sentido de se tornar uma unidade de referência e pesquisa. A chegada de novos parlamentares em 1959 contribuiu muito para essa evolução.

Em 1961 a instituição parlamentar estava em crise. Havia um consenso geral sobre o papel moderno, adequado, de um serviço de informação e biblioteca dentro do contexto parlamentar britânico, e uma esperança de que após as eleições de 1964 uma reforma viesse a ser desenvolvida na Câmara dos Comuns.

Em 1964-65 foi criada a Comissão de Serviço da Câmara dos Comuns (que estudou a sua modernização), e nela

uma Subcomissão de Biblioteca. Esta iniciou uma ampla revisão do trabalho da HCL, no mesmo estilo da que fora realizada em 1945-46. O relatório da Subcomissão apresentava recomendações que se destinavam a impedir uma paralisação nos padrões existentes e atendimento de necessidades imediatas, mas não introduziu nenhum serviço totalmente novo.

De 1964 a 1967 melhorias foram alcançadas em relação a acréscimo de pessoal e aquisição de equipamento fotocopiador.

Em 1967 procedeu-se uma reforma geral na Câmara dos Comuns. Como resultado, a HCL passou a constituir um departamento em si mesmo, e não mais subordinado ao Gabinete da Presidência (98:33); ao mesmo tempo, foi criado o cargo de Bibliotecário Substituto.* Desde então tem havido revisões subseqüentes da Câmara como um todo, que se detêm na questão "parlamento e informação", apresentando vasta lista de sugestões de inovação e de mudanças; dentre esses estudos se encontra o de Barker e Rush (12:353-62), datado de 1970. A principal dessas sugestões era relativa à própria estrutura. Assim, as atuais Divisões Parlamentar e de Pesquisa passariam a se denominar Divisão de Informação e Divisão de Especialistas, e o objetivo seria formar um sistema de informação parlamentar aperfeiçoado e o fornecimento do melhor e mais sofisticado serviço de informação dentro das limitações dos recursos disponíveis.

Não se obteve, através de leituras posteriores, notícia sobre a adoção, nem mesmo parcial dessas sugestões.

* A segunda pessoa em escala hierárquica, no Departamento

A Biblioteca só veio a obter status legal, pela primeira vez desde sua criação, em 1978, quando contava com cerca de 160 anos.

Em outubro de 1975 o relatório da Comissão Especial sobre Assistência de Pesquisa ao Parlamentar Individual recomendava a disponibilidade do dobro das facilidades do serviço de pesquisa existente na HCL (20:21). Ali se sugeria ainda expansão de espaço e cooperação com a Biblioteca da Câmara dos Lordes (HLL).

Em consequência desse relatório houve alguma melhoria na Divisão de Pesquisa, mas não uma ampliação a nível de duplicação, como sugerido.

Depois dessa época houve outros dois relatórios de análise administrativa da Câmara. No primeiro, o de Compton, nada foi incluído, segundo Laundry (97:36), que disse a respeito à Biblioteca; o segundo, baseado neste, e de autoria de uma Comissão Especial chefiada por Arthur Bottomley, foi debatido em dezembro de 1975 e, como consequência dele, à HCL foi acrescentado um novo grupo de atividades ligadas ao Vote Office (97:38).

A Biblioteca da Câmara dos Lordes (HLL), por sua vez, só veio a sofrer uma revisão organizacional exaustiva 150 anos depois de sua fundação, em 1976. A primeira das conclusões do relatório do Grupo de Trabalho nomeado para tal fim sugeria que a HLL deveria se equipar "para fornecer um serviço de informação mais comparável com aquele fornecido pela Biblioteca da Câmara dos Comuns. O implemento de maior cooperação entre a HLL e a HCL e uso de automação imediato, incluindo a disponibilidade, pela HLL, de bancos de dados externos, foram outras sugestões enfatizadas. A recomendação nº 5 do relatório dizia que "a proposta de união completa da Biblioteca da Câmara dos Lordes com a Biblioteca da Câmara dos Comuns deve ser rejeitada" (55:64).

4.2.3 - Biblioteca do Parlamento do Canadá

4.2.3.1 - Cronologia

No Canadá, a Biblioteca do Parlamento (Library of Parliament, LP) encontra suas origens no final do século XVIII. Em 1791 um Ato Constitucional dividiu formalmente o país em Canadá Inferior e Canadá Superior. Ambos criaram suas bibliotecas legislativas, respectivamente nas cidades de Quebec e de York (hoje Toronto). Em 26 de dezembro de 1791 ambos foram autorizados a criar suas legislaturas — abertas, a do Canadá Superior, em 17 de setembro de 1792, e a do Canadá Inferior em 17 de dezembro do mesmo ano (16:5) — compostas de um Conselho Legislativo e de uma Assembléia. Estas incorporaram as bibliotecas então existentes.

Em 1802 surgiu no Canadá Inferior o primeiro ato normativo que oficializava a instituição "biblioteca parlamentar". Tratava-se de uma resolução enviada em forma de "Mensagem da Assembléia" ao Conselho Legislativo, e que traçava diretrizes sobre a gerência, a coleção, o equipamento e os usuários da biblioteca. Esta seria instalada na House of Assembly, e a pessoa responsável pela mesma seria o Clerk of the House of Assembly. Nesse mesmo ano foi concedida verba para aquisição dos primeiros livros. Por volta de 1817 a coleção era constituída de cerca de mil livros, e, segundo relatório da época citado por Binks (15:11) incluía muitos manuscritos.

Quanto à coleção do Canadá Superior, foi formada inicialmente por uma doação feita imediatamente após a divisão do país nas duas províncias. Nomeado Governador-Geral daquele país, John Simcoe escreveu à Royal Society solicitando verba para aquisição de livros que pudessem ser úteis à colônia. A carta não surtiu os efeitos esperados e seu autor decidiu doar sua própria coleção.

Em 1800 apareceu nos jornais uma lista das obras dessa biblioteca, e em 1802 foi concedida uma verba de 200 libras para novas aquisições para as duas Casas, separadamente. Todavia, em 1813, tropas americanas tomaram York e incendiaram os edifícios do Parlamento, destruindo a quase totalidade tanto da coleção da House of Assembly como da do Conselho Legislativo. O que restou delas foi reunido numa só coleção, para facilitar a recuperação de material raro que existisse em duplicata (16:6).

Em 1816 o termo "biblioteca" parece ter sido usado pela primeira vez, quando houve uma discussão entre as duas Casas sobre o suprimento de um serviço de biblioteca para a Legislatura. Foi então concedida uma verba de 800 libras para construção de um prédio para essa biblioteca: a Upper Canadian Library. Em 1817 foi publicado Ato normativo regulamentando seu funcionamento. Essa biblioteca veio a se tornar uma dinâmica organização sob a direção de Robert Sullivan — nomeado Bibliotecário em 1827 e permanecendo no cargo até 1836. Nesse ano, o médico William Winder assumiu a direção da biblioteca, tendo como seu assistente Alpheus Todd, de apenas 15 anos de idade. Este, mais tarde, veio a ser o grande e famoso Bibliotecário do Parlamento canadense.

Em 1841 as duas províncias foram reunificadas sob um só governo, formado de um Conselho Legislativo e de uma Assembléia Legislativa, o qual deveria ter sede não em Quebec ou Toronto (York à época), mas em Kingston para evitar a natural rivalidade já existente entre aquelas duas cidades. As duas bibliotecas — a da House of Assembly, do Canadá Inferior, e a Upper Canadian Library, do Canadá Superior — foram distribuídas da forma mais eqüitativa possível entre as duas novas Casas. Cedo, Kingston se comprovou uma cidade muito pequena para abrigar o governo e este se transferiu para Montreal (16:12). Todavia, em 1849, um movimento decorrente

do "Rebellion Losses Bill" queimou os edifícios do Parlamento, aí instalados. Montreal perdia assim o direito de continuar capital e o Parlamento passou a se reunir metade do ano em Toronto e metade em Quebec, sendo a sede em Quebec. Nesse incêndio a quase totalidade das duas bibliotecas foi destruída, o que restou, segundo Binks apenas 200 volumes, foi reunido em uma só coleção para o Parlamento, e iniciou-se um esforço de aquisição por doações. Essa coleção foi transferida para Quebec juntamente com o governo, e foi transportada para Toronto e para Quebec toda vez que o governo alternava o local de suas reuniões. Em 1851 foi feita uma boa compra de livros na Europa e incentivado um programa de aquisição e reunião de material valioso para o país, mas as mudanças da biblioteca e a inexistência de acomodações adequadas traziam sérios problemas. Geralmente a coleção permanecia em caixas quase todo o tempo, e quando em Quebec ficava na área do Legislative Council. Esta foi destruída no incêndio de 1854 e, como resultado, restaram apenas 9.319 volumes, dos 17.000 que formavam a biblioteca naquela data.

A coleção foi então armazenada em um seminário para posterior preparação, e em 1855 Alpheus Todd, supostamente a pessoa à frente do trabalho de reconstituição da coleção, partiu para a Europa para uma missão de compra de livros com uma verba de 9.000 libras.

Após tantas mudanças de capital, a partir de 1841 — Kingston, Montreal, Toronto, Quebec, Toronto e Quebec, novamente — a Rainha Vitória decidiu finalmente que a capital definitiva seria Ottawa.

Em 1859 se inicia a lenta construção do conjunto de edifícios que viria a abrigar definitivamente o governo canadense. Dentre eles estava previsto um prédio especificamente para instalações da Biblioteca do Parlamento.

O período em que o governo ficou se reunindo alternadamente em Quebec e Toronto trouxe uma instabilidade política muito grande. A união das duas províncias se esfragueou paulatinamente. E foi ainda durante a construção dos prédios e sob um clima de movimentação em direção a uma confederação das quatro colônias britânicas da América do Norte (Quebec — Canadá Inferior, e Ontário, Nova Escócia e Nova Brunswick — Canadá Superior) que a Biblioteca foi transferida, juntamente com o governo, em 1865, de Quebec para instalações provisórias em Ottawa. A Biblioteca estava então com cerca de 60.000 volumes. Em 1866, afirma Taché, foi reconhecida a Biblioteca como instituição relevante diferente das duas Câmaras do Parlamento (170:96).

Desde 1867, data da Confederação, Ottawa tem sido, oficialmente, a sede da Biblioteca do Parlamento canadense.

Entre 1867 e 1876, apesar da precariedade das instalações, o afluxo de coleções foi muito ativo, quer através de compra quer através de doações e intercâmbios intergovernamentais com outros países, principalmente da Europa.

O prédio específico da Biblioteca começou a ser construído em 1872 (166:75) e o dia 2 de fevereiro de 1876 marcou sua inauguração oficial. Dentre as cerimônias, contou um suntuoso baile. Nessa data a Biblioteca contava com 83.883 volumes, grande parte dos quais fora adquirida por Alpheus Todd numa missão especial em que gastou 50.000 dólares em livros.

Dois novos incêndios aconteceram nesse edifício. O primeiro em 1916, com pouco dano, e o segundo em 1952. Este foi terrivelmente destruidor, mais pela água usada para controlar o fogo do que pelo incêndio propriamente dito. O

BIBLIOTECA
Casa de Parlamento de Ottawa

prédio passou a necessitar de uma reforma total e foi fechado de 1952 a 1956. As coleções foram espalhadas em instalações de outros órgãos do governo e iniciou-se uma fase de completo reprocessamento, contanto inclusive com assistência de especialistas dos Estados Unidos. Em 1956 o prédio foi reaberto e a coleção trazida de volta — exceto algumas partes que deveriam tomar outro destino (como será visto no capítulo "coleções") — em meio ao seu reprocessamento. Este foi o último incêndio e marcou uma retomada definitiva sobre questões de segurança do edifício e modernização dos serviços.

4.2.3.2 - Medidas administrativas

Várias reformas se sucederam às crises causadas pelos sucessivos incêndios sofridos pela Biblioteca do Parlamento — 1813, 1849, 1854, 1916 e 1952.

O último desses incêndios destruiu e mutilou terrivelmente a coleção, o que conduziu a Biblioteca do Parlamento a sérias medidas de reformulação no seu todo. A recuperação do prédio e das coleções tornou-se a prioridade daquele momento. Aproveitou-se a oportunidade para se proceder a um total reprocessamento da coleção. Decidiu-se adotar a Classificação da Biblioteca do Congresso, e desta recebeu-se assistência quanto aos processos de restauração da coleção. De 1952 a 1956 a coleção foi distribuída entre vários prédios de Ottawa, para o reprocessamento, e esse trabalho perdurou por vários anos após o retorno da mesma ao prédio reformado, em 1956. Em 1965 Spicer afirmava que esse trabalho de vulto estava por ser concluído (167:31).

Também entre 1953 e 1963 uma série de medidas internas refletiam esse esforço de modernização. Além da adoção do esquema de Classificação da Biblioteca do Congresso em 1953, foi adotada, em 1956, a exigência de treinamento bibliotecário para os funcionários; em 1959 iniciou-se a divulgação de uma lista de aquisição; em 1960 foi nomeado o primeiro bi-

Bibliotecário parlamentar com formação em Biblioteconomia; e de 1953 a 1963 desenvolveu-se a tradução de listas de cabeçalhos de assuntos da LC para o francês, já que um índice em francês passou a ser elaborado. Nesse período foi ainda aumentado o quadro de pessoal, e a criação da Biblioteca Nacional em 1953 facilitou, em muito essas medidas iniciais. No orçamento de 1964/1965 foi incluída rubrica de fundos para verdadeira pesquisa, tendo sido também aprovados três cargos ligados à pesquisa, e em junho de 1965 foi aprovada a adição de uma unidade de pesquisa à estrutura da LP. Esta foi uma decisão baseada, em grande parte, num relatório da Comissão Especial de Organização e Procedimento (elaborado com o auxílio do Bibliotecário Parlamentar). A Câmara apresentava argumentos muito fortes defendendo a proporção de um assistente de pesquisa para cada dez parlamentares, embora concluísse por um início mais modesto, com a seguinte conclamação: "5. Assim sendo, sua Comissão recomenda aos Presidentes das duas Casas que considerem a nomeação de um pequeno quadro de pessoal para pesquisa, para o estabelecimento de um Serviço de Referência Legislativa dentro da Biblioteca do Parlamento" (167:35-6).

Segundo documento de 1968 (24:3) este foi o primeiro serviço dessa natureza implantado num país do Reino Unido. O autor provavelmente se referia ao objetivo ou à estrutura do serviço, de forma a diferenciá-lo da Divisão de Pesquisa da Inglaterra, pois sabe-se que esta foi criada em 1945/1946. Sabe-se, outrossim, que apenas em 1967 foi que a HCL passou para nível de departamento. Portanto, em termos de estrutura, a LP alcançou nível mais elevado no Parlamento antes de sua congênere na Inglaterra.

BIBLIOTECA
Serviço de Referência Legislativa do Brasil

4.2.4 - Relação entre a Biblioteca Parlamentar e a Biblioteca Nacional

Ainda dentro desta abordagem histórica geral cabe uma breve análise sobre o relacionamento das instituições estudadas e a Biblioteca Nacional dos respectivos países.*

Nos Estados Unidos, polêmica tem sido a questão de definição do objetivo da Biblioteca do Congresso (LC) ao longo de sua evolução histórica, uma vez que ela nasceu dentro do Congresso e para servi-lo.

No período de 1829 a 1897 foi dado um enfoque especial à acumulação de coleções — nesse período a coleção cresceu numa média anual de 11.220 volumes. Tanto no período da administração de Meehan (1829-1861) como nos que lhe sucederam (Stephenson, 1862-64; e, Spofford, 1864-97) iniciaram-se frentes de intercâmbio no país e no exterior. A criação de um departamento jurídico na LC em 1832, e conseqüentemente a separação desse material para outra área, ressaltou o caráter indeterminado e geral da coleção da Biblioteca. O que restava gerou uma questão: já que a LC como um todo era agora apenas uma biblioteca jurídico-legal, o que era então? Em 1846 foi assinada a lei que criou o depósito legal. Este e o intercâmbio em alta escala nacional e internacional, contribuíram para aumentar a inquietação quanto a uma política de aquisição. Afirma MacBride que as obras recebidas pela LC pouco a pouco iam apresentando menor interesse para o Congresso, e tanto a "lei de depósito legal como o intercâmbio se tornavam agora apenas meio de superlotação da Biblioteca" (116:43). As obras de valor não chegavam à Biblioteca nem por remessa espontânea dos autores nem por intercâmbio.

* Não foi encontrado qualquer subsídio na literatura analisada sobre este fenômeno na Inglaterra

Provavelmente, em decorrência dessa defasagem entre os dois programas e a qualidade do material recebido, foi que em 1857 o intercâmbio internacional foi transferido para o Department of State, e a Lei de Depósito Legal de 1846 revogada pelo Congresso em 1859. Também o incêndio de 1851, que causou a perda de 64% da coleção da Biblioteca (inclusive da valiosa coleção adquirida a Thomas Jefferson) teria contribuído para uma nova postura sobre a questão de compra. Para sua reconstrução o Congresso liberou enormes somas de dinheiro, para aquisição, em 1852 e 1853. Ocorre que, embora houvesse uma Comissão Mista para auxiliar na seleção de obras, apenas um de seus Membros era realmente ativo — James Alfred Pierce — e este procurou impedir a compra de material político corrente que pudesse aumentar facções. Isto prejudicou imensamente a utilidade da biblioteca como fonte de referência para o Congresso, apesar do crescimento da coleção, de 1829 a 1861, de 15.000 para 63.000 volumes, mesmo tendo passado pelo incêndio de 1851, que destruíra 35.000 volumes da coleção então existente.

Na gestão de Spofford a Lei de Depósito Legal foi restaurada e em 1870 a LC retomou o controle de sua observância. Spofford acreditava que a LC tinha obrigação de ser a Biblioteca líder do país, e a líder de todas as Bibliotecas Nacionais. Portanto, ela tinha obrigação de abrigar "uma enorme coleção do pensamento e conhecimento mundiais" (116:40). Além disso, na sua mente não havia qualquer incompatibilidade entre uma Biblioteca Nacional e uma Biblioteca do Congresso. A primeira podia perfeitamente implicar na segunda "tendo o objeto maior, o menor estaria preenchido" (116:53). Spofford assumiu inteiramente esta idéia e a colocou acima de qualquer outra faceta importante da instituição. Os espaços foram totalmente ocupados e catálogos abandonados, pois era impossível mantê-los atualizados em tal ritmo de aquisição.

Apenas Putnam, bibliotecário de muita experiência e que geriu a biblioteca de 1897 a 1939, conseguiu ordenar a confusão generalizada que se formara. Percebeu de imediato a ausência de parlamentares na Biblioteca. Três anos depois do início de sua gestão, tomou já as primeiras iniciativas para que o Congresso obtivesse a merecida assistência da LC. O primeiro passo foi a instalação de uma sala para uso parlamentar dentro do Capitólio, já que a LC ocupava agora prédio próprio distante deste. Perdureou a idéia de Spofford de transformar a LC em uma Biblioteca Nacional, mas criava-se um setor especial devotado às necessidades do Congresso. Em 1914 era reconhecido pelo orçamento um Serviço de Referência Legislativa, que passou a ser parte de todos os orçamentos posteriores. E em 1946 — cem anos depois da Lei de Depósito Legal, o serviço ganharia identidade própria, transformando-se em um departamento da LC.

Enquanto Biblioteca Nacional a LC ganhou também grande impulso no período Putnam. Preocupações com programas para cegos, programas educacionais, empréstimo-entre-bibliotecas a nível nacional e o início da construção do edifício da LC datam dessa época (91:245).

Hoje convivem a LC e o Congressional Research Service (CRS) com papéis específicos. "Enquanto Biblioteca Nacional a LC tem assumido um papel de verdadeira espinha dorsal do sistema nacional de bibliotecas, fornecendo assim benefícios para os eleitores" (120:621) da classe política do Congresso. Nessa área tem trabalhado em várias direções, como: formulação de políticas nacionais de biblioteca; normalização; formação de pessoal para liderar a classe biblioteconômica do país; desenvolvimento de amplos programas de coleta e tratamento automatizado da informação e documentação etc.

O CRS — voltado para o Congresso propriamente dito — se beneficia da enorme infra-estrutura da LC, procuran-

do explorar-lhe os recursos no sentido de assegurar ainda mais a qualidade de seus serviços.

No Canadá a relação Biblioteca Parlamentar/Biblioteca Nacional se estabeleceu a partir de um certo momento, num padrão inverso ao dos Estados Unidos; ali a Biblioteca Nacional surgiu "muito possivelmente graças ao paciente trabalho dos dois bibliotecários parlamentares" (16:44). Erik Spicer, por sua vez, afirma que "graças à existência de uma Comissão Mista que auxilia na supervisão geral das atividades da Biblioteca do Parlamento é que foi possível criar, em 1951, a Biblioteca Nacional" (163:220). A participação da Joint Committee on the Library of Parliament foi fator importante nas discussões que antecederam a aprovação de criação daquela instituição.

Por muitos anos, entretanto a LP desempenhou também as funções de uma Biblioteca Nacional, tal como aconteceu com a LC, nos Estados Unidos. Já em 1882 Alpheus Todd, baseado nas atitudes de Spoffort (LC), implorava, em relatório ao Parlamento, fundos para a implementação de "nossa Biblioteca Nacional" (34:252). Em 1910 o Bibliotecário da Biblioteca Pública de Ottawa e presidente da Ontario Library Association, Lawrence Burpee, desencadeou um movimento pró-biblioteca nacional.

Na tentativa de recuperação da LP do devastador incêndio de 1952, foram tomadas várias decisões. Dentre estas constavam um reposicionamento filosófico da política de atuação de uma biblioteca parlamentar, distribuição de coleção recuperável em vários prédios da cidade, reconstrução ou recuperação do próprio prédio e, finalmente, ações administrativas para consecução das reformas.

Porém o incêndio encontrara, já, a LP superlotada de livros. Como a Biblioteca do Congresso, também a LP evo-

Isso para uma instituição de caráter geral, parcialmente como consequência da detenção do Depósito Legal e de ativo intercâmbio internacional. A coleção cresceu muito em relação ao prédio que ocupa desde 1876. Essas funções absorviam o tempo e a energia do pessoal, que deveriam ser gastos em serviços para o parlamento. Mas até à época do incêndio, segundo Bocklick, a Biblioteca ainda não conseguia definir com clareza quais deveriam ser suas metas e prioridades. Conclui ainda esse autor que "quando a demanda de depósito geral é muito alta, com certeza a função serviço perde muito" (16:45).

Apesar dessa confusão dominante, havia já, antes mesmo do incêndio, um movimento no sentido de tornar a Biblioteca mais parlamentar e menos nacional. Isto é, pelo menos, o que nos informa Binks sobre o chamado Relatório da Comissão Massey. Segundo ele, aquele Relatório, preparado em 1951, sugeria a criação de uma Biblioteca Nacional e que grande parte do acervo da LP fosse para aí transferido, deixando-a livre para suas funções básicas (14:113).

A aprovação da lei que criou a Biblioteca Nacional, em 18 de junho de 1952, e a ocorrência do último incêndio da LP, apenas um mês e 17 dias mais tarde, foi, sem dúvida, coincidência digna de menção.

Isto veio, com certeza, contribuir para esclarecer os administradores quanto à nova filosofia da LP. E esta veio posteriormente a assumir postura relativamente maternal em relação à Biblioteca Nacional, principalmente após seu estabelecimento em seu próprio prédio, em 1967.* No começo foram cedidos 300.000 volumes para a Biblioteca Nacional, e paulatinamente vêm lhe sendo repassadas as principais funções de caráter geral nacional e não-parlamentar, como o Depósito

* Alguns autores citam o ano de 1966. Como por exemplo: SPICER, 1976, p. 220 (item 163 da bibliografia consultada).

Legal (1969) e o intercâmbio internacional. Há, como parte deste relacionamento, um alto nível de cooperação entre as duas bibliotecas. Foi, por exemplo, transferido para a Biblioteca Nacional o depósito de documentos parlamentares provenientes de países mais recentes, enquanto a LP continuou com aqueles com que mantém laços há mais tempo.

4.2.5 - Conclusões

As três bibliotecas tiveram seu início em épocas muito próximas. Tanto a do Canadá como a dos Estados Unidos tiveram seus primeiros passos antes mesmo de sua congênere no seio da Nação mãe.

Nas duas colônias o início se deu em decorrência de instalação dos governos em novas áreas geográficas. No Canadá, em 1791, deu-se o início do estabelecimento do Canadá Superior e Inferior. A primeira coleção surgiu no Canadá Superior, doada pelo inglês John Sincoe, recém-nomeado para ser o governador-geral. Por sua vez, nos Estados Unidos, em 1800, o Ato que legislava sobre a mudança do governo para Washington previa a criação de uma biblioteca para servir a ambas as Casas. Em 1802 abria-se, no Capitólio, uma sala e era nomeado o primeiro bibliotecário. Nesse mesmo ano de 1802, tornava-se Prêssidente da House of Commons, na Grã-Bretanha, uma pessoa que se interessou pela questão documentária britânica e graças às suas iniciativas foi inaugurada, em 1818, a primeira área especialmente a ser usada para o funcionamento da biblioteca e nomeado o primeiro bibliotecário.

Ao longo de sua história as três bibliotecas têm sofrido sucessivos incêndios: a LP, 5 (1813, 1849, 1854, 1916 e 1952); a LC (CRS), 3 (1814, 1821 e 1851), e a HCL, 1 (1834). Há coincidência pelo menos entre dois incêndios: o de 1813, do Canadá, causado por forças americanas, destruindo os prédios do Parlamento, e o de 1814, dos Estados Unidos, causado

por forças britânicas que destruíram todo o Capitólio. Com isto, todas as bibliotecas passaram por períodos de reconstrução de coleções. O que se observa, porém, é que, nos Estados Unidos, esses incidentes foram superados facilmente, talvez até servindo como estímulo não só à reconstrução da coleção, mas também à sua própria ampliação.

Na Grã-Bretanha, pelo menos em termos de registros da literatura obtida, o incêndio não teve maior repercussão. Já no Canadá a situação, cada vez que se repetia, constituía uma tragédia. Reunia-se o restante das coleções, mudava-se o Parlamento de cidade, transportavam-se as coleções (de barco, a última vez). Mesmo no prédio definitivo ocorreram ainda dois daqueles desastres. Os dois mais significativos parecem ter sido o de 1849, que levou as coleções àquela data existente nas duas Câmaras a se reunirem em uma só, transformando-se esta na decisão-chave de se criar a Biblioteca do Parlamento; o segundo foi o de 1952, que levou a LP a uma total redefinição de política geral de organização e serviço.

Em termos de estrutura, percebe-se que a LP e a HCL passaram por experiências semelhantes inicialmente: uma biblioteca em cada Câmara Legislativa, ao passo que nos Estados Unidos surgira, desde os primórdios, uma só Biblioteca para todo o Congresso. Com o passar dos tempos, todavia, a situação que se configurou foi a seguinte: a LP nasceu como duas instituições que, num dado momento, se uniram; a HCL nasceu separadamente da HLL, e até hoje coexistem, complementando-se; e o CRS nasceu no seio da LC — que originalmente desempenhava suas funções. Como se expandiu, transferiu este escopo inicial e outras atribuições especiais ao CRS.

O fato mais curioso observado foi a evolução das três bibliotecas em direção à criação dos respectivos serviços de pesquisa. Foi nos Estados Unidos que a idéia surgiu

primeiramente, em 1900. Em 1914 é concedida verba para realização de trabalhos de "referência legislativa", e no orçamento de 1914/1915 aparece esta expressão em uma rubrica própria. Como entidade específica, o departamento da LC Legislative Research Service só é reconhecido em 1946. Isto ao mesmo tempo que a criação da Divisão de Pesquisa na HCL durante a sessão parlamentar de 1945/46. Apenas em 1965 é que surge a denominada Research Branch na organização da LP. É provável que essa defasagem em relação à Grã-Bretanha, e principalmente em relação aos Estados Unidos, que sempre lhe serviram de modelo, se deva à devoção da Biblioteca à sua recomposição após o incêndio de 1952.

Da análise feita, pode-se observar que, embora iniciadas na mesma época, a partir de 1900, os padrões históricos das três organizações passam por ritmos bem diferentes, reencontrando-se — Estados Unidos e Grã-Bretanha logo depois da Segunda Guerra e em resposta às pressões da nova vida parlamentar, e o Canadá em 1965, data a partir da qual as três organizações apresentam padrões e atitudes mais próximos, apesar das diferenças, que serão analisadas nos próximos capítulos.

Quanto à questão biblioteca parlamentar/biblioteca nacional, ainda hoje se discute a propriedade de a LC ser uma Biblioteca Nacional ou uma Biblioteca Parlamentar. Muitos dos documentos consultados são unânimes em atribuir-lhe principal função a de "assistência ao Congresso" (112:7). Outros procuram enfatizar mais o papel de Biblioteca Nacional, como por exemplo Laundry (95:15) e Martin (120:621). A verdade é que ela exerce as duas funções. É verdade que aos poucos o CRS vai adquirindo mais autonomia e vai se desligando da LC. Hoje ele conta com a infra-estrutura de uma verdadeira biblioteca, como será analisado em outros capítulos. É uma biblioteca dinâmica, com grande autonomia financeira, mas ainda subordinada administrativamente à LC, talvez por conveniência pró-

pria. Isto lhe abre as portas para se beneficiar da macro-estrutura daquela entidade, principalmente no que diz respeito à sua coleção atual de acima de 70 milhões de itens e de outros recursos e programas que, por serem de abrangência nacional, terminam por atender ao eleitorado do Congresso.

Por outro lado, a LC representa uma certa proteção para o CRS, como afirma Moagan (134:72). Sua vinculação a ela lhe assegura a imparcialidade na filosofia de trabalho e na seleção de pessoal. Também a LC se beneficia fazendo daquele órgão uma via de contato diário com os parlamentares e de associação com os mesmos e suas Comissões.

Martin (120:621) todavia, sugere uma nova reorganização da LC, já que quem a financia é o Congresso Americano. Para ele a LC deveria se vincular ao Congresso em nível de um departamento, ao qual fosse atribuída a responsabilidade de Biblioteca Nacional. A estrutura atual permite que a organização funcione para o Congresso, seu financiador, que não entende nem aceita seu papel nacional. Isto a enfraquece, na medida que outros organismos comerciais de informação vão tomando maior vulto.

Como se vê, a biblioteca parlamentar de hoje, nos Estados Unidos, seguiu os seguintes estágios históricos: a) nasceu como instituição voltada para o Congresso; b) cresceu numa abrangência tão extraordinária em tamanho e escopo que foi adquirindo o caráter de uma biblioteca nacional, absorvendo recursos financeiros e pessoal no desempenho desse papel; c) criou-se dentro desta um serviço parecido com o inicial, por conveniência administrativa, voltado para o tratamento de determinados tipos de coleção (leis e outros materiais jurídico-legais) e ao atendimento direto a todas as necessidades do Congresso; além disso, estava à sua disposição toda a coleção da LC para realização deste atendimento.

O relacionamento do CRS com a Biblioteca Nacional se caracteriza, pois, por uma ligação estrutural, e talvez até filial.

No Canadá os dois primeiros estágios são semelhantes. O terceiro, porém, foi muito diferente. Surgiu, fora da estrutura da biblioteca existente, uma outra organização, vinculada inclusive ao Poder Executivo. Esta se beneficiou do acervo geral da primeira e assumiu compromissos de verdadeira co-irmã para com ela. Não há subordinação filial por parte da Biblioteca Nacional mas um respeito de quem deve grande parte de seu acervo à LP. Outros fenômenos que podem ter influenciado nessa diferença de padrão são:

1º) a questão de prédio em que se encontravam inicialmente as bibliotecas nacionais: nos Estados Unidos em prédio próprio, relativamente distante do Capitólio; no Canadá em prédio próprio, mas constituindo este parte integrante do conjunto de edifícios do Parlamento. Portanto mesmo que a biblioteca nacional se subordinasse ao legislativo, é provável que haveria uma decisão de manter o prédio mais próximo para o serviço do parlamento;

2º) o estado das coleções: nos Estados Unidos não havia qualquer questionamento sobre a filosofia da biblioteca. Ela era, reconhecidamente, nacional. No Canadá, o tema estava em debate e a Biblioteca Nacional recém-aprovada, quando surgiu o incêndio destruindo enorme parte da coleção e exigindo a reconstituição e reprocessamento da quase totalidade do material restante. Isto pode ter facilitado a transferência de material e mesmo a doação de muitas peças, numa tentativa de retomada rápida das atividades normais da biblioteca parlamentar.

4.3 - OBJETIVO

Resumidamente o termo "objetivo" significa "o resultado desejado de algum efeito ou atividade" (61:286).

Afirma Gross que objetivos organizacionais são categorias de compromissos específicos, relacionados com situações ou seqüência de situações futuras desejadas. Uma organização incorpora vários tipos de objetivos que juntos formam uma matriz global de objetivos. Esses podem ser classificados, segundo Gross, nas seguintes categorias: "satisfação de interesses; produtos de serviços ou bens - relações de entrada e saída; eficiência; mobilização de recursos; investimento em viabilidade organizacional; observância de códigos; e racionalidade (tecnológica ou administrativa)" (73:292). Cada uma destas categorias pode ser vista como uma dimensão específica de objetivo organizacional. Todas juntas poderiam formar um vetor único que definisse o estado futuro desejado de uma organização. Por outro lado, cada um desses elementos constitui, em si mesmo, uma matriz multidimensional, composta de sub-elementos por sua vez compostos de matrizes multidimensionais. Algumas dimensões são peculiares a certos elementos. Assim, por exemplo, objetivos de produtos podem ser expressos em termos de qualidade e quantidade de diferentes tipos de produtos.

Combinações diversas entre os vários objetivos da matriz global podem definir os objetivos de desempenho de qualquer organização. Da mesma forma, uma série de combinações pode exprimir as alterações dos objetivos. Em determinados momentos será possível usar números como coeficientes e harmonizar medidas diferentes através do sistema de pesos; em muitos outros poderá ser necessário usar termos subjetivos, tais como "mais" ou "menos". Assim, a matriz global citada anteriormente fornece um instrumento intelectual para reunião do quantitativo e do qualitativo, do mensurável e do não-mensurável.

Os objetivos de qualquer organização estarão ou numa categoria ou numa subcategoria dos objetivos da matriz. Além disso, geralmente se enquadram dentro de uma hierarquia específica da organização. Esta se classifica em duas categorias: 1ª) hierarquia de ações em mudanças, caso em que a importância relativa dos diferentes objetivos reflete as exigências da organização numa situação específica; 2ª) hierarquia analítica, que expressa certas relações estáveis e interpenetrantes. Neste caso, todos os outros objetivos se subordinam ao de satisfação de interesses humanos. O objetivo-padrão nesta hierarquia poderia ser expresso na seguinte proposição: "a organização tem como objetivo (1) satisfazer interesses humanos, tanto de membros como de não-membros, através da (2) produção de serviços ou bens, com (3) um eficiente uso de insumos escassos e pelo (4) investimento em sua própria viabilidade, (5) mobilizando os recursos necessários, como insumos, e realizando tudo isto (6) em conformidade com certos códigos de comportamento e (7) de maneira racional" (73:276).

Seguindo a matriz global de objetivos, Gross apresenta como ilustração alguns elementos de objetivos que ele considera muito comuns na maioria das organizações. São eles:

<u>Objetivos</u>	<u>Elementos</u>
<ul style="list-style-type: none"> *. Satisfação de interesses 	<ul style="list-style-type: none"> . Dedicção a interesses públicos . Dedicção a interesses da clientela . Orientação para interesses da administração superior . Orientação para interesses de todos os seus membros
<ul style="list-style-type: none"> . Produto 	<ul style="list-style-type: none"> . Produto de alta qualidade . Trabalho rápido

- . Eficiência
 - . Baixos custos em geral
 - . Baixos custos de trabalho
 - . Altos lucros
- . Investimento em viabilidade
 - . Permanência
 - . Edificação de império
- . Mobilização de recursos
 - . Voracidade
 - . Auto-suficiência
- . Observância de códigos
 - . Integridade
 - . Oportunismo
 - . Disciplina
- . Racionalidade
 - . Progresso tecnológico
 - . Gerência conservadora (preservadora)" (73:284).

Esta parte do presente trabalho reflete basicamente o primeiro tipo de objetivo da lista apresentada por Gross. As propostas de objetivos geral apresentadas nos diversos documentos são geralmente expressas de forma muito sucinta, e à exceção de produtos, raramente foram incluídos outros elementos da matriz de Gross diferentes de satisfação de interesses da clientela. Eficiência, mobilização de recursos, e outros, foram elementos citados pela documentação, mas não como parte integrante da proposição de objetivos gerais das instituições em análise.

Ao todo, 15 documentos americanos (22,3%), 17 britânicos (45,9%) e 9 canadenses (27,2%) citaram especificamente o objetivo da respectiva biblioteca parlamentar. (Anexo 8).

Com base no quadro comparativo dos objetivos gerais das três instituições (anexo 9) é possível destacar alguns elementos essenciais dos objetivos propostos pelos vários autores consultados e que, ajustados à matriz de Gross, resultariam numa tabela similar à tabela nº 11, apresentada adiante.

TABELA Nº 11
Matriz de objetivos das Bibliotecas Parlamentares
(Considerados apenas os documentos computados para a variável "objetivos")
(EUA - 15; GRB - 17; CAN - 9 - TOTAL - 41)

Categorias de Objetivos (Gross)	Elementos Descritos nas propostas de documentação-núcleo	EUA-15	GRB-17	CAN-9	Total de documentos com 1 ou mais categ. de objetivos = 41	Percentual entre esses documentos e a lit. núcleo
Satisfação de Interesses da clientela	Fornecer informação precisa e detalhada aos parlamentares		2			
	Fornecer dados e outros produtos utilizáveis pelo Congresso (Parlamento)	1				
	Fornecer informação, pesquisa e materiais no congresso, no desempenho de seus deveres	2	2			
	Suprir as necessidades (ou demanda) de informação e/ou pesquisa da clientela, de forma e rapidez desejadas	7	6	3	28	20,4
	Fornecer, rapidamente, aos parlamentares, informação precisa e detalhada			2		
	Assistir os parlamentares, e pessoas autorizadas, com serviços de informação e, os parlamentares com serviços de pesquisa			3		
Produtos	Compilação de dados em forma de índices, resumos, boletins, etc	1				
	Fornecer livros, documentos, informação oral ou escrita					
	Fornecer livros, documentos, informação oral ou escrita		2			
	Fornecer serviço de referência e pesquisa	2	1	1		
	Fornecer serviços analíticos, interpretativos e consultivos	1				
	Fornecer fatos, análises e soluções alternativas e questões públicas de nossos dias (eficaz e rigorosamente, for me rápida)	2			19	13,6
	Atender a solicitação de produtos de informação	1				
	Suprir serviços de referência, pesquisa e análise e outros de informação e de biblioteca	1		3		
	Preservar documentação (geral, parlamentar)		3			
	Oferecer relatórios, estudos e consultas			1		
Eficiência						
Viabilidade própria						
Mobilização de recursos						
Observância de códigos	Fornecer serviços objetivos e politicamente imparciais	2		1	4	2,9
	Fornecer informação imparcial e precisa			1		
Racionalidade	Atender às demandas do Congresso através do uso racional de orçamentos e recursos, de novas metodologias de trabalho que fortaleçam os serviços...	1			1	0,7

A partir dos dados da tabela nº 11 encontra-se a seguinte distribuição das categorias de objetivos e sua incidência nas propostas localizadas na documentação-núcleo. A tabela considera: 1) a incidência percentual de cada categoria em cada um dos subgrupos de documentos referentes aos Estados Unidos (CRS), Grã-Bretanha (HCL) e Canadá (LP); 2) a incidência percentual de cada categoria em relação ao total da literatura núcleo (137 documentos).

TABELA Nº 12

Distribuição percentual da documentação que cita os objetivos segundo a matriz de Gross

Categorias de Objetivos	Países			
	EUA F - %	GRB F - %	CAN F - %	TOTAL F - %
Satisfação de interesses	10 - 14,9	12 - 32,4	6-18,1	28 - 20,4
Produtos	8 - 11,9	6 - 16,2	5-15,1	19 - 13,8
Eficiência	-	-	-	-
Viabilidade	-	-	-	-
Mobilização de recursos	-	-	-	-
Observância de códigos	2 - 2,9	-	4-12,1	7 - 5,1
Racionalidade	1 - 1,4	-	-	1 - 0,7
Documentos c/1 ou mais categorias de objetivo	15 - 22,3	17 - 45,9	9-27,2	41 - 29,9
Total de documentos do país	67 - 100	37 - 100	33-100	137 - 100

Desta distribuição conclui-se que os objetivos da biblioteca parlamentar têm como principal preocupação a satisfação de interesses da clientela, através de determinados produtos ou serviços, em conformidade com alguns princípios de ética ou política de trabalho. Cabe uma observação quanto ao elemento "observância de códigos": grande parte da literatura

se preocupa com ela, que, no entanto, não foi muito mencionada no objetivo propriamente dito, e sim na descrição dos serviços fornecidos pela instituição. Os atos de criação das bibliotecas geralmente apresentam a linha geral que a prestação de serviços deve seguir, mas, normas e diretrizes não apareceram, com frequência, nas propostas de objetivos.

Dos textos consultados, as propostas que mais se aproximam deste padrão são as seguintes:

1º) EUA

- "Preencher eficaz e rigorosamente, as necessidades de informação e pesquisa dos parlamentares e comissões; (...) assistir o Congresso quanto ao atendimento de demandas e responsabilidades que os anos recentes têm atribuído aos legisladores; ajudar o Congresso a manter paridade com o Executivo quanto ao acesso à informação e a especialistas; fornecer serviços analíticos, interpretativos e consultivos, disponíveis quando necessário e em tempo hábil; assistir as Comissões em todas as fases de seu trabalho; assistir o parlamentar no desempenho de todos os seus deveres" (105:57).
- "Fornecer aos congressistas, às Comissões e aos funcionários do Congresso, informações, pesquisa e materiais de forma objetiva e imparcial, e tanto quanto possível erudita" (89:178)
- "Fornecer serviços de referência, pesquisa, análise e outros serviços de informação ao Congresso, em resposta às solicitações dos

parlamentares e comissões, na maioria dos ramos dos assuntos públicos" (115:380).

2º) GRB

- "Fornecer, rapidamente, aos parlamentares, informações precisa e detalhada sobre assuntos ligados a seus deveres" (126:324).
- "Fornecer aos parlamentares livros, documentos, informação oral ou escrita de que possam precisar em decorrência de seus deveres" (148:136).
- "Fornecer aos parlamentares um serviço de informação e pesquisa rápido e personalizado, além das facilidades usuais de biblioteca — inclusive a manutenção de índices para acompanhamento do conteúdo da coleção" (180:7).

3º) CAN

- "Fornecer relatórios, estudos e consultas a parlamentares, comissões parlamentares e associações parlamentares" (23:1).
- "Fornecer informação e serviço de biblioteca a parlamentares e outras pessoas autorizadas, e assistência de pesquisa a parlamentares" (165:175).
- "Fornecer informação de qualquer tipo, a qualquer hora, a todos os parlamentares, federais; (...) informação imparcial e acurada..." (184:2).

- "Fornecer informação contínua e especialização profissional em pesquisa para os parlamentares" (132:23).

Algumas conclusões podem ser extraídas dos dados até aqui apresentados:

- a) os objetivos citados nos documentos analisados esclarecem que a principal instituição responsável oficialmente pelo fornecimento de informação ao parlamentar está preocupada basicamente com três fenômenos:

- as necessidades do usuário;
- a política a ser seguida quando da elaboração interna de um trabalho (basicamente, a imparcialidade política);
- os produtos e serviços que fornece;

- b) as definições de objetivos arroladas, tanto anteriormente quanto no quadro do anexo 9, indicam que:

- nos Estados Unidos a preocupação se concentra nos serviços fornecidos, ressaltando-se pesquisa propriamente dita, quer em forma de perguntas rápidas, quer em forma de estudos mais longos e elaborados;
- na Grã-Bretanha e no Canadá há igual preocupação com o serviço de pesquisa e os serviços mais tradicionais de biblioteca, como por exemplo a manutenção de coleções e serviços de empréstimo;

- na Grã-Bretanha a preservação de documentação especificamente parlamentar é considerada um dos principais deveres da Biblioteca da Câmara dos Comuns. Essa ênfase só foi colocada a nível de objetivo nesse país, e vários documentos a demonstraram.

Segundo os dados detectados, é ainda possível padronizar o objetivo da biblioteca parlamentar com o seguinte enunciado: a biblioteca parlamentar tem como objetivo satisfazer as necessidades de informação, referência e pesquisa do parlamento como um todo — parlamentares, comissões, grupos de parlamentares concentrados em interesses específicos, funcionários e pessoas autorizadas a utilizarem serviços da biblioteca — através de produtos e serviços, elaborados ou desempenhados de forma a assegurar imparcialidade política.

4.4 - CLIENTELA

Como foi visto anteriormente, os objetivos dos serviços de informação parlamentar em estudo, apresentados em 41 dos 137 documentos-núcleo (29,9%), se concentram em torno de um elemento básico: a satisfação de interesses da clientela. Dos 41 documentos que apresentaram a variável "objetivo" isoladamente de outros contextos, 63,4% citavam, de forma explícita esse elemento em sua proposta de objetivo.

Cabe aqui relembrar que só será possível compreender um objetivo de satisfação de interesse, conforme ensina Gross, através da investigação mais profunda do que pode estar por trás dos objetivos organizacionais propostos. Para se conseguir isto, ao se desenvolver uma análise organizacional, o autor recomenda investigar: "a) os interessados e seus interesses; b) o emergir de interesses comuns; c) o interesse

público como objetivo; d) os substitutos da satisfação e da insatisfação" (73:299).

Neste trabalho haverá condições de investigação principalmente do primeiro item do grupo acima. Uma vez detectado que o objetivo geral dos serviços de informação é, basicamente, satisfazer necessidades ou interesses de uma determinada clientela, torna-se necessário responder a duas indagações:

- a) quem é essa clientela?
- b) quais são esses "interesses da clientela?"

Tanto quanto possível, outras informações sobre os usuários poderão ser incluídas, desde que abordadas pela documentação-núcleo. Analisando o quadro das variáveis coletadas na fase de indexação dessa documentação (anexo 3), em busca daquelas que contribuiriam para responder a essas duas indagações, foram reunidos dois subgrupos: um relativo às categorias de usuários que haviam sido detectadas e que conduziriam à resposta da primeira pergunta; outro relativo a itens que poderiam conter informações sobre os supostos interesses da clientela e suas características próprias. Assim, formaram-se os anexos 10 a 16 e posteriormente, as tabelas nºs 13 e 14.

A seguir é feita uma análise, separadamente, dos dois conjuntos de dados.

4.4.1 - Categorias de usuários

Todas as organizações demonstraram marcante interesse em informar sobre as diversas categorias de seus usuários. A liderança pertence à LP, que o fez em 63,6% de sua documentação. A Grã-Bretanha ocupa o segundo lugar, com 59,4%,

e os Estados Unidos aparecem em último, com 56,7%. Ao todo, 59,1% da documentação-núcleo trataram do assunto.

Para fins didáticos, as categorias detectadas podem ser agrupadas em cinco classes principais:

- o próprio parlamento: parlamentares, comissões, funcionários, delegações parlamentares e estagiários legislativos;
- eleitores e público em geral;
- Executivo e Judiciário;
- pesquisadores (estudiosos e eruditos);
- outras categorias (embaixadas, familiares de parlamentares, bibliotecários, órgãos externos, etc.).

A análise da literatura faculta uma breve consideração sobre cada subgrupo acima. Alguns já terão feito parte de tópicos discorridos anteriormente, mas certamente sob um outro ponto de vista. Informações sobre os mesmos, nesta parte do trabalho, poderão complementar as já existentes.

4.4.1.1 - O Parlamento

A - Parlamentares

O primeiro componente deste grupo é o parlamentar propriamente dito. Nos Estados Unidos, onde se denomina congressista, há os senadores e os representantes; no Canadá, os senadores e os deputados (comuns); e na Grã-Bretanha, os lordes e os deputados (comuns).

Ao todo, 41,6% da documentação-núcleo abordaram esta categoria de cliente. Em relação ao seu próprio grupo de documentos, encontram-se como parte desta cifra geral 32,8% dos documentos específicos do CRS; 37,8% dos documentos da WCL; e 63,6% dos documentos da LP.

As funções básicas do parlamentar se constituem, na verdade, no desempenho das funções do Legislativo. Como foi visto no capítulo 3, estas se classificam em três categorias principais: funções legislativas, funções de fiscalização do Executivo, e funções de debate nacional. Parece apropriado dizer, a esta altura, que legislar, questionar propostas de legislação vindas do Executivo, representar e defender eleitores, gerar notícias, alertar a opinião pública, questionar a política governamental, propor políticas alternativas, são, dentre muitas outras, atividades de competência do parlamentar, tarefas de extrema relevância, responsabilidade e comple xi da de.

Como se percebe, não foram até o momento, sequer citadas as áreas de assuntos em que o parlamentar deve atuar e nem que preparo acadêmico ele deve possuir para concorrer a

TABELA Nº 13

Categorias de usuários citadas na documentação-núcleo

País Categoria	EUA	GRB	CAN	TOTAL
	F - %	F - %	F - %	F - %
Parlamentares	22 - 32,8	14 - 37,8	21 - 63,6	57 - 41,6
Comissões Parlamentares	31 - 46,2	5 - 13,5	11 - 33,3	47 - 34,3
Funcionários	10 - 14,9	5 - 13,5	6 - 18,1	21 - 15,3
Eleitor/Públi- co em geral	6 - 8,9	7 - 18,9	9 - 27,2	22 - 16,0
Executivo	2 - 2,9	3 - 8,1	11 - 33,3	16 - 11,6
Pesquisadores*	1 - 1,4	2 - 5,4	8 - 24,2	11 - 8,0
Delegação par- lamentar	1 - 1,4	-	8 - 24,2	9 - 6,5
Estagiários	7 - 10,4	-	2 - 6,0	9 - 6,5
Órgãos externos ao parlamento	-	8 - 21,6	1 - 3,0	9 - 6,5
Galeria de im- pressão - Im- pressão	-	2 - 5,4	5 - 15,1	7 - 5,1
Judiciário	-	-	6 - 18,1	6 - 4,3
Partidos políticos	1 - 1,4	-	4 - 12,1	5 - 3,6
Associações parlamentares	-	-	4 - 12,1	4 - 2,9
Senadores	-	4 - 10,8	-	4 - 2,9
Diplomacia/ Embaixadas	-	-	3 - 9,0	3 - 2,1
Familiares dos parlamentares	3 - 4,4	-	-	3 - 2,1
Bibliotecários	2 - 2,9	-	-	2 - 1,4
Outros órgãos do parlamento	3 - 4,4	-	-	3 - 2,1
Documentos que citaram usuá- rios por cate- rias	38 - 56,7	22 - 59,4	21 - 63,6	81 - 59,1
Total de docu- mentos do país	67 - 100	37 - 100	33 - 100	137 - 100

* Pessoas eruditas, externas ao Parlamento

eleições. Parece não haver norma sobre estes dois aspectos.

As atividades do parlamentar se dão dentro de um leque de assuntos praticamente ilimitado, como será visto na segunda parte deste item.

Quanto às qualificações de um candidato a parlamentar, a literatura sugere que estas estão mais vinculadas a questões de filiação e experiência dentro de partidos políticos do que ao preparo acadêmico. Assim, o grupo de políticos de uma legislatura é extremamente heterogêneo. Portanto, afirma Jayson, a caricatura do político, referindo-se ao Congresso americano, muitas vezes não corresponde à situação real das legislaturas. Aprofundando-se no conhecimento dessas pessoas encontra-se uma grande parcela de eruditos, pós-graduados e professores universitários. O mesmo é verdadeiro para o grupo de funcionários que com ou para eles trabalham. Isto caracteriza a clientela parlamentar como "inteligente, educada e imaginativa" (88:542).

Os dados abaixo, adaptados do livro de Englefield (55:8), ilustram a diversidade de profissões e especializações técnicas dos parlamentares britânicos eleitos em maio de 1979.

Advogados	66
Procuradores	27
Jornalistas e escritores	52
Editores	5
Relações públicas	7
Professores	74
Médicos, cirurgiões e dentistas	8
Fazendeiros e proprietários de terra	30
Diretores de empresas	85
Contadores	17
Securitários e corretores	17

Gerentes, executivos e administradores...	87
Arquitetos e agrimensores.	7
Cientistas.	6
Economistas.	18
Banqueiros.	12
Diplomatas.	3
Assistentes sociais	4
Funcionários públicos	3
Funcionários municipais	3
Técnicos e pessoal administrativo	4
Engenheiros.	39
Mineiros	16
Ferrovários.	9
Outros trabalhadores braçais.	9
Dirigentes de sindicatos.	28
Dirigentes de partidos políticos.	17
Hoteleiros.	2
Ministros religiosos.	2
Outras profissões	15

Na Grã-Bretanha, alguns autores exploraram a questão do tempo pessoal devotado ao trabalho parlamentar. Barker e Rush (12:369-76), por exemplo, informam que 64% dos 111 respondentes de sua pesquisa trabalhavam no parlamento apenas em tempo parcial, e que estes possuíam outro emprego remunerado fora do parlamento. Por sua vez, Poole informava, em 1972, que "no Parlamento atual não menos de 70% dos parlamentares que não ocupam função de liderança (backbenchers) têm ainda algum outro tipo de emprego remunerado" (140:47). Há clara inferência desses autores de que o trabalho fora do parlamento reforça o conhecimento dos políticos em suas especialidades; todavia, este fenômeno pode conduzir a uma não-profissionalização do parlamento e contribuir para o enfraquecimento, ou até para a falta de consolidação, do sistema de Comissões — onde, supostamente, a especialização do parlamentar deveria encontrar campo de ação.

Parlamentares de tempo parcial, na pesquisa de Barker e Rush, demonstraram "ler menos os diários oficiais do parlamento; ler menos livros e revistas da área de ciências políticas e sociais; assistir menos a programas de televisão sobre questões públicas; ocupar menos tempo com seus distritos" (12:369).

Em comentário a esta pesquisa, afirma Poole que os "parlamentares eleitos mais recentemente tendem a ser os mais exigentes e os mais críticos quanto às falhas da biblioteca" (140:49).

B - Comissões Parlamentares

A função básica das Comissões é considerar as matérias em sua especificidade. O princípio da divisão do trabalho, todavia, há de estar sempre presente: as Comissões existem como extensão do parlamento e como instrumento para lhe dar apoio, não para substituí-lo.

As Comissões são geralmente classificadas, segundo seu tempo de duração, em permanentes e temporárias. Todavia, no sistema britânico, e conseqüentemente nos países que o seguem, estas duas categorias não são tão distintas. Aí elas são classificadas principalmente em função de atribuições legais do que do tempo de mandato. Assim é que a União Interparlamentar classifica as Comissões Permanentes do Reino Unido como Comissões ad hoc (173:485).

Devido à natureza especial do sistema britânico, julgou-se conveniente um detalhamento maior de seu funcionamento. Também nesse país as duas categorias básicas são as Comissões Permanentes e as Especiais. As Permanentes consideram propostas legislativas e, ocasionalmente, outras ocorrências; as Especiais, ou Provisórias, têm um mandato por tempo definido e são criadas para apreciar questões específicas de assuntos

definidos. As Permanentes iniciam as funções assim que se inicia cada nova sessão parlamentar, e são classificadas sequencialmente por letras do alfabeto: A, B, C, etc., e numa sessão em que haja muita legislação "chegam até à letra H ou K" (55:10). Cada vez que uma Comissão termina a análise de um projeto, será distribuído um novo projeto que, em geral, não guarda qualquer semelhança com o anterior. O trabalho real destas Comissões é analisar o projeto, artigo por artigo, na presença do ministro, que vai justificando e esclarecendo as dúvidas, e sugerir emendas que o melhorem.

As Comissões Especiais podem ser criadas para permanência durante uma Legislatura ou apenas para uma Sessão; suas reuniões são em horários irregulares do dia ou da noite; suas deliberações e relatórios são reservados, assim como, às vezes, a própria reunião. Na Grã-Bretanha existe uma Comissão Especial correspondente a cada Ministério. Em 1981 eram 14 as Comissões, correspondendo aos seguintes órgãos:

- "- Ministry of Agriculture,
Fisheries and Food
- Ministry of Defence
- Department of Education
and Science
- Department of Employment
- Department of Energy
- Department of the Environment
- Foreign and Commonwealth Office
- Home Office
- Department of Industry,
Department of Trade
- Scottish Office
- Department of Health and
Social Security
- Department of Transport
- Treasury, Civil Service
Department, Board of
Inland Revenue, Board
of Customs and Excise
- Welsh Office" (55:84).

A função dessas Comissões é examinar a despesa, a administração e a política dos principais órgãos do governo e outros órgãos públicos similares (55:84). O processo do trabalho inclui convite a pessoas para deporem por escrito, questionamento a testemunhas, elaboração de relatório e apresentação do mesmo à Câmara, com as recomendações que porventura tenham sido feitas.

Ao contrário dos Estados Unidos, um parlamentar não costuma trabalhar mais de quatro ou cinco anos em uma mesma Comissão, e na Grã-Bretanha as Comissões não dispunham, até 1976, de seu próprio corpo de funcionários (133:87).

Além das Comissões Permanentes e Temporárias, geralmente estruturadas com base em áreas especiais de assuntos, há, nos três parlamentos objeto deste estudo, as denominadas "Committees of the Whole House", que se constituem em "órgãos de trabalho que reúnem todos os parlamentares de uma Câmara, presididos por um parlamentar escolhido dentre eles e não pelo Presidente da Casa, o que permite o uso de normas menos rigorosas e procedimentos mais informais no decorrer dos debates" (173:470). Nos vários países em que existem essas Comissões, elas geralmente se reúnem para debater alguns dos projetos relacionados com questões financeiras ou de significado constitucional especial. Na Grã-Bretanha e Canadá, todavia, e em outros países do modelo britânico, elas se reúnem para discussão de assuntos de despesas e tributação.

A seleção de parlamentares para servir nas comissões é freqüentemente baseada em qualificações especiais, conhecimento, habilidade, preferências pessoais e tempo parlamentar de cada Membro em particular. Outros critérios costumam ser ainda observados, como, por exemplo, a proporcionalidade de partidos.

Não foi possível obter o número atualizado das

Comissões nos três países, nem todas as suas áreas de atuação. Há informações de que, em 1976, existiam 27 no Parlamento canadense, 9 na Câmara dos Comuns britânica, e 39 no Congresso norte-americano (173:476, 485). Hoje estes números estão modificados, como pode ser constatado no caso da Grã-Bretanha. No entanto, servem como ponto referencial.

C) Funcionários

Esta categoria foi tratada de forma diferente nas várias bibliotecas. A distribuição percentual respectiva da documentação em cada país que a abordou é a seguinte: CRS — 14,9%, GRB — 13,5%; CAN — 18,1%. Nos Estados Unidos dá-se muita importância aos funcionários que desempenham funções de pesquisa em todo o Congresso, e principalmente àqueles que fazem parte do próprio CRS. Apesar dessa ênfase, não foi localizada qualquer inferência de que alguma categoria de funcionários fosse menos importante, sob o ponto de vista de fornecimento de serviços.

Na Grã-Bretanha há uma vedação explícita dos serviços da biblioteca principal aos assistentes de pesquisa dos parlamentares. O acesso a essa área tem sido restrito aos parlamentares; outras categorias geralmente só são aceitas em época de recesso. Segundo Englefield, esta tem sido uma questão complicada, pois "a privacidade da biblioteca dos parlamentares é por eles considerada muito importante (55:52). Até 1981 essa categoria tinha acesso apenas à biblioteca setorial e ao Public Information Service, ambos localizados no edifício vizinho ao Palácio de Westminster. Os serviços da Biblioteca principal eram ainda "reservados aos parlamentares tão somente" (20:19).

No Canadá a categoria está no mesmo nível que as autoridades, embora subordinadas às prioridades destas.

31 Delegações parlamentares

Apenas 9 documentos citaram esta categoria: 8 deles, ou seja, 88,9% diziam respeito à Biblioteca do Parlamento do Canadá. São grupos de parlamentares que participam de conferências promovidas por organizações ou associações internacionais, como por exemplo a Commonwealth Parliamentary Association, a Association Internationale des Parlementaires de Langue Française e a Interparliamentary Union. Geralmente a entidade promotora do evento fornece a agenda geral dos trabalhos, que serve como diretriz para a elaboração de documentos-base que possam ser usados por toda a delegação.

32 Estagiários legislativos

Esta categoria apareceu na documentação do CRS e da LP, embora numa frequência baixa.

No Canadá o programa de estágio se iniciou em 1970. Sob a supervisão da Associação de Ciência Política Canadense, dez estudantes de graduação e de pós-graduação trabalham no parlamento durante dez meses. Durante cinco meses o estudante serve a um dos parlamentares mais proeminentes de um partido, às vezes um presidente de comissão; no outro período serve a outro parlamentar, nas mesmas condições, de outro partido. Wright afirma que "as pesquisas desenvolvidas pelos estagiários provavelmente não existiam em nenhum lugar do Parlamento antes desse programa" (184:9).

Nos Estados Unidos programas com estagiários e bolsistas se concentram no verão e no outono. Os estagiários trabalham em todos os setores do congresso. O número desta categoria é muito alto (1979: 1532 estagiários e 686 bolsistas; 1980: um total de 3.042 (155:31; 156:31) e a demanda dos mesmos sobre o CRS é relativa principalmente às técnicas de recuperação de informação e demonstração sobre os vários serviços

oferecidos, que podem auxiliá-los no desenvolvimento de suas atribuições.

4.4.1.2 - Eleitores e públicos em geral

Nos Estados Unidos sempre houve preocupação com esta clientela. Embora servida através da intermediação de um parlamentar, vem sendo citada na literatura desde 1955. Há grande demanda e alguns serviços estão especialmente voltados para esta clientela, mas, sua demanda, no caso de haver acúmulo de trabalho, só será atendida após os trabalhos do Congresso propriamente dito.

Muitas vezes um parlamentar desperta para um determinado interesse ao exercer o papel de intermediário entre seu eleitor e o CRS.

Na Grã-Bretanha esta parcela de clientes só recebeu atenção especial a partir de 1975, com a abertura de uma biblioteca setorial. Em 1978 esta biblioteca foi administrativa, mas não fisicamente incorporada ao então criado Information Office da HCL, que é o responsável pela clientela formada pelo público geral na instituição. Esse "atendimento é, geralmente, feito por telefone ou por carta" (55:29). Na Câmara dos Lordes há, desde 1974, um serviço equivalente, mas não vinculado à HCL.

Por sua vez, a Biblioteca do Parlamento canadense, por volta de 1961, se "transformara praticamente numa biblioteca pública para os cidadãos mais importantes de Ottawa" (167:32). Neste caso a Comissão Mista da Biblioteca decidiu restringir severamente seu uso. Adotou uma norma "só para adultos", e hoje, "embora os eruditos sejam assistidos — devido à qualidade da coleção — é ponto essencial que o serviço aos mesmos não prejudique o serviço aos parlamentares" (162:162).

Na documentação da LP esta categoria aparece sob a denominação de "outras pessoas autorizadas" (163:216), incluindo aí estudantes universitários e outros, geralmente admitidos apenas para consultas locais. Este serviço é fornecido principalmente porque a LP possui documentação específica não disponível em outras bibliotecas. Tanto quanto possível, este atendimento tem sido feito através de empréstimo entre bibliotecas (166:76).

4.4.1.3 - Executivo e Judiciário

O poder Judiciário é citado exclusivamente pelo material relativo à LP. Quanto ao Executivo, no Canadá o serviço de pesquisa para os Ministros do Gabinete está disponível apenas quando se destina, estritamente, às suas funções como membros do parlamento. Assim, "o pedido de um Ministro é tratado em condições de igualdade com os pedidos dos demais parlamentares" (165:81). Na Grã-Bretanha, apesar de pouco enfocada, a clientela é citada nessas mesmas circunstâncias. Já a documentação relativa ao CRS praticamente ignora o poder Executivo, sendo citado apenas em dois documentos, cujas datas de publicação estão separadas por 22 anos (1960 e 1982). Em 1971 Langdon afirmava claramente que "nenhum trabalho é fornecido ao Executivo, ao Judiciário ou diretamente ao público" (94:359).

4.4.1.4 - Pesquisadores

Constituídos de estudiosos e eruditos, a categoria de pesquisadores é mais citada na documentação canadense do que nas demais. Nos Estados Unidos aparece uma única vez, em 1960. É possível que este tipo de permissão tenha sido cancelado ou transferido para a LC propriamente dita.

Também na Grã-Bretanha a categoria só foi citada duas vezes, em 1964 e 1967.

4.4.1.5 - Outras

São categorias de usuários que têm acesso a poucos serviços da instituição, quase sempre em caráter excepcional.

Fazem parte deste grupo: associações parlamentares, comitê de imprensa, imprensa externa, embaixadas, partidos políticos, órgãos externos, familiares dos parlamentares, bibliotecários e outros órgãos de apoio dentro do parlamento.

A Biblioteca do Parlamento canadense é a mais aberta a esta clientela. Ainda assim algumas exigências são feitas, como, por exemplo, autorização formal do diretor da biblioteca ou do Presidente da Câmara, para frequentá-la apenas durante o récesso e para uso de apenas alguns tipos de serviços, como a consulta local.

Várias categorias surgiram em um só país: associações parlamentares e embaixadas (com frequência respectivas de 4 e 3) servidos apenas pela LP; familiares de parlamentares, bibliotecários e outros órgãos de apoio ao parlamento, citados apenas pelo CRS; e senadores — apenas citados pela HCL.

A análise dos vários subgrupos dessas "outras categorias" merece os seguintes destaques:

a) a categoria "senador" só aparece na Grã-Bretanha. O fenômeno se explica pelo fato de a HCL servir primordialmente aos deputados (commons) já que os senadores (lords) possuem sua própria biblioteca; sempre que a literatura os cite como usuários da HCL, sugere que são aceitos mais por cortesia, e que são atendidos sempre depois das prioridades dos deputados.*

* Ver, por exemplo, MENHENNET, 1967, p. 500 (item 128 da bibliografia consultada).

b) organizações externas são empresas ou quaisquer instituições diferentes das já citadas e que procuram a biblioteca para fins de informação.

Na Grã-Bretanha esta clientela ganha vulto a partir de 1979, e sua aceitação se vincula a serviços de recuperação de informação bibliográfica através do banco de dados POLIS. Há dois tipos de organizações nesta categoria: as que mantêm convênio formal e que dispõem de terminal de acesso e as que precisam de uma informação ocasional. Estas são atendidas pelo Public Information Office e, muito freqüentemente, o atendimento é feito por telefone ou carta;

c) a categoria "partidos políticos" não aparece na Grã-Bretanha e sua freqüência é quase nula nos Estados Unidos. Isto se explica pelo fato de geralmente os partidos disporem de sua própria estrutura de informação — como será visto no capítulo "outras fontes de informação para os parlamentares";

d) a categoria "outros órgãos do parlamento" só aparece nos Estados Unidos. Sobre isto informa Jayson que "há poucos dias foi estabelecida no Congresso uma nova agência de pesquisa do Legislativo, chamada Office of Technology Assessment. A principal função desta nova agência será desenvolver estudos, usualmente através de contratos com pessoas de fora, para relatar ao Congresso tanto sobre os impactos adversos como sobre os benefícios dos desenvolvimentos tecnológicos ou programas tecnológicos sobre os quais o Congresso será solicitada a apoiar ou criar legislação no futuro. O CRS é obrigado por lei a fornecer a este órgão o mesmo tipo de informação e serviços de pesquisa que fornece aos parlamentares enquanto membros de uma comissão" (177:179), (grifo nosso).

4.4.2 - Interesses

A satisfação de interesses dos parlamentares constitui o objetivo principal das bibliotecas ora estudadas. Com base no que foi exposto no item precedente, e considerando-se o parlamento como um todo, vê-se claramente que os interesses são múltiplos, assim como múltipla é a clientela da biblioteca parlamentar.

O nível de concretização desses interesses será variado de interessado para interessado e de interesse para interesse.

Definir interesses em si é tarefa difícil. Eles não podem ser vistos ou contados. Várias correntes se configuram, afirma Gross: "a filosófica, discutindo os interesses especiais versus o interesse público; a psicológica, discutindo a base de interesse de motivação humana, resultados de frustração, etc.; outras correntes discutem ainda satisfações de interesses dispersas, como a dos economistas e matemáticos, sob o nome de bem-estar, utilidade, benefício, retorno ou pagamento" (73:299).

O interesse real de um determinado cliente só pode ser detectado através de estudo mais profundo, preferivelmente através de informações fornecidas pelo próprio cliente.

Na literatura reunida, poucos foram os trabalhos desenvolvidos, diretamente com parlamentares, com o objetivo de detecção de necessidades ou interesses. Além de pouco frequentes, parecem ser considerados mais como instrumentos de trabalho interno do que mesmo um empreendimento de pesquisa que mereça publicidade. Vez por outra, realização de trabalhos desta natureza é mencionada nos relatórios da LC, mas não pormenorizada.

Não foi localizada pesquisa realizada com a clientela no Canadá. Quanto aos Estados Unidos, informam Loo e Langdon (115:385) que, por volta de 1975, os parlamentares teriam sido convidados a escolherem alguns tópicos — de uma lista geral de termos — que pudessem representar seu perfil de interesse, quando da instalação de um serviço de disseminação seletiva de informação. Ao mesmo tempo o usuário era notificado sobre procedimentos a seguir no caso de alteração do interesse.

No relatório da LC (42:18) de 1975/76, há também informação de que o CRS teria realizado em dezembro de 1975, uma revisão de suas atividades de documentação legislativa e completado um levantamento de retroalimentação destinado a medir o grau de satisfação dos usuários com os trabalhos recebidos do CRS, principalmente os produtos da área de pesquisa.

A mesma publicação, relativa ao período 1969/1970, relata ter havido em 1970 um levantamento de necessidades de informação feito com "250 pessoas de todas as categorias existentes no Congresso" (109:37).

Não se obteve qualquer informação sobre os resultados ou conteúdo mais pormenorizados desses três estudos. Todavia, um pouco mais informativo é o artigo de Chartrand, de 1983, que se analisa uma pesquisa que segundo ele, teria sido realizada por volta de 1968, com a participação de 112 parlamentares (27:18). Os resultados dessa pesquisa serão analisados mais adiante, neste mesmo item.

Por sua vez, na Grã-Bretanha a única pesquisa realizada com a clientela da HCL de que se teve notícia objetiva levanta dados sobre as "fontes de informação política utilizadas pelos parlamentares, o uso que fazem de tal informação e o que eles pensam da forma como são mantidos a par do fluxo dos assuntos nacionais" (12:15). Não foi enfatizado o que se po

ria considerar como interesse de informação, mas sim a avaliação dos vários canais de informação, como correio (quantas cartas recebidas, quanto tempo era gasto na resposta e leitura destas, etc.), partido, autoridades do distrito eleitoral, organizações, HCL, e outros. No que diz respeito à HCL, em particular, as perguntas dessa pesquisa procuravam chegar a uma lista dos vários tipos de serviços que os parlamentares buscavam na biblioteca e qual o nível de satisfação com os mesmos.

Apesar de não ter sido encontrado um subsídio maior para esta parte do presente estudo, as variáveis catalogadas na tabela nº 14 e nos anexos 10 a 12 e 16 auxiliam numa descrição geral de quais possam ser as características das necessidades de informação de uma clientela parlamentar.

O ambiente parlamentar representa o palco sobre o qual atua a clientela. Demanda, estudo de usuário, características dos parlamentares, necessidade de informação, e, assuntos demandados refletem informações que podem conduzir a uma orientação sobre as prováveis necessidades de informação do parlamento. Finalmente a variável "tempo" incorpora uma das principais características da demanda observada em bibliotecas parlamentares.

TABELA Nº 14

Variáveis analisadas para verificação de características dos usuários e de seus interesses

Países Variáveis	EUA F - %	GRB F - %	CAN F - %	Total F - %
Usuários - categorias	37 - 55,2	22 - 59,4	21 - 63,6	80 - 58,3
Ambiente parlamentar	16 - 23,8	8 - 21,6	7 - 21,2	31 - 22,6
Demanda - Características	9 - 13,4	6 - 16,2	1 - 3,0	16 - 11,6
Estudos de usuários	5 - 7,4	1 - 2,7	-	6 - 4,3
Parlamentares - características	13 - 19,4	12 - 32,4	3 - 9,0	28 - 20,4
Necessidades de informação	19 - 28,3	19 - 51,3	5 - 15,1	43 - 31,3
Temas de demandas observadas	40 - 59,7	17 - 45,9	16 - 48,4	73 - 53,2
Tempo - rapidez resultados	17 - 25,3	17 - 45,9	5 - 15,1	39 - 28,4
Documentos c/1 ou mais variáveis	51 - 76,1	34 - 91,8	26 - 78,7	111 - 81,0
Total de documentos do país	67 - 100	37 - 100	33 - 100	137 - 100

4.4.2.1 - Rotina parlamentar

Em relação às características gerais do ambiente de uma legislatura, a literatura de todos os países em análise é unânime em afirmar que o parlamentar de hoje é uma pessoa pressionada por uma verdadeira avalanche de atividades. Além das múltiplas funções a que deve corresponder, ele convive ainda com uma época caracterizada pela rapidez com que os fatos ocorrem, pela existência inflacionária de informações, pela interdependência e ao mesmo tempo compartimentalização cada vez mais acentuadas dos vários campos do conhecimento. Paralelamente existe hoje um novo "padrão dentro dos estudos das ciências sociais que ressalta a importância da quantificação e análise, de forma a alcançar conclusões que sejam diferentes das impressionistas" (60:80), até há pouco tempo vigentes. Isto está a afetar a forma como o parlamentar vê a informação e faz com que ele, cada vez mais, procure apoio de especialistas para essa tarefa.

A agenda de uma única manhã de trabalho de um político, coligida por Chartrand, demonstra bem o esquema rotineiro de uma legislatura e a quantas diferentes situações de informação pode um parlamentar se expor em tão curto período:

- 7:30 - café com um grupo de eleitores;
- 8:45 - revisão de texto de discurso com o assistente administrativo;
- 9:00 - discussão com dois colegas sobre terminologia de um projeto pronto para debate;
- 9:30 - conversa, por telefone, com um funcionário que fica no distrito, sobre um problema de pressão do município;
- 9:50 - encontro com um eleitor visitante que enfrenta um problema complicado, envolvendo um órgão do Executivo;

- 10:15 - exame detalhado de material a ser debatido em uma próxima reunião de Comissão, com o assistente legislativo;
- 10:30 - reunião de subcomissão que inclui depoimento, apresentação de perguntas ao depoente (pelo parlamentar em questão);
- 12:00 - almoço com um grupo de lobistas procurando apoio para uma questão em debate e que deverá ser votada em futuro próximo" (29:149).

Englefield (55:1) afirma que o parlamento está hoje mais do que nunca pressionado por um ritmo cada vez mais apressado de inovações. Para ele uma das mudanças que mais têm influenciado o comportamento do parlamentar é a denominada revolução das comunicações. Um parlamentar está no plenário às três da tarde, por exemplo; ali, é introduzida uma proposta que afeta o seu distrito; uma equipe da televisão do distrito lhe telefona e o convida para um debate com seu opositor político às 22:30h.; avisa que haverá um motorista esperando-o no aeroporto para conduzi-lo diretamente para o estúdio. Esta é uma série de episódios comuns na vida parlamentar. Nela estão presentes vários ingredientes da revolução das comunicações: o telefone, o avião, o carro e a televisão -- todos tornando possível, e até mesmo exigindo, uma resposta rápida e bem informada.

Uma tal multiplicidade de interesses a que está obrigado o parlamentar, afirmam Barker e Rush, termina por caracterizar "cada um de seus interesses como limitado e prático, tanto em quantidade como em nível (...), embora ele não

deixe de manter interesse especializados de mais longo prazo" (12:386).

Por sua vez, diz Kashyap, "já que os parlamentares de hoje são altamente limitados pelo fator tempo, a informação tem que ser fornecida a eles, se possível à sua porta e na hora que dela eles necessitem. Ela deve ser pré-cozida e estar numa forma facilmente digerível, que possibilite o uso imediato. É de suprema importância que o material que o serviço de referência legislativa forneça não seja compêndios exaustivos, folhas de dados estatísticos incompreensíveis ou monografias eruditas, mas concentrados de informação em forma de pílulas".*

4.4.2.2 - Demanda

Os serviços de todas as bibliotecas objeto desta pesquisa são fornecidos sob demanda ou antecipadamente à mesma. Muitas vezes o trabalho é preparado com antecipação e permanece à espera da demanda. Existe, porém, na própria vida da biblioteca — desde a montagem de uma coleção até a definição de que documentos devem sofrer tratamentos especiais — uma conotação sutil de previsão de demanda. Embora uma grande parcela de demanda numa biblioteca parlamentar seja imprevisível, isto há de ser particularmente verdadeiro nesse tipo de biblioteca, a partir do momento que a ação legislativa propriamente dita é toda voltada para o futuro. Uma lei que é aprovada será implementada apenas depois de tal aprovação. Assim, suas consequências têm de ser previstas antes mesmo que seja aprovada. Assim também o serviço de informação terá, forçadamente, que estar impregnado dessa capacidade de previsão, caso deseje ter significado para sua clientela.

* Citado por MENHENNET, 1973, p. 483 (Item 122 da bibliografia consultada).

O estudo da demanda pode se processar sob vários aspectos diferentes, mas girará sempre em torno de duas abordagens: a demanda expressa e a demanda potencial.

É comum o uso dos termos "demanda" e "necessidade" como sinônimos na literatura biblioteconômica, e muitas vezes o que se diz ser um estudo das necessidades dos usuários é, na realidade, segundo Slater, um estudo de demandas. "Demandas feitas sobre uma biblioteca refletem não apenas as necessidades básicas dos usuários, mas também a natureza e às vezes as deficiências do sistema que está sendo usado para satisfazer estas necessidades" (159:102). Necessidades, por sua vez, significa "deficiências que uma pessoa experimenta em determinado momento" (63:474). Assim, a expressão necessidade de informação tem um significado vinculado ao motivo que conduz o cliente à fonte que lhe poderá remover a deficiência de informação. Ao expressar essa necessidade começa o processo da demanda.

Assim, no contexto biblioteconômico, talvez fosse mais apropriado usar o termo demanda no sentido das necessidades expressas, e o termo necessidades no sentido das necessidades ainda não expressas. É possível ainda usar as expressões demanda real e demanda potencial com estes mesmos significados.

Neste trabalho adotam-se todas as expressões acima, já que a literatura biblioteconômica não é rigorosa quanto aos mesmos, como adverte Slater: "certifique-se de que as pesquisas que se dizem estar estudando as necessidades dos usuários estão realmente a fazê-lo; com toda probabilidade elas estarão simplesmente estudando a demanda" (159:103). Há, porém, uma leve preocupação de se considerar a demanda potencial de informação mais no sentido de necessidade de informação, e vice-versa. Todavia não se deve esquecer que uma análise da demanda real pode conduzir a uma visualização da demanda potencial.

A - Métodos para levantamento da demanda

Através da literatura-núcleo em análise foram dete-
ctados três métodos diferentes usados pelas bibliotecas parla-
mentares no sentido de sondar as possíveis necessidades de
informação de sua clientela:

1º) Observação sobre a demanda expressa de parla- mentares e comissões

O primeiro método se baseia na observação pes-
soal, por parte do corpo de funcionários, sobre a demanda ex-
pressa apresentada à biblioteca. Os autores formulam generali-
zações sobre as características das necessidades de informação
no parlamento baseadas em análise e crítica de dados e fatos
observados no processo da demanda, ao longo de suas experiên-
cias.

Os trabalhos pertencentes a esse grupo classifi-
cam a informação demandada sob uma série de enfoques, como,
por exemplo, o tipo da informação, a finalidade a que se desti-
na, o papel do parlamentar que será preenchido quando de seu
uso — a cobertura da informação — e outros.

Alguns excertos de cada um dos países estudados
poderão demonstrar as generalizações já formuladas entre os
autores sobre as necessidades de informação da clientela das
organizações em estudo — cada característica citada (além de
outras detectadas nos documentos-base deste estudo) está repre-
sentada no anexo nº 16.

a) Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS)

- "O volume de legislação é grande (na última
Sessão foram transformados em lei 215 proje-
tos, e outros 2.000 foram introduzidos e
discutidos). Os assuntos e a vida das Na-

ções, cada vez mais complexos, demandam análise detalhada e acurada. A informação é, pois, necessária para auxiliar na tomada de decisão, ajudar na avaliação dos projetos do Executivo, ajudar na preparação dos próprios projetos" (108:2221).

- "A complexidade da atividade legislativa requer a disponibilidade de um corpo de especialistas que seja capaz de criar e produzir novas informações e dados pertinentes, assim como desenvolver pesquisa criativa que não só analise e avalie políticas, mas também forneça alternativas viáveis e construtivas a políticas e programas propostos" (94:362).
- "Por necessidade, os parlamentares se transformaram em buscadores de informação incorrigíveis, passando a basear suas ações na informação de que dispuserem. E se, como observou Edmund Burke, a maioria das decisões políticas são escolhas entre o desagradável e o intolerável, então a aquisição e o peso de dados pertinentes se tornaram críticos (...)" (28:11).
- "Legisladores estaduais e federais compartilham uma necessidade de: a) reunião de fatos e dados importantes, desenvolvidos independentemente, acurados, tão completos quanto possível, de máxima atualidade e imediatamente disponíveis para uso; b) acesso e compreensão do desempenho de planejamento, de orçamento e de cumprimento de programas do Executivo necessários para uma revisão eficaz de operações governamentais; c) assistência na análise de problema de política, que requer a capacidade adicional para acessar e aplicar informação relevante, em termos de políticas" (30:27).

b) Biblioteca da Câmara dos Comuns (HCL)

- "O principal interesse do parlamentar em um aspecto específico da ciência ou da tecnologia reside nas suas implicações políticas reais ou potenciais" (128:502).
- "Paulatinamente o Parlamento britânico está se movimentando em direção a um grau maior de especialização, que não existia há uma década atrás. Debates no plenário são ainda de grande importância, mas mesmo ali o nível de contribuição, caso se deseje qualquer efeito sobre a política, deve ser apoiado em especialização" (32:28).
- "Os membros do Parlamento são pessoas sobrecarregadas e, nas suas necessidades de informação apresentadas à HCL, eles apresentam pelo menos cinco características comuns: rapidez, precisão, atualidade, objetividade política e seletividade da resposta. A estas eu adicionaria (inevitavelmente em decorrência da natureza da vida pública) uma sexta: a imprevisibilidade da demanda" (122:478).
- "O parlamentar se dirige à HCL muitas vezes não em busca de informação, mas para ler e escrever, e para analisar sua correspondência" (55:25).

c) Biblioteca do Parlamento (LP)

- "Uma das principais funções do parlamentar é analisar e criticar propostas de legislação, políticas e conduta do governo, e a crescente participação do governo na vida da Nação

umentou enormemente a quantidade de assuntos sobre os quais o parlamentar precisa estar bem informado. Basta coletar os assuntos que antes estavam fora da esfera pública (ex. educação, saúde, agricultura) e que agora competem com as áreas de jurisdição governamental mais tradicionais (ex: administração da justiça, promoção do comércio, defesa) e para as quais o legislador tem que voltar sua atenção" (24:2).

- "Os parlamentares solicitam informação não apenas relacionada com o seu dia-a-dia de legislador, mas também na qualidade de intermediários de questões enviadas por seus eleitores" (81:36).

Ainda dentro desta abordagem de registro da demanda observada, constituem ponto básico as necessidades apresentadas às bibliotecas pelas Comissões. Os trechos acima citados se concentram principalmente no parlamentar; contudo, as Comissões merecem, pelo volume de demanda que geralmente comportam, uma análise própria.

Como já foi visto, é nas comissões que se trava o debate mais técnico do parlamento. A função de supervisão do Executivo encontra aí seu palco, assim como a de debate sobre propostas legislativas em andamento, de iniciativa do próprio Parlamento ou do Executivo.

Nos Estados Unidos a demanda das Comissões sobre o CRS é muito concentrada. Estudos são preparados para esclarecimentos dos funcionários da Comissão, aconselhamento e palestras são desenvolvidos para os parlamentares, questões a serem feitas ao depoente são sugeridas, e muitas vezes até o relatório da audiência é elaborada pelo CRS.

A literatura sugere que a Comissão demanda os serviços do CRS: a) para preenchimento de suas necessidades de informação no desempenho de suas funções legislativas; b) para assistência sobre sua rotina administrativa — como por exemplo, a manutenção de calendário legislativo oficial em computador; planejamento dos trabalhos para o ano legislativo — e, c) para assistência quanto à sua modernização administrativa — assessoramento sobre o uso de computador em seus trabalhos; montagem de "tapes" e filmes sobre sua programação; e organização da documentação gerada, inclusive elaboração de índices.

Na Grã-Bretanha a demanda das Comissões sobre a HCL parece ser proporcionalmente menor do que a do CRS. A este respeito Lock (114:144) apresentou uma análise, em 1970, em que expunha uma certa reação das Comissões em aceitar a assistência dos especialistas da HCL. Havia evidência de que algumas das Comissões preferiam o sistema de efetuarem a contratação de seus peritos. Aponta o autor que este auxílio, na sua forma mais completa, se resumiria na assistência quanto a análises e debates, ou audiências, sobre propostas de legislação.

O serviço que a HCL fornece é parcial. A alternativa adotada é a "combinação de um assessor especialista ad hoc e um "especialista em informação" de menor calibre sobre o assunto, mas muito informado sobre o mesmo e sobre os recursos da HCL na área" (12:334).

Esta questão gerou muita polêmica na Biblioteca, e a opção pela contratação de especialistas está oficializada por ato normativo, segundo o qual a função destes é "atender aos objetivos de questões específicas ou elucidar assuntos de complexibilidade dentro da ordem de referência da Comissão" (12:322).

Assim, as atividades que as Comissões demandam da HCL, mesmo técnicas, são de certa forma complementares. Funcio

nários são fornecidos pela HCL para este tipo de serviço junto ao corpo de especialistas contratado para servir à Comissão, os quais se responsabilizam pelo assessoramento mais intensivo (125:89).

As primeiras notícias sobre este tipo de serviço, no Canadá, também se encontram em documentos de 1970. Aí o corpo de funcionários da LP é solicitado a trabalhar diretamente com os funcionários das Comissões, como demonstra a análise dos relatórios anuais daquela Biblioteca, como por exemplo o de 1980/1981 (78:5).

Muitas vezes sua função é desenvolver pesquisa, mas não se informa a que tipo de função da Comissão essa pesquisa se vincula. Fica explícito, porém, que a demanda das Comissões é muito intensa, exigindo a presença do especialista quase que em tempo integral (96:47), desde que "os pesquisadores têm que atender a reuniões das Comissões, além de preparar trabalhos" (166:79).

No Canadá, informa Morgan (132:25), as Comissões são órgãos muito partidários e geralmente é difícil para assessores especializados trabalharem numa Comissão como um todo, mais que para seus subgrupos. É normal haver tensão interna nessas Comissões, e isto reduz a eficiência, tanto dos políticos como dos assessores. Há também, por parte dos políticos, uma preocupação de que os assessores ocupem seu espaço nesses órgãos, deixando-os em um segundo plano.

2º) Previsão de demandas através do conhecimento do supra-sistema

O segundo método utilizado pelas bibliotecas em análise para detectar as necessidades de sua clientela é a prospecção da demanda através do conhecimento de seu próprio supra-sistema: o Poder Legislativo e a Legislatura propriament

te dita. De novo, a biblioteca terá de considerar as funções desses dois organismos -- que se complementam na medida em que o segundo é o executor dos programas e idéias incorpora dos pelo primeiro.

Aqui, os instrumentos utilizados para conhecimento das necessidades são: análise do programa geral de atividades do período legislativo, análise de documentos oficiais com programação fixa do parlamento, análise de propostas e críticas apresentadas em convenções dos partidos, programas do Executivo, etc.

Na documentação-núcleo foram localizados os seguintes extratos, que ilustram a prática desse método nas bibliotecas parlamentares:

- "Uma outra área de produção da Biblioteca é o trabalho antecipatório, isto é, reunião de informação e montagem de textos, porque, com base na experiência dos funcionários da Biblioteca, os parlamentares a procurarão ou gostariam de a ela ter acesso. O ponto inicial desse trabalho de antecipação é um exame cuidadoso do Discurso da Rainha, quando ela abre uma Sessão do Parlamento. Aí serão encontradas as propostas iniciais do Governo para os trabalhos parlamentares daquela Sessão. Os pesquisadores levantam no documento os projetos que irão surgir em sua área de atuação e preparam documentos sobre os mesmos, com antecedência" (55:41-2), (grifo nosso).
- O Ato de Reorganização do Congresso "orienta o CRS para (...) 3. Fornecer a cada Comissão, quando da abertura de um novo período

legislativo, uma lista de programas e atividades federais sob a jurisdição da Comissão que deverão se extinguir durante aquela Legislatura. Material de avaliação deverá ser fornecido para ajudar as Comissões a determinarem se tais programas devem ser mudados, continuados ou suspensos; 4. Preparar e submeter a cada Comissão, quando da abertura de cada Legislatura, uma lista de questões legislativas emergentes, sobre as quais a Comissão possa precisar desenvolver diligências" (37:33).

- "O exame de cerca de 4.000 leis aprovadas durante os dez últimos anos, tendo como limite máximo o mês de dezembro de 1972, possibilitou a identificação de 730 programas e atividades, cujo término estava previsto para uma determinada data. Cerca de 50% deles se relacionavam a concessões orçamentárias; outros se referiam a empréstimos, autorização de impostos, reservas de terra, pensões e exigências de relatório". (39:43).
- "O CRS preparou listas de assuntos e de políticas governamentais para várias Comissões" (44:47).

3º) Levantamentos de campo, através de perguntas e respostas

O terceiro método utilizado, embora em escala muito reduzida, é o levantamento de necessidades ou interesses de informação através de pesquisa feita diretamente com a clientela. Metodologias variadas como o questionário e a entrevista costumam ser aplicadas.

Aparentemente poucos desses estudos têm sido efetuados. Há mais informação sobre trabalhos desenvolvidos com o usuário, mas com o objetivo de avaliar um ou vários dos serviços fornecidos pela organização. Experiências dentro deste enfoque são citadas pelos relatórios da LC nos meados da década de 70.

A primeira referência a trabalhos centrados no levantamento de necessidades de informação localizada na literatura-núcleo data de 1975. Af, Loo e Langdon comentam, a respeito de um serviço de disseminação de informação, que as complexidades de seleção, catalogação, controle de assunto e processamento em máquina não são perceptíveis pelo usuário. "Todavia ele terá sido envolvido num estágio anterior, quando terá se encontrado com funcionários da área bibliográfica e trabalhado em uma lista anotada sobre termos gerais — que esquematiza assuntos cobertos por cada termo genérico — e estabelecido uma lista de termos representando seu interesse particular. Nessa ocasião o usuário terá recebido (...) informações e orientação sobre como alterar seu perfil, o que pode ser feito a qualquer tempo" (115:385).

No relatório da LC, de 1973, é noticiado um levantamento de avaliação pela clientela, com o fim de medir o "grau de satisfação do usuário em relação aos serviços do CRS" (39:48-9). Levantamento semelhante aparece mencionado no relatório de 1976 (42:18). Sobre este não há qualquer detalhamento. Quanto ao primeiro, incluía alternativas como "superior, satisfatório, insatisfatório". Os usuários procuraram ressaltar a importância da relevância e da oportunidade ("timeliness") ou temporalidade dos serviços recebidos.

A pesquisa mais comentada em toda a literatura, e que pode ser classificada como levantamento de necessidades, em contraste com a maioria das experiências citadas que estão mais centradas na demanda, é a que foi realizada em 1970.

Encarregado de projetar um sistema de informação automatizado para a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, um Grupo de Trabalho em Processamento Automático de Dados da Comissão de Administração da Câmara, "efetuou um levantamento entre 250 pessoas de todas as categorias existentes no Congresso, com o objetivo de obter dados sobre suas necessidades de informação" (109:37)

Embora desenvolvida por um órgão diferente do CRS, essa pesquisa vem sendo comentada e analisada pelos autores que tratam dessa instituição, uma vez que os resultados são de grande valia para a compreensão de sua clientela, e que o enfoque teria sido talvez aquele que o CRS adotaria em sendo ele o responsável pelo empreendimento.

Ali eram propostas cinco situações relativas à demanda de informação, com que os parlamentares conviviam diariamente, e ao lado era solicitado algum comentário do parlamentar. Chartrand, em 1974, e depois em 1982, apresenta resumidamente esta parte da pesquisa, relacionando primeiro a situação de necessidade de informação, e, segundo a opinião de um parlamentar sobre tal situação:

- "1. Informação corrente e confiável sobre o conteúdo e estado atual de uma legislação proposta.

Comentário: quero saber quando as audiências vão ocorrer; quem são os depoentes; e se é possível a inclusão de outros depoentes.

2. Ação no plenário sobre uma proposta.

Comentário: não sabemos o que vai acontecer no plenário. Tentamos seguir as notícias do "whip"* sobre o que está ocorrendo no plenário, mas há uma ligeira diferença entre aque

* Parlamentar cujo dever é gerenciar os assuntos de seu partido e organizar seus grupos em divisões e debates. (ABRAHAM, & WAHTREY, 1956, p. 213. Item 1 da bibliografia consultada).

las e o que realmente ocorre.

3. Informação sobre doações federais, empréstimo, projetos e contratos — programas existentes e situação das aplicações pelos eleitores.

Comentário: tropeçamos em um programa que tem sido usado pessimamente em um distrito. (...) O dinheiro está disponível, mas apenas por mera sorte conseguiremos encontrá-lo.

4. Informação para avaliação de programas federais, especialmente ramificações de fundos.

Comentário: o Congresso deve se movimentar sob iniciativa própria no sentido de desenvolver algum tipo de capacidade para fazer sua própria análise de orçamento.

5. Informação sobre o escopo e a natureza de programas federais através do país.

Comentário: não é incomum proceder-se a sete ou oito chamadas telefônicas para chegar ao burocrata certo" (29:150; 30:5).

Em 1983, novamente Chartrand volta a citar essa pesquisa e conclui ressaltando a atualidade e valor de seus resultados treze anos mais tarde. Nesse documento ele classifica as informações, apontadas acima como características das necessidades parlamentares, em três categorias: a) informação avaliativa e interpretativa (informação para avaliação de programas e sobre os eleitores); b) informação de procedimento (um sistema de informação para manter informação corrente, confiável, completa e acessível sobre o estado corrente das propostas legislativas em andamento); e, c) um sistema de informações atualizado sobre empréstimos, contratos, etc. (27:18).

B - Variação do tema em demandas observadas

Mencionaram-se, até aqui, depoimentos e observações de autores sobre as características gerais da demanda parlamentar. Não foi localizado nenhum trabalho que se aprofundasse nos temas da demanda propriamente dita. Isto, com certeza, contribuiria ainda mais para uma visualização clara de suas peculiaridades.

A documentação possibilitou a coleta de títulos e anotação de tópicos sobre os quais houve demanda relevante, tanto em forma de pesquisa como de referência, mas com predominância da primeira. O segmento documental que mais contribuiu com esse tipo de informação foi o norte-americano, com um total de 59,7%, ou seja, um total de 40 de seus 67 documentos; Grã-Bretanha e Canadá citaram os temas em 45,9% e 48,4%, respectivamente de sua documentação.

Considerando o alto número de documentos que trataram deste aspecto, e que muitos deles apresentavam uma lista muito abrangente, atingido às vezes até cerca de 100 itens, foi feita uma escolha aleatória com base nos documentos arrolados na primeira coluna dos anexos 10, 11 e 12 (documentos que incluíam os temas de demandas observadas). Foram selecionados, a partir do primeiro documento arrolado (excetuando-se este para a contagem) todos os documentos múltiplos de 5. Desta forma os assuntos contidos em 8 documentos norte-americanos, 3 britânicos e 3 canadenses, foram selecionados para uma amostragem geral das áreas específicas de interesse parlamentar. Os documentos que citavam até 5 itens foram considerados na sua totalidade. Para os documentos dos quais mais de 5 tópicos haviam sido anotados, incluíram-se os 5 primeiros e mais 1 para cada grupo de até 10 excedentes. Assim, cronologicamente, resultaram os tópicos que se seguem:

a) Serviço de Pesquisa do Congresso:

1960 (168:21,28):

- Mensagem sobre o Ano Novo judeu
- Programa de futebol para a Michigan State University versus University of Michigan, em dois sábados específicos do outono de 1959.
- Análise do projeto sobre reforma trabalhista e efeitos desta sobre o trabalho e o Governo.
- Bibliografia sobre pólen, alergias e poeiras.
- Cópia de mensagem do Presidente, de 1959.
- Breve resumo da vida de Moisés.

1965 (104:45-8):

- Pesquisa sobre a Fundação Nacional da Ciência, (programas, fundos, agências dependentes, facilidades, disseminação da informação científica, etc.).
- Programa de Pesquisa Sobre o Tempo (estudo de 20 organizações).
- Oceanografia.
- Planejamento, a longo prazo, de pesquisa espacial.
- Mudança do tempo.
- Pesquisa exaustiva sobre a questão da proporcionalidade legislativa estadual e distritos congressionais: análise das decisões da Corte Suprema, compilação e análise de cerca de duzentas e cinquenta propostas de legislação ou emendas constitucionais sobre o assunto, análise da legislação estadual, etc.

- Propriedade de supervisão federal de eleições locais (assunto ligado ao projeto proposto pelo Governo: Voting Act of 1965).
- Impacto da automação na economia.
- Levantamento de despesas com pesquisa sobre economia nacional, programas espaciais, proteção do consumidor, comunicação por satélite e transporte.
- Programa federal de combate à pobreza.
- Questões entre os Estados Unidos e o Vietnã.

1969 (108:32-4):

- Questões legais técnicas relativas à reforma do judiciário.
- Seleção e posse permanente de juízes.
- Interpretação da Constituição através da Corte Suprema, de 1953 a 1968.
- Crime.
- Demonstrações de rua, protestos nas universidades.
- Orçamento federal.
- Informação sobre a operação de programas existentes na área de bem-estar, saúde e educação.
- Descrição de vários países e regiões do mundo e a política externa americana adotada quanto a essas áreas.
- Convenções políticas.
- Prevenção contra a deterioração da terra, da água e da atmosfera.
- Organização e gerenciamento da ciência.

1972 (38:28):

- Questões legais sobre o transporte escolar.
- Questões sobre votos.
- Eleições primárias, campanha eleitoral.
- Direitos civis.
- Direito e processo administrativo e criminal.
- Reconhecimento de governos estrangeiros pelos Estados Unidos.
- Débito público e seu custo para o povo americano.
- Fornecimento de informação para o Congresso acerca da investigação que se vai fazer sobre a eficácia do Freedom of Information Act.
- Segurança social e compensação de desemprego.
- Efeitos internacionais da exploração do fundo do mar com nova tecnologia.
- Controvérsia sobre a canalização de petróleo no Alasca.

1975 (76:641):

- Como posso me comunicar com Ralph Nader?
- De que cor eram os olhos do General George S. Patton?
- Quais são as medidas de Raquel Welch no sistema métrico decimal?
- Qual é a origem do termo "genocide"?

1978 (112:7):

- Direitos civis.
- Energia.
- Regorganização do Executivo.
- Intercâmbio de informações entre os níveis fede

ral e estadual.

- alimentação e agricultura.
- Política e práticas de informação.

1980 (95:19):

- Implicações econômicas das propostas do Presidente sobre energia.
- Tributação de aposentadoria e renda de incapazes.
- Problemas financeiros das principais cidades americanas.
- Comércio com países comunistas.

1984 (113:6-9):

- Aborto.
- Reforma do Código Criminal.
- Custódia infantil.
- Reforma do Judiciário.
- Reclamações de terras indígenas.
- Efeitos econômicos de normas governamentais.
- Fábricas e outras indústrias.
- Legislação sobre o bônus de alimentação.
- Política e postura da defesa americana.
- Eleições, lobbies, partidos e processos políticos.
- Manipulação e transporte de produtos químicos perigosos.
- Biotecnologia.

B) House of Commons Library

1967 (124:77):

- Informação atualizada sobre desenvolvimento de

helicópteros na Inglaterra, se possível com referência especial sobre a questão de ruído em áreas urbanas (para uso no mesmo dia).

- Uma nota sobre treinamento de assistentes sociais na Inglaterra.
- Bibliografia seletiva e anotada sobre proteção ao consumidor.
- Uma nota sobre fornecimento de livros-texto por órgãos educacionais.
- Análise estatística sobre pessoas que são dispensadas do imposto de renda, relativo a crianças, pelo nível de renda e estado civil.
- Comparação da inflação pós-guerra na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos.

1973 (122:480):

- Mecânica de impedimento de impostos internacionais.
- Estimativa da renda árabe futura gerada a partir do petróleo e o efeito das reservas financeiras árabes sobre a situação monetária mundial.
- A história parlamentar (projetos, leis, discursos, etc.) da eutanásia.
- Esquema dos princípios que orientam a compensação, por proprietários privados, de compra compulsória por uma autoridade local.
- A natureza e a disponibilidade de benefícios suplementares para esposas abandonadas.
- Lista das inovações em medicina veterinária desde o Cruelty to Animals Act, de 1836.

1980 (97:34-5):

- Transporte.
- Agricultura.
- Pesca.
- Alimentos.
- Indústria florestal.
- Parlamento e serviço público.
- Ciência e tecnologia.
- Educação e serviços sociais.

C) Library of Parliament

1969 (162:163):

- Direito.
- Política.
- Economia.
- História.
- Assuntos internacionais.

1974/1975 (5:5):

- Legislação e proteção ao consumidor.
- Erosão de valores jurídicos, de ordem e sociais.
- Codificação do Direito do Mar.
- A escassez mundial de alimentos.
- Prerrogativas parlamentares.
- Fusão termo-nuclear controlada como fonte de energia.

1982 (25:10):

- Governo.
- Direito.

- Ciências políticas.
- Ciências naturais.
- Ciências sociais.
- Ciências aplicadas.

C - Fator tempo versus demanda

Finalmente, parece de utilidade apresentar aqui uma pequena amostragem sobre o peso que o fator detém, enquanto característica da demanda observada pela biblioteca parlamentar. A urgência é uma constante em todas as bibliotecas em análise.

As citações que se seguem, baseadas na literatura que se acha arrolada da segunda coluna dos anexos 10, 11 e 12, registram o imediatismo com que uma resposta é esperada pela clientela parlamentar.

1. "Cerca de 52.000 pedidos no ano foram respondidos no mesmo dia em que chegaram. Na verdade, a necessidade de responder rapidamente às demandas do Congresso — de forma que reaja às mudanças bruscas de uma peça de legislação para outra, ou de uma crise para a próxima, situações tão características do corpo legislativo — tornou-se uma das diretrizes de suma importância no CRS. E tem sido essa uma das áreas mais especificamente examinadas por parlamentares do exterior" (107:33).
2. "O CRS responde às inúmeras demandas do Congresso e, freqüentemente, com rapidez excepcional. Mesmo os estudos mais especializados, profundos e importantes, não serão preparados

por um só pesquisador, durante 2 anos, mas por 6 pesquisadores, durante 2 meses" (95:21) (grifo nosso).

3. "Um grupo tarefa foi estabelecido para analisar informação sobre o assassinato do Presidente do Egito, Sadat, no dia de sua morte. Em menos de 24 horas, após o evento, um alerta político — que posteriormente foi transformado em issue brief — estava disponível para uso pelo Congresso, com o esquema da sucessão egípcia e explorando conseqüências de interesse para os Estados Unidos" (44:46).

A Grã-Bretanha e a LP partilham do problema, como demonstram as duas citações seguintes:

1. "O tempo concedido para a elaboração de pesquisas é muito curto. As razões disto são muito humanas. Primeiro, os parlamentares são pessoas muito ocupadas e tendem a atacar um assunto já próximo de seu próprio prazo final; segundo, eles estão quase sempre usando os dados numa área pública e, portanto, precisam estar atualizados. Assim, eles apresentam a questão e querem a resposta no mesmo último momento. Cerca de 50% das questões escritas costumam ser solicitadas para dentro de dois ou três dias" (55:41) (grifo nosso).
2. "Uma habilidade apenas adquirida com a prática é a percepção de que a informação instantânea é a característica da necessidade parlamentar. Muitas vezes, pesquisas abrangentes são menos úteis do que uma peça de pesquisa "rápida" (176:175).

4.4.3 - Conclusões

A clientela básica da biblioteca parlamentar é idêntica nos três países analisados, isto é, o próprio parlamento, composto pelos parlamentares, pelas comissões, e pelo funcionalismo como um todo, e principalmente pela parte que exerce funções de assessoramento técnico.

As demais categorias de clientes apresentam padrão irregular, sendo admitida em uma das instituições mas não em outra e sofrendo restrições maiores em uma do que nas outras. Nos Estados Unidos, por exemplo, enquanto cliente do CRS, o Congresso é compreendido inclusive de pessoas do relacionamento dos parlamentares, como seus familiares e eleitores, e ainda seus funcionários localizados nos distritos eleitorais, além dos funcionários dos partidos políticos.

No Canadá a lista de clientes é um pouco mais extensa e detalhada. Assim, são geralmente relacionados, além da clientela básica citada acima: o Governador-Geral, os membros do Conselho Privado e os Ministros da Corte Suprema do país e os do Tribunal de Contas — todos, de certa forma, parlamentares.

Há casos de assistência diferenciada entre os vários grupos de clientes. Em todas as três bibliotecas os parlamentares têm prioridade absoluta sobre qualquer tipo de serviço. O serviço de pesquisa só é fornecido, em toda a sua profundidade, ao parlamentar, em todos os países. O CRS fornece pesquisa a todas as categorias, mas de forma geral procura atender os pedidos de eleitores através de material de pesquisa pré-estocado. no Canadá e na Grã-Bretanha os serviços de pesquisa são exclusivos para os parlamentares, quer para uso individual quer coletivo (comissões, por exemplo).

O público geral é preferencialmente atendido por carta ou por telefone — nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e no primeiro ainda através de um gabinete parlamentar; no Ca

nadá não há propriamente esta categoria, e sim um grupo geralmente denominado de "outros autorizados". A este é facultado o uso intramuros das fontes da LP.

Em uma das organizações estudadas a demanda apresentou um dado curioso, qual seja o uso da Biblioteca da Câmara dos Comuns não apenas em busca de informação mas, também e provavelmente, de espaço, silêncio, privacidade e descanso. Esta inferência pode ser extraída da informação de que para ali o parlamentar se dirige com o fim de analisar sua correspondência, ler e escrever.

Grande parte da literatura enfatiza o crescimento da demanda, ano após ano, nas três organizações. Um autor procura explicação para o fato, no caso do CRS, com base no aumento do funcionalismo do Congresso, na profileração do número de Comissões e na complexibilidade crescente dos temas da atualidade (181:50).

Quanto ao parlamentar propriamente dito, verifica-se uma tendência cada vez mais acentuada de usar argumentos e defesa nos debates com base em fatos, provas e opiniões especializadas e em escritos abalizados.

Em decorrência da variedade de papéis que desempenham e da heterogeneidade de sua formação, os parlamentares apresentam um interesse de informação — ou um padrão de necessidade de informação — muito difuso. Devido ao volume de atividades com que convive o parlamentar no seu dia-a-dia, três preocupações hão de ser aventadas ao se considerar a questão de suas necessidades de informação: 1) o material deve estar preparado para resposta a uma demanda diversificada e muitas vezes imprevisível; 2) tanto quanto possível esse material deve ser fornecido num formato pronto para uso; 3) para a elaboração desse material é necessário um corpo de funcionários com especializações diversas.

A clientela do CRS indica, através de pesquisa, necessitar rotineiramente de informações: a) sobre o estado atual dos projetos em andamento; b) sobre as atividades das comissões; c) sobre as atividades do plenário; d) sobre pesquisas recém-efetuadas no CRS; e) fiscal e orçamentária; f) jurídica e sobre legislação em geral; g) sobre programas federais; h) sobre o calendário legislativo.

Na Grã-Bretanha este mesmo interesse recaiu sobre informações relativas a respostas de "Questões Parlamentares".

A partir das análises feitas (e que estão refletidas no anexo 16) pode-se chegar à seguinte generalização sobre a questão geral da necessidade de informação do ocupado parlamentar; a informação demandada pela clientela básica de uma biblioteca parlamentar se configura num padrão segundo o qual:

1º) ela tem que ser precisa, relevante, concisa, acurada, detalhada, atual, analítica, factual, deliberativa, seletiva e politicamente objetiva;

2º) tem que estar disponível imediatamente para os usos desejados, quais sejam: a) desempenho da função legislativa — necessidade individual, como membro de uma comissão ou como membro de um partido; b) desempenho da função de fiscalização do Executivo — acompanhamento de programas, políticas e conduta do governo; formulação de políticas; c) desempenho de funções de representação e de formação de opinião pública;

3º) ela deve versar sobre temas às vezes muito abrangentes, às vezes muito específicos, às vezes previsíveis, às vezes imprevisíveis; e cada dia mais complexo e interdisciplinares;

4º) precisa se apresentar ora na forma de pesquisa elaborada, ora na de extratos de obras já publicadas, ora ainda na forma oral.

4.5 - ESTRUTURA FORMAL

Quando se fala de uma estrutura organizacional, pensa-se em um arranjo que reúna as partes de uma organização aos seus objetivos, de uma forma global. Qualquer arranjo consiste de alguma combinação de papéis das unidades e membros e as relações estabelecidas entre eles por uma hierarquia, poliarquia e por normas de comportamento. Esses papéis, relações e normas apresentam tanto aspectos formais como informais — é o que se chama de estrutura formal e estrutura informal da organização. A primeira é prescrita pelas pessoas que detêm a autoridade formal, e a segunda surge da identificação de interesses e de características de personalidade dos membros da organização. Os aspectos formais não devem, porém, prescindir dos aspectos humanos, pois eles também são formas de comportamento humano. Ao invés de serem fixos e imutáveis como as paredes de um edifício, são modificados por uma série contínua de mudanças oficiais ou por solicitações orais. A estrutura formal não pode ser totalmente livre dos conflitos e inconsistências internas.

A estrutura formal de uma organização, assim como seus objetivos, é composta de uma série de elementos formalmente estabelecidos — padrões preestabelecidos de interação e coordenação entre tecnologia e pessoas em ação. Entre estes se encontram, ainda com base na obra de Gross (73:198), os seguintes: a) características gerais da organização propriamente dita (tipo de produto, classificação jurídica — governamental, corporativa, etc — tipo de associação, tecnologia de produção, dimensão, rapidez esperada para elaboração dos produtos); b) os papéis e as funções esperadas de cada indivíduo; c) a hierarquia; d) a poliarquia (relação de responsabilidade coordenada, responsabilidade compartilhada; responsabilidade dividida); e) centralização e/ou descentralização (delegação de responsabilidade e autoridade em níveis vertical, horizontal e geográfico).

A partir das informações obtidas na literatura-núcleo, não será possível analisar todos estes aspectos da estrutura formal das três bibliotecas em estudo. Alguns dos tópicos citados acima são, na realidade, o tema geral de toda a pesquisa e não seriam objeto de análise neste item dedicado, especialmente ao estudo da estrutura. Estão neste caso, por exemplo, entre outros, os serviços e os produtos, e a tecnologia de produção, que, como foi dito, constituem parte da estrutura, mas podem ser abordados fora dela, em perfeita harmonia com a mesma.

Aqui será feita uma abordagem das relações internas das organizações através de: 1º) seus respectivos organogramas (em que pesem as limitações deste elemento como instrumento de análise organizacional); 2º) funções e papéis previstos para cada componente do organograma; 3º) hierarquia formal de autoridade prevista nas bibliotecas em análise.

Esses três elementos estão, na realidade, muito inter-relacionados. Ao se analisar um organograma é possível chegar a inferências, por exemplo, sobre os componentes em que o trabalho se acha dividido, a natureza do trabalho desenvolvido pelos componentes, e os diversos níveis de responsabilidade gerencial em termos de camadas sucessivas de superiores e subordinados. "Todas as pessoas ou unidades que relatem a uma mesma pessoa estão num mesmo nível, mesmo que se configurem em planos horizontais diferentes" (169:373). Por outro lado, quase sempre a própria denominação das unidades subentende grande parte das funções que elas desempenham.

O valor do organograma reside no fato de que ele reflete o esqueleto da organização. Muitas vezes, afirma Gross, ele é falsamente identificado como a estrutura formal total. Ainda pior do que isto, o ajustamento das relações hierárquicas por ele apresentadas, tem, muitas vezes, sido identificado como a totalidade do processo administrativo.

Assim consideradas as limitações desta fase do trabalho, foi possível reunir as variáveis da Tabela 15, que constituem a base da análise da estrutura formal das bibliotecas parlamentares. Como demonstra essa tabela, um total de 76,6% da documentação-núcleo se preocuparam em analisar algum aspecto da estrutura formal das instituições em análise.

TABELA Nº 15

Variáveis consideradas no estudo da Estrutura Formal

	EUA		GRB		CAN		Total Geral F - %
	F	%	F	%	F	%	
Estrutura*	37	55,2	21	57,7	11	33,3	69 - 50,3
Funções (das unidades)	33	49,2	19	51,3	12	36,3	64 - 46,7
Gerência	22	32,8	15	40,5	20	60,6	57 - 41,6
Comissão Parla- mentar x Biblioteca	5	7,4	12	32,4	13	39,3	30 - 21,8
BPAR x LC	5	7,4	-	-	-	-	5 - 3,6
Documentos c/1 ou mais variáveis	51	76,1	28	75,6	26	78,7	105 - 76,6
Total de documentos do país	67	100	37	100	33	100	137 - 100

* Obs.: A variável "estrutura" inclui o desenho do organograma ou textos sobre o mesmo.

4.5.1 - Organograma e funções

4.5.1.1 - Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS)

Até 1945, o Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS), como já foi visto, constituía unidade vinculada ao Departamento de Referência da Library of Congress. Em 1945 instalou-se uma Comissão Mista para estudar e finalmente propor uma reorganização administrativa do Congresso. O tema "informação" foi de grande interesse nesse estudo, visto que, com o final da Segunda Guerra, o Congresso tornou-se um foco de intensa atividade. Os resultados desses estudos foram consubstanciados no Ato de Reorganização do Congresso, de 1946. Segundo este, o

Serviço de Referência Legislativa, passava a constituir um departamento da LC, e ganhava grande projeção na estrutura daquela Biblioteca.

O órgão então criado inseria em seu bojo seis diferentes unidades, estruturadas em torno de materiais necessários para pesquisa:

- Seção de Pesquisa Avançada,
- Seção de Pesquisa Geral,
- Seção de Informação,
- Seção de Direito Federal,
- Seção de Direito Estadual,
- Sala de Leitura do Congresso.

Essa estrutura, duplicadora e inflexível, comprometeu-se logo inadequada para a pesquisa intensiva predominante no Congresso. Em 1953, o Serviço foi reorganizado em torno das especializações de assunto de seus funcionários, que por si mesmas refletiam as principais áreas de interesse do Congresso. Uma ordem geral do bibliotecário do Congresso, conforme afirma Stewart (168:9) conferiu às suas seções o status de divisão, e o Serviço passou a ter um padrão de estrutura igual ao dos demais departamentos da LC.

Foram então criadas as seguintes Divisões (106:51):

- História e Governo,
- Educação e Saúde Pública,
- Assuntos Exteriores,
- Economia,
- Especialistas Seniores,
- Serviços Bibliotecários (como apoio a todas as outras).

Na tentativa de responder às necessidades e interesses do Congresso, em constante mudança, a estrutura do Ser-

viço tem sofrido alterações. Seções vão sendo criadas quando o interesse em uma área específica vai se avolumando. Algumas se fazem necessárias até mesmo por um período determinado, em torno de um interesse concentrado e que, ao se esvaír, faz com que a seção seja extinta. Este foi por exemplo, o caso de uma seção criada em 1935 para preparar o State Law Index, que era publicado bianualmente, e que foi extinta em 1948.

Todas essas funções de "1º) acumulação, processamento e análise de informação, e, 2º) suprimento de especializações objetivas e imparciais sobre questões de política pública" (40:31), estão incorporadas nas atribuições estabelecidas para o CRS pelo Ato de Reorganização Legislativa de 1970. Há ali, ainda, ênfase especial dada aos serviços analíticos de pesquisa e aos serviços às Comissões, chegando mesmo a detalhes desta função específica. Assim, o Serviço recebeu autorização formal para exercer, além das funções anteriores, as seguintes:

- fornecimento de análise profunda de política pública, de forma global, sobre qualquer assunto;
- emprego temporário, quando necessário, de especialistas e consultores externos;
- manutenção de contatos com grupos de pesquisa externos, para estudos especiais;
- requisição, quando necessário, e quanto atuando em nome de uma Comissão, às agências do Executivo, de produção de livros e registros, e correspondências e outros documentos necessários para o CRS no trabalho com as Comissões (177:179).

A criação de uma seção, entretanto, só se viabiliza após comprovação de sua necessidade. Sobre isto se pronuncia Cranston: "deveria ser criada uma unidade dedicada às "Technology Assessment", uma vez que o Serviço já vem desenvolvendo esta

função e que ela já foi considerada necessária pela Comissão de Pesquisa e Desenvolvimento Científico da Câmara. Seria bom que o CRS tivesse flexibilidade para expandir uma ou outra seção conforme os interesses cíclicos do Congresso" (46:2222).

De 1953 a 1967 surgiram outras três Divisões:

- Recursos Naturais (1958),
- Política Científica (1965),
- Referência do Congresso (1966/1967).

O relatório da LC, de 1966, informa ainda que, além dessas mudanças de estrutura propriamente ditas, foi necessário criar duas unidades altamente especializadas:

- Unidade de Artes Gráficas,
- Unidade de Serviços de Tradução.

Em 1970 o nome da instituição passou de Serviço de Referência do Congresso para Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS). Segundo Jayson, em documento editado pela União Interparlamentar, isto demonstrava que as necessidades informacionais do Congresso "envolvem bem mais do que a mera aquisição, armazenamento e recuperação de dados e informação produzidos em algum lugar. O Serviço já não se satisfaz em ser uma entidade principalmente orientada para referência" (177:180). Esse mesmo autor afirmava, em 1969, que a função do CRS se exercia através da "reunião, catalogação e armazenamento de materiais, compilação de bibliografias, seleção de material, assim como da manipulação do conteúdo desse material, de forma que pudesse ser prontamente utilizável — como, por exemplo, elaboração de índices e resumos sobre assuntos legislativos — pesquisa, mais que referência" (89:178).

As funções do CRS são, portanto, de natureza tanto de pesquisa como de pronta referência. A primeira, teoricamente, é desenvolvida pelas Divisões especializadas; a segunda

pela Divisão de Referência do Congresso, ambos os setores apóiados pela Divisão de Serviços Bibliotecários. A Seção de Referência também funciona como órgão de apoio às Divisões de Pesquisa.

A cada dia que passa, porém, e principalmente com a adoção do computador em várias tarefas da instituição, essa compartimentalização, tanto do conhecimento como das funções, está se tornando mais difícil. Assim, uma abordagem mais flexível tem sido adotada para o desempenho dos trabalhos. Para isto têm sido criados grupos de trabalho interdivisionais e uma interação administrativa dos vários compartimentos tem sido constantemente perseguida. Há também convergência das funções de pesquisa e referência rápida, e não raro as Divisões especializadas executam tarefas de referência ou pesquisa rápida, e a Divisão específica de referência tem, por sua vez, executado gradualmente tarefas de pesquisa mais profunda.

O trabalho geral do CRS é distribuído entre componentes de vários níveis. Mais adiante será reproduzido o organograma básico apresentado na literatura (principalmente pelos relatórios da LC). Nele se pode observar que, na atualidade, a instituição é constituída de 7 Escritórios (office), 10 Divisões e cerca de 50 Seções. Há ainda os chamados grupos — permanentes ou transitórios — que não são representados no organograma. Alguns desses órgãos receberam maior atenção da literatura. Uma visão rápida sobre cada um deles e suas respectivas funções se torna necessária para melhor visualização da estrutura formal do CRS como um todo.

A - Escritórios

São órgãos que auxiliam na função administrativa, sendo que alguns exercem também funções de execução. Em número de 7, são os seguintes (45:XIV-XV):

- Escritório de Serviços de Informação Automatizados.
- Escritório de Relações com Parlamentares e Comissões.
- Escritório de Gerência e Serviços Administrativos.
- Escritório de Especialistas Seniores.
- Escritório de Pesquisa, Análise e Programas Multidisciplinares.
- Escritório de Política, Planejamento e Revisão.
- Escritório de Distribuição, Referência e Serviços Especiais.



Individualmente, os Escritórios apresentam as seguintes características organizacionais.

1º) Escritório de Serviços de Informação Automatizados

Em abril de 1970 foi criada uma unidade de automação no CRS (109:37). Esta no ano fiscal de 1976/1977, foi transformada, oficialmente, no Escritório de Serviços de Informação Automatizados, ao qual cabe exercer a coordenação geral, assim como um controle operacional considerável sobre os serviços de informação automatizados fornecidos ao Congresso e às atividades de referência e pesquisa do CRS. Dentre esses serviços se enquadram: sistemas de informação em linha; serviços de processamento e busca em lote; análise e programação de sistemas; análise estatística; sistema de processamento de textos; micrográfica; tecnologia de copiadoras e vários sistemas e produtos de audiovisuais. Uma das principais funções é a administração do banco de dados Major Issues System.

O Escritório desempenha funções de pessoal e de linha. Estando subordinado diretamente ao Diretor do CRS, trabalha em estreita cooperação com o Information Systems Office da LC.

O órgão se acha estruturado nas seguintes seções (45:39):

- Seção de Sistemas de Informação (Information Systems Section),
- Seção do Issue Briefs (Issue Briefs Section),
- Seção de Sistemas de Escritório e de Audiovisuais (Audiovisual and Office Systems Section).

2º) Escritório de Relações com Parlamentares e Comissões

Foi criado no ano fiscal de 1976/77, com a fina-

lidade de aumentar as comunicações entre o CRS e o Congresso, dando ênfase especial à implementação de materiais impressos, como por exemplo, o CRS Bulletin e os manuais destinados a uso em larga escala no país, por ocasião dos debates escolares anuais.

Muitas das atividades de treinamento e de divulgação do CRS são desenvolvidas por este escritório (seminários, palestras e outras atividades similares).

3º) Escritório de Gerência e Serviços Administrativos

Sobre ele foi localizada pouca informação, mas deduz-se, pela organização geral da LC, que esse escritório seja o responsável por tarefas administrativas dentro do CRS, da mesma forma que o Management and Administrative Department o é para a LC. São exemplos de tarefas que estariam nesta esfera: manutenção do prédio, mudanças, e outras semelhantes.

4º) Escritório de Especialistas Seniores*

Foi criado em 1976/1977 e dotado de um Diretor Adjunto, cuja função é assessorar o Diretor do CRS quanto ao melhor aproveitamento da força de trabalho da organização representada pelos funcionários de nível sênior.

* Um problema que ficou obscuro na literatura foi a situação formal dos especialistas seniores no organograma do CRS. Esse escritório foi criado em 1976, mas os organogramas apresentados nos relatórios anuais da LC, até 1983 inclusive, mencionam tanto o escritório como a Divisão de Especialistas Seniores. No corpo desses relatórios, porém, não fica claro se a Divisão continuou existindo como tal ou teria sido absorvida pelo Escritório. No trabalho de LINDLEY, 1984 (113:13), há uma afirmação de que, àquela data, havia "7 divisões de Pesquisa", o que significaria que a Divisão de Especialista Seniores teria sido absorvida pelo Escritório. Como o relatório de 1983 inclui no organograma a referida divisão, optou-se por considerá-la como unidade específica, diferente do Escritório.

5º) Escritório de Pesquisa, Análise e Programas
Multidisciplinares

Até 1977 foi citado pela literatura com a denominação de Escritório de Pesquisa, Análise e Revisão.

Em 1977 passou por uma expansão, ganhando um Diretor Adjunto. Sua função é maximizar as capacidades interdisciplinares do CRS, isto é, exercer a coordenação geral das pesquisas interdivisionais.

6º) Escritório de Política, Planejamento e Revisão

Criado em março de 1980, é chefiado por um Diretor Assistente e desempenha as funções de desenvolvimento de política do CRS; de providências relativas a contratos de pesquisa externa, e, de coordenação das relações gerência-trabalho.

Cabe ainda ao escritório avaliar as pesquisas elaboradas pelas Divisões do CRS, já em segunda instância, quanto a normas rigorosas estabelecidas pelo Serviço (objetividade, equilíbrio, previsão e outras características). Essa avaliação é também feita pelo Escritório quando algum trabalho é feito em nome pessoal de um pesquisador, para publicação, sobre sua especialidade no CRS.

7º) Escritório de Distribuição, Referência e Serviços Especiais

Responsável principal pelo funcionamento das funções tradicionalmente mais caracterizadas, como de biblioteca, este Escritório tem sido instrumento de integração, coordenação e supervisão de funções gerenciais dentro do CRS.

Criado em 1976/1977, é dirigido por um Diretor Assistente, e, com base no relatório da LC de 1979 (155:34), desempenha especificamente funções de:

- a) controle administrativo no processo de recebimento e distribuição dos pedidos de pesquisa que chegam ao CRS;
- b) operação de serviços de referência e de serviços à clientela;
- c) operação de aquisição, seleção, preparação e disseminação de fontes bibliográficas para uso e apoio ao CRS;
- d) operação de tradução e versão de cerca de 13 línguas diferentes;
- e) desenvolvimento de serviços gerais de gráfica.

As funções vinculadas ao Serviço de Tradução e de Artes Gráficas eram exercidas, até 1977/1978, pela Divisão de Governo, quando então foram transferidas para o presente órgão.

Através da Seção de Perguntas, o Escritório tem ainda se preocupado com um maior nível de sensibilidade ao se realizarem entrevistas com clientes, visando coordenar tal sensibilidade com os mecanismos de repostas rápidas de todo o Serviço, já que estas são numericamente muito superiores aos demais tipos de repostas.

A estrutura do Escritório é a seguinte:

- Seção de Perguntas,
- Seção de Serviços Linguísticos,
- Seção de Gráfica,
- Divisão de Referência do Congresso,
- Divisão de Serviços Bibliotecários.

B - Divisões*

As Divisões e suas seções são as grandes responsáveis pela execução dos serviços. A seguir será feita uma apresentação geral dessas unidades com o objetivo de visualização, tão completa quanto possível, de todos os componentes do Serviço de Pesquisa do Congresso, no que diz respeito à sua estrutura e funções gerais. As funções específicas estão incluídas no item "Produtos".

1^a) Divisão de Direito Americano

É a Divisão de Pesquisa mais antiga e a maior do CRS.

São suas as atribuições de responder a questões sobre direito constitucional, legislação e jurisprudência, e, de preparar resumos de legislação corrente e interpretação constitucional para publicações periódicas, como o Digest of public general bills (quinzenal) e a Annotated Constitution of the United States (decenal).

Em 1981 a Divisão era composta pelas seguintes seções: **

- Seção de Direito Administrativo,
- Seção de Direito Ambiental e Comercial,
- Seção de Direito Internacional e Operações do Congresso,
- Seção de Liberdade Cívica e Direitos Criminal,
- Seção de Bill Digest (sinopse).

* As funções descritas como próprias de cada Divisão são baseadas principalmente em: LANGDON, 1971, p. 360 (item 194 da bibliografia) e a lista de seções de cada Divisão correspondente à apresentada pelo relatório anual da LC 1981, p. XV (item 44 da bibliografia consultada).

** A estrutura das Divisões, é baseada, principalmente, nos dados do relatório anual da LC de 1981, p. 33-50 (item 44 da bibliografia consultada).

2^a) Divisão de Economia

Responsável pela elaboração de pesquisa nas áreas de finanças e bancos, comércio internacional, organização industrial, trabalho, comunicações, habitação, desenvolvimento urbano, transporte, comércio e assuntos do consumidor. Suas Seções são:

- Seção de Comércio e Relações Governamentais,
- Seção de Energia e Análise Industrial,
- Seção de Finanças Governamentais,
- Seção de Habitação,
- Seção de Economia Internacional,
- Seção de Trabalho,
- Seção de Análise Quantitativa,
- Seção de Tributação,
- Seção de Transporte,
- Seção de Bancos e Finanças.

3^a) Divisão de Educação e Assistência Social

As funções desta Divisão se resumem em segurança social, saúde pública, crime, imigração e educação. A Divisão trabalha ainda com modelos sofisticados de simulação em micro-computadores, dos quais surgem novas propostas ou modificações de programas (113:6).

Estruturalmente está dividida em cinco seções:

- Seção de Manutenção da Renda,
- Seção de Crime e Imigração,
- Seção de Educação,
- Seção de Saúde,
- Seção de Serviços Sociais.

4^a) Divisão de Política Ambiental e Recursos Naturais

Foi criada em agosto de 1958, sob a denominação

de Divisão de Recursos Naturais. Anteriormente as pesquisas de sua área eram desenvolvidas pela Divisão de Economia. Em setembro de 1969 foi substituída pela então criada Divisão de Política Ambiental, e a partir de 1976 passou a ser citada sob a denominação atual.

Sua função é fortalecer o serviço de assistência às Comissões — como, por exemplo, análises de programas do governo relativos a questões ambientais — e a parlamentares interessados tanto em proteção ambiental como no desenvolvimento contínuo dos recursos naturais do país.

Suas seções, em número de quatro, são:

- Seção de Proteção Ambiental,
- Seção de Alimento e Agricultura,
- Seção de Combustíveis e Minerais,
- Seção de Recursos Naturais e Oceanos.

5ª) Divisão de Assuntos Exteriores e Defesa Nacional

Suas funções refletem as áreas do Departamento de Estado (Relações Exteriores), cobrindo áreas geográficas e ainda assuntos militares, política externa e organização internacional.

A Seção de Pesquisa Central cabe fornecer respostas em forma de pesquisa, mas uma pesquisa não aprofundada, devido à urgência com que a mesma deve ser fornecida.

Sua estrutura é a seguinte:

- Seção da Europa, Oriente Médio, e África,
- Seção da Ásia e América Latina,
- Seção de Política de Defesa e de Controle de Armas,

- Seção de Gerência de Política, Mão-de-obra e Orçamentos,
- Seção de Organização Internacional, Desenvolvimento e Segurança,
- Seção de Pesquisa Central (criada em 1976/1977)*

6^a) Divisão de Governo

Esta seção apresentou a maior variação quanto a seus objetivos, conforme está refletido em sua denominação oficial, citada pela documentação: em 1955, Divisão de Governo, História e Pesquisa Geral; em 1960, Divisão de História e Governo; em 1964, Divisão de Governo e Pesquisa Geral; em 1976, Divisão de Governo.

Além das áreas de assuntos refletidas em suas seções especializadas, a Divisão realizava ainda, em 1971, o trabalho editorial do CRS e atendia a pedidos de traduções de várias línguas estrangeiras para o Congresso (existia uma Seção encarregada do serviço de tradução). Esses dois setores foram, em 1977/1978, transferidos para o Office of Assignment Reference and Special Services (154:31).

Suas seções são as seguintes:

- Seção de Direitos Civis,
- Seção de Organização e Operações do Congresso,
- Seção de Organização e Administração do Executivo,
- Seção de Operações do Governo, Planejamento Urbano e Relações Intergovernamentais,
- Seção de Processo Legislativo,
- Seção de Processos e Instituições Políticas.

* Esta Seção não é citada no relatório anual da LC de 1981, mas o é no de 1980 (item 156 da bibliografia consultada).

7ª) Divisão de Política Científica

Ainda no ano fiscal de 1964/65, foi criada a Divisão de Política Científica, segundo Laundry "como reconhecimento ao crescente impacto de desenvolvimentos da ciência e tecnologia sobre a política governamental" (95:20). Suas funções constituem um dos serviços mais avançados e originais fornecidos por uma biblioteca parlamentar. Responde a informações de áreas tão diversificadas quanto oceanografia, poluição, exploração geológica, discos voadores, e outras dessa mesma categoria. Auxilia o Congresso na avaliação de programas federais nessas áreas, assim como na de financiamento, pelo governo, de desenvolvimento científico e educação técnica.

Suas seções são:

- Seção de Energia, Espaço Aéreo e Transporte,
- Seção de Geociências, Materiais e Tecnologia Industrial,
- Seção de Ciências Biológicas,
- Seção de Energia, Ciências Política, de Informação e Comportamentais.

8ª) Divisão de Especialistas Seniores

A Divisão reunia, em 1980, cerca de 38 especialistas (95:20) de renome em todo o país nas diversas áreas do conhecimento que constituem o arcabouço do Serviço. Sua função é ceder esses especialistas para supervisionarem e coordenarem pesquisas interdivisionais ou específicas de uma Divisão, ou ainda para atuarem como consultores dos parlamentares e das Comissões. Exercem assim duas importantes funções secundárias: a de unificação do CRS, através do contato com as várias Divisões, e a de influenciar o Congresso sobre o valor do esforço geral de pesquisa do Serviço.

Outra área em que os especialistas desempenham papel importante é na de treinamento e educação continuada de funcionários e parlamentares, como será visto no item "treinamento".

9ª) Divisão de Referência do Congresso

Foi criada em 1966 (ano fiscal 1967), com a finalidade de, em conjunto com a Divisão de Serviços Bibliotecários, suprir o CRS de apoio informacional.

Ao ser instalado o CRS, sabia-se que suas funções envolveriam tanto a atividade de pesquisa como a de referência informacional. Foi decidido que sua estrutura se formaria em torno de áreas do conhecimento, mais do que de atividades de referência e pesquisa. Assim, cada uma das Divisões ficaria responsável por todos os trabalhos relativos ao seu campo de conhecimento, tratasse a solicitação de um serviço rápido ou de uma pesquisa em profundidade. Isto funcionou bem durante alguns anos, mas ao final da década de 50, mudanças radicais no padrão de necessidades de informação do parlamentar, dentre elas um compromisso dos parlamentares em assistir aos eleitores em questão de informação levaram o CRS a se deter sobre a questão do serviço de referência rápida. Como resultado foi estabelecida uma Divisão especialmente para esta área.

A função desta Divisão é, portanto, responder a "questões factuais de referência — questões que não requeiram análise" (77:63), nem interpretação, e que são geralmente respondidas através de informação já registradas em jornais, livros e outros tipos de documentos, o que, com muita frequência, é feito por telefone. A Divisão realiza também a administração de salas de leitura destinadas a uso do Congresso e de centros de referência localizados nos vários edifícios do Capitólio. Além destas, fazem parte de suas funções: distribuir, ao Congresso, material elaborado pelo CRS, antecipando-se às respectivas demandas, e operar atividades de fotocópiação.

Caracteriza o trabalho desta Divisão a extrema rapidez que o serviço deve apresentar em seu desenvolvimento.

O órgão se estrutura em seis grupos (cinco de assuntos e um de produção) (156:37). São eles:

- assuntos urbanos,
- governo e direito,
- história e assuntos exteriores,
- humanidades e desenvolvimento humano,
- ciência e ambiente,
- grupo de produção, em duas equipes (diurna e noturna).

10) Divisão de Serviços Bibliotecários

Foi instalada em 1949, com o nome de Seção de Serviço Bibliotecário. Em 1954 duas unidades dedicadas à classificação de material-fonte e elaboração de bibliografias foram reunidas em uma divisão, que recebeu o nome de Divisão de Serviço Bibliotecários. Nessa época, a orientação seguida era que cada funcionário se especializasse numa grande área do conhecimento, acompanhando as necessidades do CRS, selecionando e classificando material para a coleção e preparando e fazendo circular, entre o pessoal de pesquisa, fichas bibliográficas sobre as últimas publicações adquiridas.

No ano fiscal de 1978/79 a Divisão foi incorporada à área de atuação do Diretor Assistente, para distribuição, referência e serviços especiais (até então era vinculada ao Diretor Adjunto para pesquisa, análise e revisão). Aí, em conjunto com a Seção de Perguntas e com a Divisão de Referência do Congresso, tem podido equilibrar melhor os recursos de informação para o Congresso.

De uma forma geral, a Divisão de Serviços Bibliotecários apóia todo o CRS, fornecendo material bibliográfico com o qual as outras Divisões procedem às suas respostas. Outros setores da LC ajudam esta Divisão no seu esforço de adquirir material centrado em objetivos (cada questão em desenvolvimento em cada Divisão).

A função básica da Divisão é, pois, fornecer material bibliográfico sob demanda.

Laundy afirma ser este órgão o responsável "pela manutenção da biblioteca do CRS, pela organização do material bibliográfico para uso dos pesquisadores, e pelo fornecimento de uma série de serviços de apoio bibliográfico" (95:21).

São, pois, função desta Divisão:

- preparar, indexar e adquirir material bibliográfico para: 1º) armazenar na coleção de arquivo vertical composta de artigos de revistas e de jornais, de relatórios técnicos, de publicações oficiais, etc, do CRS; 2º) distribuir esse material em atendimento a respostas a eleitores; 3º) preparar tecnicamente e selecionar material bibliográfico para distribuição às Divisões e a alguns escritórios do Congresso; controlar as subcoleções das Divisões de Pesquisa;
- manter o banco de dados bibliográfico;
- manter o serviço de disseminação da informação e realizar atendimentos decorrentes deste;
- manter o vocabulário controlado de indexação;
- manter e elaborar bibliografias sob demanda, para o CRS ou para o Congresso;
- produzir determinadas publicações.

Em 1979 a estrutura interna da Divisão se achava distribuída em duas seções (155:37):

- Seção de Especialização por Assuntos;
- Seção de Recursos Bibliotecários.

C - Grupos

Para se atender à demanda de pesquisas multidisciplinares, cada vez mais comuns no CRS, uma estratégia administrativa especial tem sido implementada. Trata-se da criação de grupos interdivisoriais ou coordenadores de projetos. São equipes que reúnem especialistas em disciplinas técnicas diferentes, constituindo-se numa feliz combinação de talentos e de conhecimentos.

Um total de 13 (19,4%) documentos relativos ao CRS abordam o tema "grupos". O primeiro deles data de 1969. Todavia, a atividade desses grupos passa a despertar interesse gradativamente mais intenso por volta de 1978/1980. É no relatório da LC, de 1980, que se encontra inferência de que os resultados da estratégia administrativa de instalação de grupos interdivisoriais têm sido altamente estimulantes. Ali é informado que a composição dos grupos ultrapassou as fronteiras do CRS. Assim, membros de outros órgãos de apoio do Congresso, como o GAO, OTA e CBO, passaram também a integrá-los.

Criados através de Atos Normativos específicos (ex: Resolução do Congresso), os Grupos são provisórios ou permanentes, e possuem o mesmo status de uma seção. Os provisórios, ou ad hoc, são formados à medida que se tornem necessários, e extintos quando exaurido o projeto que os justificara. Os permanentes se referem a questões naturalmente multidisciplinares e sobre os quais tenha se comprovado interesse concentrado da clientela. Mesmo estes passaram por uma reconsideração administrativa em 1981 e, num reflexo do interesse cíclico do Congresso, foram reorganizados. Desta revisão resultaram grupos permanentes nas seguintes áreas: energia; organização do Executivo; recursos, tecnologia e política; agricultura e nutrição; prospectiva; oceanos; política econômica internacional; tributação; problemas da mulher; Programa Nacional de Aposentadoria.

O único grupo configurado em organograma, embora em um só documento (95:22), foi o de Pesquisa Prospectiva ou o "Futures Research Group". Sua função é desenvolver pesquisa prospectiva ou sobre questões públicas emergentes; nas palavras do relator da LC, em 1977: fornecer ao Congresso "Educated glimpses of tomorrow" (95:21).

4.5.1.2 - Biblioteca da Câmara dos Comuns (HCL)

Em 1945/46 a estrutura da HCL incorporou atividades que a colocavam em situação semelhante a do então Serviço de Referência Legislativa norte-americano: uma biblioteca parlamentar moderna, que passava a desempenhar, ao lado das funções de biblioteca já em uso, também funções de pesquisa.

A Biblioteca se dividiu então em duas Divisões: a Parlamentar e a de Pesquisa (cf. figura 3).

Nova avaliação administrativa sobre a Câmara se deu nos anos de 1974 e 1975. Em 4 de dezembro deste último ano a Câmara discutiu uma proposta de reforma estrutural feita por uma Comissão Especial. Aprovou grande parte do que era proposto e, dentre as medidas aprovadas, figurava a transferência, para fins administrativos, das atividades do então existente Vote Office para o arcabouço da HCL. As atividades técnicas e os funcionários que as desempenhavam passaram a constituir um departamento próprio: o Department of Official Report, onde é produzido o relatório oficial da HC, ou Hansard (como é mais conhecido), e ainda relatórios de suas Comissões permanentes ou relativos a projetos públicos.

Assim, desde 1975 a HCL tem funcionado conforme a estrutura atual, mas somente em 1978 é que ela foi oficializada através do ato de Reorganização Administrativa daquele ano.

A Biblioteca da Câmara dos Comuns se alicerça, por

tanto, sobre dois pilares principais, como demonstra o organograma da página seguinte (fig. 3). O Vote Office ali se configura em nível de menor importância hierárquica, embora, é claro, sejam suas funções de grande valor complementar para a HCL como um todo.

As Divisões que constituem as áreas de concentração das atividades da Biblioteca correspondem às áreas de pesquisa e de apoio informacional do CRS — esta última representada nesse órgão pelo Escritório de Distribuição, Referência e Serviços Especiais. São elas:

- Divisão de Pesquisa;
- Divisão Parlamentar.

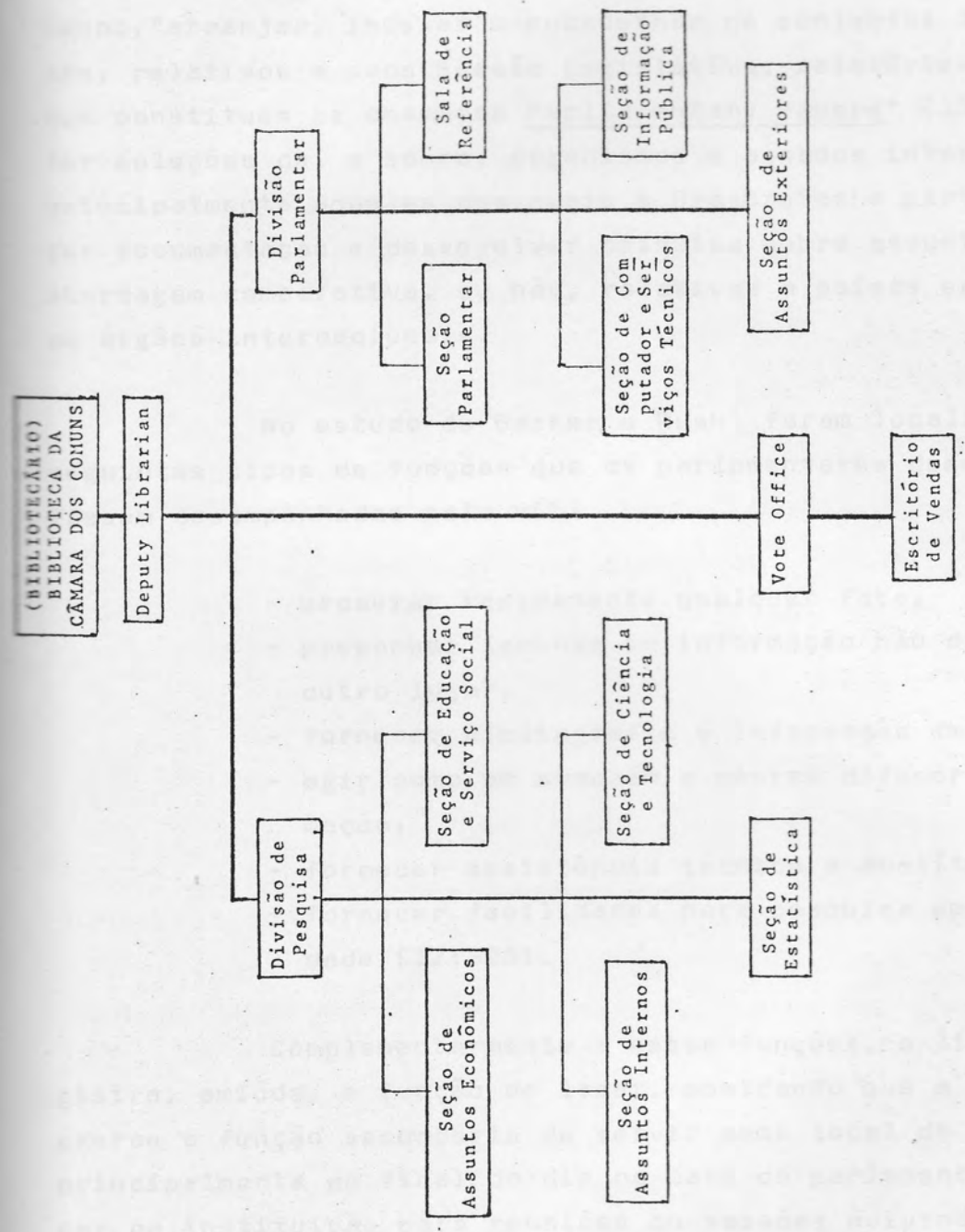


Fig. 3 Estrutura Organizacional da Biblioteca da Câmara dos Comuns (HCL)

As funções da Biblioteca em seu todo envolveu um grande leque de atividades, como: "fornecer respostas escritas, acuradas, precisas e escrupulosamente factuais a inúmeras questões específicas (126:329), dentro de um limite de tempo;"arranjar, indexar e encadernar os conjuntos de projetos, relativos a cada Sessão Legislativa, relatórios e contas que constituem os chamados Parliamentary Papers" (126:323); manter coleções de, e sobre, organismos e acordos internacionais, principalmente aqueles dos quais a Grã-Bretanha participe; manter documentação e desenvolver pesquisa sobre assuntos, em abordagem comparativa, ou não, relativos a países estrangeiros ou órgãos internacionais.

No estudo de Barker e Rush foram localizados os seguintes tipos de funções que os parlamentares desejavam que fossem desempenhadas pela HCL:

- procurar rapidamente qualquer fato;
- preencher lacunas em informação não disponível em outro lugar;
- fornecer bibliografia e informação em geral;
- agir como um armazém e centro difusor de informação;
- fornecer assistência técnica e analítica;
- fornecer facilidades para pesquisa em profundidade (12:323).

Complementarmente a estas funções, a literatura registra, amiúde, a função de lazer, mostrando que a Biblioteca exerce a função secundária de servir como local de descanso, principalmente ao final do dia no caso do parlamentar permanecer na instituição para reuniões ou sessões noturnas.

O trabalho da Biblioteca se divide em vários níveis, da mesma forma que o do CRS. Assim, é possível dividir as funções, seqüencialmente, em dois níveis: o dos Gabinetes, do Bibliotecário e de seu substituto e o das Divisões e suas Seções.

A - Gabinetes

O Bibliotecário (diretor) e seu substituto têm a responsabilidade geral pelo funcionamento da Biblioteca. Os dois detêm a função de representatividade junto a outros órgãos da Câmara, como o Board of Management (o Bibliotecário) e o Administration Committee of the Board of Management (o Deputy Librarian). São funções do Bibliotecário Substituto ainda, a de Diretor de Ordem e de Diretor de Segurança da HCL. Ambos são nomeados pelo Presidente da Câmara, e o Bibliotecário nomeia todos os outros funcionários do Departamento. Esta atribuição lhe foi concedida em 1979, pelo House of Commons Commission.

B - Divisões

São duas e são dirigidas por bibliotecários assistentes (Assistant Librarians). Individualmente, essas unidades apresentam as características que serão abordadas a seguir.

1ª) Divisão de Pesquisa

Criada em 1946 essa Divisão se encarrega das atividades de pesquisa da Biblioteca. Sua função é elaborar pesquisa politicamente objetiva para parlamentares, assistir a Comissões Especiais e seus funcionários e preparar documentos básicos sobre assuntos do interesse da Câmara dos Comuns.

A expansão da Divisão foi relativamente lenta até 1964, época em que a expansão de seu pessoal ainda não passara da cifra de 6 pesquisadores, sendo 3 deles estatísticos.

Em 1967, com a reforma administrativa da House of Commons e a transformação da Biblioteca em departamento, o entusiasmo ressurgiu. E em 1977 o órgão se achava estruturado nas seguintes Seções, por ordem de antigüidade:

- Assuntos Internos e Parlamentares,
- Estatística,
- Ciência e Tecnologia,
- Assuntos Econômicos,
- Educação e Serviços Sociais.

As três últimas foram criadas de 1967 a 1977. A primeira, entretanto, em 1945/1946. Prevê-se a criação de novas Seções no futuro, em áreas como "energia, defesa e regiões, atualmente dentro da Seção de Assuntos Internacionais" (144:222).

Barker e Rush (12:337-62), em sua obra de 1970, propunham que a Biblioteca da Câmara dos Comuns se estruturas se para assumir a liderança de um Public Affairs Information Service (PAIS). Alí, sugeriam uma reformulação do arcabouço das pesquisas já existentes e a criação de uma sexta Seção. A configuração da estrutura passaria então a ser:

- Seção de Assuntos Exteriores,
- Seção de Assuntos Econômicos,
- Seção de Direito e Serviços Sociais,
- Seção de Ambiente,
- Seção de Ciência e Tecnologia,
- Seção de Assuntos Parlamentares, Governo, Serviço Público, Miscelâneas, Comunicação, etc.

Na documentação consultada não se encontrou qualquer informação sobre os resultados desta proposta, nem a estrutura apresentada nos documentos mais recentes reflete adoção da sugestão.

As funções da Divisão de Pesquisa consistem, resumidamente, em: "1º) responder a perguntas especializadas dos parlamentares que exijam respostas mais demoradas e elaboradas; 2º) fornecer assistência de pesquisa e consultiva a Comissões Especiais, particularmente àquelas de assuntos especializados; 3º) fornecer alguns serviços documentais" (97:34).

De uma forma geral, há concentração em respostas escritas e em trabalho escrito com antecipação à demanda, mas há ainda a assistência oral.

As seções responsáveis pela execução das tarefas têm suas funções baseadas nas áreas gerais do conhecimento, como se vê a seguir:

a) Seção de Assuntos Internos e Parlamentares

Criada em 1946, é onde se concentra maior demanda. Suas responsabilidades cobrem o Parlamento e Serviço Público, todos os assuntos da área do Home Office e outros de caráter interno.

b) Seção de Estatística

Criada em 1946, foi a primeira Seção de caráter especializado da HCL isto é, visava o fornecimento e tratamento da informação em forma estatística.

O âmbito das pesquisas é mundial e fornece serviços sobre todas as áreas das outras Seções. Possui grande coleção própria, formando uma sub-biblioteca, que se localiza fora do conjunto de salas da Biblioteca, ou seja, no Norman Shaw Building.

c) Seção de Ciência e Tecnologia

Foi criada em 1966, com a finalidade de responder aos desafios que o desenvolvimento científico e tecnológico apresenta ao Parlamento.

A esta Seção compete acompanhar e responder às necessidades de pesquisa (procurar, reunir, resumir e avaliar informação) do parlamentar em amplas áreas, como medicina, engenharia, agricultura, transporte, defesa e outras, em escala mundial.

Em 1981, conforme afirma Englefield, cabia a esta Seção o desenvolvimento da coleção da Biblioteca em sua área — outra biblioteca setorial, também localizada no edifício Norman Shaw — assim como a elaboração de sus índices e arquivos verticais.*

d) Seção de Assuntos Econômicos

Criada em 1968, cobre todas as questões classificadas no amplo limite da área de economia, incluindo os aspectos econômicos de assuntos como transporte, agricultura, pesca, alimentos e indústria florestal. Há ênfase nas questões do Reino Unido, mas muito se faz também na área da economia internacional e Comunidade Econômica Européia.

e) Seção de Educação e Serviços Sociais

É a Seção mais recente, tendo surgido de um grupo de pesquisa existente na Seção de Assuntos Internos e Parlamentares desde 1976. Em 1977 a procura foi tão alta que justificou a transformação do grupo em uma seção específica. Sua aprovação como Seção, entretanto, data de 1º de abril de 1979.

2ª) Divisão Parlamentar

Esta Divisão constitui, na realidade, a biblioteca geral ou área de referência geral. Seu quadro de pessoal e coleções ocupam a maior parte do conjunto principal de salas da HCL.

A Divisão Parlamentar tem como atribuição encarregar-se dos diversos recursos de biblioteca, referência e informação existentes no bojo geral da instituição. Assim, respostas a questões factuais e rápidas são fornecidas por esta Di-

*Nesta época a automatização de índices ainda não incluía o material desta Seção, nem das outras duas sub-bibliotecas (Estatística e assuntos Internacionais).

visão, além da aquisição, arranjo e conservação da maior parte dos recursos materiais da Biblioteca, principalmente os recursos bibliográficos.

As atividades gerais envolvem o fornecimento de um serviço de informação parlamentar exaustivo, a manutenção de catálogos, índices, coleções de recortes de jornais, empréstimo de livros, e outras similares.

Pesquisa de longo prazo são também fornecidas nesta Divisão pela Seção de Assuntos Internacionais.

Além de adquirir, manter e elaborar pesquisas, adquirir e manter a documentação, esta Divisão deve ainda organizar material de forma a tornar ítems, de maior interesse, disponíveis imediatamente após o pedido. Isto é feito através de um vasto conjunto de índices, tanto para material em forma de livro como para outros materiais, tais como, por exemplo, documentos oficiais, debates, comentários de jornais e revistas.

A ênfase da Divisão é no fornecimento de informação oral, rápida, não-especializada, algumas vezes com respostas escritas.

As Seções se responsabilizam por funções próprias; como exposto a seguir:

a) Seção Parlamentar

O trabalho desta Seção é mais ligado ao próprio Parlamento. Aí são encontradas grandes coleções de documentos parlamentares, documentos de legislação, documentos do Governo (apresentados ao Parlamento por ordem da Rainha) e publicações dos Ministérios. Todo esse material está indexado.

b) Sala de Referência

Aqui se desenvolve a atividade de referência geral, comum a qualquer biblioteca. As respostas são orais, na sua maioria, mas são também fornecidas por escrito sob a forma de material já publicado. Como será visto no item "Produtos", a demanda nesta área é muito alta.

c) Seção de Computador e Serviços Técnicos

Criada em abril de 1980, absorveu a Unidade de Catalogação, visto que o sistema de indexação por computador envolveria um repensar dos métodos até então utilizados.

Situa-se fisicamente fora da Biblioteca principal, no edifício Norman Shaw, e atende a todas as Unidades da Biblioteca como um todo.

Esta Seção se responsabiliza pela encomenda, catalogação e encardenação de folhetos e outras publicações como as do HMSO.

Aí, em 1981, foi instalada uma nova Unidade de Indexação, que se incumbe da função que lhe dá o nome e ainda da elaboração e manutenção de vocabulário controlado (55:30). Já em 1982 esse setor estava em funcionamento, e uma de suas responsabilidades era a de treinamento do pessoal quanto ao uso de terminais de computador.

d) Seção de Informação ao Público

Aberta em 1978, situa-se também do edifício Norman Shaw, fora da Biblioteca principal. Suas funções incluem: manutenção da publicação intitulada Weekly Information Bulletin; atendimento a pedido de informação do pú-

blico em geral, por telefone ou cartas, incluindo Ministérios, imprensa, indivíduos, firmas, etc.; preparação de informação sobre as atividades da HC a serem introduzidas no PRESTEL (Post Office Domestic Television Information System).

Até a criação dessa Seção, o trabalho que ela desenvolve quase sempre relacionado com as funções do Parlamento, em si mesmo, era feito pela Seção Parlamentar.

e) Seção de Assuntos Internacionais e Comunidade Européia

Tem sido a área que mais dinamismo vem apresentando nos últimos tempos, constituindo-se num verdadeiro centro de documentação para assuntos internacionais. A rigor, é uma Seção de pesquisa, mas por "motivos históricos" (143:13) continua na Divisão Parlamentar. Esta Seção cobre assuntos europeus, estrangeiros de modo geral, intergovernamentais e internacionais.

As responsabilidades desta Seção envolvem um duplo aspecto: 1º) provê o acesso e arquivamento de uma grande coleção de documentos; 2º) fornece tanto informação local, rápida, como de pesquisa escrita para parlamentares.

A coleção desta área está espalhada. Há uma parte concentrada na Biblioteca, mas boa porção dela, informa Englefield (55:35), se encontra no Edifício Norman Shaw.

C - O Vote Office

Faz parte da Biblioteca desde o início de 1979, em consequência do Ato de 1978.

Constitui a terceira unidade do Departamento, ao lado da Divisão de Pesquisa e da Parlamentar, e sua função é

responsabilizar-se pelo fornecimento e distribuição dos "order papers" e de todos os demais documentos oficiais impressos, relevantes, solicitados pela Câmara dos Comuns, parlamentares e funcionários. Organizacionalmente se encontra no status de Seção.

O conjunto dos principais documentos inclui: Votes and proceedings; o Hansard ou Official Report (debates parlamentares no plenário); debates em Comissões; os documentos do Governo (documentos apresentados ao Parlamento por ordem da Rainha, o que vale dizer pelo Governo); projetos; os documentos da Câmara dos Comuns (documentos submetidos à HC segundo suas próprias instruções; atas de Comissões, relatórios de Comissões, relatórios ou Balancete de organizações, minutas do Tesouro, minutas de evidência, etc); e, o Journal of the House of Commons.

Toda essa documentação ocupa um espaço muito amplo, e sua distribuição transforma o Vote Office num ambiente de trabalho intensivo.

A distribuição se faz através de mensageiros, funcionários do Office, para as residências dos parlamentares que residem em Londres. Os demais a recebem pelo correio.

4.5.1.3 - Biblioteca do Parlamento do Canadá (LP)

A função da Library of Parliament (LP) é fornecer informação imparcial e precisa para servir a quaisquer fins que o parlamento deseje. Além disso, fornece também informação rápida e factual, e adquire e mantém uma boa coleção de documentos. Finalmente, fornece funcionários para auxílio direto às Comissões, permuta documentos parlamentares e coopera internacionalmente com associações da área parlamentar. Administrativamente é uma instituição autônoma. O Bibliotecário Parlamentar

(seu diretor) relata diretamente aos Presidentes das duas Câmaras, que são os presidentes da Comissão Mista de Biblioteca.

Nessa Biblioteca o trabalho se desenvolve também em três categorias de unidades, como demonstra o organograma da figura 4, a saber:

- os gabinetes do Bibliotecário Parlamentar, do Bibliotecário Parlamentar Adjunto e do Bibliotecário Parlamentar Assistente;
- as unidades gerais de Referência, e de Pesquisa;
- As Divisões e suas Seções, e as unidades de Serviços Técnicos e de Administração, como no caso do CRS e da HCL. A análise dos dois primeiros níveis separadamente, pode revelar melhor a imagem geral da organização.

A - Gabinete

As funções do Bibliotecário Parlamentar podem ser visualizadas de forma histórica. Até 1955 a Biblioteca era dirigida por duas pessoas, uma de língua inglesa, e outra de língua francesa, que, na prática exerciam as mesmas funções em suas respectivas línguas, ou seja, "administrava o pessoal, a coleção e os serviços" (167:32) na respectiva área lingüística, dando à instituição a configuração de duas bibliotecas separadas pela língua.

Esta situação estranha de gerenciamento encontra suas raízes no Ato da Biblioteca do Parlamento, de 1871. Na realidade, segundo aquele Ato, de forma ampla, a direção da Biblioteca era exercida pelos Presidentes de ambas as Casas, assistidos por uma Comissão Mista. Esse Ato previa a existência de um Bibliotecário e um Bibliotecário Assistente. Em 1885 foi aprovada uma Resolução em que esses dois cargos passavam a se

denominar de General Librarian e Parliamentary Librarian — os dois formariam um Comitê de "Bibliotecários do Parlamento" e teriam poderes iguais para dirigir a Biblioteca.

Em 1955, essa Revolução foi emendada pelo Ato da Biblioteca Parlamentar, e ao Bibliotecário Parlamentar foi atribuído o controle e o gerenciamento da Biblioteca, enquanto que o cargo de General Librarian foi transformado para Associate Librarian (Bibliotecário Adjunto), que desempenharia os deveres do Bibliotecário Parlamentar em seus impedimentos. Os ocupantes do cargo deveriam se alternar em termos de língua: quando um fosse de língua inglesa, o outro deveria ser de língua francesa (16:30).

Assim, hoje a Biblioteca é dirigida pelos ocupantes desses dois cargos, assistidos ainda por um Bibliotecário Parlamentar Assistente. Os dois primeiros são nomeados pelo Primeiro-Ministro (Governor-in-Council), para atuarem até à idade de aposentadoria, ou mais, caso o queiram, o terceiro — juntamente com todos os demais funcionários — é nomeado pelos Presidentes das duas Câmaras, sob recomendação do Bibliotecário Parlamentar.

Em assuntos administrativos (recrutamento, correspondência, etc.) os três Bibliotecários são assistidos pela Unidade Administrativa.

O Bibliotecário Parlamentar (diretor da biblioteca) exerce também funções no Conselho da Biblioteca Nacional, do qual é membro nato.

B - Unidades

1ª) Unidade de Pesquisa

Esta Unidade foi criada em 1964, quando o Bibliotecário Parlamentar da Rodésia foi convidado a dar uma consultoria através da qual orientava sobre as diretrizes do órgão.

Sua função geral é coordenar as atividades de pesquisa da LP, e a estrutura básica se compõe de quatro divisões:

a) Divisão de Economia

Desenvolve pesquisas em todos os aspectos da economia, estatística e áreas correlatas. A área de estatística

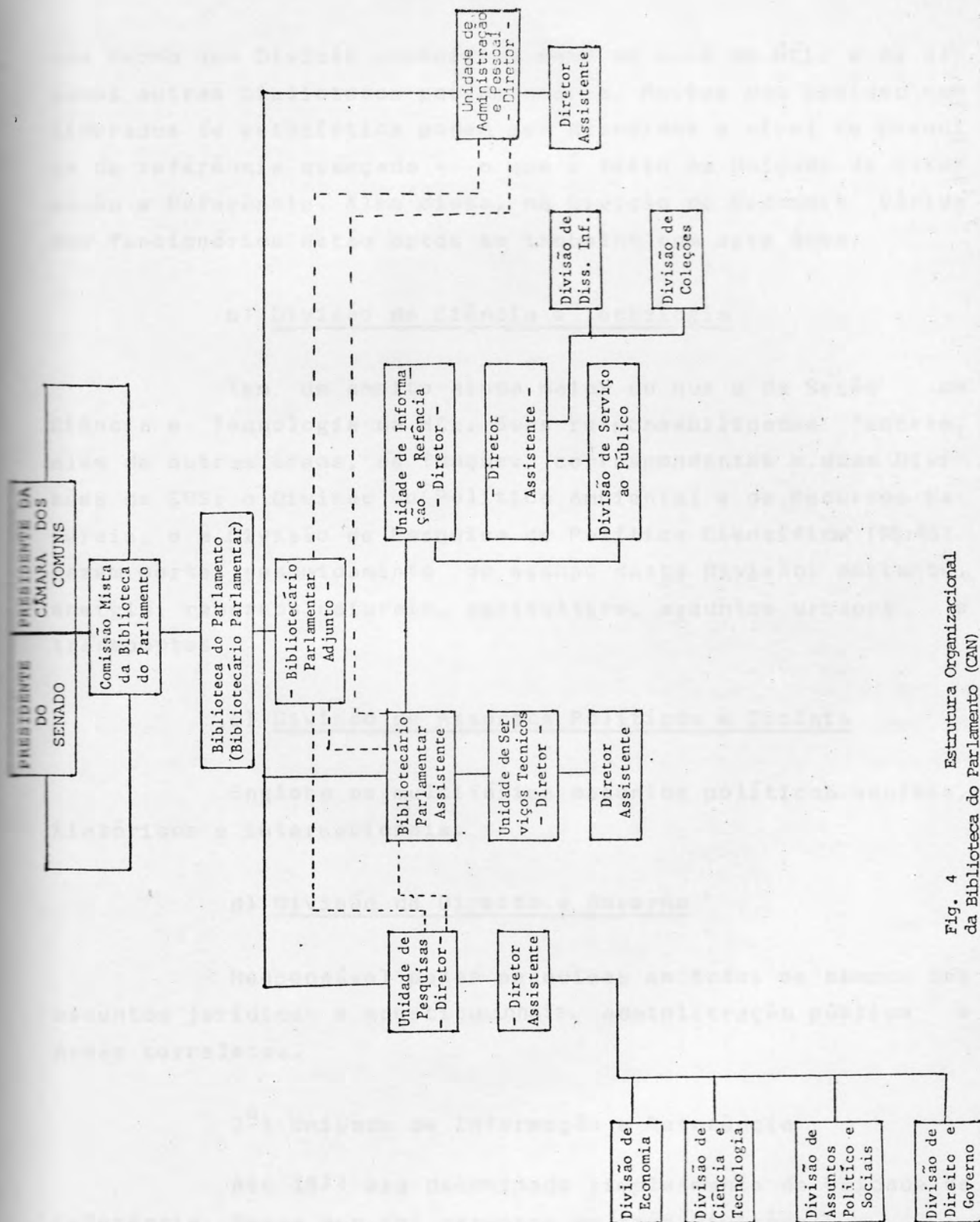


Fig. 4 Estrutura Organizacional da Biblioteca do Parlamento (CAN)

não forma uma Divisão específica como no caso da HCL, e de algumas outras bibliotecas parlamentares. Muitos dos pedidos considerados de estatística podem ser atendidos a nível de pesquisa de referência avançada — o que é feito na Unidade de Informação e Referência. Além disso, na Divisão de Economia vários dos funcionários estão aptos ao trabalho com esta área.

b) Divisão de Ciência e Tecnologia

Tem um âmbito ainda maior do que o da Seção de Ciência e Tecnologia da HCL. Suas responsabilidades "cobrem, além de outras áreas, as funções correspondentes a duas Divisões do CRS: a Divisão de Política Ambiental e de Recursos Naturais, e a Divisão de Pesquisa de Política Científica" (96:46). Fazem parte, resumidamente do escopo desta Divisão: ambiente, energia, recursos naturais, agricultura, assuntos urbanos e transportes.

c) Divisão de Assuntos Políticos e Sociais

Engloba os multifários assuntos políticos, sociais, históricos e internacionais.

d) Divisão de Direito e Governo

Responsável pelas pesquisas em todos os campos dos assuntos jurídicos e constitucionais, administração pública e áreas correlatas.

2ª) Unidade de Informação e Referência

Até 1974 era denominada simplesmente de Unidade de Referência. Nesse ano foi agrupada em três Divisões:

a) Divisão de Serviço ao Público (163:216-21)

Sua função é prover os serviços de biblioteca mais tradicionais: circulação de livros, e empréstimos entre biblio

tecas e solicitação de informações rotineiras. Responsabiliza-se ainda pela Biblioteca Setorial, que fica num dos edifícios ocupados por parlamentares, e pela Sala de Leitura, que fica a quatro andares acima desta. Noutra edificação fica uma segunda biblioteca setorial que também faz parte de sua jurisdição.

O arquivo de recortes é um dos serviços mais procurados.

A Divisão se compõe de duas seções:

- Seção de Circulação, Leitura e Sala de Referência e
- Seção de Arquivo e Recortes de Jornais (criada em 1962).

b) Divisão de Disseminação da Informação

Prepara bibliografias formais e listas de leitura, geralmente bilíngües, e opera na área da automação e recuperação da informação. A Seção de Indexação se ocupa do preparo dos anais do parlamento e dos relatórios das Comissões parlamentares canadenses.

Divide-se nas seguintes unidades:

- Seção de Bibliografia e Listas de Leitura;
- Seção de Sistema de informação;
- Seção de Indexação — Indexa relatórios de Comissões da Câmara, do Senado e Mistas.

c) Divisão de Coleções

Suas funções gerais incluem: a) selecionar, adquirir e gerir material que possa servir ao parlamentar, e cuidar para que o material já não útil à Biblioteca seja repassado à Biblioteca Nacional do Canadá; b) responsabilizar-se pelo intercâmbio internacional, principalmente de publicações ofi

ciais, e pelo recebimento e controle dos 1.642 títulos de periódicos mantidos pela Biblioteca.

Sua estrutura é a seguinte:

- Seção de Gerência de Coleções Iniciais;
- Seção de Publicações Oficiais (manipula enorme quantidade de publicações que formam quatro subseções: das províncias, federais, estrangeiras e internacionais);
- Seção de Periódicos — com duas subseções: jornais; periódicos e serviços em folhas soltas.

3ª) Unidade de Serviços Técnicos

Adquire e processa informações e mantém catálogos para prover acesso imediato à coleção, em inglês e francês.

O setor organiza a coleção segundo o esquema de classificação da LC e mantém uma encadernadora, com a qual a Biblioteca é praticamente autosuficiente nesta área.

4ª) Unidade de Administração

Dotada de um Diretor de Administração e Pessoal e de um Diretor-Assistente, tem a função básica de gerir o complicado processo de recrutamento, verificação de despesas e correspondência.

4.5.2 - Hierarquia de autoridade

4.5.2.1 - Serviços de Pesquisa do Congresso (CRS)

Parece interessante abordar a administração de instituições

em duas dimensões: a dimensão interna, voltada para dentro da própria organização, e, a dimensão externa, voltada para fora, para o supra-sistema, no caso, a Legislatura.

O Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS) é dirigido por um Diretor-Geral, que se responsabiliza pela administração e coordenação da instituição.

Internamente o CRS possui uma hierarquia de autoridade complexa, percebendo-se, em vários pontos, a dualidade de comando, tal como visualizada por Jones (90:378-9): grupos do quadro de pessoal nomeados formalmente e colocados diretamente sob a subordinação da Diretoria. Sua função é auxiliar na definição de políticas gerais da organização ou de coordenação de tarefas que abrangem um grande número de unidades diferentes. Não raro essas pessoas assistem executivos de linha (Chefe de Divisão, de Seção, etc.) que não tenham conhecimento suficiente em alguma área de sua autoridade e que precisem melhor orientação quanto à tomada de decisões.

No organograma do CRS estes segmentos auxiliares da administração estão representados pelos chamados Escritórios, num total de sete. Seis deles não possuem ligação hierárquica formal com qualquer das Divisões; um está formalmente acima de duas Divisões; três apresentam relações de comunicação horizontal entre si, todos intrinsecamente ligados à área de pesquisa propriamente dita — o Escritório responsável pela parte de apoio informacional e pelas pesquisas de referência factual responde diretamente perante o Diretor do Serviço e não mantém, segundo indica o organograma, relações horizontais com os demais. Todavia, a literatura deixa claro que o nível de comunicação interna na instituição tem se implementado vertiginosamente. Embora não representadas no organograma, essas relações, na prática, existem até mesmo em razão do que foi dito há pouco sobre dualidade de comando. Esta conclusão pode ainda ser comprovada através de texto extraído do relató-

rio anual da LC, de 1979, onde se lê: "o Escritório de Distribuição, Referência e Serviços Especiais tem sido instrumental de integração, coordenação e supervisão de funções gerenciais dentro do CRS" (155:378-80).

Os sete responsáveis por estes Escritórios recebem denominações diferentes entre si, como: Diretor-Adjunto, Diretor-Assistente, e, Coordenador. A literatura-núcleo não estabelece a diferença entre as categorias de gerentes, mas a configuração do organograma sugere que quatro estão em nível hierárquico, imediatamente acima do nível de Divisão (2 Diretores-Adjuntos; 2 Diretores-Assistentes) e 3 estão a nível de Divisão, sendo chamados, na documentação consultada, de "coordenadores". Todos estes sete gerentes respondem diretamente ao Diretor do CRS.

Seqüencialmente, na linha de autoridade, de cima para baixo se encontram os chefes das Divisões. Estes, com exceção das Divisões de apoio informacional, são todos também, subordinados, diretamente ao Diretor do Serviço. As duas Divisões de apoio informacional se subordinam a um Diretor Assistente, que se subordina por sua vez ao Diretor do CRS. Cada Chefe de Seção conta com o apoio de um Chefe Assistente. Os Chefes de Seção respondem perante o Chefe da respectiva Divisão. Quanto aos grupos, não houve qualquer informação sobre a quem se subordinam oficialmente. Aqueles que são permanentes se localizam dentro de Seções e, com certeza, a elas prestam contas; quanto aos provisórios, embora coordenados pelo Escritório de Pesquisa, Análise e Programas Multidisciplinares, não foi possível detectar se há uma estrutura formal à qual tenham que se submeter enquanto existirem.

Analisando a questão da administração sob o enfoque externo, isto é, o exercício de autoridade por órgãos externos sobre o CRS, são encontradas duas situações: 1^a) a subordinação do órgão à LC; 2^a) sua subordinação a Comissões Parlamentares do Congresso.

O primeiro caso foi muito pouco estudado na literatura. Como se viu no quadro das variáveis selecionadas para este item, apenas 5 documentos (7,4%) pormenorizaram a questão. O CRS, após o Ato de 1970, passou a se subordinar à LC praticamente apenas para fins de legitimação ou maior status próprio enquanto órgãos de informação. Para todos os fins práticos ele é hoje um órgão independente, tendo "autoridade para preparar e submeter seu pedido de orçamento ao Congresso, recomendar a nomeação de seus próprios funcionários, contratar serviços externos e reorganizar sua estrutura administrativa" (95:18). Ainda é o Librarian of Congress quem nomeia um novo Diretor para o CRS, mas, agora, em conjunto com a Comissão Mista da Biblioteca. Também é ele quem nomeia os funcionários do CRS, mas se indicados por seu Diretor (do CRS).

A vinculação física à LC constitui um laço positivo para ambas as organizações. Da parte do CRS há um sentimento de estar sendo protegido, principalmente em relação a reações do Congresso contra a questão da imparcialidade política — que a organização preserva com tanto cuidado e orgulho — tanto em relação aos serviços que fornece quanto em relação aos funcionários que contrata. Neste caso, o Diretor do CRS pode se defender com a justificativa de que o candidato terá que se submeter à apreciação dos dirigentes de pessoal usuais. Outro fator que muito beneficia o CRS é a infra-estrutura disponível na LC em termos de coleção, serviços e instrumentos (principalmente facilidades de computador).

Por seu lado, a LC aprova essa aliança com o CRS, pois através dele mantém uma convivência diária com o Congresso, e isto é especialmente importante quando sérios assuntos da LC são submetidos ao Congresso, como, por exemplo, a dotação orçamentária anual.

Além de se vincular à LC o CRS se vincula também a algumas Comissões parlamentares. Destas, as principais são (66:256-7):

a) Comissão Mista da Biblioteca - a ela o serviço submete seu relatório e seu pedido de orçamento anual. A Comissão acompanha os investimentos dos recursos. Em documento de 1974 (66:256) encontra-se a informação de que a mesma era constituída de 10 membros, extraídos da Comissão de Administração da Câmara e da Comissão de Normas do Senado. Tal informação, todavia não foi confirmada em documentos posterior;

b) as Comissões de Orçamento - que quase sempre precisam dividir seus fundos com muitos interessados e nem sempre reagem positivamente aos pedidos do CRS;

c) Comissão de Administração da Câmara e Comissão de Normas e Administração do Senado - a quem são feitas solicitações como criação de novos grupos de trabalho e formulação de novas políticas. Estas são relações que também são mantidas com a Comissão Mista. Com isto, o órgão parece ter três oportunidades de negociações de seus pedidos: em cada uma das Comissões administrativas e ainda na Comissão Mista. A parte de normalização ou legislação sobre o CRS só é tratada com as Comissões administrativas;

d) Outras - certos assuntos são ainda tratados em outras Comissões, como a de Trabalhos Públicos (expansão de prédio); Correios e Serviços Público (melhoria nos níveis de carreira dos funcionários), etc.

Como se vê, a função de supervisão se encontra muito diluída, embora a Comissão Mista tenha uma responsabilidade mais acentuada sobre as diretrizes do CRS.

4.5.2.2 - Biblioteca da Câmara dos Comuns (HCL)

Internamente, a hierarquia de autoridade na Biblioteca da Câmara dos Comuns é bem mais simples do que a do CRS.

A composição da estrutura é muito mais verticalizada, havendo, pois, probabilidade de menor nível de conflito organizacional. A instituição, situada a nível de departamento, é dirigida por um Librarian (Bibliotecário, ou Diretor) que é assistido diretamente apenas pelo Deputy Librarian (Bibliotecário, ou Diretor Substituto). No organograma ele se situa imediatamente após o Bibliotecário. Juntos têm a responsabilidade pelo funcionamento geral da Biblioteca. O próximo nível hierárquico portanto está subordinado a esses dois elementos. As duas Divisões são chefiadas por Bibliotecários Assistentes (Assistant Librarians). Quanto ao cargo dos responsáveis pelas unidades que estão a nível de seções, há uma variação, sendo o mais alto deles o de Bibliotecário Assistente Substituto (Deputy Assistant Librarian) (nas cinco seções da Divisão de Pesquisa e em duas seções da Divisão Parlamentar), seguido de Library Clerk (na Seção Parlamentar e na Seção de Informação Pública) e o Diretor Executivo Sênior (Senior Executive Officer) (na Seção de Computador).

Não se citam nessas estrutura nem os "grupos de execução" nem os "grupos de difusão da autoridade", diferentemente do caso anterior.

Externamente o Departamento está vinculado a vários segmentos da Câmara como um todo:

a) ao Presidente - a quem o Bibliotecário se dirige para assuntos específicos de seu Departamento;

b) à Sub-Comissão de Assuntos da Biblioteca - desde 1966 o bibliotecário passou a relatar sobre questões de política geral, e não sobre assuntos administrativos, diretamente à Sub-Comissão de Biblioteca da Comissão de Serviço da Câmara dos Comuns. Essa Sub-Comissão é estabelecida todo início de uma nova Legislatura. Geralmente por convite, o Bibliotecário participa de reuniões com os quatro membros da Comissão, pa

ra discussão de assuntos suscitados por um ou mais dos cinco participantes. A Comissão é um canal de comunicação muito poderoso entre a Biblioteca e os parlamentares (20:9). Antes de 1966 a Biblioteca oficialmente relatava ao presidente, mas extra oficialmente havia uma Comissão informal — a "Library Committee of Members" que o presidente nomeava a cada Sessão Legislativa e que exercia as funções da atual Sub-Comissão de Biblioteca;

c) Conselho Diretor (Board of Management) - compõe-se de todos os Chefes de Departamentos da Câmara, responsabilizando-se pelo estabelecimento de política geral de pessoal e coordenação de todos os serviços e atividades que envolvam mais de um departamento;

d) Sub-Comissões - alguns assuntos do Departamento são tratados com outras Sub-comissões da Comissão de serviços como, por exemplo, a Sub-comissão de Instalações e Administração e a Sub-comissão de Computador;

e) Comissão de Administração - há ainda, nesta escala superior, a Comissão de Administração do Conselho Diretor, do qual faz parte o Bibliotecário Substituto. Este órgão se responsabiliza por questões interdepartamentais, recomendações sobre novas necessidades de pessoal, avaliação do pessoal existente, etc, e age como representante da administração nas questões com sindicatos.

4.5.2.3 - Biblioteca do Parlamento do Canadá (LP)

O organograma demonstra que a estrutura interna dessa Biblioteca é também relativamente complexa. Há alguns focos de dualidade de comando, concentrando-se esta situação no Bibliotecário Parlamentar Adjunto, no Bibliotecário Parlamentar Assistente, nos diretores das unidades de Pesquisa e de Administração e Pessoal — todos estes subordinados diretamente ao Bibliotecário Parlamentar. Duas diretorias constituem

exceção e não se subordinam ao Bibliotecário Parlamentar, mas sim ao Bibliotecário Parlamentar Assistente. São ambas da área de informação e referência.

As funções são porém bastante delineadas, como foi visto no item anterior. Não havendo funções de assessoramento e tendo a subordinação direta bem clara, o nível de conflito deve ser baixo.

No nível superior é vinculada à Comissão Mista de Biblioteca, que é presidida conjuntamente pelos respectivos Presidentes do Senado e da Câmara dos Comuns. Em 1970 esta Comissão era constituída de 13 Senadores e 22 Deputados (166:75). Supostamente ela se reúne pelo menos uma vez por Sessão.

4.5.3 - Conclusões

As três bibliotecas apresentam padrões de organogramas diferentes, o que demonstra alguma variação também no padrão de distribuição da autoridade e de execução das tarefas. A Tabela 16 pode ilustrar a distribuição hierárquica das diversas unidades de cada organização.

TABELA Nº 16

Distribuição de funções de gerência e execução
nas Bibliotecas Parlamentares

Países Níveis Hierárquicos	EUA	GRB	CAN
1º Nível mais alto (de decisão)	Congresso ----- Comissão Mista da Biblioteca	-----	Parlamento ----- Comissão Mista de Biblioteca
2º	LC, e/ou Comissão Mista da Biblioteca. Outras Comissões	Parlamento (HC) ----- Sub-Comissão de Biblioteca da Com. Serviços da HC	LP-Parliamentary Librarian
3º	CRS-Diretor	HCL-Librarian	Gabinete
4º	(Gabinete) Escritórios	Gabinete	Unidades
5º	Divisão	Divisão	Divisão
6º	Seção	Seção	Seção
7º Nível mais baixo (de execução)	Grupos	-	-

A concentração básica das funções se dá no seguinte padrão:

1º) funções de execução — no CRS: Grupos, Seções e Divisões; HCL; Seções. LP: Seções e Divisões;

2º) funções de gerência interna — CRS: Escritórios

e Diretoria*; HCL: Divisão e Gabinete/Diretoria; LP: Unidades, Gabinete e Diretoria;

3º) relações de subordinação — CRS: um departamento da LC; esta é quem presta contas ao Congresso (ressalva-se que, como se viu, há muitas situações em que o CRS pode se dirigir diretamente ao Congresso, através de Comissões, principalmente a Comissão Mista de Biblioteca; portanto, essa subordinação é relativa), HCL: vincula-se ao Parlamento através da Subcomissão de Biblioteca da Comissão de Serviços; LP: ocupa uma posição hierárquica mais elevada que os órgãos anteriores, estando no mesmo nível, no Parlamento, que a própria Câmara ou Senado. Portanto, ela se reporta diretamente aos Presidentes da Câmara dos Comuns e do Senado, que são, na realidade, os Presidentes da Comissão Mista da Biblioteca do Parlamento.

Teoricamente a posição privilegiada da LP deve facilitar-lhe o desempenho e assegurar dinamismo na tomada de decisão.

Sugere a Tabela nº 16 que a LC e a LP ocupam a mesma posição hierárquica, embora a primeira não desfrute do privilégio de tratar diretamente com os Presidentes de ambas as Casas, como é o caso da LP.

A abordagem dos organogramas é funcional (CRS) e mista (HCL e LP). No primeiro caso, as funções orientam a estrutura; no segundo, ora são as funções que determinam o desenho da estrutura ora são os produtos. Assim é encontrada na HCL a Seção de Assuntos Internacionais, que se ocupa da pesquisa, da referência e da manutenção das coleções internacionais (abordagem por produto); por outro lado, há a Seção de Estatística, que realiza tarefa de tratamento estatístico da informação, de qualquer área do conhecimento (função). Pode-

* Entende-se aqui por Diretoria o espaço ocupado pela pessoa que detém o maior cargo dentro de cada biblioteca.

se dizer, todavia, que há predomínio da abordagem funcional.

O fluxo interno de autoridade, parece ser mais centralizado na Biblioteca da Câmara dos Comuns. Aí quase não há delegação de autoridade abaixo da Diretoria, isto é, o organograma, pelo menos, não sugere comunicação horizontal nos níveis inferiores ao do Diretor. Na LP há uma certa diluição dessa comunicação, havendo, por dedução, uma certa descentralização da tomada de decisão para o nível dos dois Gabinetes que se encontram abaixo da Diretoria. No CRS ocorre a mesma coisa, numa escala bem mais abrangente, visto que são sete os gabinetes ou escritórios que auxiliam na coordenação de atividades. Três deles estão totalmente voltados para as Divisões de Pesquisa, e entre eles a comunicação horizontal é muito freqüente, como aliás postula Emery, ao afirmar que "constitui característica das organizações estruturadas por funções ou processos o alto grau de interrelação necessária entre suas unidades" (51:24).

Os Grupos de Trabalho, estratégia utilizada pelo CRS para melhorar a interação das Divisões quando da realização de pesquisa multidisciplinare; não aparecem no organograma e nem foi dada maior importância à sua vinculação hierárquica pela literatura. Há evidências de que estão vinculados, pelo menos para fins de coordenação, ao Escritório de Pesquisa, Análise e Programas Multidisciplinares. A HCL e a LP não deram notícia sobre o uso desse recurso administrativo em suas jurisdições.

O escopo geral das três organizações é semelhante, apesar das discrepâncias em relação ao número de unidades que o abrigam. Considerando, por exemplo, apenas os dois principais níveis de execução, são localizados os seguintes resultados:

TABELA N° 17

Distribuição das Unidades de Execução - CRS-HCL-LP

Organização	Relação entre o n° de Divisões e o n° de Seções de Pesquisa	Relação entre o n° de Divisão e o n° de Seções da área de inf. e ref.
CRS	8/50	2/8
HCL	1/6*	1/4
LP	4*/n/citam	4/8

* Obs: As 4 Divisões da LP correspondem, em termos de atribuição, às 6 Seções da HCL.

Este leque geral encontra correspondência entre os três órgãos, conforme mostram os esquemas das figuras 5 e 6, apresentadas adiante da seguinte maneira:

1º) em relação às unidades de pesquisa:

a) são unidades específicas do CRS: Divisão de Especialistas Seniores; Divisão de Direito Americano;

b) é unidade específica da HCL: Seção de Estatística;

c) São unidades comuns às três instituições: Divisão ou Seção: de Economia, Direito e Assuntos do Parlamento e do Governo, e Divisão/Seção de Ciência e Tecnologia;

d) os demais assuntos se mesclam parcial e diferentemente nas demais Divisões ou Seções;

2º) em relação às unidades de informação e apoio:

a) as atividades estão mais especificadas na documentação relativa à LP e à HCL, e contêm todo o arcabouço tradicional de uma biblioteca;

b) o desenvolvimento de automação só não apareceu no organograma da LP — apesar de se saber que ele é, também aí, uma realidade. As atividades dessa área são desenvolvidas a nível da gerência, no caso do CRS, em um dos escritórios; e no caso da HCL, a nível de seção;

c) a função de distribuição de publicações do parlamento e/ou oficiais do Governo só parece na HCL, na figura do Vote Office;

d) as duas Divisões da área de referência e informação do CRS (fig. 6) adotam abordagem própria na distribuição das funções, podendo-se observar que algumas delas tradicionalmente consideradas de referência, estão vinculadas ao mesmo tempo ao setor de referência e ao de processamento técnico.

Como se vê pelas figuras 5 e 6, o arcabouço geral de atividades das três instituições apresenta dois aspectos bastante distintos: o de pesquisa e o de apoio bibliográfico. Percebe-se que, no CRS, a preocupação da segunda área é de apoio em si mesma. Já nas outras duas organizações as duas funções são absolutamente o mesmo número de unidades, num verdadeiro equilíbrio. Assim, enquanto apóiam a atividade de pesquisa, cumprem também funções específicas como aquisição, preparação e preservação de documentação e informação. É possí-

vel que a vinculação do CRS à LC lhe facilite uma menor preocupação com este lado comum a qualquer serviço de informação, pois, com certeza, toda vez que um determinado documento for demandado ele será encontrado, senão em suas próprias divisões (já com cerca de um milhão de itens bibliográficos), então, na LC.

Apesar dessa nítida separação no organograma das duas áreas (pesquisa e apoio), a literatura procura ressaltar a necessidade contínua de inter-relação entre as mesmas, e pelo menos no CRS isto já está acontecendo, informalmente, mas com sucesso.

4.6 - RECURSOS

Assim como a satisfação de interesses depende dos produtos da organização, estes são dependentes dos insumos disponíveis para a organização. É impossível obter produtos sem a manipulação de recursos que forneçam os insumos. De uma forma geral, esses recursos são classificados como materiais e humanos, englobando os aspectos financeiros, de pessoal, de equipamento e instalação, e outros, de uma empresa. Também de forma geral, os recursos são obtidos através de esforço orientado em metas. Aqueles que surgem independentemente de um objetivo preestabelecido raramente serão suficientes; portanto, os recursos precisam ser mobilizados, principalmente em decorrência

LP	CRS Divisão de Especialistas Seniores	HCL
Divisão de Economia	Divisão de Economia	Seção de Assuntos Econômicos
Divisão de Direito e Governo	Divisão de Governo (antes Governo e Pesquisa geral)	Seção de Assuntos Internos e Parlamentares
Divisão de Ciência e Tecnologia	Divisão de Política Científica	Seção de Ciência e Tecnologia
	Divisão de Educação e Bem-Estar Público	Seção de Educação e Serviços Sociais
Divisão de Assuntos Políticos e Sociais (Política, História, assuntos sociais e internacionais)	Divisão de Assuntos Exteriores e Defesa Nacional	Seção de Assuntos Internacionais
	Divisão de Direito Americano	Seção de Estatística
	Divisão de Política Ambiental e Recursos Naturais	(n/cita a seção que cobre esta área)

Fig. 5 - Distribuição e Correspondência entre as Seções e/ou Divisões das Bibliotecas Parlamentares - Área de Pesquisa

CRS	LP	HCL
Divisão de Referência do Congresso	Divisão de Serviço ao Público	Seção Parlamentar
	Seção de Circulação, Leitura e Sala de Referência	Seção de Serviços Públicos
• 5 Grupos de Assuntos	Seção de Arquivo e Recortes de Jornais	Sala de Referência
• 1 Grupo de produção	Divisão de Disseminação da Informação	Seção de Computador e Serviços Técnicos
Divisão de Serviços Bibliotecários	Seção de Bibliografia e Listas de Leitura	Seção de Assuntos Internacionais (passada para parte de pesquisa)
	Seção de Sistemas de Informação	Vote Office
	Seção de Indexação	
	Divisão de Coleções	
• Seção Especialização por Assuntos	Seção de Gerência de Coleções iniciais	
• Seção de Recursos Bibliotecários	Seção de Publicações Oficiais	
	Seção de Periódicos	
	Unidade de Serviços (aquisição e processamento da coleção)	

Fig. 6 - Distribuição e Correspondência entre as Seções e/ou Divisões de Bibliotecas Parlamentares - Área de Informação e Referência

de sua escassez, que pode ser em quantidade ou em qualidade, ou em ambas. A ação conduz à obtenção dos mesmos. Mas, a satisfação das necessidades será, quase sempre, temporária: os materiais são gastos no processo de produção, as máquinas se deterioram através do uso ou se tornam tecnologicamente obsoletas, as pessoas envelhecem ou saem da organização. Portanto, quase sempre será necessário substituir ou expandir os recursos.

Um aspecto a ser observado é que, muitas vezes, esses recursos existem na organização, mas nem sempre estão nos lugares e funções devidos. Isto é particularmente aplicável a questões relativas a recursos humanos. A movimentação de pessoal encontra muita resistência. Costumes, preconceitos e políticas institucionais podem afetar as decisões de pessoas sobre onde elas vão trabalhar e no caso de empresas, conforme afirma Gross, afetam também as "decisões dos fornecedores sobre a quem fornecer os equipamentos e os materiais" (73:493).

A escassez de recursos constitui, de forma geral, uma constante na existência de toda organização -- quer em relação a espaço, vagas no estacionamento, máquinas, telefones, pessoal qualificado, quer em relação a outras necessidades. Por isso, a grande batalha interna das organizações é aquela relativa ao seu orçamento.

O orçamento constitui, principalmente, "um sistema de comunicações, regularizado e cíclico. Suas finalidades são de duas categorias: 1^a) informar o nível hierárquico adequado para que decisões possam aí ser tomadas -- esta é a categoria presente em políticas governamentais, programas e objetivos, e que pode ser, de forma generalizada, classificada como categoria política; 2^a) fornecer informação tanto de baixo para cima como de cima para baixo, na escala hierárquica, de forma que as decisões sejam conduzidas adequadamente -- esta pode ser classificada, generalizadamente, como categoria administrativa" (135:230).

A nível organizacional, é através do orçamento que se expõem as metas de recursos por cada uma das unidades do sistema. As propostas individuais destas unidades se movimentam linha acima, na escala hierárquica, e decisões em cada nível são tomadas a intervalos regulares, sobre quantias financeiras aprovadas. Essas concessões sucessivas são sempre a ratificação formal de padrões de distribuição determinados através de processos poliárquicos de negociação. Esses processos se constituem basicamente de: "a) categorias formais de classificação dos insumos a serem obtidos através do uso de recursos; b) padrões aceitáveis de justificativas dos pedidos do orçamento; c) procedimentos elaborados para revisão dos pedidos, reconsiderações de decisões e obtenção de informação sobre o uso de recursos" (73:494).

Uma vez pronto e aprovado o orçamento de cada unidade, um documento é formado, e através dele se tem um resumo dos planos futuros da organização sob o enfoque financeiro.

Embora a exploração teórica sobre a mobilização de recursos, e particularmente a de recursos financeiros, constitua estímulo fascinante para qualquer pessoa interessada no estudo das organizações, sua inclusão neste trabalho está prejudicada. A exploração deste tema pela documentação-núcleo seguiu uma abordagem mais informativa do que analítica, mencionando apenas dados gerais, como, por exemplo, o número de funcionários, recursos financeiros aprovados no orçamento anual da organização, espaços ocupados, etc.

O enfoque aqui utilizado segue, portanto, este padrão de informação. Dentro de tais limitações serão explorados os seguintes itens: orçamento, instalações físicas, pessoal e coleção -- correspondendo, respectivamente, aos recursos financeiros, físicos, humanos e bibliográficos das organizações em estudo.

Outros itens que poderiam fazer parte deste tópico, como equipamentos diversos e treinamento de pessoal, serão tratados em outros capítulos. Isto se deve ao fato de ambos estarem intimamente ligados a dois temas mais abrangentes: tecnologia e treinamento. Presume-se, entretanto, que as três organizações em estudo sejam bem dotadas de equipamentos como máquinas copiadoras, leitoras de microfílm, aparelhos telefônicos e outros. A introdução da automação tem representado uma revolução nesta área, e pelo menos o CRS parece despor de grande quantidade de terminais e outros equipamentos destinados ao tratamento e recuperação da informação. Quanto ao treinamento, também a introdução da automação teve grande influência, contribuindo para aproximar, atualmente, o padrão de treinamento do pessoal do padrão de treinamento do usuário. Esta é a razão pela qual, ao tratar da questão de pessoal neste tópico, não se tratou de seu treinamento de maneira especial. Desta forma, os itens destinados ao estudo do treinamento e da tecnologia poderão complementar o presente tópico.

As tabelas 18, 19 e 21 refletem a frequência das variáveis detectadas na literatura (anexo 3) e selecionadas para a compreensão dos recursos gerais das organizações em estudo, que, como foi dito, se constituem do orçamento, das instalações físicas, do quadro de pessoal e das coleções. Além das tabelas citadas acima, os anexos de nº 18 a 23 podem fornecer informações sobre os dados aqui considerados.

TABELA Nº 18

Freqüência das variáveis relativas a recursos (materiais e humanos — exceto coleções) na literatura-núcleo

Países	EUA F - %	GRB F - %	CAN F - %	Total F - %
Orçamento	8 - 11,9	7 - 18,9	6 - 18,1	21 - 15,3
Instalações físicas	10 - 14,9	15 - 40,5	18 - 54,5	43 - 31,3
. Espaço	3 - 4,4	7 - 18,9	10 - 30,3	20 - 14,5
. localização física	3 - 4,4	6 - 16,2	4 - 12,1	13 - 9,4
. prédio	5 - 7,4	13 - 35,1	11 - 33,3	29 - 21,1
. mudança	2 - 2,9	-	-	2 - 1,4
Pessoal	55 - 82,0	30 - 81,0	31 - 93,9	116 - 84,6
Coleções	33 - 49,2	22 - 59,4	24 - 78,7	79 - 57,6
Documentos que citaram 1 ou mais variáveis	55 - 82,0	30 - 81,0	31 - 93,9	116 - 84,6
Total de documentos do país	67 - 100	37 - 100	33 - 100	137 - 100

4.6.1 - Orçamento

Apenas 15,3% da literatura-núcleo abordou este tópico.

A distribuição geral dos escassos dados obtidos sobre o orçamento, do CRS - em dólares norte-americanos é a seguinte:*

1914	-	25,000.00
1946	-	200,000.00
1946/47	-	550,000.00
1947/48	-	650,000.00
1948/49	-	750,000.00
1970		4.683.000,00
1972	-	7.000.000.00
1977	-	20,484,200.00
1978	-	23,000,000.00
1984	-	36,620,000.00

A partir de 1946, com a aprovação do Ato de Reorganização do Congresso, somas cada vez mais vultosas têm sido concedidas ao CRS. Foi, porém, a partir de 1970 que a instituição passou a merecer maior atenção na distribuição orçamentária do Congresso.

Em documento de 1970, Cranston reclama da necessidade de concessão de novas categorias de fundos, que pudessem viabilizar a expansão do Serviço, conforme os seguintes itens:

- "a) fundos para contratação de consultores — especialistas de alto nível, impessoais e apolíticos;

* Os dados foram obtidos principalmente nos relatórios anuais da LC; mas a informação relativa a 1972 é de Spicer, 1973, p. 79 (cf. item 174 da bibliografia consultada).

- b) fundos para expansão de funções de uma seção ou outra, em bases temporárias, de forma a corresponder aos interesses cíclicos dos parlamentares;
- c) fundos para criação de novas seções que liberariam os pesquisadores para estudos mais profundos;
- d) fundos para dinamização da computadorização, cópia eletrônica e equipamento de transmissão" (46:2222).

Acredita-se que estas sugestões tenham sido pelo menos parcialmente formalizadas pelo Ato de Reorganização Administrativa do Congresso de 1970, como sugere o gráfico da figura.7. Uma rápida análise desse gráfico indica o espantoso aumento nas dotações do CRS após o ano de 1970.

Assim, considerando-se apenas alguns dados relativos a períodos específicos, como os abaixo, citados por Lindley, tem-se a seguinte distribuição:

Ano: "1914	Orçamento: US\$	25,000.00
1970	US\$	4,683,000.00
1984	US\$	36,620,000.00" (113:4)

Os dados Acima, indicam que, em 56 anos (1914-1970), o orçamento médio terá sido de, pelo menos US\$ 84,071.00, já que há uma tendência geral de não se reduzir orçamentos subsequentes nas organizações. A atitude usual quando a situação financeira se encontra em recessão, parece ser a de manter a quantia do período fiscal anterior. Enquanto isto, nos 14 anos que se seguiram a 1970, a média foi de US\$ 2,950,214.00. Dentre outros fatores, esta diferença pode encontrar apoio nos seguintes fenômenos: aumento do escopo geral do CRS, maior au-

tonomia administrativa concedida ao CRS a partir de 1970, permitindo-lhe utilizar suas próprias dotações para determinadas despesas; e introdução de processamento automático de dados, cujos equipamentos e custos de manutenção são ainda muito altos.

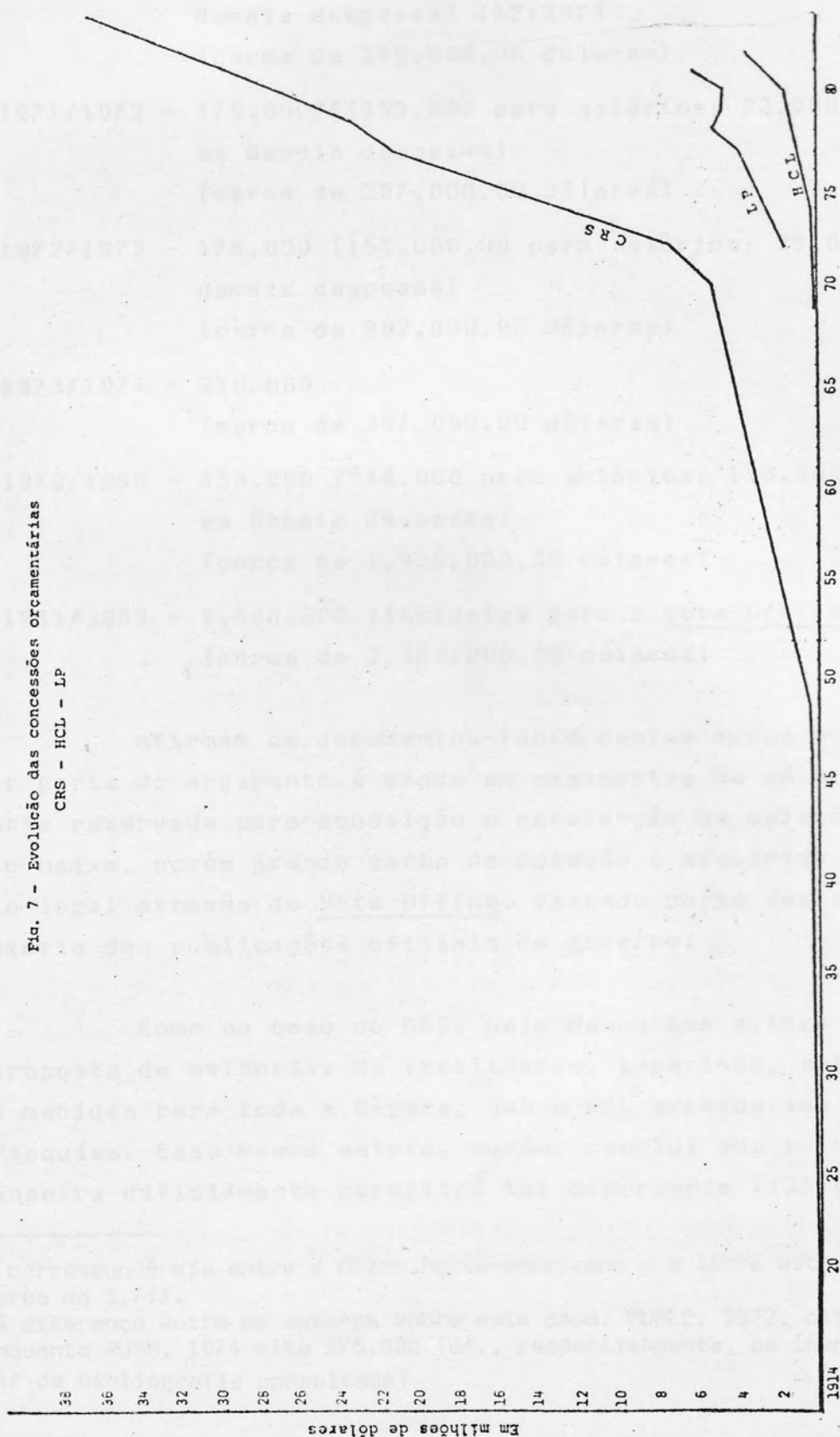


Fig. 7 - Evolução das concessões orçamentárias
CRS - HCL - LP

Na Grã-Bretanha as configurações orçamentárias encontradas foram as seguintes, em libras esterlinas, e em valor aproximado do dólar norte-americano:**

- 1968/1969 - 101.000 (87.000 para salários; 14.000 para as demais despesas) (12:297)
(cerca de 170,000.00 dólares)
- 1971/1972 - 175.000** (153.000 para salários; 22.000 para as demais despesas)
(cerca de 297,000.00 dólares)
- 1972/1973 - 178.000 (155.000.00 para salários; 23.000 para demais despesas)
(cerca de 302,000.00 dólares)
- 1973/1974 - 210.000
(cerca de 357,000.00 dólares)
- 1979/1980 - 835.000 (719.000 para salários; 116.000 para as demais despesas)
(cerca de 1,420,000.00 dólares)
- 1981/1982 - 1.400.000 (inclusive para o Vote Office)
(cerca de 2,380,000.00 dólares)

Afirmam os documentos-fonte destes dados que a maior parte do orçamento é usada em pagamentos de salários. A quantia reservada para aquisição e manutenção de coleções é muito baixa, porém grande parte da coleção é adquirida por direito legal através do Vote Office, fazendo parte deste grupo a maioria das publicações oficiais do governo.

Como no caso do CRS, pelo menos uma autora apresenta proposta de melhorias de facilidades, sugerindo, entre outras medidas para toda a Câmara, que a HCL expanda sua Divisão de Pesquisa. Essa mesma autora, porém, conclui que a escassez financeira dificilmente permitirá tal ocorrência (133:84).

* A correspondência entre o dólar norte-americano e a libra esterlina é de cerca de 1,7:1.

** Há diferença entre os autores sobre este dado. POOLE, 1972, cita 159.000, enquanto RUSH, 1974 cita 175.000 (cf., respectivamente, os itens 140 e 148 da bibliografia consultada).

Por sua vez, no Canadá os dados localizados são os seguintes, em dólares canadenses:*

1972	-	1,735,000.00	
1976/1977	-	4,026,000.00	(aproximadamente 2.290.000 libras) (163:216)
1977/1978	-	4,715,181.00	
1978/1979	-	5,129,775.00	
1979/1980	-	4,934,000.00	
1980/1981	-	5,775,000.00	

A escassez dos dados e a diferença das datas relativas aos poucos dados obtidos, em relação a cada país, prejudicam a comparabilidade deste item.

4.6.2 - Instalações Físicas

No que se refere a espaço, as três bibliotecas têm apresentado problemas de escassez ao longo dos anos, o que vem ao encontro da observação de Wilfred Ashworth de que "o espaço máximo que, em qualquer momento, a administração conceda a uma biblioteca industrial, nunca agumentará mais do que dez a quinze anos de desenvolvimento; durante esse tempo surgirão novos serviços, mas também alguns desaparecerão"(9:363). A preocupação de expansão de espaço é, portanto, uma constante para as bibliotecas especializadas; e a biblioteca especializada parlamentar não constitui exceção a esta regra, embora não se tenha detectado qualquer regularidade temporal entre uma e outra dessas necessidades, entre os três padrões analisados.

O fenômeno foi menos freqüente no CRS. Apenas três documentos o abordaram com certo destaque e somente o primeiro

* A correspondência entre o dólar canadense e a libra esterlina é de cerca de 1,75/1

reclamava realmente de escassez, em 1960. Afirmava então Stewart que "o Serviço de Pesquisa do Congresso sofre uma escassez absoluta de espaço, como todos os departamentos da Library of Congress. Em todas as Divisões as mesas dos pesquisadores são colocadas lado a lado e os arquivos verticais estão lotados. O espaço para circulação também se acha limitado. (...) O Diretor do CRS está discutindo com o Librarian of Congress sobre a construção de um terceiro edifício para armazenar os amplos recursos e pessoal da instituição. Enquanto o prédio não fica pronto, foi solicitado o aluguel de uma área de 200.000 pés quadrados pelo Librarian of Congress que deverá ser usada pelas várias unidades. Mas o problema só será resolvido com o novo prédio" (168:79-80).

Por volta de 1979 uma decisão de microfilmar a coleção de relatórios do Serviço estava sendo implementada e uma das principais vantagens decorrentes desse processo, apontava Aframe, era a economia de espaço (3:373).

Em 1980 parece desaparecerem estes problemas com a ocupação de um prédio especial da LC, o James Madison Memorial Building, pelo CRS.

Até essa época o CRS ocupava três áreas não contíguas, pertencentes ao edifício principal da LC, e um grupo de salas no quinto andar de seu anexo. O edifício principal é separado do Capitólio por uma área semelhante a um estacionamento, mas a distância envolvida, embora pequena, desencorajava o parlamentar a se dirigir pessoalmente ao CRS. Com a mudança, o CRS foi todo reunido no terceiro edifício ocupado pelos serviços da LC — o James Madison Building. Caso toda a área planejada tenha sido construída, o edifício possui 1.814.600 pés quadrados (cerca de 544.380m²) — 575.200 pés quadrados a mais que a área total ocupada pela LC até então, formada pelo edifício principal e por um anexo. Embora a previsão inicial fosse de que o prédio ficaria pronto até 1965 (168:80), em 1975 (91:244), e ainda 1978 (112:29), as informações eram de que

ainda estava em construção. Todavia já em 1977 uma comissão era designada para planejar a mudança.

O Madison Building tem ligação com vários prédios da chamada Capitol Hill* através do túnel de um outro edifício, o Cannon House Office Building.

A mudança apenas se efetivou entre o final do ano de 1979 e início de 1980.

Referências à introdução de novos serviços de há muito planejados mas que, por motivo de espaço, haviam sido adiados, aparecem no relatório da LC de 1980. A realização da mudança, comenta-se nesse documento, "permitiu ao CRS implementar uma série de melhorias de produtividade, planejadas a longo prazo e que afetam o fluxo de trabalho eficiente, o armazenamento de materiais em áreas apropriadas e o acesso e uso mais eficaz do equipamento" (156:28).

Como a LP, também a Biblioteca Principal de Westminster, em Londres, detém vista panorâmica para um jardim e um rio: o Terrace e o Rio Tâmis.

O conjunto de salas foi ocupado literalmente nos últimos dias de 1851. Consiste de quatro grande áreas — denominadas respectivamente, de sala A, B, C e D, e medindo aproximadamente 18 metros de comprimento — e de um "hall" de entrada, conhecido como Sala Oriel. Ao lado deste há uma sala, esta em galerias, por muito tempo conhecida como a "Sala dos Mapas" e hoje denominada "Sala de Referência".

Internamente as salas são muito altas. As prateleiras mais altas estão 16 pés (cerca de 4,80m) acima do nível do piso, e têm que ser alcançadas através de grandes escadas.

* Traduzindo literalmente seria Colina do Capitólio, o que significa o conjunto de prédios do Capitólio, a cidade do Capitólio.

Tem havido recomendação de construção de galerias com a finalidade principal de facilitar o uso da coleção, mas "a despesa com reencanamento e instalação elétrica que a perfuração do velho edifício exigiria seria muito alta; por outro lado, os resultados estéticos da adição de galerias poderia dividir a opinião dos parlamentares" (71:84).

Relativamente menos decantadas pela literatura são as belezas do edifício propriamente dito do que as da LP. Todavia, encontram-se referências como a de Gordon, segundo a qual "algumas vezes a clara luz do sol e o cenário do rio através das altas janelas têm o brilho detalhado de uma pintura de Canaletto; e sempre as cortinas de veludo verde estão confortavelmente projetadas contra a neblina do inverno. Mas a vista que os Comuns preferem é a do luar e de lâmpadas brilhando sobre o rio numa linda noite" (71:85). Menhennet, por sua vez, descreve o interior da instituição com as seguintes palavras: "as salas em estilo vitoriano nobre (Victorian noble), com suas janelas em gótico, os trabalhos em madeira escura ricamente entalhadas, grossos carpetes verdes, porta-papéis em prata sobre as mesas de escrever, e os desenhos de Pugin nos altos tetos pintados, dão uma impressão imediata de dignidade e estabilidade tradicionais. (...) Profundos sofás contornam as, agora sem uso, lareiras das salas A, B e D. Aí os parlamentares procuram um momento de repouso no meio de seu cansativo dia" (127:31).

Esse conjunto de salas se localiza no andar principal do Palácio de Westminster, muito próximo ao plenário, entre a Sala para Fumantes e a Sala de Chá, e ao lado de um bar; uma posição ideal entre esses outros serviços essenciais para o parlamentar. Segundo Poole, esta proximidade com o usuário tem determinado o padrão de distribuição funcional dentro da Biblioteca (140:45).

Em que pese todo o aspecto tradicional do ambiente geral da Biblioteca, todos os autores a consideram uma instituição muito dinâmica e que tem se modernizado paulatinamente através dos anos.

O espaço tornou-se, como no caso do CRS e LP, uma preocupação constante. Em 1972 Poole informava que havia promessas de construção de um novo edifício parlamentar em área adjacente ao Palácio de Westminster.* Contudo, em 1976 — após quinze anos de recomendações, adiamentos e novas idéias — o projeto foi abandonado devido a fortes restrições econômicas (133:82). Todo o Parlamento demanda mais espaço, não só a HCL, uma vez que as dimensões do Palácio de Westminster já não correspondem às suas necessidades. Têm havido planos de reformas e restauração de prédios próximos como uma alternativa de solução do problema.

No caso da HCL propriamente dita, a demanda de novos espaços — decorrente principalmente do conhecido fenômeno da explosão de informação e do aumento de pessoal para fazer face às crescentes necessidades de informação dos parlamentares (182:51) — tem seguido, aproximadamente, a seguinte sequência:

- 1818 - Instala-se a HCL com acomodações modestas.
- 1827 - Nova biblioteca foi construída.
- 1851 - Inauguração do conjunto de salas da atual Main Library.
- 1945 - Obtenção de áreas espalhadas pelo palácio de Westminster.
 - Programa de descarte para obtenção de espaço dentro da Biblioteca principal.
- 1964 - Obtenção da Victoria Tower em Westminster, para abrigo de parte da documentação.

* Observado, em nota de rodapé, por POOLE, 1972, p. 45 (cf. item 140 da bibliografia consultada)

- 1966 - Devolução de uma das salas do conjunto da Biblioteca principal, que era usada pelo Presidente da Câmara, para uso pela própria HCL.
- 1975 - Obtenção de área para instalação de uma biblioteca setorial no edifício Norman Shaw (norte).
- 1978 - Instalação do Public Information Office no mesmo edifício, mas em outro andar.

Além dessas áreas, cujas datas de obtenção foram localizadas, é provável que outras áreas utilizadas não tenham sido incluídas acima. Muitos dos serviços da HCL estão hoje espalhadas entre o Palácio de Westminster e outros edifícios, como os Norman Shaw (norte e sul). Grandes subcoleções pertencentes às seções de Assuntos Internacionais, de Ciência e Tecnologia, e Estatística se encontram nessas áreas.

Apesar de todos esses arranjos conciliatórios, acredita Buchanan que a área da Biblioteca Principal deveria ser, no mínimo, duplicada (20:21). A dispersão a que tem sido obrigada a submeter seus serviços tem conduzido a um esforço muito grande de controle e duplicação de algumas tarefas. O uso da automação tem contornado, parcialmente, esta questão, mas tem sido outra frente de desenvolvimento relativamente lenta no Parlamento.

No Canadá, já em 1931 a LP convivia com sérios problemas de espaço. A formalização da lei de depósito legal representou, nas palavras de Bolick, "uma séria sentença" para a Biblioteca (16:19).

Em 1951 anunciou-se a criação de uma Biblioteca Nacional do Canadá, a ser construída em Ottawa. Imediatamente a LP providenciou a separação de uma coleção básica que pudesse servir de início para a nova instituição. Isto possibilitou al

guma folga em termos do problema de espaço, à época, mas a questão parece constituir-se numa constante na história da Biblioteca.

O edifício principal ainda é o mesmo inaugurado em 1876 e reformado entre 1952 e 1956. Este tem sido tema de inúmeros artigos relativos à LP, graças à sua riqueza arquitetônica e cultural, representada pelo prédio propriamente dito, em forma poligonal, pelos painéis esculpidos em suas paredes, esculturas espalhadas em seu interior, desenhos e entalhes de estantes espalhadas por galerias iluminadas por uma combinação de lâmpadas fluorescentes com uso de eletricidade introduzida em lâmpadas outrora a gás.

O prédio foi inspirado no Museu Britânico e tem uma esplêndida visão para o Ottawa River.

Os autores que descrevem esse edifício são unânimes no tom poético, encantado e quase apaixonado.* Assim se expressa, por exemplo, Binks: "O prédio, um polígono de dezesseis lados, tem 120 pés de diâmetros. No interior, a altura do piso ao topo interior da cúpula, é de 160 pés — sendo 50 pés mais alto do que o teto do Palácio de Westminster. As estantes que cobrem as paredes são feitas do pinho canadense. O estilo do prédio é o gótico dos séculos XII e XIII, e é considerado o mais elegante e bonito dos prédios nesse estilo hoje existentes na América do Norte. O piso é coberto de pinho branco. (...) No centro da Biblioteca há uma estátua da Rainha Victória e bustos do Príncipe e da Princesa de Wales. Há centenas de painéis gravados em madeira ao longo das paredes. A verdadeira identidade dos homens que fizeram os mais de 1.600 painéis — e nenhum igual ao outro — é um mistério. O piso das galerias era feito de vidro de cerca de uma polegada de espessura (...) Não há nada igual a esse interior no mundo" (15:7).

* Consultar por exemplo: BINKS, sd, p. 1-2; BEAUCHESNE, 1948, p. 36; BINKS, 1952, p. 51; PHILLIPS, 1983, p. 2-4 - (cf. os itens correspondentes na bibliografia consultada: 15, 13, 14 e 139).

O incêndio de 1952 forçou a uma reforma do edifício, e a descrição já se refere ao edifício reformado, que, além de manter quase todas as características originais, apresenta grandes melhorias, principalmente no que diz respeito à iluminação e instalação de ar condicionado.

Adjetivos muito freqüentes nas descrições desse edifício têm sido: magnífico, sofisticado, majestoso, misterioso, notável, e outros de igual grandeza.

Funcionalmente, porém, a Biblioteca tem sofrido limitações, uma vez que seu formato não permite a construção de anexos. Com isto, espaços adicionais têm sido obtidos com o passar dos anos, como os que seguem:

- um armazém, a três milhas do Parlamento;
- área de concentração da Unidade de Pesquisa no edifício que fica ao sul da Parliament Hill;
- uma grande Sala de Leitura Parlamentar que reuniu, em 1969, as antigas salas de leitura do Senado e da HC. Aí se abrigam coleções de jornais e outros periódicos. Esta sala é o único espaço ocupado pelo Senado e pela Câmara propriamente ditos, e por muitos dos gabinetes e escritórios da Câmara;
- áreas em três outros edifícios para o serviço de indexação e outras atividades;
- 2 bibliotecas setoriais nos edifícios Confederation e Victoria (neste último foram instaladas atividades de processamento técnico, por volta de 1978/1979);
- uma segunda sala de leitura no edifício Victoria;
- uma biblioteca setorial no velho Metropolitan Life Building.

O prédio principal da LP fica em um dos blocos de edifícios, equidistantemente do Senado e da Câmara; dessa localização privilegiada, serve igualmente às duas Casas, sob o mesmo nível de comando.

A Biblioteca tem se expandido pelo Parlamento. Para isto são necessários apenas dois requisitos: disponibilidade de espaço e demanda localizada.

Os serviços técnicos, exceto a parte de encomenda, são desenvolvidos no Victoria Building; a parte de referência e atendimento bibliotecário, no principal andar do edifício da LP; a área de pesquisa em prédio próximo, o Rideau Club.

A análise de todos estes dados, conjuntamente, conduz à confirmação de que o problema de espaço é uma constante na existência de qualquer biblioteca dinâmica.

O CRS, talvez pelo fato de estar vinculado à LC, é o mais privilegiado. Nesta área, como em muitas outras, as decisões parecem fluir com muito maior rapidez do que nas outras duas organizações estudadas. Dispondo de um prédio quase que para seu uso exclusivo, concentra aí seus serviços. Ocupa ainda outras áreas do Congresso, mas a abordagem, como será visto no capítulo "produtos", é geralmente a de suprimento de serviços em áreas de concentração de demanda.

A HCL e a LP, por sua vez, padecem de enorme escassez de espaço. A cada dia espalham mais suas coleções, seu pessoal e seus serviços. Além disso convivem, ambas, com a impossibilidade de construção de anexos a seus respectivos prédios. Assim, a disseminação física de partes dessas bibliotecas segue abordagem menos de buscar proximidade com o usuário do que de necessidade administrativa.

Outra diferença básica entre a primeira e as outras duas organizações reside no fato de que estas já se encontram fisicamente próximas da clientela — particularmente a HCL — e aquela distanciada. Talvez por isto elas sejam usa-

das fisicamente pelos parlamentares, havendo demanda de áreas de estar e de leitura local proporcionalmente maior do que no caso do CRS.

A tendência será provavelmente de, no caso da HCL e da LP, espalharem as atividades de preparação e reservarem essa área mais centralizada para o atendimento, quer na forma de pesquisa, quer na de informação e referência.

No decorrer dos próximos tópicos, a questão do espaço será novamente mencionada e discutida. Assim serão abordados, por exemplo, a localização física de um serviço ao lado de outro, para fins de eficiência no fluxo do trabalho; o distanciamento de alguns serviços, redundando em maior silêncio e conforto no prédio principal (como a automação, na HCL, por exemplo), e outros aspectos. Essas discussões serão, porém, mais centralizadas no serviço do que na questão de disponibilidade de área e instalações propriamente ditas.

Finalmente, das três instituições o CRS é o que de mais alternativas dispõe, tanto quanto a espaço, para um repasse de sua coleção menos atualizada, como para obtenção de material para uso temporário em caso de uma emergencial necessidade de peças não existentes em sua própria coleção. Estando na LC, ambas as possibilidades lhe ficam asseguradas e ambas, de certa forma, garantem uma média maior de "durabilidade" de seu espaço disponível. A LP dispõe também de algum conforto, se vista sob este enfoque, já que, como será visto, age em perfeita harmonia com a Biblioteca Nacional, repassando-lhe as coleções que passem a ser pouco usadas. Todavia, a imagem que ficou da Biblioteca Nacional, no que concerne à possibilidade de cobertura de lacunas porventura existentes nas coleções da LP, é de que sua coleção talvez pouco corresponda às necessidades de atualização da informação demandada pelo Parlamento. Assim, este tipo de apoio fica, de certa forma, comprometido. A HCL, por sua vez, precisa encarar seu problema de forma rea-

lística. A tendência atual indica que ela poderá assumir a liderança entre as demais bibliotecas, como será visto no item "automação", e uma cooperação mais intensa entre ela e alguma outra instituição que pudesse, de alguma, redundar em ampliação de espaços parece ser remota, a julgar pela literatura analisada.

4.6.3 - Pessoal

Poucos elementos, e talvez nenhum outro, sejam tão essenciais para a realização dos objetivos e finalidades de uma organização do que a utilização eficaz dos recursos humanos. Na sua essência o administrador é avaliado por sua capacidade de conduzir, encorajar e gerenciar os seres humanos que com ele trabalham no sentido de atingirem as metas da organização.

A administração de recursos humanos tem sido desenvolvida tradicionalmente através de três propostas, chamadas por Douglas McGregor de "Teoria X", a saber:

- "1. a administração é responsável pela organização dos elementos de empresa produtiva — dinheiro, materiais, equipamento, pessoas — nos interesses de fins econômicos;
2. em relação às pessoas, este é um processo de direcionamento de seus esforços; motivando-as, controlando suas ações, modificando seus comportamentos de forma que atendam as necessidades da organização;
3. sem esta intervenção ativa pela gerência, as pessoas seriam passivas — resistentes — às necessidades da organização. Elas devem, portanto, ser persuadidas, admoestadas, punidas, controladas — suas atividades devem ser direcionadas. Isto é tarefa da gerência — geren-

ciar gerentes ou trabalhadores subordinados. Além disso há a definição de que gerenciar consiste em tornar as coisas prontas a partir dos trabalhos dos outros" (117:211).

Discordando desta abordagem tradicional que requer estruturas organizacionais, políticas, práticas e programas convencionais, McGregor formulou a denominada "Teoria Y", com as seguintes propostas:

- "1. a administração é responsável pela organização de elementos de empresa produtiva — dinheiro, materiais, equipamentos, pessoas — nos interesses de fins econômicos;
2. as pessoas não são passivas ou resistentes, por natureza, às necessidades organizacionais. Elas se tornaram assim como resultado de experiências em organizações;
3. a motivação, o potencial para desenvolvimento, a capacidade de assumir responsabilidades, a prontidão para dirigir comportamento no sentido das metas organizacionais estão dotas inseridas nas pessoas. A administração não as colocou lá. É uma responsabilidade da administração tornar possível às pessoas reconhecerem e desenvolverem estas características humanas por si mesmas.

Este é um processo de criação de oportunidades, liberação de potencial, remoção de obstáculos, estimulação de crescimento, fornecimento de orientação. (...) É um processo que não envolve abdicação da gerência, ausência de liderança ou redução no nível dos padrões" (117:214).

A Teoria X se apóia no controle externo do comportamento humano; a "Y" se apóia no autocontrole e autodirecionamento daquele comportamento.

A Teoria Y, segundo o autor, só conseguirá se implantar, aos poucos, mas já há muitas idéias inovadoras em aplicação nas organizações que estão envolvidas em suas premissas. Dentre estas se encontram a descentralização e a delegação a administração participativa e consultiva, a avaliação de desempenho, e outras.

Ao lado das teorias X e Y, informa Toledo, há várias outras "teorias modernas de motivação, como a Teoria Maturidade-Imaturidade, de Chris Argyris, a Teoria de Motivação e Higiene, de Frederick Hersberg, e a Hierarquia de Necessidade, de A. Maslow. (...) Todas elas são muito coincidentes nos aspectos fundamentais, especialmente no reconhecimento de que o mundo caminha, em termos de motivação, para uma linha humanista, que reconhece ser o homem um ser que, por natureza e vocação, tende a crescer e ser (realizar-se) mais" (171:39) (grifo do original).

Estas são as linhas gerais subentendidas pelo gerenciamento de recursos humanos nas organizações modernas.

Todavia, no que concerne às bibliotecas parlamentares ora estudadas, a literatura muito raramente considerou as técnicas ou teorias da administração científica aplicadas em seus respectivos ambientes. Ao invés disso, como já foi dito, adotou abordagem mais prática, trazendo à luz informações sumárias sobre números de funcionários, categorias, qualificações desejáveis, processo de recrutamento e seleção.

A seguir será feita uma análise sobre o quadro de pessoal das três organizações, procurando, tanto quanto possível, cobrir os aspectos mencionados.

A localização no quadro geral (anexo 3) das variáveis que correspondiam, de alguma forma, às questões de recursos humanos, e uma breve análise das fichas-resumo dos documentos ali tabulados, possibilitaram a formação dos anexos 18 a 20, e posteriormente da tabela nº 19. Assim, verificou-se que o quadro de pessoal poderia ser analisado segundo três diferentes grupos de variáveis: aquelas que classificariam o pessoal em grandes classes de funcionários; aquelas que classificariam o pessoal segundo qualidades e requisitos inerentes à sua condição como membro da instituição (CRS, HCL ou LP), e aquelas que dizem respeito a ações ou política da organização em relação à administração de pessoal. Embora reconhecendo haver interdependência entre estes três subgrupos de variáveis, parece que o arranjo contribui para uma visão imediata daquilo que a documentação estudou sobre o assunto. Devido à citada interdependência a análise se concentrará no subgrupo das categorias principais de funcionários, tentando desenvolver, quando se aplicar, os dois outros subgrupos subordinadamente a cada uma dessas categorias. As variáveis que não se enquadrarem serão tratadas em item à parte.

Cabe ainda a observação de que as denominadas "classes principais" da tabela nº 19 não implicam na desvalorização das demais classes — como tradutores, pessoal de apoio, técnicos gráficos, e outros — e sim que foram as classes mais abordadas pela literatura.

TABELA Nº 19

Freqüência das variáveis relativas a
Pessoal na Literatura-núcleo

Variáveis "Pessoal"		Países	EUA F - %	GRB F - %	CAN F - %	Total F - %
Classes Principais	. Gerentes		17 - 25,3	12 - 32,4	17 - 51,5	46 - 33,5
	. Pesquisadores		25 - 37,3	11 - 29,7	12 - 36,3	48 - 35,0
	. Bibliotecários		17 - 25,3	13 - 35,1	12 - 36,3	42 - 30,6
	. Pesquisadores do Parlamento		-	10 - 27,0	2 - 6,0	12 - 8,7
	. Consultores externos		7 - 10,4	11 - 29,7	3 - 9,0	21 - 15,3
	. Mulheres		2 - 2,9	2 - 5,4	2 - 6,0	6 - 4,3
Variáveis inerentes ao Pessoal	. Características		17 - 25,3	12 - 32,4	10 - 30,3	39 - 28,4
	. Categorias		23 - 34,3	17 - 45,9	9 - 27,2	49 - 35,7
	. Funções		24 - 35,8	6 - 16,2	12 - 36,3	42 - 30,6
	. Honorarias		-	-	2 - 6,0	2 - 1,4
	. Língua		-	-	6 - 18,1	6 - 4,3
	. Nomes		10 - 14,9	6 - 16,2	8 - 24,2	24 - 17,5
Variáveis inerentes à organização	. Estrutura		2 - 2,9	4 - 10,8	-	6 - 4,3
	. Número		27 - 40,2	17 - 45,9	17 - 51,5	61 - 44,5
	. Recrutamento/Seleção/ nomeação		15 - 22,3	8 - 21,6	6 - 18,1	29 - 21,1
	. Salário		2 - 2,9	1 - 2,7	3 - 9,0	6 - 4,3
	. Intercâmbio de pes- soal		3 - 4,4	1 - 2,7	6 - 18,1	10 - 7,2
Documentos com 1 ou mais das variáveis			55 - 82,0	30 - 81,0	31 - 93,9	116 - 84,6
Total de documentos do país			67 - 100	37 - 100	33 - 100	137 - 100

4.6.3.1 - Gerentes

Foram aqui reunidos os elementos do quadro de pessoal, como o próprio termo pressupõe, com responsabilidades gerenciais: diretores, chefes de escritórios e chefes de Divisão e de Seções.* A relação entre literatura e o número de vezes que esta categoria foi citada resultou inversa. Assim, o percentual cresce no sentido CRS-LP, enquanto decresce o número de documentos total relativo às instituições. Enquanto nos Estados Unidos apenas 25,3% dos documentos abordam a questão "gerência" sob ponto de vista dos cargos propriamente ditos, ou de seus ocupantes, na Grã-Bretanha e no Canadá a frequência passa para 32,4% e 51,5%, respectivamente. Isto demonstra, portanto, que a documentação canadense foi a que maior preocupação apresentou em relação ao tema.

Dentre os principais aspectos abordados sobre os gerentes (diretores, chefes, etc.) das instituições, se encontram suas atribuições, suas qualificações, os nomes e o período em que serviram na função.

No CRS o Diretor do Serviço tem poderes para atuar de forma praticamente independente da LC, como já foi amplamente analisado. Os Chefes das Divisões se responsabilizam pelo desenvolvimento profissional de seus funcionários além da execução dos trabalhos e revisão do produto final. Tanto o Diretor como os Chefes de Divisões são pessoas que possuíam experiência, antes mesmo de servirem no CRS, constituindo esta experiência a condição para sua admissão no órgão. Como os especialistas, seus subordinados, são pessoas bem sucedidas na carreira anterior e externa ao CRS, e geralmente são autores de vários trabalhos publicados. O Chefe de uma Divisão é um "conhecedor geral de uma área especializada e conhecedor profundo em uma de suas subáreas" (68:64).

Uma lista dos períodos de ocupação do cargo de Diretor do CRS é fornecida em documento de 1960 (168:13 e anexo I).

* Este item já foi parcialmente explorado no capítulo "estrutura formal".

Através dela verifica-se que o período de duração de mandatos deste cargo é relativamente curto, geralmente de 2 ou 3 anos. Há porém dois longos mandatos, de 14 e 18 anos respectivamente (1921 a 1935 e 1940 a 1958).

Os nomes dos Chefes de Divisões, Seções e Serviços são freqüentemente citados na documentação, principalmente em relatórios, talvez como uma forma de estímulos para os mesmos, e 14,9% da literatura norte-americana apresenta essa preocupação.

Na Grã-Bretanha o Bibliotecário (diretor) se reporta, desde 1966, à Subcomissão de Biblioteca da Câmara que, em 1977, "se compunha de quatro parlamentares" (20:10). Entretanto, administrativamente o Diretor possui autonomia sobre o Departamento.

Em decorrência do cargo, o Bibliotecário é membro do "Board of Management" da Câmara, juntamente com os demais chefes de departamentos daquela Casa — este órgão é o responsável pela implantação das amplas políticas definidas pelos denominados "Commissioners", ou seja, colegiados composto de parlamentares da Câmara dos Comuns, presidido pelo seu Presidente.

Por sua vez o Bibliotecário Adjunto, ou Substituto, é membro da Administration Committee of the Board of Management. "Este órgão analisa as questões interdepartamentais, faz recomendações sobre novos funcionários, promoções, etc., e atua representando a administração em questões com sindicatos" (55:26).

Os Chefes das Divisões ocupam o cargo de Bibliotecário-Assistente e a maioria dos chefes de Seções, o de Bibliotecário-Assistente Adjunto (Deputy Assistant Librarian).

Pouco foi dito sobre a duração dos mandatos. Todavia, em 1982 o Bibliotecário ocupava o cargo, já por 6 anos (125:79), sendo que passara os 11 anos anteriores a 1976 como Bibliotecário Adjunto.

Da mesma forma não foi explorada a questão de qualificações exigidas para qualquer uma das posições de gerência.

No Canadá a direção geral dos trabalhos tem sido entregue, no decorrer da história, a pessoas muito capazes. "Um dos bibliotecários parlamentares era ex-ministro", afirma Phillips (139:5).

Até 1884 a LP era administrada por uma só pessoa. De 1884 a 1955 a função foi desempenhada por dois bibliotecários de igual nível hierárquico: o Bibliotecário Parlamentar e o Bibliotecário Geral. Com isto se assegurava a igualdade de tratamento dos funcionários de ambas as línguas oficiais do país, pois, na prática, enquanto um era o Diretor da LP de língua inglesa (pessoal, coleções, serviços), o outro o era da língua francesa. Em 1955 esta dualidade foi corrigida e implantado o sistema atual, constituído por um Bibliotecário Parlamentar de uma das línguas e um Bibliotecário Parlamentar Adjunto, da outra língua. Logo abaixo estão dois Bibliotecários Assistentes — de acordo com o costume, devem falar línguas diferentes, ou seja, um deve ser da comunidade de língua inglesa, e outro da comunidade de língua francesa.

A função básica desse grupo de diretores é "colocar em vigor as políticas definidas pela Comissão Mista da Biblioteca" (16:32).

O Bibliotecário Parlamentar é membro nato do National Library Advisory Council.

Cabe ao Bibliotecário Parlamentar recomendar aos Presidentes da Câmara e do Senado pessoas a serem nomeadas para integrarem o quadro de funcionários da LP.

Característica típica da documentação canadense foi a incidência de citação dos nomes das pessoas ocupantes dos cargos gerenciais, da questão lingüística que envolve a composição do grupo, referências a trabalhos publicados pelos mesmos e até três breves notícias sobre condecorações (honrarias) recebidas pelos membros da Direção.

O status do Bibliotecário Parlamentar da LP parece ser mais alto do que seus pares do CRS e HCL. Aí o cargo equivale ao de um Secretário Permanente de um Ministério (Secretário-Geral, no Brasil). Este fenômeno está refletido na estrutura hierárquica, segundo a qual o Bibliotecário Parlamentar se reporta diretamente aos Presidentes da Câmara e Senado (167:32), está implícito na literatura, outrossim, que a Comissão Mista assiste os Presidentes, não há, todavia, relações de subordinação entre a Comissão e o Bibliotecário,* a não ser pelo fato de que os Presidentes da HC e do Senado são também os Presidentes da Comissão.

A duração do mandato do cargo tem sido longa, a deduzir pela informação de que "surpreendentemente só houve cinco Bibliotecários Parlamentares na LP no decorrer de sua longa história" (139:5). O atual ocupante está no cargo desde 1960.

Finalmente, foram bastante enfatizadas pela literatura canadense as qualificações técnicas do corpo gerencial, constituindo-se este de pessoas de larga experiência no setor público, de renome internacional, autores de muitos trabalhos, participantes de associações parlamentares e de reuniões sobre informação e documentação parlamentares, tanto nacionais como internacionais e estrangeiras.

* Ver, por exemplo, SPICER, 1970, p. 75. (cf. item 166 da Bibliografia consultada).

4.6.3.2 - Pesquisadores

Em 1957 Goodrum fazia uma apresentação geral dos pesquisadores do CRS com as seguintes palavras: "a experiência tem mostrado que bibliotecários são melhores para respostas factuais, mas quando a pergunta se liga a "como", "se... então...", a resposta será dada mais completa e rapidamente por um especialista, embora usando os mesmos livros e documentos. Assim o CRS evolui com pessoal especializado. Os advogados foram os primeiros, seguidos de especialistas, educadores, geógrafos, etc., elementos com conhecimento em todas as áreas de interesse do Congresso. No Ato de Reorganização Administrativa de 1946, esses especialistas foram distribuídos em vinte e cinco áreas (refletindo os interesses das Comissões Permanentes do Congresso) e foram reforçados em profundidade. Hoje a maioria das áreas conta com cerca de 5 ou 6 funcionários, cobrindo vários níveis de treinamento e experiência. A maioria das unidades de assuntos é composta de especialistas seniores, analistas e assistentes de pesquisa. Os seniores são selecionados cuidadosamente, e devem ser autoridades em seus assuntos e ter capacidade para adquirir e manter a confiança dos parlamentares e suas comissões. (...) Os analistas e assistentes, por sua vez, são recrutados através de contato com cerca de 200 universidades. Geralmente são recém-graduados, com habilidade técnica, liderança e motivação para o serviço público, com mestrado e muitas vezes doutorado" (69:123).

Sucintamente estão aí explícitas as características gerais de um pesquisador, assim como há indicação de algumas categorias de especialistas.

A literatura, no entanto, vai bem além dessas linhas gerais e se aprofunda no tópico, ora enfocando todo o grupo de funcionários, ora uma das categorias principais, geralmente na condição de pesquisador ou de bibliotecário. Serão consideradas neste item tanto variáveis aplicadas ao funciona-

lismo, como um todo (algumas das características, por exemplo), como aquelas particularmente próprias dos pesquisadores. As variáveis específicas da classe de funcionários bibliotecários serão abordadas no próximo item.

A - Características

Na documentação norte-americana foram localizados 17 documentos que tratavam das características do pessoal e 25 que tratavam dos pesquisadores. Desses documentos, 14 estudavam as duas variáveis ao mesmo tempo (20,8% da literatura do país).

São extratos que refletem as características dos funcionários do CRS:

- "O ato de 1953 previa que pessoal especializado seria admitido e que a seleção levaria em conta o seu reconhecimento como autoridade no assunto pela comunidade geral, assim como sua capacidade de imparcialidade" (152:2).
- "Os especialistas seniores são selecionados cuidadosamente. Devem ser autoridades em suas áreas e ser capazes de adquirir e manter a confiança dos parlamentares e comissões. (...) Os analistas e assistentes de pesquisa são, por sua vez, recrutados. Como norma, devem ser pós-graduados e ter, além da habilidade técnica, liderança e motivação para o serviço público" (69:123).
- "O pessoal do CRS deve ser de alta categoria, pessoas de competência especializada e ao mesmo tempo versáteis e orientadas para a legislação; um staff que reconheça que seu papel não é advogar, mas fornecer uma análise dos pontos fortes e fra

cos e alternativas de posições defendidas por outrem, assistindo o Congresso na consecução da melhor decisão" (105:57-58).

- "Todo o pessoal técnico é pós graduado, a maioria com treinamento avançado. Esses funcionários precisam ser versáteis em suas áreas respectivas(...) Precisam aceitar o anonimato, pois a maioria dos trabalhador exige confidencialidade (...), aceitar a supressão de seu próprio ponto de vista e defender o de seu cliente. Precisam estar harmonizados com a forma prática de tomada de decisão legislativa, mais do que com o pensamento teórico dominante, do tipo acadêmico"(89:183).

Além destas características, foram ainda detectadas: a) quanto à tarefa; disponibilidade constante para o trabalho (no seu horário); capacidade de trabalhar sob pressão, já que não terá opção negar resposta a qualquer consulta razoável; capacidade de escrever bem; ser fisicamente resistente; b) quanto às qualidades; pessoas bem sucedidas em carreiras anteriores à sua vinculação ao CRS (nos negócios, nas universidades, no serviço público, às vezes em todos eles); alguns detêm um bom conhecimento de línguas.

Na Grã-Bretanha, 12 documentos abordaram as características, e 11 os pesquisadores; 8 documentos (21,6%) abordaram as duas variáveis ao mesmo tempo. Dentre outros podem ser citados os seguintes trechos ilustrativos das características do trabalho ou da pessoa de um pesquisador:

- "Os funcionários da Divisão de Pesquisa devem ser flexíveis em sua abordagem, ter capacidade temperamental para trabalhar sob pressão e assumir responsabilidade, ser capaz de fornecer fatos e informações acuradas, relevantes e politicamente desinteressados" (128:500).

- "todos os funcionários devem ter aptidão para o trabalho bibliotecário, habilidade para estabelecer o diálogo (...) Rapidez de trabalho e exatidão são essenciais, assim como senso de responsabilidade (...) É necessário ser relativamente resistente em termos físicos e mentalmente alerta por períodos duradouros (...). Finalmente, um temperamento equilibrado e uma mente inquisidora são essenciais" (52:43-44).

- "O candidato a pesquisador sênior precisa ter um grau de universidade britânica e, se possível, outra especialização relevante" (71:97).

- "Não reivindicamos experts para a HCL. Distinguímos entre especialistas de assuntos e experts. E nosso especialista de assunto trabalha ao lado dos experts (... pagos pelas Comissões (...)) o especialista de assunto, é um funcionário cuja vida de trabalho tenha sido dedicada à atualização do assunto através de muita leitura e contatos com autoridades da área" (175:150).

Academicamente o pessoal sênior, em sua maioria, tem qualificação e experiência especializada — em Economia, em Ciência Política, e outras áreas de conhecimento e, além disso, possui grau universitário de good honours. Os Library Clerks devem individualmente, se especializar em uma das grandes áreas de questões públicas como, por exemplo, Agricultura, Educação Superior, Habitação, e outras.

Ao lado da informação de que os pesquisadores da HCL não precisam ser, necessariamente, experts renomados, detectou-se a seguir lista de características: a) quanto à tarefa: conhecimento sério das fontes de informação da área, e de sua linguagem; interesse agudo em assuntos parlamentares e

atuais; habilidade de avaliar resumir e apresentar fonte disponível na forma solicitada pelo parlamentar; capacidade de conviver com o anonimato; versatilidade no assunto, flexibilidade na abordagem do tema; acurácia e imparcialidade; b) quanto às qualificações pessoais: especialista de assunto com conhecimento técnico e em documentação da área; desejável a pós-graduação.

No Canadá, 8 documentos (24,2%) abordam os dois itens (pesquisadores e categorias) em conjunto. Na LP os pesquisadores se enquadram em dois grupos básicos: os especialistas e os generalistas, estes para trabalhos em áreas consideradas não técnicas, como, por exemplo, História.

Ambos devem ser versáteis na elaboração da pesquisa. Exigem-se ainda qualidades como "imparcialidade e desapego emocional e intelectual, em contraste com o que é exigido dos pesquisadores vinculados a partidos políticos" (164:210); é "imparcialidade, diligência, discreção e competência" (174.84).

B - Categorias

Neste tópico o pessoal é analisado, segundo três aspectos principais: a área de especialização, a estrutura dos cargos técnicos e o sexo, embora estes dois últimos tenham aparecido, com pouca frequência. As categorias de funcionários, respectivamente para os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá, apresentaram as frequências de 34,3%, 45,9% e 27,2% (a concentração da literatura britânica na classificação dos especialistas segundo o nível do cargo pode ter elevado a incidência da variável "categoria" naquela área).

Quanto às áreas de especialização há variação na forma de exposição dos três países. Geralmente se informa sobre as áreas do conhecimento ou sobre as profissões decorrentes de formação universitária.

Extratos como os que se seguem ilustram a questão,

no CRS:

- "O quadro de pessoal é multidisciplinar: advogados, economistas, cientistas políticos, especialistas em assuntos militares, em educação, tributação, tecnologia, etc." (77:61).
- "Os cargos atuais de especialistas seniores abrangem as seguintes áreas: governo americano e administração pública; direito público americano, energia e conservação; direito constitucional, política econômica; educação; direito eleitoral; política de recursos energéticos; política ambiental; habitação; manutenção da renda; política e tecnologia da informação; assuntos internacionais; economia internacional; mineração, defesa nacional; segurança nacional; economia de preços: ciência e tecnologia; bem-estar social; economia soviética; tributação e política fiscal; transporte" (113:9).
- "Além dos especialistas pesquisadores, o CRS possui ainda um grupo de elaboradores de discursos" (95:22).

Na Grã-Bretanha, como dito, as áreas do conhecimento são menos salientadas do que o nível do cargo ocupado pelo pesquisador. São exemplos dos textos que abordaram a especialidade:

- "Os 20 funcionários do "nível graduado" provêm de nove diferentes universidades (...) Como poderia ser esperado, as ciências sociais predominam entre os assuntos estudados, mas há cinco historiadores, dois lingüis modernos e graduados em inglês e ciência; há uma proporção respeitável dos funcionários com grau de primeira classe ou mais elevados" (114:134).

- "A HCL procura para seus quadros, especialistas como estatísticos, economistas, advogados, linguistas estrangeiros e bibliotecários, todos com as características básicas exigidas pela biblioteca" (55:28).

No Canadá é dado realce à especialidade, embora a unidade de Pesquisa congregue tanto especialistas para áreas em que se concentra a demanda especializada — Económica, Direito, etc., — como generalistas de bom nível académico para realizar pesquisa nos amplos leques da História, da Ciência Política, e outras áreas semelhantes (24:7). Dentre os pesquisadores se encontram: "dois advogados, dois economistas, um especialista em agricultura e quatro generalistas" (24:7) e ainda: "cientistas naturais e cientistas políticos" (25:14).

Segundo a estrutura dos cargos que ocupam, os pesquisadores do CRS se classificam em: a) pesquisadores seniores — pessoas nacionalmente reconhecidas como autoridades na sua área; b) especialistas; c) especialistas juniores — pós-graduados recentes. Essa estrutura era classificada em 1957, em "especialistas seniores, analistas e assistentes de pesquisa" (69:123).

Na HCL os pesquisadores ocupam, quase na sua totalidade, o grupo denominado como "graduate", e que engloba uma carreira que vai do nível de Library Clerk até o de bibliotecário. Nesta escala há 8 variações de nível, incluindo o mais baixo (Library Clerk Assistant "F") e o mais alto (Bibliotecário). Os candidatos a esses níveis, classificados como seniores, precisam possuir formação universitária britânica e, se possível, alguma outra qualificação técnica relevante, que se equipare ao nível dos Assistant Keepers do Museu Britânico (órgão em cuja escala de carreiras se baseia a da HCL). Abaixo do grupo graduado há ainda o nível intermediário — incluindo alguns pesquisadores — e o nível de apoio.

Quanto à categorização do pessoal segundo sexo, encontrou-se evidência de que as bibliotecas parlamenares absorvem um baixo contingente feminino.

Em toda a literatura consultada apenas 6 documentos (4,3%) abordaram esta questão, dando-lhe um certo significado, 2 em cada país. Curiosamente o documento mais antigo des ses seis é de origem canadense. Alí se informa que desde 1867 havia uma política de não empregar mulheres devido a fatores como tamanho, peso e volume da documentação a ser transportada e guardada em altas estantes. Contudo, em 1957 havia duas bibliotecárias profissionais, com cargos de muita responsabilidade na área dos serviços técnicos e em outros serviços, mas nenhuma na área de referência" (26:17).

Por sua vez, por volta de 1979, houve no CRS uma política de recrutamento de minoria e procedeu-se a um esforço de "localização de mulheres qualificadas para todos os cargos técnicos". Como resultado, 44% do pessoal inscrito naquele ano era constituído de mulheres, sendo que elas representaram 55% dos selecionados (155:28).

Em 1965 encontra-se a seguinte afirmação sobre este assunto, na Grã-Bretanha: "Dentre 20 funcionários, uma sequer será mulher; olhando a biblioteca abrangentemente, percebe-se sua masculinidade" (52:40). Esta situação parece haver se modificado e, em 1970, noticiava-se que havia uma alta proporção de mulheres no grupo de funcionários graduados — 8 dentre 20. Observa o autor ser esta uma situação recente, embora já houvesse uma Library Clerk entre 1946 e 1951, e outra de 1951 a 1953. Só após 1963 as mulheres começaram a chegar com mais força e em nível de competitividade com os homens. Tem-se observado que as mulheres se demitem com mais frequência, e isto tem levado à situação peculiar de estrutura do quadro de funcionários: os homens mais antigos nos cargos mais altos e mulheres, em geral mais recentes, em cargos inferiores (114:134-135).

C - Funções

No CRS, os especialistas seniores constituem um grupo peculiar de concentração de capacidade especializada. Toda matéria congressional de alguma relevância — discussão de uma política, elaboração de um tratado, proposta de nova legislação, decisão da Corte Suprema — conta com participação efetiva de um ou mais especialistas seniores.

Através da coordenação de grupos interdivisionais e de processos interdisciplinares em assuntos de abrangência tão ampla, como, por exemplo, a reforma do Executivo, os especialistas seniores servem como elo de união entre as várias unidades do CRS e entre este e o Congresso.

Além desta função prestam assistência direta aos parlamentares, individualmente, e às Comissões; promovem, dirigem e apresentam palestras em seminários, conferências e reuniões para parlamentares e funcionários e coordenam algumas pesquisas internas das divisões especializadas.

Em coordenação com outros órgãos de apoio de Congresso, os especialistas seniores têm servido de elo de ligação profissional com o Executivo e com comunidades não governamentais e acadêmicas. Este foi um papel observado em vários documentos.*

"Tarefas típicas desse especialista são o planejamento de audiências e a assistência no preparo dos relatórios da audiência" (113:9).

Assim, o papel dos especialistas é ora o de um funcionário consultor, ora o de diretor de um projeto temporário, e ora o de elemento de apoio para assistir a delegações em viagens internacionais.

* Ver, por exemplo, ANNUAL report, 1978, p. 34 (ref. 154) e ANNUAL report, 1980, p. 40 (ref. 156).

Em documento de 1971 há informação de que cabe ao especialista sênior "elaborar as respostas às perguntas mais difíceis e orientar os analistas de nível intermediário e junior" (37:39). Esta observação se refere ao período de início de implantação do Ato de 1970, que previa um grande aumento de pessoal em todas as categorias funcionais, inclusive na de especialistas do CRS.

O relatório da LC, de 1975, salienta as funções de assessoria técnico-administrativa e de cooperação, ao arrolar como atividades básicas dos especialistas as de: a) assistir os gerentes do CRS na redação de propostas sobre serviços de áreas muito técnicas (por exemplo, automação); assessorar tecnicamente reuniões de gerentes; b) assistir outros órgãos de apoio, como o CRO, o OTA e o GAO, em pesquisas técnicas(41:41).

A função de assistência às Comissões ganhou impulso e obrigação legal a partir do Ato de 1970. Todavia já em 1955 se fornecia esse tipo de serviço, conforme afirma Gallo-way: "o trabalho de Fedeli Fauri, antigo especialista sênior em bem-estar social, em conexão com a recente revisão geral do programa de previdência social, pode ser notado como modelo dos serviços que o CRS está equipado para fornecer no mais alto nível: ele serviu na House Ways and Means Committee durante vários meses de audiências públicas e em sessenta e cinco sessões executivas" (62:264).

Os trabalhos dos especialistas seniores aparecem, portanto, em forma de legislação nova, audiências, análises, publicações, consultorias, etc.

A literatura sugere que os especialistas ocupantes do grau sênior, no caso do CRS, estão todos lotados na Divisão de Especialistas Seniores. Outros especialistas ocupam as divisões especializadas do Serviço. O relatório da LC, de 1965, informa que os especialistas são pessoas de dois níveis de treinamento: 1º) elementos altamente especializados, como os

seniores, verdadeiros experts em sua área; 2º) generalistas ou estagiários daquela área de especialização. É possível que os especialistas desse segundo grupo correspondam aos "midlevel and junior analysts" mencionados no relatório da LC de 1971 (37:39).

A função destes profissionais é desenvolver as tarefas previstas em estatuto para as respectivas Divisões.

Semelhantemente, na House of Commons Library os denominados "subject specialists" especialistas de assuntos se agrupam numa estrutura de responsabilidade em dois níveis: library clerks graduados e pessoal de apoio sênior. A maioria dos especialistas ocupa o nível "graduate", mas há, aparentemente, ocupantes de níveis inferiores, conforme inferências de Barker e Rush (12:298).

A função dos especialistas é fornecer o apoio de pesquisa em forma de aconselhamento técnico, elaboração de documento e aconselhamento bibliográfico. A partir de 1970 a literatura enfatiza o apoio às Comissões. Como foi visto anteriormente, esta tem sido uma assistência limitada, já que a Câmara dos Comuns preferiu adotar o sistema de contratação de especialistas temporários. A escassez de pesquisadores na HCL não permite uma dedicação permanente aos assuntos das Comissões. Mesmo assim, os especialistas de assuntos da HCL dão grande contribuição aos seus Clerks assim como aos experts temporários, sobretudo nas áreas onde o nível de especialização científica não tenha que ser absolutamente profundo. Essa assistência se caracteriza pela "sugestão de depoentes, comentários a depoimentos, sugestão de tópicos para perguntas, participação em reuniões, etc" (114:144) e ainda "reunião de documentação sobre o tema em debate e estudo de documentos obtidos em função do mesmo" (12:334).

Quanto aos especialistas da LP, não foi localizado qualquer detalhamento de sua estrutura funcional. Alguns dos documentos que abordam suas funções o fazem de forma bastante geral, como, por exemplo: "organizar, analisar, interpretar e resumir o material disponível" (98:77); "prestar serviços de consultoria e estudos de pesquisas, geralmente em um prazo muito curto" (25:14).

A função de servir às Comissões tem sido executada desde 1964-65, mas só pôde ser melhor implementada a partir do final da década de 70 e início dos anos 80. O desempenho dos serviços é semelhante ao do pessoal do CRS, incluindo presença integral nas Comissões e assistência em todas as fases do projeto em desenvolvimento.

4.6.3.3 - Bibliotecários

Como se viu no item dedicado à estrutura formal das organizações em análise, os serviços de aquisição, desenvolvimento e manutenção e disseminação de documentação e informação ocupam espaço importante nas três bibliotecas. No CRS tais serviços são desenvolvidos em duas Divisões — a Divisão de Serviços Bibliotecários e a Divisão de Referência do Congresso — que mantêm igualdade hierárquica com as Divisões especializadas de assuntos; por sua vez, tanto a HCL como a LP se acham estruturadas em dois grandes troncos, o de pesquisa e o de documentação e informação.

Em sua grande maioria, o profissional bibliotecário está vinculado à área de documentação e informação, embora haja situação em que se encontre devotado à pesquisa propriamente dita.

A variável "bibliotecários" apresentou freqüência percentual inversa em relação ao número absoluto de documentos

analisados para cada país, isto é, quanto maior o número de documentos, menor a incidência da variável. Verificaram-se assim percentuais de 25,3%, 35,1% e 36,3%, respectivamente, para o material dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá. Em termos numéricos, portanto, a documentação norte-americana foi a que menos se preocupou com essa categoria. Comparando a variável "bibliotecário" com a variável "pesquisadores" (tabela 19) encontram-se as seguintes freqüências na literatura-núcleo:

	EUA	GRB	CAN
Pesquisadores	37,3%	29,7%	36,3%
Bibliotecários	25,3%	35,1%	36,3%

Verifica-se, portanto, que, embora haja um esforço explícito na documentação de tratamento equiparado para as duas categorias, em termos de importância para os serviços, há uma ênfase numérica, na literatura norte-americana, sobre a categoria "pesquisadores", superando, esta, a categoria de "bibliotecários" em 12,0%; nas outras duas instituições as duas categorias estão mais próximas, ambas apresentam o mesmo percentual na LP, e estando a de "bibliotecários" em situação vantajosa de 5,4% na HCL.

Esta situação pode guardar alguma relação com a própria estrutura organizacional. Teria sido mais fácil para o escritor norte-americano dar menor importância ao pessoal concentrado em apenas duas dentre as dez Divisões do que aos escritores britânicos e canadenses que tiveram que lidar com apenas duas grandes Divisões cada vez que abordavam a HCL ou a LP.

Outrossim, a vinculação à LC, facultando ao CRS uma série de serviços documentais já elaborados, por contribuir para que a discussão da área de informação e referência, no CRS, seja menos ampla do que a da área de pesquisa.

Outro dados importante a considerar, nesta análise, é o leque de serviços oferecidos. Sabe-se que o CRS e, aparen-

temente, muito mais envolvido com o serviço às Comissões do que suas pares. Isto pode ter conduzido a um maior vulto da demanda de trabalhos elaborados pelas Divisões especializadas. É interessante notar que esse serviço às Comissões está em situação menos dinâmica na Grã-Bretanha, justamente onde, proporcionalmente, a classe dos pesquisadores foi menos analisada e onde a classe bibliotecária esteve em maior evidência. Está claro que aí os serviços centrais se aproximam mais dos serviços de uma biblioteca mais convencional. Sob este aspecto fica a LP em situação de maior equilíbrio. Aumenta a passos relativamente lentos o leque de atendimento às Comissões, porém mais rapidamente do que na HCL, e o serviço documental preserva sua capacidade de resposta a este crescimento, evoluindo, provavelmente, numa velocidade semelhante.

Embora esporadicamente preste serviços nas Divisões de Pesquisa, no CRS o bibliotecário atua basicamente em duas Divisões de caráter mais geral: a de Serviços Bibliotecários e a de Referência do Congresso. A primeira é essencialmente de apoio ao CRS, e a segunda desempenha tarefas de apoio, tendo, ao longo do tempo, absorvido funções também de pesquisa — de referência rápida ou de referência mais complexa, bem como a pesquisa de qualidade altamente técnica, como será visto no item, dedicado aos "serviços", mais adiante, neste trabalho.

Geralmente referidos na literatura como "bibliotecários profissionais", constituem uma categoria proporcionalmente pequena em relação ao total de funcionários do CRS — em 1973 apenas 10% (45 dos 450 funcionários). Todavia, afirma Gwinn, "o espaço dos bibliotecários é de fato importante. Eles são apenas pesquisadores de referência e bibliógrafos, mas também pessoas que adquirem material de informação, usuários de equipamento eletrônico e ainda lidam com relações públicas e atendimento de necessidades de informação do CRS e do Congresso" (77:64).

A - Características

Dos 17 documentos que abordam a categoria "bibliotecários" nos Estados Unidos, apenas 9 consideravam as características do quadro de pessoal, como um todo, e 5 se detiveram nas características do bibliotecário — esta mesma relação foi de 13, 9 e 2 na Grã-Bretanha; e 12, 7 e 0 no Canadá. "Característica", uma variável bem explorada no grupo relativo aos pesquisadores, resultou pouco citada no grupo dos bibliotecários. O aspecto das funções do bibliotecário foi mais explorado, do que o das características.

Dentre os trechos em que as características do bibliotecário são abordadas encontram-se:

"Ele é freqüentemente solicitado para localizar fatos, datas, trechos, atos, comunicações oficiais e até versos de uma poesia e para fazer isso é necessário memória e leitura. O bibliotecário deve ainda ter conhecimento de bibliografia e ser capaz de selecionar as obras melhores e mais raras, assim como de fornecer listas para as comissões" (76:640).

. "O trabalho de referência (...) exige do bibliotecário qualidades especiais, como, por exemplo, o gostar de servir (...) o bom bibliotecário é aquele que se preocupa com a satisfação da necessidade de informação do leitor, e que sabe como analisar e satisfazer tal necessidade (...) os bibliotecários profissionais são mais freqüentemente criativos quanto à localização de recursos ocultos, até mesmo fora da biblioteca (...) Os bibliotecários estão convencidos de que a resposta está em algum lugar e que o problema é chegar a esse lugar. Assim, eles se dispõem a ter perseverança e chegar a esse lugar, e perseverança é uma qualidade absolutamente essencial numa instituição tão rica quando a LC" (185:367).

. "O bibliotecário típico possui grau universitário relevante e sempre terá grau de pós-graduação na área em que trabalha no CRS" (115:382).

Na Grã-Bretanha, as qualidades desejadas em um bibliotecário profissional são: "habilidade de estabelecer diálogo com o parlamentar, rapidez no trabalho, habilidade de avaliar o nível da pergunta, acurácia, senso de responsabilidade, tolerância quanto ao próprio anonimato, resistência física, mente alerta e inquisidora e pensamento rápido" (52:43-4). O conhecimento da documentação parlamentar e jurídico-legal é imprescindível, segundo alguns autores.

B - Categorias

Várias são as denominações utilizadas pelos autores, ao se referirem ao bibliotecário ou a pessoas que exercem serviços, de alguma forma, de sua esfera. São encontradas no CRS, por exemplo:

- "bibliógrafo, assistente bibliográfico, editor bibliográfico" (75:86);
- "especialistas técnicos de informação" (153:400);
- "bibliotecários pós-graduados, assistentes de referência" (109:36);
- "bibliotecários profissionais, técnicos de biblioteca, bibliógrafos" (39:46);
- "pesquisador" (168:38).

A literatura usa todos estes termos de forma ambígua, e a distinção entre estas categorias é tarefa quase impossível, como demonstra este trecho de autoria de Stewart: "oito funcionários são bibliotecários profissionais: o Chefe, o Chefe Assistente (que é o bibliotecário de serviço), o assistente do bibliotecário de serviço e 5 bibliógrafos — cada um especializado numa área do conhecimento" (168:50). Documento de 1982 informa que nessa época "os bibliógrafos deviam possuir dois cursos de mestrado, um em biblioteconomia e um segundo em ciências sociais ou em física aplicada, e suas especialidades

de assuntos deveriam ser paralelas às das Divisões de Pesquisa do CRS" (75:79). Não se sabe se a exigência do mestrado em Biblioteconomia terá sido abolida para o grupo dos bibliógrafos; todavia, informa Loo que "o bibliógrafo é um bibliotecário com formação universitária em uma área relevante como Economia, Ciência Política (...), além de um bom treinamento e especialização em métodos bibliográficos... A especialidade trazida pelo bibliógrafo em sua formação é, após sua posse, suplementada por intenso treinamento no processo bibliográfico" (115:382).

Os especialistas de informação podem ser portanto, bibliotecários profissionais e bibliotecários práticos — os primeiros com formação em escola de Biblioteconomia (nos Estados Unidos sempre a nível de pós-graduação). Parece que esta categoria está, em sua maioria, lotada na Divisão de Referência do Congresso, já que, segundo o que se concluiu com base na literatura, pelo menos parte dos chamados bibliógrafos da outra Divisão estarão, hoje, classificados na categoria de bibliotecários práticos.

Na Grã-Bretanha existem, da mesma forma, os bibliotecários profissionais e os praticantes. Ambos são considerados como qualificados pela HCL, embora os praticantes "não portem, necessariamente, o grau universitário" (125:81), e ambos pertencem ao nível de cargo intermediário; aqueles que são profissionais são recrutados de fora e os praticantes geralmente são pessoas promovidas internamente. Os que detêm grau universitário podem ser mais rapidamente promovidos para o outro quadro de cargos: o graduado. A categoria dos bibliotecários profissionais é recente na HCL. Entretanto, na carreira de cargos intermediários, estes bibliotecários ocupam os cargos mais elevados, considerados cargos seniores de apoio.

No Canadá, em 1952 houve uma decisão de que "todos os funcionários admitidos para a LP deveriam ter pelo menos um ano de treinamento em Biblioteconomia" (14:51). Informa Spi

cer, em 1976, que "todos os bibliotecários técnicos possuem, no mínimo, dois graus universitários e muitos dos funcionários de apoio da Biblioteca pelo menos nível universitário"(163:218).

C - Funções

Os bibliotecários no CRS se responsabilizam por todas as funções da Divisão de Serviços Bibliotecários e da Divisão de Referência do Congresso. Entre outras atividades, eles, especificamente:

- adquirem material de referência, usam equipamento eletrônico, e atendem às necessidades de informação do CRS e do Congresso (77:64);

- agem como especialistas da informação: encontram, processam e estocam respostas potenciais para serem usadas por outros bibliotecários que agem como especialistas de referência atendendo imediatamente às questões do usuário(70:1580);

- servem de elo entre as Divisões de Pesquisa e a Divisão de Serviços Bibliotecários, detectando necessidades de informação (75:86);

- dão apoio em pesquisas altamente técnicas (95:27);

- respondem pela aquisição, processamento, disseminação e entrega de produtos que atendam às necessidades de informação do CRS e do Congresso, incluindo nesse amplo leque: a manutenção de um banco de dados, de um serviço de disseminação da informação de uma publicação semanal, e o atendimento a um grande volume diário de questões de referência;

- responsabilizam-se por serviços de atendimento es-
palhados pelo Congresso.

Na Grã-Bretanha:

- apóiam as diversas Seções de pesquisa, servindo diretamente em cada uma delas (98:89);

- desempenham as tarefas de toda a Divisão Parlamentar, inclusive as de planejamento de automação, indexação, manuais de serviços técnicos, desenvolvimento de coleções e, naturalmente, o atendimento a questões de referência — rápidas e mais complexas, como no CRS;

- responsabilizam-se pelas bibliotecas setoriais e pelas subbibliotecas como a de estatística e de documentos internacionais.

No Canadá os bibliotecários da Unidade de Referência "fornecem respostas a solicitações de informação, selecionam material-fonte para discursos e cartas, mantêm um arquivo vertical e serviço de recorte de artigos de jornais, preparam bibliografias, índices e resumos, efetuam empréstimo de material de biblioteca e oferecem equipamento de duplicação ou cópia" (184:3).

4.6.3.4 - Pesquisadores do Parlamento

Nesta categoria se situa uma classe de funcionários do parlamento, e não da biblioteca propriamente. Sua presença neste item se deve mais às implicações entre suas funções e as do quadro de pessoal dos órgãos em estudo.

A documentação americana não abordou esta categoria, e a canadense apresentou incidência muito baixa (6%). Por sua vez, na Grã-Bretanha este grupo parece influenciar nas políticas internas da HCL e em seus serviços; 27% da documentação aborda o assunto.

Apenas dois documentos canadenses apresentam informações sobre essa categoria sendo as mesmas absolutamente su-

márias. A categoria inexistia em 1973, e assim se pronuncia Spicer sobre sua instituição: "pesquisadores individuais pra o parlamentar deveriam ser fornecidos para aqueles que deles precisam, mas certamente todos deles necessitariam, e muitos seriam subempregados. Além do mais, a não ser que salários extraordinários sejam pagos, aos melhores elementos provavelmente não seriam muito atraídos, pois não há estrutura de carreira ligada ao parlamentar individualmente. E, quando este for derrotado, o que acontecerá com seu assistente executivo, dedicado e selecionado pessoalmente pelo parlamentar? Além disso não é possível um único assistente cobrir todo o campo de interesse de um parlamentar" ((174:84). Em 1977, porém, já dispunham os parlamentares dos serviços pessoais de assistência de pesquisa.

Na Grã-Bretanha, por ocasião da pesquisa de Barker e Rush, efetuada em 1967 mas publicada em 1970, 1 entre 4 parlamentares, num total de 35% da amostra, informava ter interesse em dispor de um assistente de pesquisa pessoal e próprio. Os parlamentares mais recentes apresentam maior tendência quanto a essa necessidade. Apesar da questão ter sido debatida em 1967, em 1972 poucos parlamentares dispunham de assistente de pesquisa (140:47), e em 1974 Poole informava que alguns parlamentares ainda reagiam à idéia dos assistentes de pesquisa, suspeitando que tal elemento pudesse reduzir ou prejudicar a habilidade de um parlamentar de formar sua própria opinião (143:18).

A polêmica sobre a instituição do cargo perdurou por algum tempo, principalmente considerando a existência de um corpo de pesquisadores na HCL, nas Comissões e nos Partidos. Sugere Morgan que tal assistência, em sendo viabilizada, fosse atribuída aos parlamentares que não exerciam funções de liderança (133:84).

O número desses assistentes aumentou, de 1973 a 1977, da ordem de cerca de 50 para cerca de 180.

Afirma Poole que o surgimento desses profissionais, além de haver causado um aumento muito grande de demanda sobre a biblioteca, também "enfraqueceu os elos básicos entre a HCL e o parlamentar individualmente. Hoje o contato principal entre o parlamentar e a HCL é feito pelo telefone (...). Também este grupo de funcionários passou a ser mais utilizado pelos parlamentares do que os pesquisadores da biblioteca, talvez devido ao desejo daqueles assistentes em desenvolver trabalhos politicamente tendenciosos — o que a Biblioteca não faria. O Assistente, provido de ideologia política igual à do parlamentar, poderá prover assistência numa dimensão muito mais ampla do que a Biblioteca" (144:224-5).

As principais diferenças entre o grupo de assistentes de pesquisa e o grupo de pesquisadores da HCL são as seguintes:

- os assistentes não podem cobrir todas as áreas; os pesquisadores o podem;
- os assistentes empregam o sabor político em pesquisa (compromisso partidário); os pesquisadores não;
- a preocupação do Assistente se concentra no trabalho geral do parlamentar (continuidade); a do pesquisador na demanda presente;
- os Assistentes poderão, ocasionalmente, ser impossibilitados de atender a todo o trabalho do parlamentar; entre os pesquisadores, a distribuição de tarefas é viável;
- os Assistentes precisam sair em busca de documentação; os pesquisadores contam com a base documental da HCL.

Uma rápida análise dos pontos acima pode conduzir à conclusão de que os trabalhos dos assistentes e dos pesquisadores são complementares entre si.

No que concerne às conseqüências desse contingente de pessoal sobre a HCL, o volume de assistentes tem aumentado a demanda sobre a mesma em termos de serviço e de espaço, embora tenham sempre sido feitas restrições quanto aos serviços a esta categoria e uma política de não atendimento a todos tenha sido adotada. A privacidade da HCL para os parlamentares é essencial. Em 1977 os serviços aos assistentes passaram a ser efetuados pela Biblioteca setorial, e a HCL continuou disponível apenas para os parlamentares. Todavia, como são pessoas que ficam, em geral, pouco tempo no cargo, recai sobre a HCL a tarefa de estar sempre ensinando aos recém-admitidos "o padrão e as técnicas da informação parlamentar" (55:53).

4.6.3.5 - Consultores Externos

Esta categoria de pessoal também foi citada pelos três grupos de documentos. O enfoque, todavia, neste caso, é diferente. Os 15,3% da literatura que abordaram este tema informa que, nos Estados Unidos, o próprio CRS tem autonomia para contratar especialistas como complementação de seu próprio quadro de pessoal; na Grã-Bretanha e no Canadá essa mão-de-obra é, ao contrário, contratada pelas Comissões. Nos três países é a assistência às Comissões que leva ao uso desse recurso — em 1973, por exemplo, 17 trabalhos foram realizados sob contrato e 15 foram gerados por pedidos de Comissões do CRS (39:40).

Afirma o relatório da LC, de 1973, que "o emprego de consultores e organizações externas é autorizado pelo Ato de 1970, quando o emprego permanente de especialistas de áreas muito definidas do conhecimento não se justifica ou não é autorizado pela necessidade contínua do Congresso" (39:40).

Outros trabalhos que nos Estados Unidos geram a contratação de especialistas externos são tarefas relativas a palestras, planejamento e execução de seminários técnicos especializados, e assistência a parlamentares individualmente.

Além da consultoria propriamente dita, trabalhos externos também podem ser contratados eventualmente. Nesta situação se encontra a contratação, em 1976, de serviços gráficos externos (com a supervisão do especialista gráfico do CRS em artes visuais); serviços de microfilmagem e serviços de produção de filmes e audiovisuais diversos.

Todas as Divisões de Pesquisa do CRS têm demonstrado necessidade desse tipo de assistência suplementar do mercado externo.

Os dados que se seguem, extraídos parcialmente do relatório de 1980 (156:30) demonstram a evolução desse tipo de serviço no CRS:

<u>ANO</u>	<u>DESPESA</u>	<u>Nº DE CONTRATOS</u>	<u>Nº DE PROJETOS</u>
1973	US\$ 194,000.00	17	17
1974	251,000.00	25	25
1975	351,000.00	34	34
1976	425,000.00	-	-
1977	525,500.00	-	-
1978	600,500.00	-	-
1979	760,500.00	-	-
1980	790,500.00	200	76

Como se vê o aumento do volume da despesa é inconsistente, confirmando a inconstância dos tipos de demanda do ambiente parlamentar.

Na Grã-Bretanha a contratação de especialistas não é da competência da HCL, e as relações de trabalho se efetuam diretamente entre as Comissões e os consultores, como já foi analisado anteriormente. Todavia, HCL tem participado da contratação de serviços de automação, tanto relativos às suas próprias atividades como relativos a outras atividades do Parlamento. Esse trabalho foi contratado, em 1980, a uma firma externa, através de concorrência pública (53:158), por sugestão

da HCL; o gerenciamento por parte da Câmara tem sido praticamente desempenhado pela HCL.

No Canadá as Comissões podem solicitar à Câmara verbas próprias para contratação de consultoria especializada. "Esta prática, todavia, não é muito encorajada pelo Governo, a não ser em assuntos muito especiais" (132:25). Não há indicação de participação da LP em qualquer tipo de atividade envolvendo contratação de pessoal ou de serviços.

Analisadas as características, as categorias e as funções das principais classes de funcionários dos serviços de informação parlamentares, passa-se a considerar as variáveis de natureza mais generalizada que, ou se aplicam a todo o funcionalismo ou que, didaticamente, se prestam melhor a uma análise independente de grupos específicos. Essas são variáveis mais inerentes à política de pessoal da organização e pertencem à última classe de variáveis da Tabela nº 19.* A primeira das variáveis desse grupo, estrutura de pessoal, foi abordada em itens anteriores devido à sua profunda interrelação com os mesmos.

4.6.3.6 - Contingente do quadro de pessoal

A cobertura deste item foi relativamente bem fornecida pelas três amostras de literatura, com frequências de 40,2%, 45,0% e 51,5%, respectivamente. Novamente as proporções são inversas ao número absoluto dos documentos entre os subgrupos.

Apesar da razoável cobertura, as informações se encontram muito dispersas pela documentação, com muitas falhas, o que prejudicou a visualização detalhada da evolução do contingente técnico e administrativo. A diferença total deste item é de tal dimensão entre o CRS e os outros dois órgãos em

* Ver o item "funções" das várias categorias de pessoal.

análise que, a julgar sob este prisma, aqueles seriam instituições raramente comparáveis entre si. A tabela nº 20 demonstra essa situação.

TABELA Nº 20

Distribuição histórica do número de funcionários segundo data e categoria a que pertencem

Ano	Total de funcionários			Pesquisadores			Bibliotecários		
	CRS	HCL	LP	CRS	HCL	LP	CRS	HCL	LP*
1984	858	-	-	-	-	-	-	-	-
1983	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1982	-	130	230	-	-	-	-	-	-
1981	-	100	223	+500	-	47	+83	-	-
1980	858	100	212	+524**	-	-	-	-	-
1979	-	91	210	-	-	-	-	-	-
1978	800	-	191	+500**	-	-	-	-	-
1977	-	76	-	-	15	-	-	-	-
1976	-	-	188	-	41	-	-	-	-
1975	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1974	+618	+60	-	-	-	-	-	-	-
1970	325	53	61	+200**	13	+10	-	-	-
1965	192	40	55	-	13	+10	-	-	-
1960	180	-	-	-	-	-	-	-	-
1955	-	-	-	-	-	-	-	-	+17
1950	-	-	+36	-	-	-	-	-	-
1945	131	4	-	-	4	-	-	-	-

* Bibliotecários profissionais; não inclui o pessoal para bibliotecário.

** Pesquisadores e bibliotecários.

Obs.: O uso do símbolo "+" reflete dados citados por aproximação na literatura.

A Grã-Bretanha é o país que apresenta o padrão de evolução mais lento. Em 1965 a HCL possuía um contingente igual a 20,5% do pessoal do CRS; enquanto isto, o da LP representava 28,6%. Em 1982 esse mesmo cálculo resulta em 11,6% para a HCL e 26,8% para a LP. A Biblioteca canadense, portanto, apresentou um crescimento bastante proporcional ao do CRS, reduzindo sua proporção em 1,8% apenas; a redução sofrida pela HCL no mesmo período é de 9,2%. Este fenômeno pode estar vinculado a três fatores, dentre outros: escassez financeira, amplamente citada pelos autores que abordaram a questão das melhorias de instalação para a HCL; alguma dificuldade política que a HCL possa ter enfrentado devido à criação da categoria de assistentes de pesquisa, havendo a possibilidade de uma supervalorização da quele grupo em detrimento do pessoal da HCL; e, finalmente, há a possibilidade de que a demanda tenha crescido no mesmo ritmo não justificando uma maior preocupação com investimentos em recursos humanos.

Aparentemente o desempenho não tem sido prejudicado na HCL devido a esta situação. Informa Menhennet que o Serviço de Pesquisa da HCL tem fornecido serviços razoavelmente am plos e profundos, principalmente pelo desenvolvimento de um sistema de especialização de assuntos entre os pesquisadores (125:89).

A escassez de funcionários foi abordada pela documentação de todos os três países, embora haja indícios de que o CRS tem enfrentado pouca dificuldade nessa área, principalmente após o Ato de Reorganização Administrativa do Congresso, de 1970. Nos anos 60 a situação era menos tranqüila. Afirma Cranston: "De 1947 a 1969 o quadro de pessoal cresceu apenas 134%, enquanto que a demanda cresceu 514%. A lotação ideal do CRS demandaria 200 novos funcionários, e não apenas os 68 previstos para o próximo período fiscal, com votação favorável no Senado" (46-2222).

Com a implementação daquele Ato a partir de 1972, instalou-se uma política muito favorável de contratação de pes soal, e em apenas dois anos, até 1974, os cargos aprovados por orçamento haviam aumentado em 70%.

A Grã-Bretanha é o país que apresenta o padrão de evolução mais lento. Em 1965 a HCL possuía um contingente igual a 20,6% do pessoal do CRS; enquanto isto, o da LP representava 28,6%. Em 1982 esse mesmo cálculo resulta em 11,6% para a HCL e 26,8% para a LP. A Biblioteca canadense, portanto, apresentou um crescimento bastante proporcional ao do CRS, reduzindo sua proporção em 1,8% apenas; a redução sofrida pela HCL no mesmo período é de 9,2%. Este fenômeno pode estar vinculado a três fatores, dentre outros: escassez financeira, amplamente citada pelos autores que abordaram a questão das melhorias de instalação para a HCL; alguma dificuldade política que a HCL possa ter enfrentado devido à criação da categoria de assistentes de pesquisa, havendo a possibilidade de uma supervalorização da quele grupo em detrimento do pessoal da HCL; e, finalmente, há a possibilidade de que a demanda tenha crescido no mesmo ritmo não justificando uma maior preocupação com investimentos em recursos humanos.

Aparentemente o desempenho não tem sido prejudicado na HCL devido a esta situação. Informa Menhennet que o Serviço de Pesquisa da HCL tem fornecido serviços razoavelmente am plos e profundos, principalmente pelo desenvolvimento de um sistema de especialização de assuntos entre os pesquisadores (125:89).

A escassez de funcionários foi abordada pela documentação de todos os três países, embora haja indícios de que o CRS tem enfrentado pouca dificuldade nessa área, principalmente após o Ato de Reorganização Administrativa do Congresso, de 1970. Nos anos 60 a situação era menos tranqüila. Afirma Cranston: "De 1947 a 1969 o quadro de pessoal cresceu apenas 134%, enquanto que a demanda cresceu 514%. A lotação ideal do CRS demandaria 200 novos funcionários, e não apenas os 68 previstos para o próximo período fiscal, com votação favorável no Senado" (46-2222).

Com a implementação daquele Ato a partir de 1972, instalou-se uma política muito favorável de contratação de pes soal, e em apenas dois anos, até 1974, os cargos aprovados por orçamento haviam aumentado em 70%.

Na Grã-Bretanha o Serviço de Pesquisa se iniciou com um contingente muito modesto: 4 pesquisadores e 3 funcionários de apoio; em 1982 este número crescera para 35, um crescimento significativo, mas a unidade como um todo ainda permanece relativamente modesta.

Da mesma forma, a área de pesquisa na LP apresentou maior crescimento quanto ao número de funcionários do que a área de informação e referência. Em abril de 1978, afirma Laundry "a quantidade de pesquisadores havia atingido o número ideal previsto pela Comissão que projetou a Unidade de Pesquisa, de 1 pesquisador para cada 10 parlamentares" (96:43).

Esta mesma proporção nos Estados Unidos era, por essa época, aproximadamente de 1 para 1,08, e na Grã-Bretanha de 1 para 43,3.*

Resumindo, em 15 anos, de 1965 a 1980, o quadro geral de pessoal do CRS passou de 192 para 858; o da HCL de 40 para 100; e o da LP, de 55 para 212. O crescimento nas três organizações foi, respectivamente, de 435%, 250% e 385%.

4.6.3.7 - Administração de pessoal

Uma preocupação apontada pela literatura é a manutenção dos funcionários nos serviços de informação. Como os serviços de informação parlamentares englobam elementos qualificados e experientes em vários campos do conhecimento, é necessário que recebam salários condizentes. Sua permanência no emprego dependerá, além do salário, da existência de uma estrutura de carreira e promoção semelhante às da área governamental, universitária, e do judiciário. Todos os três serviços analisados são portadores dessa condição, e apenas a HCL informou sofrer uma certa dissidência por parte dos funcionários, esclarecendo que o fenômeno é mais característico do contingente feminino do que do masculino.

* Considerando-se 540 congressistas nos EUA e 650 Comuns na GRB, e o número de pesquisadores de cerca de 500 e 15, respectivamente para os Estados Unidos e para a Grã-Bretanha.

As variáveis a serem analisados a seguir pertencem, tipicamente, ao amplo processo de administração de pessoal das organizações. A literatura deu-lhes tratamento superficial, mas acredita-se importante a sua inclusão no estudo.

A - Recrutamento, seleção e nomeação

Teoricamente o recrutamento se constitui na localização e identificação de elementos potencialmente candidatos a empregos oferecidos por uma determinada empresa.

Cerca de vinte e um por cento da documentação geral inclui questões relativas ao engajamento inicial de um funcionário no trabalho: recrutamento, seleção, nomeação, contratação e estágio probatório. A preocupação com este aspecto é muito próxima entre os três países: 22,3%, 21,6% e 18,1% dos grupos de documentos referentes, respectivamente, aos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá.

É no recrutamento e na seleção que se observam os requisitos exigidos para que um candidato seja aceito. Nessas fases serão portado comparadas, com a descrição das funções e do cargo em disputa, as características técnicas e psicossociais dos candidatos. É necessário nessa fase antever a atuação do candidato. Assim, as características gerais exigidas para uma pessoa já contratada serão as mesmas para um candidato. As exigências dos serviços de informação parlamentares foram já expressas, neste mesmo capítulo, ao serem descritas as características e categorias das classes principais de profissionais por eles empregados. Características psíquicas e sociais serão, muito provavelmente, semelhantes para todos o funcionalismo. Além de corresponder às exigências relativas a essas características e de demonstrar excelência em sua área técnica, o candidato a um cargo nessas bibliotecas deverá ainda ter um conhecimento geral da vida do parlamento — talvez próximo ou ainda mais abrangente do que o sugerido pelos capítulos iniciais deste trabalho — da política administrativa e

da documentação parlamentar, que será abordada no capítulo "Coleções".

Quanto ao recrutamento propriamente dito, o padrão se dá da seguinte forma: nos Estados Unidos os especialistas seniores são selecionados, aparentemente, por currículo. Exigências como carreiras notáveis anteriores, bibliografia publicada e importância de cargos já ocupados são cuidadosamente consideradas. Os especialistas são recrutados a nível nacional e deles se exige treinamento avançado. Contatos são mantidos com universidades de todo o país. As promoções são feitas "com base no mérito" (113:4). Por volta de 1960, havia uma comissão composta de "representantes dos funcionários, do Diretor do CRS e do Diretor de Pessoal da LC" (168:19) que avaliava os candidatos a vagas superiores. Essa comissão era auxiliada pela avaliação crítica sobre a qualidade dos trabalhos do candidato, estabelecida por outra comissão composta do Chefe de Divisão, Diretor-Adjunto e do Especialista Sênior da Área em exame.

O recrutamento ou seleção das demais categorias de profissionais não foi mencionado pela documentação norte-americana. Há menção de esforços concentrados em recrutamento de determinadas categorias. Assim, de 1977 a 1979 parece ter havido uma preocupação em recrutar especialistas entre as minorias, principalmente mulheres. Da mesma forma, a criação da Divisão de Pesquisa e Política Científica, em 1964/1965, trouxe problemas sérios de recrutamento devido ao seu caráter científico e ao mesmo tempo abrangente em cobertura. Os candidatos para esta área, decidiu-se, "deveriam conhecer várias disciplinas científicas, assim como ter conhecimento sobre o processo legislativo, história legislativa, organização governamental e fatores econômicos, sociológicos e institucionais" (104:44).

O Ato de 1970 autoriza o CRS a contratar pesquisadores externos por períodos determinados. Geralmente são pes-

soas de profunda especialização e que, por isso, apenas correspondem a necessidades esporádicas do Congresso. O Serviço tem usufruído amplamente desse privilégio.

Na Grã-Bretanha o recrutamento é conduzido no seguinte padrão: o grau sênior dos Library Clerks é recrutado através da Civil Service Commission, por concurso público, levando em consideração as relações (e outras qualificações já citadas), à medida que surgem vagas; as vagas surgidas no grupo intermediário de funcionários de biblioteca são preenchidas ou através de promoções internas ou de "recrutamento realizado pelo House of Commons Stablishment Office, em concurso público" (55:27). Este grupo se compõe de bibliotecários profissionais e não profissionais.

A nomeação do Bibliotecário e do Bibliotecário-adjunto é feita pelo Presidente da Câmara; o Bibliotecário, "desde 1979, nomeia todos os demais funcionários" (55:26).

No Canadá o "Bibliotecário Parlamentar e o Bibliotecário Parlamentar Adjunto são nomeados pelo Primeiro Ministro; o Bibliotecário Parlamentar Assistente e todos os outros funcionários são nomeados pelos Presidentes do Senado e da Câmara, sob recomendação do Bibliotecário Parlamentar" (163:219).

Quanto ao recrutamento, são abordadas dificuldades principalmente na área da ciência e tecnologia — da mesma forma que nos Estados Unidos — e uma necessidade de admissão de eruditos para pesquisas de áreas não totalmente técnicas.

B - Salários

Este foi um item absolutamente escasso de informações. O máximo que se conseguiu levantar foi que: 1º) nos Estados Unidos, o Ato do Congresso, de 1946, permitiu que fossem contratados especialistas de nível sênior, para o LRS (atual

CRS), nos vários campos do conhecimento e especificava que sua remuneração deveria ser, no mínimo, "igual ao nível mais alto existente na área executiva do governo, nível este em que se encontram os analistas de pesquisa e consultores técnicos, não envolvidos em responsabilidade administrativa" (62:262); 2º) Na Grã-Bretanha, semelhantemente, os funcionários graduados de nível intermediário sênior, embora "não sejam funcionários públicos, são classificados como tal para fins de pagamento" (52:39). Os funcionários do nível graduado (todos seniores) recebem um salário especial, mas não fica claro se há algum salário correspondente no serviço público, e nem são fornecidos detalhes sobre este assunto; 3º) também no Canadá os salários são altos (167:31).

C - relações com sindicatos

Aspectos estes são abordados pela documentação norte-americana, relativamente aos períodos de 1979/1980 e 1980/1981. A Associação de Empregados de Pesquisa do Congresso (CREA) passou, a partir de 1979, a se responsabilizar pelas relações gerência-trabalho no CRS. Essa atribuição perduraria por 18 meses. Em novembro de 1979 foi realizado o primeiro acordo de negociação entre a gerência do CRS e a CREA, em que se estabeleciam diretrizes sobre: relocação do pessoal, trabalho extraordinário e seleção baseada no mérito. Não sendo resolvidas internamente, as questões são levadas a instância superior, isto é, à Federal Labor Relations Authority, órgão federal que supervisiona e conduz as relações do setor gerência-trabalho.

A questão do horário dos funcionários é um dos assuntos negociados, tendo sido concedida já uma certa flexibilidade. Esquemas gerais de jornada de trabalho foram estabelecidos, havendo um horário-núcleo em que todos os funcionários deveriam se encontrar, e passaram a ser seguidos a partir de 1981 (44:28-29).

D - Treinamento

Será considerado aqui apenas o intercâmbio do pessoal. As demais técnicas e programas de treinamento serão discutidos no item "Treinamento".

Como forma de incentivo e desenvolvimento do pessoal têm havido, nas três instituições, programas de intercâmbio de pessoal com outras agências, geralmente por curtos períodos de tempo. Em 1968 o Bibliotecário Assistente da HCL passou dois meses no CRS estudando seus objetivos e técnicas (125:91). Em 1977 o CRS instituiu um programa em parceria com o GAO — outra unidade de pesquisa dentro do Congresso. Naquele ano iniciava-se uma troca temporária de funcionários entre os dois órgãos, e a primeira experiência consistiu de um grupo de 6 pesquisadores, três de cada órgão. Não há mais notícias sobre esse intercâmbio, mas o nível de cooperação entre as duas instituições tem avançado crescentemente.

Na Grã-Bretanha a única notícia sobre esse evento data de 1982. Informa Menhennet que "têm havido visitas de intercâmbio de pessoal de bibliotecas parlamentares estrangeiras à medida que tempo e compromissos permitem. Em 1980 um funcionário sênior da Divisão de Pesquisa foi incorporado à Biblioteca Parlamentar de Canberra, e em julho de 1981 o Chefe do Grupo de Pesquisas em Educação e Bem-Estar daquela instituição foi incorporado à HCL. Ambas as visitas foram muito bem sucedidas" (125:91).

O Canadá é o país em que este sistema tem sido mais abordado. Em 1973 houve os seguintes intercâmbios: um dos bibliotecários da LP trabalhou na HCL por três semanas; um pesquisador parlamentar da Suíça trabalhou na LP; um dos bibliotecários da LP concedeu assessoramento breve ao Parlamento da Jamaica; o Bibliotecário Parlamentar de Sri Lanka (antes Ceilão) começou seu estágio de um ano na LP (174:85). Outros programas são noticiados, como o de 1977, em que dois membros do quadro de pessoal do CRS trabalharam na LP e dois membros desta ficaram no CRS, em ambos os casos durante cerca de 25

25 dias; acolhimento pela LP em 1980/1981 do Diretor de Pesquisa de Canberra por 15 dias e do Bibliotecário Parlamentar Assistente da Bangladesh por 2 meses (7:12).

Todas as ocorrências citadas na literatura são acompanhadas de reações altamente positivas dos autores, numa clara indicação de que esta parece ser uma forma frutífera de treinamento de funcionários parlamentares dedicados à informação e pesquisa.

4.6.4 - Coleção

Parte essencial dos recursos de um serviço de informação de pesquisa é constituída por sua coleção. Qualquer agência de informação substancial mantém uma coleção básica para fornecimento de suas respostas. De formatos variados, deverá a coleção se concentrar em torno das necessidades da clientela.

A documentação em análise demonstrou preocupação relativamente elevada com informações relativas às coleções do CRS, HCL e da LP. Ao todo, 57,6% da documentação-núcleo explorou a questão, sob o ponto de vista qualitativo ou quantitativo. Como resultados parciais detectou-se que 49,2% do grupo de documentos americanos se preocuparam com este tema, o mesmo acontecendo com 59,4% dos britânicos e 72,7% dos canadenses. Como seria de se esperar, as duas instituições cujas atividades se distribuem estruturalmente entre os troncos básicos — pesquisa/informação — concentraram maior preocupação com as respectivas coleções.

Os anexos 21 a 23 e as tabelas 21 e 22, que os complementam apresentam a caracterização geral das coleções dos três órgãos. Além dessas categorias, tentou-se levantar ainda dados sobre o volume e cobertura geral da coleção. Esta última tentativa comprovou-se inviável, para fins de tabulação de dados, uma vez que raras vezes foi explorada de forma detalhada.

Estes são, portanto, os três aspectos da coleção a serem analisados neste capítulo: categorias, volume e cobertura.

4.6.4.1 - Categorias

A documentação reuniu suas informações em torno de 17 categorias de coleções. Padrões de arranjo e tratamento interno das mesmas conduziram à detecção desses 17 grupos. Como sugere a tabela 21 todavia, há cinco categorias mais gerais que, além de possuírem características próprias, são, na realidade, formadas de material comum às demais. Estes cinco grupos determinarão a estrutura de análise deste tópico, a saber: coleção principal, coleção de duplicatas, coleção de referência, obras raras e subcoleções. A correspondência entre estas categorias gerais e as 17 categorias específicas, em cada um dos órgãos estudados, está refletida na Tabela 22. A partir dos dados dessa tabela verifica-se que constituem documentos da coleção geral, nos três casos, os seguintes: arquivos de recortes de jornais, publicações governamentais, documentação parlamentar e documentação internacional. Constituem coleção geral, em dois casos: os folhetos, os livros, os periódicos e os arquivos de recortes. A coleção de pesquisa só aparece nos Estados Unidos e é considerada como coleção geral. Estas serão as categorias específicas de coleções a serem abordadas neste tópico. Serão considerados como coleção de referência os jornais, propriamente ditas, como denominadas pelos respectivos serviços de informação a que pertencem, os materiais especiais e as microformas.

As coleções de duplicatas, obras raras e subcoleções serão tratadas sem detalhamento do material nelas contido, uma vez que a documentação-núcleo não fornece subsídio para tal procedimento.

A - Coleção Principal

Esta foi uma categoria que só apareceu com denominação específica nos documentos relativos ao CRS; nos outros dois grupos de documentos predominou a tendência de nomeação do acervo segunda sua categoria própria. Provavelmente o arranjo interno da coleção tenha sido o fator determinante desta diferença. No CRS a documentação está separada por tipos de documentos, salienta a linha de conteúdo, mais que o número das publicações; a documentação não está separada por tipos de número e com os tipos de documentos reunidos; já a britânica apresenta uma tendência maior em descrever as fontes de informação em si mesmas, informando bastante sobre a cobertura das mesmas, mas informando muito pouco objetivamente sobre sua quantidade.

Historicamente o CRS possui duas grandes coleções: a coleção principal e a coleção de duplicatas, que será vista no próximo item. A coleção principal se destina a preservar o material para uso diversos. Apesar de descartar o material periodicamente, pode ser considerada, opostamente à coleção de duplicatas, uma coleção permanente de material corrente.

Em 1960 Stewart afirmava: "a coleção principal consiste de noventa e seis arquivos de madeira, contendo recortes de revistas e jornais, folhetos, documentos, bibliografias, relatórios datilografados e preparados pelos funcionários do Serviço de Referência Legislativa" (168:51). Nessa época o material relativo a cada assunto era mantido em envelopes anuais. Era política do Serviço manter o material por cinco anos, e em certos casos seis; a cada ano se processava o descarte do material anterior a esse período — muitas vezes os pesquisadores assumiram a preservação de materiais em seus arquivos pessoais. Alguns assuntos importantes não sofriam descarte.

A coleção reúne, portanto, uma vasta gama de documentos, e sua apresentação geral, com base nas informações obtidas, se aproxima à de um arquivo vertical de recortes de

TABELA Nº 21

Freqüência das variáveis relacionadas com as
categorias de coleções na literatura-núcleo

Variáveis (Categorias de Coleções)	Países	EUA F - %	GRB F - %	CAN F - %	Total F - %
* Coleção Principal		22 - 32,8	-	-	22 - 16,0
* Coleção de duplicata		13 - 19,4	1 - 2,7	2 - 6,0	16 - 11,6
Livros		9 - 13,4	11 - 29,7	13 - 39,3	33 - 24,0
Periódicos		10 - 14,9	12 - 32,4	9 - 27,2	31 - 22,6
Jornais		5 - 7,4	11 - 29,7	13 - 39,3	29 - 21,1
Recortes (periódicos/ jornais/folhetos)		13 - 19,4	13 - 35,1	15 - 45,4	41 - 29,9
Folhetos		13 - 19,4	7 - 18,9	2 - 6,0	22 - 16,0
Publicações governa- mentais		11 - 16,4	13 - 13,1	8 - 24,2	32 - 23,3
Documentação parlamentar		11 - 16,4	18 - 48,6	10 - 30,3	39 - 28,4
Documentação internacio- nal		3 - 4,4	17 - 45,9	4 - 12,1	24 - 17,5
* Coleção de referência		15 - 22,3	11 - 29,7	15 - 45,4	41 - 29,9
Coleção de pesquisa		19 - 28,3	-	-	19 - 13,8
Materiais especiais (n/microformas)		2 - 2,9	1 - 2,7	2 - 6,0	5 - 3,6
Microformas		15 - 22,3	4 - 10,8	12 - 36,3	31 - 22,6
* Obras raras		-	-	7 - 21,2	7 - 5,1
* Subcoleções-fora da Bi- blioteca Principal		15 - 22,3	3 - 8,1	15 - 45,4	33 - 24,0
Outras		-	-	2 - 6,0	2 - 1,4
Documentos com 1 ou mais variáveis		33 - 49,2	22 - 59,4	24 - 72,7	79 - 57,6
Total documento do país		67 - 100	37 - 100	33 - 100	137 - 100

* Categorias gerais - formadas das demais categorias

Classificação das Categorias específicas e gerais da coleção, segundo as bibliotecas parlamentares

Categorias Gerais da coleção	Coleção Principal			Coleção de Duplicatas			Coleção de Referência			Obras raras			Subcoleções - fora da Biblioteca Principal		
	CRS	HCL	LP	CRS	HCL	LP	CRS	HCL	LP	CRS	HCL	LP	CRS	HCL	LP
*Coleção principal	X														
*Coleção de duplicatas				X											
Livros		X	X				X	X	X				X	X	X
Periódicos	X		X				X	X	X				X	X	X
Jornais	X						X	X	X				X	X	X
Arquivos de Recortes	X	X	X	X			X	X	X				X	X	X
Folhetos	X		X	X			X	X	X				X	X	X
Publicações governamentais	X	X	X	X			X	X	X				X	X	X
Documentação parlamentar	X	X	X	X			X	X	X				X	X	X
Documentação internacional	X	X	X	X			X	X	X				X	X	X
*Coleção de referência															
Coleção de pesquisa	X														
Materiais especiais (n/microformas)			X				X						X		X
Microformas			X										X		X
*Obras raras			X										X		X
*Subcoleções - fora Biblioteca Principal			X										X		X
Outras			X										X		X

* Categorias gerais - formadas das demais categorias.

jornais. Material mais volumoso que dificulte o arquivamento é mantido em estantes, na mesma área, para facilitar o atendimento.

O arquivo propriamente dito é constituído de recortes de jornais e de revistas (em 1968 o número de títulos era de 10 jornais e 350 revistas); recortes de publicações oficiais quando em formato apropriado; além de inúmeros folhetos e outros documentos passíveis de arquivamento em pastas verticais. Além disso há ainda inúmeras "publicações das Nações Unidas, material de cerca de 1.500 grupos lobistas e de universidades e organizações de pesquisa" (107:34). Documentos governamentais de nível federal, estadual e municipal são outro importante segmento dessa coleção; fazem parte da coleção, ainda, os documentos parlamentares, embora alguns autores os incluam na categoria de documentos governamentais.

Em 1984, Lindley dava informações sobre essa coleção, segunda as quais ela se constitui basicamente de relatórios datilografados do CRS; literatura em folhetos, recortes de 9 jornais diários;* extração de textos integrais dos artigos de cerca de 3.600 títulos de periódicos assinados pelo CRS; e cerca de 1.000 categorias diferentes de publicações governamentais, inclusive as do Congresso (113:13).

Essa coleção se destina, em sua forma bruta, basicamente ao uso pelos próprios funcionários — pesquisadores, bibliotecários e outros — do CRS, por ocasião do fornecimento de respostas à clientela.

Como se vê, apesar de serem citadas 15 categorias de coleções do CRS, pela documentação, a categoria "coleção geral" inclui praticamente todos os documentos, exceto material em forma de livro e em formatos especiais como microfílm e fitas gravadas. Esses materiais integram a coleção de referên-

*Citam-se os jornais: Washington Post; Washington Times; New York Times; Chicago Tribune; Los Angeles Times; Wall Street Journal; Boston Globe; Christian Science Monitor e Journal of Commerce.

cia ou outras coleções espalhadas pelas dependências do CRS no Congresso.

O material antigo dessa coleção é geralmente micro filmado, em rolo ou em fichas, e, após introduzido em bancos de dados próprios e avaliados minuciosamente, pode se tornar candidato à coleção de duplicatas ou ao descarte.

Menção especial deve ser feita ao segmento da coleção representado pelo acervo de pesquisas elaboradas pelo próprio CRS, uma vez que este foi o único órgão que enfatizou esse tipo de material, mencionando-o, e algumas vezes detalhando-o, em 28,3% de sua documentação em análise.

Esse material é coletado desde 1915, ano em que se iniciou o trabalho de pesquisa, ainda na LC. Em 1953 já se con tavam cerca de 20.000 relatórios reunidos. Hoje, contam-se vários milhares, embora o número exato não tenha sido detecado. Em 1968, segundo relatório da LC, "foram dados os primeiros passos para a organização dos milhares de relatórios e memoran dos datilografados, de forma que, através do uso de armazenamen to em computador e de listagens semanais de catálogos de autor e assunto relativos à produção do CRS, este crescente grupo de pesquisas poderá se tornar conhecido quase simultaneamente por todas as Divisões do Serviço. Isto dificultará ainda mais a possibilidade de que uma pesquisa seja feita duas vezes, além de viabilizar a abordagem interdisciplinar das futuras pesquisas" (107:34). Em 1978 todas as pesquisas datadas de 1965 em diante foram convertidas em microfichas. Conjuntos completos da coleção, neste formato, "foram colocados à disposição das Divisões de Pesquisa e dos Centros de Referência, que ficam nos edifícios do Capitólio" (154:42). Aparentemente cada Divi são possui a cópia de suas pesquisas, pois se informa em documento posterior que "uma cópia da microficha é arquivada próxi mo a uma copiadora, para conveniência de impressão, e a outra é guardada no escritório do pesquisador responsável" (3:374).

Há indícios de que esta situação evoluiu para a duplicação e distribuição, em microficha, de todas as pesquisas para todas as Divisões, como ocorre com o material citado no Serviço de Disseminação de Informação, mas não foi possível dirimir esta dúvida.

Mais convencional é o arranjo das coleções principais pertencentes à Biblioteca da Câmara dos Comuns e à Biblioteca do Parlamento. Nenhum documento forneceu um dado condensado que caracterizasse a coleção como um todo, a não ser em relação à sua cobertura; e, mesmo neste caso, havia uma certa preocupação em nomear a categoria específica do material, citando expressões como, por exemplo, a coleção de livros é concentrada em direito ou, livros de ficção não constituem parte integrante do acervo, e outras similares. Desta forma, será mais conveniente analisar a coleção geral dessas duas bibliotecas segundo os subgrupos de documentos. Onde couberem, inferências serão feitas a respeito da ocorrência no ambiente norte-americano. As coleções serão introduzidas, exceto a de pesquisa do CRS, na ordem em que aparecem na tabela nº 21.

1º) Livros*

Na HCL há uma coleção de cerca de 120.000 livros, cobrindo basicamente as áreas de direito, história moderna, biografia e ciências sociais (123:329). A essa lista Rush acrescenta parlamento e economia (148:145). A maioria dos autores, como Englefield, por exemplo, cita, ao lado desses assuntos-núcleo, assuntos complementares e mais usados para o lazer, como literatura clássica, britânica e estrangeira, e relatórios de viagens (55:33). Nessa coleção, apesar de citada em 29,7% da documentação britânica, muitas vezes o contexto da informação representa uma situação negativa. Vários foram os documentos que se expressaram semelhantemente a Buchanan: "livros não

* O material nesse formato é, no CRS, considerado de referência e é depositado na Sala de Leitura Parlamentar.

são o foco principal na aquisição de material bibliográfico na HCL, como parece ocorrer em outros lugares. Há forte ênfase em material corrente, mormente aqueles em forma diferente de livros; mesmo assim há uma boa coleção de livros" (20:16) — cerca de 125.000, não incluindo a documentação oficial.

A maior concentração de informações sobre o grupo de livros é representada pelos 39,3% da documentação canadense. Num total de 650.000 volumes (139:5), essa coleção cobre principalmente as áreas de política, governo, economia, direito e história.

2º) Periódicos

Esta categoria foi muito citada pela literatura, mas sua descrição praticamente inexistente. A HCL é a instituição com maior incidência: 32,4% da literatura. Nessa biblioteca são adquiridos e mantidos "entre 1.500 e 2.000 títulos de periódicos" (55:32). Na LP este mesmo grupo conta com 1.800 títulos. O CRS adquire 3.600 títulos. Aparentemente essa coleção se desfaz, sendo os seus artigos arquivados individualmente no assunto correspondente da coleção de arquivos do CRS. Na HCL o material é mantido como coleção de referência.

3º) Arquivo de recortes de jornais e de folhetos

Este foi, provavelmente, o segmento da coleção que menos uniformidade apresentou entre os padrões seguidos pelas três instituições. No CRS ele se confunde com a coleção principal em si mesma, sendo esta, como foi visto pouco, um enorme arquivo vertical de material impresso diverso de livro. A expressão "vertical file", todavia, só começa a ser usada com mais freqüência em documentos posteriores a 1970, em detrimento da expressão "files" até então amplamente usada.* Na lite-

*Comparar por exemplo, os relatórios anuais da LC anteriores a 1970 e os que o seguem.

ratura mais recente há uma certa tendência em citar os segmentos em separado, como, por exemplo: "A coleção principal é formada de relatórios datilografados do CRS; folhetos, recortes de 9 jornais diários" (113:13). Não se informa, entretanto, se a prática de reunir todo o material relativo a um assunto especial numa só pasta terá sido alterada. Pressupondo-se que tal procedimento perdure, seria de se esperar que os diversos segmentos da coleção principal apresentassem uma frequência relativamente próxima na literatura, o que de fato aconteceu.

Na documentação relativa à HCL a frequência desta variável foi de 35,1% — em contraposição aos 19,4% do CRS. O padrão aí seguido é a existência de arquivos verticais especializados em três diferentes áreas: assuntos nacionais, assuntos internacionais e ciências. Os dois últimos são mantidos pelas respectivas Seções de Assuntos Internacionais e de Ciência e Tecnologia, e são assim considerados como parte da coleção principal. O primeiro, por sua vez, é mantido na Sala de Referência, e por isso é considerado como parte desta coleção. Doze jornais alimentam esse arquivo.

Na LP o arquivo é mantido como parte da coleção principal, embora localizado administrativamente no setor de serviços ao público, e constitui uma coleção muito importante na instituição, a julgar pelos 45,4% da documentação canadense que a citaram.

Nos três casos os documentos-fonte para esse arquivo de recortes são: 1º) jornais (9 no CRS, 12 na HCL e 26 na LP);* 2º) enormes quantidades de folhetos e outros materiais efêmeros, como folhas soltas, por exemplo, editados pelo governo federal, estadual ou local; material semelhante a este, proveniente de grupos privados e "lobistas", e de órgãos internacionais; 3º) periódicos (grande quantidade no CRS, alguns na HCL e LP); 4º) folhetos.

* Dados fornecidos por: LINDLEY, 1984, p. 13; ENGLEFIELD, 1981, p. 33, e CANADA Library of Parliament, 1982, p. 12; referências nº 113, 55 e 25 da bibliografia.

4º) Folhetos

Nos três países, muita ênfase é dada quanto à atualidade do material e, por extensão, à categoria de documentos representada pelos folhetos. Englefield afirma que a extensa coleção de folhetos da HCL constitui "material importante pelo menos por duas razões: a) são muito mais atualizados quanto publicados pela primeira vez do que são os livros; b) é a forma através da qual pequenos grupos, e mesmo indivíduos, podem fazer pressão sobre os parlamentares. Frequentemente é a única forma em que é possível divulgar uma informação. Por isso, a compra de folhetos é tão importante para a HCL" (55:34).

Por outro lado, dizia Jayson, nos Estados Unidos, em 1970: "falo da aquisição e disponibilidade imediata ao usuário do material que não é encadernado nem brochurado, o material efêmero. Falo do material contido nos jornais, nas revistas de comércio, nos periódicos técnicos. Mas falo também de materiais menos acessíveis, como os relatórios, as descobertas e pensamento de agência de governos estaduais e locais, de organizações de pesquisa, de universidades, de sindicatos, de grupos de ação em prol do bem-estar social e de grupos de ação política. O pessoal dessas instituições está ativo no campo e está desenvolvendo fatos e informação que simplesmente não estão disponíveis em outras fontes. Estou falando de trabalhos profissionais que são apresentados em encontros profissionais, onde especialistas experientes oferecem as mais avançadas idéias, não apenas sobre problemas de hoje, mas também sobre os de amanhã, cujo surgimento já lhes é perceptível hoje. Muito desse material só está disponível em forma mimeografada ou de folheto, e talvez nunca verá outra forma, ou, se isto acontecer, talvez já seja tarde para que o legislador atue" (88:548).

A relativamente baixa frequência da variável "fo-

lhetos" (16,0% de toda a documentação-núcleo) pode ser explicada pelo fato de o material estar muito vinculado aos arquivos de recortes. Assim, muitas vezes ele terá sido indicado de forma maciça, juntamente com os outros materiais desses arquivos, sob a denominação de "recortes".

5º) Publicações governamentais e documentação parlamentar

Este segmento é representado pelo amplo leque das publicações oficiais, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, embora este último tenha, raramente, sido mencionado pela literatura. A terminologia, mais uma vez, é ambígua, sendo que a expressão "government publications" significará ora os documentos publicados pelo Governo como um todo, ora pelo Executivo, ora pelo Legislativo, e finalmente pelo Executivo e Legislativo ao mesmo tempo.

Analisando os anexos 21 a 23, que apresentam a distribuição da literatura segundo categorias de coleções, é possível verificar que, consideradas separadamente, cada uma destas duas coleções apresentou uma frequência menor do que se consideradas em conjunto. Assim, verifica-se a seguinte situação:

- a) separadas - governamentais (CRS: 11; HCL: 13; LP:8) = 32
parlamentares (CRS: 11; HCL: 18; LP: 10) = 39
- b) em conjunto - governamentais/parlamentares (CRS: 19; HCL: 19; LP: 12) = 50.

As publicações oficiais foram citadas sob o termo "governamental" em 23,3% da documentação-núcleo total; enquanto isto, a expressão "documentação parlamentar" foi usada em

28,4%. A documentação que mais diferença fez entre os dois grupos foi a norte-americana, com certeza devido à definida separação dos poderes estudadas nos primeiros capítulos deste trabalho. Considerando, entretanto, os aspectos terminológicos citados, decidiu-se reunir os dois subgrupos, e obteve-se, como conclusão, a informação de que 36,4% da literatura-núcleo forneceu algum tipo de informação sobre a coleção de publicações oficiais do Governo, parlamentares e não parlamentares.

Desde 1978, "a Divisão de Serviços Bibliotecários do CRS foi designada pelo Superintendente de Documentos do GPO como um membro do Sistema de Bibliotecas Depositárias do Governo — permitindo assim que o CRS selecione qualquer publicação que julgar viável, dentre cerca de mil categorias, inclusive as publicações do Congresso, em microficha, para inclusão em sua coleção" (113:13). Material tradicionalmente reunido pela Divisão, nesta categoria, é representado por todos os projetos introduzidos no Congresso; "relatórios e impressos de comissões, desde 1915; (...) arquivo de todos os documentos do Congresso, arranjados por autor e assuntos, desde 1935" (64:14). Como instrumento básico de apoio no uso dessa documentação, o CRS desenvolveu bancos de dados sobre situação corrente e histórico de projetos de leis.

A LP coleciona, além das publicações do Parlamento canadense, algum material dos parlamentos da Grã-Bretanha, França, Nova Zelândia, Austrália, Bélgica, Índia e África do Sul. Mantém ainda uma boa coleção de material do Congresso norte-americano. Em 1962 foi realizado um acordo entre a LP e a biblioteca nacional do país. Através desse documento aquela instituição assumiu a responsabilidade "pela obtenção, armazenamento e circulação de documentos parlamentares dos novos países do Reino Unido bem como de outros países" (167:29).

Existe uma Seção especialmente devotada a esta coleção: a Seção de Coleções Oficiais. Há muito material antigo

e raro neste grupo, de períodos tão remotos como 1792 e 1715. Os debates do Parlamento canadense remontam a 1660.

A maior concentração percentual de documentos que trataram do assunto recaiu sobre a HCL: 51,3% de seu subgrupo. A Biblioteca classifica sua coleção de publicações oficiais nas seguintes categorias:

- "1. Parliamentary Papers — reúnem projetos públicos, documentos da Câmara dos Comuns e documentos de comando.* O conjunto encadernado da Biblioteca data de 1801, e está virtualmente completo (...).
2. House of Lords Papers — constituem uma série separada e é mantida na HCL desde 1870;
3. as edições impressas dos Journals da Câmara dos Comuns (1547 até a atualidade) e do Senado (de 1509 até hoje);
4. Sessional Papers ("The Vote") — esses registros diários da Câmara dos Comuns são encadernados em suas respectivas séries: Votes and Proceedings, Notices of Motions, etc. A Biblioteca tem coleções encadernadas desde o início do século XIX;
5. Non-Parliamentary Publications of the HM Stationary Office — A Biblioteca recebe e cataloga uma ampla seleção desses documentos.
6. State Papers (sobre assuntos políticos e comerciais) publicados pelo Foreign Office desde 1812;

* "Documentos de Comando" são documentos apresentados pelo Governo, ao Parlamento, por ordem da Rainha.

7. Statutes Revised (até o final de 1948), e subsequentes volumes anuais de Public General Acts. A Biblioteca anota e atualiza regularmente um conjunto desses Atos;
8. Statutory Instruments, antigamente Statutory Rules and Orders;
9. Local & Personal Acts - deste 1798;
10. Road Acts - 1760-1796;
11. Parliamentary Debates - a melhor parte de sete conjuntos principais do Hansard, que são mantidos, ao lado de outras fontes alternativas tais como Mirror of Parliament (1828-41), para alguns dos períodos mais antigos.

Além destas, duas outras categorias de documentos que não são publicados normalmente nas séries parlamentares oficiais são recebidas pela Biblioteca:
12. "Unprinted Papers" - são cópias de certos Relatórios, Contas, Normas, etc., apresentados por força de lei ou (menos frequentemente) por comando. O termo "unprinted" se refere apenas ao fato de não serem publicados como Documentos Parlamentares. Muitos são, na verdade, impressos pelo HM Stationery Office. Cópias apresentadas à Câmara têm sido preservadas desde 1851;
13. Deposited Papers - são documentos entregues à Biblioteca pelo Presidente da Câmara ou por Ministros, destinados a consulta pelos parlamentares" (148:146-7).

A coleção da maior parte desses documentos se localiza, conforme Englefield, na Sala Oriel; grupos mais antigos

são mantidos no corredor externo da HCL. Apesar de o início de algumas coleções datar do século XVIII, a preocupação da Biblioteca se concentra, segundo Englefield, "mais no presente e no futuro" (55:35) do que no passado.

O primeiro grupo da coleção, os denominados Parliamentary Papers, está disponível para distribuição a todos os parlamentares, a qualquer momento.

O trabalho com essas coleções se apóia em quatro índices preparados pela HCL: o Índice Parlamentar (Parliamentary Index) o Índice de Projetos (Bill Index); o Índice de Questões Parlamentares (Parliamentary Questions Index); e o Índice dos Presidentes de Comissões (Chairman's Index).

6) Documentação internacional

A Grã-Bretanha apresentou uma freqüência muito superior aos outros dois países em relação a esta categoria documental: 45,9%, em contraposição aos 12,1% do Canadá e aos 4,4% dos Estados Unidos.

Nestes dois últimos casos as informações se limitam a afirmar que o CRS e a LP mantêm uma coleção de material publicado por organismos internacionais.

A explicação do valor deste tipo de coleção segue geralmente o raciocínio segundo o qual o mundo está se tornando pequeno e que os países têm sofrido uma necessidade cada vez maior de se analisarem dentro de contextos mais abrangentes do que o seu próprio território. Informações sobre um determinado evento no exterior, ou comparação entre países diferentes, podem ser obtidas através dessa coleção.

Na HCL o material se localiza na Sala A. A coleção inteira, todavia, é muito maior do que a parte que aí se encon

tra, chegando a formar uma sub-biblioteca. Nos três serviços de informação estudados constituem partes dessa coleção: material publicado pela ONU e suas agências; material das organizações internacionais européias; e material de outras instituições internacionais com as quais o parlamento ou os parlamentares mantêm algum tipo de vinculação. No caso da Inglaterra, por exemplo, há o Conselho da Europa e a União da Europa Ocidental (55:33-34).

A coleção britânica inclui ainda, neste grupo, material do Congresso e dos Ministérios norte-americanos.

Os índices da HCL para essa coleção são: Índice de Assuntos Internacionais (International Affairs Index); Índice das Comunidades Européias (European Communities Index); e Índice da Legislação Secundária Européia (European Secondary Legislation Index).

É mantido também um arquivo vertical sobre os assuntos internacionais incluídos nessa coleção.

B - Coleção de Duplicatas

Treze documentos norte-americanos citam este tipo de coleção, ou seja, 19,4% da literatura relativa ao CRS. Enquanto isto, apenas 2,7% e 6,0% do material britânico e canadense procederam da mesma forma.

Até 1964 tanto a coleção principal como a de duplicatas eram administradas pela Divisão de Serviços Bibliotecários. Nesse ano, informa o relatório da LC (106:68), a coleção de duplicatas passou à jurisdição da Government and General Research Division, e em 1967 passou a ser administrada pela então recém-criada Congressional Reference Division, constituindo-se num dos primeiros elementos concretos da existência da Divisão. Fisicamente, todavia, a coleção só veio a se instalar nessa Divisão em 1979, por ocasião da mudança para as instalações atuais (155:37).

Constituída de duplicatas de material constante da coleção principal, essa coleção se destina à distribuição indiscriminada à clientela como parte das respostas dos funcionários, principalmente aquelas fornecidas pela Divisão de Referência do Congresso. Muitos dos itens existem em grandes quantidades, e alguns chegam à cifra dos mil exemplares.

Talvez a melhor explicação sobre o funcionamento dessa coleção seja a fornecida por Goodrum, em 1957: "Nossa coleção 'give-away' é uma coleção incomum e talvez a única em serviços de pesquisa. Atualmente é constituída de cerca de 100.000 folhetos e documentos oficiais, formando um enorme arquivo vertical. Temos até quinze exemplares de um mesmo item; ao invés de um só conjunto de documentos do Congresso, arranjado em séries, temos dez conjuntos subdivididos por assunto e cerca de doze assuntos são distribuídos todos os dias. A coleção é organizada em estantes e em caixas de folhetos (...) O bibliotecário conduz uma busca contínua de nomes e endereços de novos grupos "lobistas". Cerca de mil organizações estão envolvidas nesse trabalho. Quando o material chega, o bibliotecário seleciona os itens para a coleção principal e deposita o restante; sendo o caso, solicita duplicatas para a coleção de duplicatas, inclusive dos selecionados para a coleção principal. Cerca de 80% da coleção é totalmente alterado a cada 18 meses. As fontes são, basicamente: 1ª (...) periódicos de universidades mais importantes que se apliquem ao nosso trabalho; 2ª) (...) grande quantidade de publicações oficiais, tanto do Congresso como do Executivo" (69:127-8).

Todo material relevante da coleção principal está disponível em vários exemplares nessa coleção.

O volume da coleção é muito grande, e o acréscimo anual é cada vez maior (em 1966: 150.800 exemplares de vários documentos; em 1968: 420.000).

Além dos documentos oficiais federais e estaduais, de inúmeros folhetos de universidades e instituições de pesquisa, cobrindo cerca de dois mil assuntos, essa coleção inclui ainda verdadeiras tiragens de relatórios de pesquisa do Congresso, preparados e duplicados para distribuição. Outro material que constitui essa coleção são os denominados "pacotes de informação" preparados pela Divisão de Referência do Congresso sobre duas ou três centenas de assuntos. Para se ter uma idéia do volume desses pacotes, apenas em 1973 foram distribuídos 18.000 exemplares de pacotes relativos a 105 assuntos (39:45).

Na Grã-Bretanha há uma coleção de duplicatas que se assemelha a esta. Trata-se da coleção de documentos parlamentares estocada nas instalações do Vote Office para distribuição aos parlamentares. O material relativo às duas sessões anteriores é aí mantido. Em alguns casos, os exemplares são emprestados, e não doados. Documentos oficiais, mas não parlamentares, desejados pelos parlamentares podem ser obtidos no HMSO, ou através de outros canais, por intermédio do Vote Office.

A coleção citada no Canadá não guarda semelhança com as duas anteriores. É uma coleção convencional de duplicatas, destinada ao intercâmbio entre bibliotecas. O movimento de doação e intercâmbio nessa Biblioteca é bastante dinâmico, embora não seja comparável com a coleção de duplicatas norte-americana. Em 1979/1980, 8.937 livros foram recebidos e 9.500 doados (6:1).

C - Coleção de Referência

A instituição que transmitiu maior interesse por este segmento da coleção foi a LP, tendo 45,4% de sua literatura abordado o assunto. Os percentuais norte-americanos e britânicos foram respectivamente de 22,3% e 29,7%.

O material básico dessa coleção é, como demonstra a tabela nº 22, constituído de livros, periódicos, jornais e microformas.

Semelhança maior foi detectada entre o CRS e a LP. Em ambos, a actividade de referência* se dá através de postos de serviços espalhados pelos edifícios parlamentares. Na Grã-Bretanha, embora esses postos comecem a surgir, o foco central é, ainda, constituído pela Sala de Referência da Biblioteca Principal.

A coleção de referência nos Estados Unidos é formada por sete subgrupos diferentes de coleções — dois em salas de leitura, um na Divisão de Referência do Congresso e quatro em Centros de Referência. Cada um desses grupos, exceto a Sala de Leitura do Congresso e a Divisão de Referência do Congresso, contém aproximadamente "400 obras de referência, 5 jornais diários, 30 periódicos e um arquivo vertical de cerca de 1.000 relatórios do CRS (76:642). Alguns documentos citam ainda um pequeno número de livros populares para consulta e/ou empréstimo (113:12), bem como uma coleção de microfichas, e equipamento para uso da mesma (39:45).

As coleções da Sala de Leitura do Congresso e da Divisão de Referência são, aparentemente, maiores. A primeira, já em 1960, continha "200 obras de referência em forma de livro, 5.000 volumes de áreas de interesse do Congresso, 50 periódicos, 3 jornais e alguns livros de ficção e best-sellers" (168:28). Por volta do final do ano de 1979 e início de 1980, ocasião em que o CRS se instalou no Madison Building, a Sala de Leitura absorveu a coleção de referência que até então se localizava na Divisão de Serviços Bibliotecários, conhecida como "Reserved Book Collection". Esta era bem numerosa. Embora não se tenha obtido o número exato, em 1960 cerca de 10.000 vo

* Neste contexto, entendida como o serviço face-a-face c/o usuário.

lumes eram encontrados neste grupo, a maioria equivalente a uma coleção da referência de qualquer biblioteca pública de porte médio" (168:66).

Quanto à Divisão de Referência do Congresso, aí são mantidas, além da grande coleção de duplicatas, vista no item anterior, coleções em microformas dos vários arquivos e bancos de dados do CRS (39:45).

Como se vê, no Congresso as coleções são pequenas e numerosas. No Parlamento canadense há quatro coleções semelhantes a estas: a Sala de Leitura Parlamentar é a maior e mantém um acervo basicamente formado de jornais e periódicos - "804 e 150 títulos respectivamente, Segundo Spicer (174:81), as três bibliotecas setoriais contêm "uma pequena coleção de livros, documentos e periódicos para empréstimo, e aparelhos de videotape" (25:16).

Na HCL há uma biblioteca setorial, possivelmente semelhante aos centros de referência dos Estados Unidos e às bibliotecas setoriais do Canadá. A literatura forneceu pouco detalhe sobre sua coleção, informando apenas que se constiui numa duplicação do material mais corrente e material parlamentar existente na Sala de Referência propriamente dita. O Public Information Office, órgão responsável pelo atendimento ao público, concentrado em informação sobre o parlamento e suas atividades, dispõe de documentação parlamentar, mas, da mesma forma, não se localizou detalhamento sobre seu acervo. A atividade de referência principal se baseia na coleção da Sala de Referência da HCL.

Neste segmento, com base em informações de Englefield (55:32), se encontram as seguintes subcoleções: 1º) atlas, mapas, uma grande coleção de guias de cidades do Reino Unido e de centenas de relatórios anuais de instituições; extensa coleção de jornais (cerca de 120), incluindo alguns dos países europeus e dos países da Comunidade Britânica, jornais

diários, nacionais e regionais são expostos ao lado de uma coleção representativa da imprensa estrangeira. A Biblioteca mantém os arquivos completos de dois importantes jornais de cobertura nacional: The Times e The Guardian, em papel e também em microfilme; outros documentos são mantidos pelo período de quatro anos; 2º) periódicos — cerca de 1.500 a 2.000 títulos são recebidos pela Sala de Referência, e 25% deles são mantidos permanentemente. Cerca de 150 a 200 destes títulos são de interesse geral, alguns até de leitura de lazer — material também necessário à clientela — mas a maioria é adquirida com base no interesse de seu conteúdo temático para o trabalho parlamentar; 3º) material publicado pelo Governo Central, contendo instruções, aconselhamentos e informações destinadas a indivíduos e organizações (este material inclui: notas da imprensa, circulares dos Ministérios, folhas soltas e uma grande coleção de "Welfare state information", da qual todo o Parlamento faz uso regularmente); 4º) coleção de referência comum: enciclopédias, dicionários, anuários e outros, similares; 5º) há dois arquivos de recortes, o primeiro com material de jornais e periódicos em geral, e o segundo com material do The Times; 6º) o Índice de Assuntos Nacionais (Home Affairs Index) contém fichas analíticas de todo esse amplo conjunto de materiais de referência.

As coleções de referências das três organizações, a partir das informações obtidas, se constituem, portanto, de várias categorias de documentos:

1º) livros de referência: tanto aqueles cujo formato é especificamente definido, como de referência (enciclopédias, dicionários, anuários, guias e outros) como outras obras de peso nas diversas áreas de interesse do parlamento (manuais, tratados, etc.);

2º) periódicos - no CRS uma seleção de até 50 títulos em cada setor de referência; no Canadá e na Grã-Bretanha uma

seleção para as bibliotecas setoriais e uma grande coleção nas salas principais de referência.*

3º) Jornais — No CRS, uma seleção de cerca de 10 títulos; na LP, todos os títulos assinados (cerca de 800), e HCL, todos os títulos assinados (cerca 120);

4º) Recortes de jornais — na HCL, apenas o arquivo de recortes vinculado ao "Home Affairs Index";

5º) Folhetos — como parte da coleção anterior, na HCL;

6º) Microformas e outros materiais não-convencionais.

Esta é uma coleção que demanda um certo detalhamento neste tópico, uma vez que não foi abordada no âmbito das coleções anteriores. Está caracterizada como coleção de referência nas três instituições estudadas, embora a LP a considere também como coleção geral. Como microformas as coleções existentes são em filmes e em fichas. Os materiais não-convencionais citados, diferentes das microformas, foram basicamente as fitas de gravação sonoras e de imagem. Estas aparecem de forma ainda muito sutil na literatura — exceto nos documentos relativos ao CRS, onde, todavia, o enfoque é mais centrado nos serviços fornecidos com apoio nessas gravações do que na coleção desse material.

Quanto à coleção de microformas, propriamente dita, constitui um segmento já tradicional na LP e no CRS, sendo, sua introdução na HCL um fenômeno bem recente. A literatura canadense indica este segmento desde 1957, a americana desde 1968, e a britânica desde 1973 — tendo noticiado o uso

* No Canadá, cerca de 150 títulos, ficando a coleção principal (1800 títulos) em outra área; na Grã-Bretanha, todos os periódicos assinados pela HCL (1.500/2.000 títulos).

propriamente dito apenas em 1981.

A freqüência total das citações foi de 22,3%, 10,8% e 36,3%, respectivamente, nos grupos de documentos norte-americanos, britânicos e canadenses.

Parace estranho que a literatura norte-americana ha ja iniciado uma abordagem mais concentrada nessa documentação apenas a partir de 1968, considerando-se o fato de serem os Estados Unidos o país da tecnologia. Acontece que, por volta dessa época, a coleção de jornais, até então localizada fora do CRS, foi microfilmada, passando então para dentro do CRS. Afirma o relatório da LC, de 1968: "os volumosos exemplares de jornais encadernados estão agora substituídos e as cópias microfilmadas podem ser armazenadas dentro do CRS. O material de que se necessite pode ser copiado em papel de tamanho normal, instantaneamente. Isto eliminou o lento processo anterior de busca dos jornais em locais distantes e de cópias dos mesmos, da mesma forma, em locais distantes" (107:34).

A partir dessa época o uso e aplicação dessa tecnologia pelo CRS se desenvolvem em proporções geométricas, e em 1976 a coleção atingiu um total de 569.000 peças (42:27). A modalidade de geração dessas coleções tem variado entre aquisição de serviços externos, como as coleções produzidas pela firma Congressional Information Services — cobrindo o abrangente conjunto das publicações do Congresso, como, por exemplo, impressos de Comissões, projetos, leis e resoluções — contratação de serviços para microfilmagem da parte do Banco de Dados Bibliográficos correspondente ao serviço de Disseminação Seletiva da Informação e geração de microfichas pelos computadores do Congresso, através do sistema COM.

A fase de maior ênfase no desenvolvimento dessa tecnologia parece ser a que se seguiu ao ano de 1977. Nesse ano, relatórios especiais do CRS, denominados "Issue Briefs" foram gerados em microfichas pelo sistema COM. As cópias microfilmadas do

arquivo desses relatórios são mantidas nos postos de atendimento ao público do CRS. Em 1979, Aframe informava que pesquisas estavam sendo desenvolvidas por uma firma particular, a Teknekron, com a finalidade de se "obter um equipamento que gerasse os relatórios em microfichas a partir diretamente das processadoras de textos (...) e que ao mesmo tempo distribuisse e recuperasse as fichas (3:373). Até então, o sistema funcionava apenas na modalidade "off line" e através de fitas magnéticas. Isto foi conseguido no ano seguinte, mas não implantado, conforme as informações do relatório da LC de 1981, onde se alerta para a obsolescência da tecnologia em uso (44:32).

Por sua vez, no Canadá o uso do microfilme, apesar de já perdurar por cerca de três décadas ou mais, tem tido uma evolução um pouco mais discreta. Em 1971, Heaslip informava constar a coleção de microfilmes "de jornais canadenses — cerca de 15.000 a 16.000 rolos; de documentos americanos e da coleção de microfichas do Congressional Information Service" (81:37) dos Estados Unidos. Em 1980/1981 é noticiada a existência de um plano para conversão do catálogo da Biblioteca para microfichas, através de computador (7:7). Esse catálogo se tornou disponível em janeiro de 1982, "sendo desativado o catálogo em fichas, (...) cinco meses mais tarde" (138:4).

Na Grã-Bretanha, em 1973, considerava Paré "tendo em vista que bibliotecas legislativas têm que identificar e recuperar material de forma excepcionalmente rápida e o fato de que um membro do Parlamento quererá tal informação, uma vez recuperada, num formato adequado para conduzir consigo, acho que ainda é prematuro que a HCL se engaje no uso intensivo de microfilmes de materiais correntes, uma opinião que divido pelo menos com outros dois funcionários de bibliotecas parlamentares" (122:482). Em 1974, entretanto, já havia preocupação com a aquisição de coleções não só de microfilmes como também de equipamento para gravação em videocassetes (148:158).

Finalmente em 1981 surgem notícias de que o microfilme passou a ser usado pela HCL, em larga escala, principalmente nos serviços de referência da biblioteca setorial. O tra

balho se viabilizou através de um contrato com a HCL que vinha, àquela época, microfilmando o arquivo de recortes "Home Affairs" (55:36).

D - Coleção de Obras Raras

Este foi um segmento apenas destacado pela documentação canadense, embora a HCL também possua muito material antigo — não mencionado como raro, no sentido de formar uma coleção à parte. O material principal da coleção da LP nesta condição é representado por duas séries principais: a "canadiana" e a "americana". Documentação parlamentar britânica, canadense e norte-americana está representada nesta coleção, e outros materiais são representados por "livros raros em geral e manuscritos ou originais datilografados publicados por ou por sobre parlamentares. Cinco Comuns dois Senadores e seis jornalistas já constam desta coleção" (165:177).

E - Subcoleções

Neste grupo estão consideradas as coleções que não se encontram armazenadas na área principal ocupada pelo serviço de informação ao qual pertencem. Neste sentido, quase todas as coleções de referência poderiam ser consideradas neste grupo — como sugere a tabela nº 22. Por isso, o percentual desse grupo de documentos se aproxima tanto do relativo ao grupo de referência, o que está demonstrado pela tabela nº 21. Apenas na Grã-Bretanha a frequência entre os dois grupos foi bem diferente.

1º) Seções e/ou Divisões de Pesquisa

Documentos dos três países informam que cada órgão de pesquisa possui sua pequena coleção de consulta imediata. Geralmente se constituem de obras de referência e manuais básicos, configurando-se cada coleção dessas, no dizer de Jayson, "uma

biblioteca dentro da biblioteca" (88:546). Como se pode deprender desta afirmativa, estas não são, provavelmente, coleções tão pequenas como a maior parte da documentação faz crer. Em 1970 apenas a coleção da America Law Division do CRS era formada de 25.000 volumes (88:546).

2º) Sub-bibliotecas

Esta é uma categoria relativamente diferentes das coleções do grupo anterior, aparecendo apenas na Grã-Bretanha. São muito definidas em sua cobertura, possuem suas próprias políticas de aquisição e de tratamento técnico (55:35), e estão em áreas físicas também próprias, diferentemente da coleção principal. Por isso, são aqui consideradas como sub-bibliotecas, diferentemente das bibliotecas setoriais (pontos de serviço ao público).

As sub-bibliotecas são formadas por coleções substanciais e existem em número de três, a saber: 1ª) a de Estatística — com material retroativo prioritamente a 1946, grande parte da coleção se refere a época remota como 1801 e se localiza no Edifício Norman Shaw (Norte), fora do Palácio de Westminster; 2ª) a de Assuntos Internacionais, com estoque retroativo a 1919 — uma parte dela fica nas áreas da biblioteca principal; o restante se encontra espalhado por áreas do próprio Palácio de Westminster, e pequena parte fica fora do Palácio; 3ª) a Científica, iniciada em 1966, fica situada no Edifício Norman Shaw (Sul), também fora do Palácio. É relativamente menor do que as duas anteriores e possui um caráter mais especializado.

4.6.4.2 - Volume

Extremamente fluidas, se comprovaram as informações sobre este aspecto das coleções em análise.

Considerados os últimos dados obtidos sobre o item, através da literatura, é possível resumir o volume das coleções no padrão constante da tabela nº 23.

TABELA Nº 23

Volume das Coleções: CRS/HCL/LP

Categorias Específicas de Coleções	Livros	Títulos de Periódicos	Títulos de Jornais	Recortes de Jornais	Folhetos	Microformas	Publicações Governamentais	Coleção de Duplicatas	Coleção de Pesquisa
	* -	3.600 (1984)	9 (1984)	1** milhão (1980)	de 1.500 Grupos lóvistas e outros órgãos (1968)	569.000 peças (1976)	1.000 categorias de séries e publicações dife-rentes (1984)	3.000 títulos (1979) 420.000 exemplares (1968)	11.000 itens por ano
	Cerca de 150.000 (1981)	1.500/2.000 (1981)	100	-	-	-	"Milhares e milhares" (1981)	-	-
	650.000 (1982)	1.800 (1982)	800 (1974)	-	-	15.300 rolos e 41.600 microfiches (1976)	-	-	-

Potencialmente, todos os da LC e todos os de suas Divisões.

Não há informação objetiva que pudesse ser registrada com segurança

Apesar de considerado em "recortes" na realidade com segurança se refere ao total de itens de informação que compõem a coleção principal.

4.6.4.3 - Características

Ao se tentar estabelecer uma linha comum entre as coleções do CRS, HCL e LP, não se conseguiu formar uma tabela que pudesse reproduzir o parâmetro geral das mesmas.

Historicamente, as coleções britânica e canadense evoluíram numa direção comum a qualquer biblioteca mais abrangente: ricas em humanidades e em obras de conhecimento geral.

Assim, as coleções atuais continuam com os núcleos iniciais, preservados e atualizados, constituindo-se de obras parlamentares e do governo como um todo. Muito do material adquirido ao longo dos anos continua sendo mantido nas coleções, alguns resultando mesmo estranhos aos olhos de um analista mais atento. São de Rush estas palavras em relação à coleção da HCL, referindo-se à parte mais antiga: "ainda hoje, após uma política de repasse de grande parte desse material, a Biblioteca permanece surpreendentemente rica em trabalhos relativos a viagens, topografias, história natural, literatura francesa e outras extravagâncias semelhantes" (148:136).

O período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial constituiu fator decisivo para um enfoque mais dinâmico quanto à avaliação e tratamento da coleção perante as demandas, à época, recém-surgidas. Várias facetas da vida pública demandavam mudanças e ajustamento às novas condições sociais. O dinamismo imposto perante os parlamentos refletiu em suas bibliotecas e as respostas exigiam o uso de novos tipos de documentos.

Tem contribuído ainda para a mudança de enfoque das coleções de bibliotecas parlamentares a era tecnológica que se vive no momento, a explosão documental e a escassez de recursos, tanto financeiros como materiais, mormente prédios e equipamentos, no caso das bibliotecas e centros de informação.

Como resultado, essas instituições apresentam suas coleções atuais aproximadamente dentro das seguintes características:

1^a) atualidade — a coleção precisa oferecer dados correntes. Afirma Goodrum: o "Serviço é corrente — não um arquivo — lida com um produto do presente imediato" (70:1580);

2^a) cobertura — para atender às necessidades do Parlamento, a coleção há de ser, necessariamente, de abrangência geral — como ficou comprovado no item relativo à clientela. Todavia, observam alguns autores que o interesse por assuntos como filosofia, religião e literatura está declinando. Segundo Spicer, "Economia, sociologia, comércio e negócios estão deixando religião, filosofia e literatura como assuntos não-básicos, mas direito, ciência política e história continuam fundamentais na coleção" (165:177).

Grande parte dos documentos que abordaram a questão da cobertura da coleção ressaltam a participação das ciências sociais em geral, citando especificamente o direito (em todas as suas modalidades, e o direito parlamentar em particular), a ciência política, a economia; paralelamente a estas categorias principais são citadas a história e obras biográficas. Um pouco de literatura é aceito em todas as bibliotecas, porém como complemento ao restante da coleção. Filosofia e religião são praticamente esquecidas nas listas dos assuntos cobertos pelas coleções. A área científica cresce assustadoramente no sentido da demanda, mas ainda não tem sido mencionada como determinante do padrão de seleção das coleções. Entretanto reconhece-se que dois enfoques devam ser seguidos: o da especialização em grandes áreas e o do tratamento do assunto, até mesmo o científico, sob uma abordagem de política pública,

3ª) tipo da coleção — correspondendo aos dois pontos acima, o acervo se concentra em material corrente: folhetos, jornais, periódicos, folhas soltas e documentos governamentais. Em decorrência da escassez de espaço vista anteriormente, a coleção de microfilmes ganha cada vez maior destaque. Acredita-se que grande expansão terão os documentos não-convencionais, como video-tapes, em futuro próximo.*

4.6.5 - Conclusões

Os fatos a seguir foram observados a partir do que foi analisado em relação às várias categorias de recursos das instituições em análise:

1) - os recursos financeiros parecem mais abundantes no CRS. Com frequência os autores canadenses e britânicos se expressam com pessimismo em relação a esta questão;

2) - o mesmo é verdadeiro no que concerne às instalações físicas. Problemas arquitetônicos impedem a expansão das áreas da LP e da HCL. O CRS, instalado há apenas cinco anos em seu prédio atual, não parece estar a carecer de espaço; ademais, as dimensões físicas do Congresso estão sendo constantemente ampliadas, e isto tem revertido também em favor de seus órgãos de informação;

3) - no que diz respeito ao pessoal, observou-se:

a) Em relação aos pesquisadores

1ª) Quanto às características, os pesquisadores seniores do CRS devem ser pessoas de alta categoria, de renome nacional, portadores de uma carreira bem sucedida anteriormente ao seu ingresso no CRS, e emprestam grande prestígio à instituição.

* Esta parte da documentação não foi muito citada enquanto coleção. É possível, porém, que o item venha a ser melhor explorado nos capítulos dedicados aos serviços ou à tecnologia.

Os pesquisadores do CRS em geral são pós-graduados a nível de mestrado ou doutorado e dotados de imparcialidade política, versatilidade em sua área de assunto, segurança, conhecimento profundo de seu assunto, liderança, motivação em relação ao serviço público, capacidade para aceitar o anonimato, capacidade de trabalhar sob pressão, resistência física e capacidade de redigir bem.

Na Grã-Bretanha os pesquisadores precisam ser necessariamente graduados e ocupam o nível graduado da carreira, na HCL; isto é, ocupam os cargos de Library Clerk até Bibliotecário. Muitos ocupantes de outros cargos inferiores também são academicamente pós-graduados. Precisam ser dotados de responsabilidade, versatilidade, capacidade de convivência com o anonimato, ter resistência física, mente alerta, temperamento equilibrado, pensamento rápido, conhecimento real das fontes de informação, habilidade de avaliação e concisão de pensamento.

No Canadá são exigidas dos pesquisadores qualidades como imparcialidade, desapego emocional e intelectual e versatilidade na elaboração da pesquisa.

2º) Quanto às categorias, os pesquisadores do CRS preenchem uma vasta gama de áreas de especialização, tanto nas ciências humanas como aplicadas; possuem no mínimo um grau acadêmico de mestrado; são pessoas de alto preparo e especialização técnica em suas áreas. Ingressam no CRS em um nível júnior, ou acima, conforme o caso, podendo evoluir para o nível sênior. Há evidência de que as mulheres têm igualdade de oportunidade para disputarem vagas de emprego.

Na Grã-Bretanha o pesquisador possui grau acadêmico de graduação ou pós-graduação e é enquadrado no grupo de cargos graduados da HCL — constituído de 8 níveis diferentes, de Library Clerk a Bibliotecário. São conhecidos como

mínio da literatura da área e cultivo de contatos com fontes de peso sobre a área. Contudo não são verdadeiros experts, ou peritos, como no CRS. As mulheres têm ocupado maior espaço, porém, na sua maioria, não chegam a galgar cargos hierarquicamente mais altos.

No Canadá o grau acadêmico do pesquisador é, no mínimo, um mestrado. Muitos possuem dois, e até mesmo doutorado. O pesquisador é especialista em sua disciplina, mas muitas vezes se torna um generalista de sua especialidade, em vista da impossibilidade de contratação de especialista para cada subárea do conhecimento. As mulheres parecem competir igualmente com os homens, e ocupam nesta Biblioteca vários cargos de chefia.

3º) Quanto às funções, os pesquisadores seniores do CRS tomam parte, juntamente com outros especialistas de nível inferior, em pesquisas de caráter abrangente, que geralmente são editadas como "publicação do Congresso"; os pesquisadores seniores estão sempre disponíveis para consultoria oral e têm atuado concentradamente como promotores e palestristas em seminários. Outras funções gerais dos especialistas seniores incluem: assessoramento ao corpo gerencial do CRS, coordenação de pesquisas interdivisionais, serviço às Comissões em tempo integral e em períodos transitórios, orientação aos pesquisadores intermediários e juniores; etc. Os especialistas não-seniores desenvolvem pesquisa também especializadas, elaboram propostas de novas leis e assistem as Comissões.

Na Grã-Bretanha os especialistas de assuntos fornecem aconselhamento técnico, pesquisa, aconselhamento bibliográfico e assistência a todo o serviço de pesquisa das Comissões. Não sendo um perito, trabalha geralmente ao lado de um, quando em assistência às Comissões.

NA LP as funções básicas dos pesquisadores se aproximam do modelo do CRS: organizam, analisam, interpretam, avaliam e resumem material de forma a fornecer documentos-base sob demanda, e fornecem aconselhamento técnico. A assistência às Comissões é feita semelhantemente ao CRS, embora em proporções mais modestas. Um pesquisador é destacado temporariamente e dá toda a assistência necessária, desde o planejamento até o relatório de uma determinada audiência.

b) Em relação aos bibliotecários

Dentre as organizações estudadas, a LP foi a que apresentou maior equilíbrio entre as duas categorias básicas de seus profissionais técnicos: Pesquisadores e bibliotecários; as frequências de uma e outra apresentam o mesmo percentual. No CRS há bem maior ênfase no grupo dos pesquisadores, e a HCL tende a enfatizar mais o bibliotecário ou profissionais parabibliotecários.

Esta concentração maior do CRS em seu grupo de especialistas, e relativa da HCL e LP em seu grupo de bibliotecários, pode encontrar respaldo em vários fatores, como, por exemplo, a própria estrutura organizacional e o conjunto geral de serviços prestados.

As funções do bibliotecário têm ocupado gradualmente maior espaço, no CRS, à medida que crescem cada vez mais o volume e a velocidade da demanda. Além do fornecimento dos serviços tradicionais de biblioteca, os bibliotecários têm sido lotados diretamente nas Divisões de Pesquisa, com o fim de avaliarem e levantarem as necessidades de informação; desenvolvem pesquisas de referência cada vez mais complexas e agem como especialistas da informação, adquirindo-a, tratando-a e disseminando-a.

c) Em relação aos Pesquisadores do Parlamento

Conhecidos oficialmente como Assistente de Pesquisa do parlamentar, foram mencionados na documentação britânica e canadense. A criação de cargos para esta categoria suscitou reações tanto na LP como na HCL. Uma das principais críticas é a impossibilidade de um só elemento cobrir todas as necessidades do parlamentar. Há também uma certa preocupação, na Grã-Bretanha, com a ocupação por esses assistentes do espaço antes pertencente ao pessoal da Biblioteca. Ao mesmo tempo, aparentemente, este contingente retirava o contato daquela instituição com o parlamentar e passava a ser o agente de mandante sobre a mesma.

d) Em relação aos demais itens

O número de funcionários tem evoluído mas lentamente na Grã-Bretanha, e isto pode estar ligado a fatores como escassez financeira e um possível não-crescimento da demanda, em escala superior à do aumento de funcionários. No Canadá e nos Estados Unidos a situação parece mais dinâmica.

O recrutamento e seleção do pessoal em geral, em que pese a escassez de informações nesse setor, parece ser feito com base no currículo e nas qualificações psico-sociais no CRS e LP; na Grã-Bretanha, por concurso público.

Quanto aos salários, há evidência de que são os mais altos da carreira pública; todavia, não se forneceram detalhes mais objetivos.

A atuação da Associação de Empregados de Pesquisa do Congresso tem politizado as relações entre a gerência e o pessoal do CRS. Não existe algo semelhante nas outras duas organizações.

O intercâmbio de funcionários com instituições similares tem se comprovado uma prática positiva nos três serviços de informação parlamentar.

4) Quanto à coleção, ela pode ser considerada de grande porte, atualizada ou corrente, nos mais variados formatos e sobre os mais variados assuntos. Apesar da atualidade do material em geral, exceção é feita, aparentemente, ao setor dos documentos parlamentares e governamentais, pelos três serviços, principalmente pela LP e pela HCL, assumindo as mesmas responsabilidades pela preservação da memória parlamentar, à semelhança de uma biblioteca nacional que preserva a memória nacional. A biblioteca parlamentar, diferentemente de outras bibliotecas especializadas, não pode definir os limites de especialização de sua coleção real. Além disso, a urgência com que os atendimentos têm que ser feitos reduz a capacidade de confiança em documentos de outras bibliotecas para complementar a coleção da biblioteca parlamentar.